

# I SENILAC

**Seminário Nacional Interdisciplinar de  
Linguagem e Acessibilidade Comunicativa**

# I FASB

**I Festival Artes Sem Barreiras**

**Linguagem e Arte, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

## ORGANIZADORES

**Maria Nilza Oliveira Quixaba**

**Arenilson Costa Ribeiro**

**Claudiane Santos Araújo**

**Daiane de Sousa Rodrigues**

**Ricardo Oliveira Barros**

**Maik Waldemar Araújo Oliveira**

**Suzana Maria Lucas Santos**



# ANAIIS



EDUFMA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho  
Vice-Reitor Prof. Dr. Marcos Fábio Belo  
Matos



Diretor Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto  
Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

Profª. Dra. Diana Rocha da Silva

Profª. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Marcus Túlio Borowiski Lavarda

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Márcio James Soares  
Guimarães

Profª. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues

Prof. Dr. João Batista Garcia

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ORGANIZADORES:

Maria Nilza Oliveira Quixaba  
Arenilson Costa Ribeiro  
Claudiane Santos Araújo  
Daiane de Sousa Rodrigues  
Ricardo Oliveira Barros  
Maik Waldemar Araújo Oliveira  
Suzana Maria Lucas Santos

**Anais do I Seminário Nacional Interdisciplinar de  
Linguagem e Acessibilidade Comunicativa e I Festival  
Artes sem Barreiras**

São Luís



EDUFMA

2022

Projeto gráfico, Diagramação e Capa: Daiane de Sousa Rodrigues

Rubens Ramos de Almeida

Revisão: Maria Nilza Oliveira Quixaba

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa (1.: 2022: São Luís, MA); Festival Artes sem Barreiras (1.: 2022: São Luís, MA)

Anais do I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa e I Festival Artes sem Barreiras. [recurso eletrônico] / Organização: Maria Nilza Oliveira Quixaba... [et al]. — São Luís: EDUFMA, 2022.  
302 p.

Tema: Linguagem e arte, acessibilizando conhecimento e superando barreiras.

ISBN: 978-65-5363-169-4.

Modo de acesso: world wide web.

1. Acessibilidade. 2. Educação Inclusiva. 3. Cultura Acessível. I. Quixaba, Maria Nilza Oliveira. II. Ribeiro, Arenilson Costa. III. Araújo, Claudiane Santos. IV. Rodrigues, Daiane de Sousa. V. Barros, Ricardo Oliveira. VI. Oliveira, Maik Waldemar Araújo. VII. Santos, Suzana Maria Lucas. VIII. Título.

CDD 371.9

CDU 362.4-056.26

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Eliziane Barbosa Costa CRB 13/528

**Criado no Brasil [2022]**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil Telefone: (98) 3272-8157 [www.edufma.ufma.br](http://www.edufma.ufma.br) | [edufma.sce@ufma.br](mailto:edufma.sce@ufma.br)

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

**(Orgs.)**

Maria Nilza Oliveira Quixaba  
Arenilson Costa Ribeiro  
Claudiane Santos Araújo  
Daiane de Sousa Rodrigues  
Ricardo Oliveira Barros  
Maik Waldemar Araújo Oliveira  
Suzana Maria Lucas Santos

## **Apresentação**

O **I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Arte, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**, foi idealizado para acontecer no ano de 2020, porém com o surgimento da Covid-19, que desencadeou uma crise sanitária global, fez com que adiássemos a sua realização.

Com a situação sanitária mais controlada e com as possibilidades advindas do uso da tecnologia para fins educacionais e acadêmicos, a comissão organizadora do I SENILAC & I FASB decidiu que era hora de concretizar esse projeto, e no período de 22 a 24 de setembro de 2021 foi realizado o seminário e o festival de maneira concomitante por meio de plataformas digitais, garantindo à toda a comunidade um acesso inclusivo, resguardando a saúde de todos os participantes.

O objetivo do I SENILAC e o I FASB foi fortalecer a relação entre instituições de educação básica e superior, estimulando o diálogo, a pesquisa científica e a formação de profissionais, acadêmicos em geral e demais categorias que atuam na área da Educação Especial e Inclusiva sobre a linguagem e a arte como mecanismos de acessibilidade e manifestações artístico-culturais. Assim como, estimular habilidades artísticas dentro de um ambiente democrático, contribuindo para a acessibilidade na comunicação de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

A programação do I SENILAC & I FASB foi composta de palestras, mesas-redondas, rodas de conversas, minicursos, comunicações orais e apresentações culturais nas categorias: música, dança, teatro e poesia, sendo estas objeto de avaliação por uma comissão, e os vencedores de cada categoria premiados.

Durante o SENILAC foram realizadas duas conferências; 12 (doze) minicursos que foram ministrados por 18 (dezoito) professores; 15 (quinze) mesas temáticas que foram compostas por 61 (sessenta e um) palestrantes; e 12 (doze) rodas de conversas que foram integradas por 67 (sessenta e sete) pessoas. Essas atividades foram desenvolvidas com a participação de representantes de mais de 25 (vinte e cinco) instituições de diferentes níveis de ensino e da sociedade civil.

Durante o evento foram realizadas comunicação oral de 36 (trinta e seis) resumos e 21 trabalhos completos, que foram elaborados por um total de 86 (oitenta e seis) autores. Os trabalhos apresentados abordaram conteúdos relacionados à oito eixos temáticos conexos como tema do Seminário, I - Soluções para o Enfrentamento de Barreiras para a Efetivação de Acessibilidade Comunicativa; II - Audiodescrição como recurso de acessibilidade para pessoas cegas e surdocegas às expressões artísticas (cinema, teatro, música, poesia e outros); III - Aproximações inter/transdisciplinares com a Educação, arte e Linguagem; IV - Acessibilidade Comunicativa e Adequações curriculares direcionadas às pessoas com Deficiências/Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação; V - Relação Ensino, Aprendizagem e Acessibilidade linguística em Ambientes Digitais; VI - Tecnologias e Ensino de Línguas; VII - Comunicação e Desenvolvimento de Habilidades Artísticas; e VIII - Tecnologia Assistiva.

A proposta da exibição de apresentações culturais foi pensada como uma maneira de demonstrar que a arte transpõe barreiras, possuindo o poder de lapidar talentos e alterar nossa percepção do mundo. Para alcançar tal objetivo fomos agraciados com a exibição de mais de 20 (vinte) apresentações culturais, tendo a maioria delas sido produzidas por pessoas com deficiência, individualmente ou em grupo.

Ao final das nossas atividades percebemos quão importante e

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

enriquecedor foi a realização desse evento que envolveu, direta ou indiretamente, a participação de mais de 300 pessoas, sem computar quantidade de pessoas que nos acompanhou pelas transmissões na internet e que continuam a acessar nossos eventos que ficaram disponíveis no *YouTube*, gerando uma fonte de conhecimento que pode ser acessada e compartilhada por pessoas espalhadas pelo nosso país e pelo mundo.

Desse modo, somos muito gratos à todas as pessoas que se empenharam para a realização desse evento, bem como àqueles que buscaram conhecer a temática por meio do nosso trabalho, esperamos que o conhecimento produzido continue sendo difundido, e que esse material, fruto de muito trabalho e perseverança, frutifique tornando-se semente para novos, belíssimos e importantes frutos.



# SUMÁRIO

<b>RESUMOS .....</b>	<b>9</b>
1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO APOIO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR .....	10
2. USO DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO PARA O APRENDIZADO DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA SURDOS .....	11
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO .....	12
4. AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	13
5. RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL EM MACAPÁ .....	14
6. A MÚSICA COMO UM DOS FUNDAMENTOS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA .....	15
7. PRÁTICAS MUSICAIS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS .....	16
8. A TEORIA MUSICAL INCLUSIVA PARA SURDOS .....	17
9. INVESTIGAÇÃO DE BARREIRAS INSTITUCIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DISCIPLINA DE LIBRAS .....	18
10. AS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA A PARTIR DO USO DE JOGOS E MATERIAIS CONCRETOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	19
11. CAPOEIRA ANGOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTAJOANA .....	20
12. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENQUANTO UMA POLÍTICA ACESSÍVEL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO NO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR .....	21
13. A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM CONTEXTO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL .....	22
14. A EDUCAÇÃO DE SURDOS E O PROCESSO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO POR MEIO DA LIBRAS .....	23
15. AS EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ALUNOS	

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA .....	24
16. SINALÁRIO DE LIBRAS: UM RECURSO DE APOIO AOS PROFISSIONAIS TRADUTORES-INTÉRPRETES DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS DA UFMA.....	25
17. METODOLOGIAS NO ENSINO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA APLICADOS AOS ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO INCLUSIVO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O BILINGUISMO .....	26
18. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DE LÍNGUAS: A UTILIDADE DE RECURSOS VIRTUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	27
19. FORMAÇÃO DE ESPECTADORES A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO NO TEATRO .....	28
20. O SITE MARANHÃO EM SINAIS E SUA COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL E LEXICOGRÁFICA EM LIBRAS .....	29
21. O DESENVOLVIMENTO DO GLOSSÁRIO DE LIBRAS MARANHÃO EM SINAIS	30
22. O SITE MARANHÃO EM SINAIS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO- PEDAGÓGICO NO ENSINO DA LIBRAS .....	31
23. ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE UM TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO IFMA-CAMPUS MONTECASTELO-SÃO LUÍS/MA .....	33
24. COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO GESTO A LIBRAS .....	34
25. REGISTRO DOS SINAIS DE LIBRAS DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CAJUEIRO DE ALCÂNTARA – MA .....	35
26. O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.....	36
27. EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA: AS POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO PELOS ACADÊMICOS SURDOS.....	37
28. APOIO PSICOLÓGICO AO SURDO COM QUADRO DE DEPRESSÃO .....	38
29. A LIBRAS NA WEB E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS SINAIS ENCONTRADOS NO INSTAGRAM.....	39
30. A EDUCAÇÃO DE SURDOS SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLABILIDADE: UM DEBATE SOBRE INCLUSÃO .....	40

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

31. INCLUSÃO CINEMATOGRAFICA: LIBRAS COMO QUEBRA DE BARREIRAS.....	41
32. O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM ESCOLAS REGULARES.....	42
33. INCLUSÃO, APRENDIZAGEM E SURDEZ – UM ESTADO DO CONHECIMENTO .....	43
34. UM SISTEMA DE IMAGENS VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS: O USODO PECS NA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA DE UM ALUNO AUTISTA NÃO VERBAL .....	44
35. COMUNICAÇÃO COM SURDOS E SEUS FAMÍLIARES OUVINTES QUE NÃO SABEM LIBRAS 45	
36. EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD).....	46
<b>TRABALHOS COMPLETOS .....</b>	<b>47</b>
1. UM SISTEMA DE IMAGENS VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS: O USO DO PECS NA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA DE UM ALUNO AUTISTA NÃO VERBAL.....	48
2. A TEORIA MUSICAL INCLUSIVA PARA SURDOS .....	60
3. PRÁTICAS MUSICAIS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS .....	71
4. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO APOIO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR .....	83
5. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DE LÍNGUAS: A UTILIDADE DE RECURSOS VIRTUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM .....	92
6. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENQUANTO UMA POLÍTICA ACESSÍVEL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO NO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR .....	102
7. METODOLOGIAS NO ENSINO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA APLICADOS AOS ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO INCLUSIVO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O BILINGUISMO .....	114
8. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO .....	129
9. CAPOEIRA ANGOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTAJOANA .....	141

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

10. SINALÁRIO DE LIBRAS: UM RECURSO DE APOIO AOS PROFISSIONAIS INTÉRPRETES DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS DA UFMA.....	151
11. A FORMAÇÃO DE ESPECTADORES: A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA MEDIADORA DE ACESSIBILIDADE COM INCLUSÃO NOTEATRO SESC NAPOLEÃO .....	165
12. O SITE MARANHÃO EM SINAIS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO- PEDAGÓGICO NO ENSINO DA LIBRAS .....	187
13. ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE UM TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO IFMA-CAMPUS MONTE CASTELO-SÃO LUÍS/MA.....	206
14. INCLUSÃO CINEMATOGRAFICA: LIBRAS COMO QUEBRA DE BARREIRAS.....	223
15. O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM ESCOLAS REGULARES.....	233
16. INCLUSÃO, APRENDIZAGEM E SURDEZ – UM ESTADO DO CONHECIMENTO .....	243
17. EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) .....	254
18. A MÚSICA COMO UM DOS FUNDAMENTOS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA .....	266
19. INVESTIGAÇÃO DE BARREIRAS INSTITUCIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DISCIPLINA DE LIBRAS .....	274
20. A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM CONTEXTO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL .....	284
21. COMUNICAÇÃO COM SURDOS E SEUS FAMILIARES OUVINTES QUE NÃO SABEM LIBRAS .....	296

# RESUMOS

## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO APOIO PARA AEFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ozeias Evangelista de Oliveira Junior<sup>1</sup>  
Claudiane Santos Araújo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo possibilita discutir a relação da construção do projeto político pedagógico com a inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar regular, partindo do princípio que o projeto político pedagógico deve ser construído com base no diálogo por todos os integrantes da comunidade escolar. Nesse sentido, os objetivos desta pesquisa são analisar a consonância do projeto políticopedagógico com a prática de educação inclusiva e perceber o apoio que o projeto político pedagógico dar para efetivar a inclusão escolar. Dessa forma, o arcabouço teórico-metodológico que sustentam esta pesquisa é a pesquisa bibliográfica, à luz dos estudos de Gil (2008), Lakatos & Marconi (2012), a partir da revisão de literatura sobre projeto políticopedagógico e educação inclusiva. As reflexões teóricas estão de acordo com os posicionamentos de Veiga (2003), Drago (2011), Beyer (2006) dentre outros. Constatou-se que o projeto político pedagógico é um norteador importante para efetivar a inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Projeto político pedagógico; Inclusão; Educação.

---

<sup>1</sup>Graduando em Letras Português/Espanhol • [ozeias.junior@discente.ufma.br](mailto:ozeias.junior@discente.ufma.br) • Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Letras • [claudiane.araujo@ufma.br](mailto:claudiane.araujo@ufma.br) • Universidade Federal do Maranhão (Orientadora)

## **USO DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO PARA O APRENDIZADO DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA SURDOS**

Daniel Rodrigues Ribeiro  
Silvia Cleide Piquiá dos Santos

**RESUMO:** A língua transfere uma infinidade de saberes por meio da comunicação (VIGOTSKI, 1989). Ela abre muitas portas para o desenvolvimento intelectual e linguístico. Vygotsky (1988) afirma que para um sujeito aprender uma outra língua ele precisa ter uma outra como base, assim deve acontecer com o surdo para aprender o português como segunda língua (L2) ele deve saber a língua de sinais como primeira língua. Nesse sentido, realizamos a pesquisa com o objetivo de analisar o nível de aprendizado do português escrito como segunda língua para surdos utilizando o gênero textual História em quadrinhos (HQ). A metodologia foi qualitativa e exploratória por meio de estágio supervisionado com observação e regência para aplicação de método interacionismo sociodiscursivo de Bronckart (1999) numa sala de AEE. Observamos com a pesquisa que o entrevistado tinha entendimento dos elementos primários de textualidade, porém não conseguia compreender alguns vocábulos e não flexionava as formas linguísticas. Resultados: percebemos o desenvolvimento linguístico do surdo tanto na libras, quanto no português escrito, devido ao uso de recursos visuais que facilitaram a ancoragem de sentidos na língua portuguesa escrita. Concluímos que o HQ é um recurso relevante para o ensino do português como L2 por ser um elemento visual que auxilia na compreensão da sequência textual e das ideias apresentadas, facilitando a estruturação da língua portuguesa escrita em períodos simples.

**Palavras-chave:** AEE. Surdo. Português escrito. Libras.

## **ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**

Geovana de Andrade Silva  
Hádria Samille Palhano Galvão  
Jeovana Nunes Ribeiro  
Rafaella Campos Delgado

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar as estratégias de acessibilidade comunicacional desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA em favor da permanência do aluno com deficiência no ensino superior. Para tanto, utilizou-se a pesquisa exploratória dos documentos institucionais, que versam sobre as ações de acessibilidade comunicacional implementadas pela universidade em prol da inclusão educacional do aluno com deficiência. O recorte temporal da pesquisa foi o ano de 2017 a 2020, em razão do período de vigência do Projeto de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 e dos relatórios de gestão disponíveis no portal da transparência da universidade. Os resultados atestam que a UFMA vem empregando medidas para o enfrentamento das barreiras comunicacionais a partir da elaboração de material acessível, parceria com o Núcleo de Tecnologia e Informação, apoio técnico especializado e cursos de educação inclusiva para comunidade acadêmica. Conclui-se que o planejamento institucional é uma ferramenta essencial para a consolidação do processo de inclusão educacional do aluno com deficiência.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Ensino Superior; Pessoa com Deficiência; Acessibilidade Comunicacional.



## AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Raimundo da Costa Leite Neto

**RESUMO:** O presente texto tem por objetivo investigar a ausência de espaços acessíveis para pessoas com deficiência o trabalho será construído a partir de literaturas que abordam a temática e investigamos paradigma da acessibilidade e das pessoas com deficiência. Então entende-se que muito ainda a ser feito e para fluir essas relações das pessoas com deficiência em espaços públicos e privados, a partir de relatos de pessoas com deficiência que muitas vezes são convidados sair de determinados espaços por não haver estrutura comunicacional. Este trabalho enfatiza observações cotidianas desta relação de pessoas com deficiência e os ambientes sociais. Entende-se que é necessário esse diálogo para que o processo seja fluído e amplie a discussão entre diversos setores. Pensa-se que muito já foi realizado, mas, ainda não é suficiente, e as pesquisas têm revelado isso, trazendo também esclarecimentos, que uma vez assimilados e valorizados possam contribuir para a transformação, quem sabe em um futuro próximo, as barreiras sejam removidas de maneira mais acelerada. Maiores esclarecimentos sobre formas pedagógicas, recursos, tecnologias e outras podem servir de estímulo para que tantas outras iniciativas possam emergir e o cerceamento dos direitos das pessoas com deficiência possam fazer parte de uma parte não harmônica da história passada.

**Palavras-chave:** Ausência de acessibilidade; Espaços públicos e privados; Pessoas com Deficiência; Corpo negligenciado.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO  
LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL EMMACAPÁ**

Talita Stefene Alves Dantas

**RESUMO:** O presente trabalho será apresentado no formato de relato de experiência a partir das vivências no Projeto de Extensão Laboratório de Acessibilidade Cultural em Macapá, o qual promove o debate e ações voltadas para o acesso de pessoas com deficiência a espaços culturais em diálogo com o Teatro-Educação. O projeto busca abrir uma discussão sobre a Acessibilidade Cultural apresentando o conceito e buscando soluções para tornar a cultura algo acessível, democrático, promotora da inclusão, dialogando com a acessibilidade para além da questão física, mas também a possibilidade de se informar de forma sinestésica sobre as linguagens artísticas, em específico o Teatro, onde o corpo através de seus sentidos promova fruição, contemplação, absorção, troca. De modo geral, o projeto pretende ser um instrumento que permita, através da realização de atividades teórico/práticas, fazer do Teatro, um instrumento potencializador de ações de acessibilidade contribuindo na inclusão das pessoas com deficiência em espaços e ações culturais. E neste relato de experiência, será abordado quais ações e metodologias foram adotadas no decorrer do desenvolvimento do projeto, trazendo reflexões e análises a partir dos diálogos com pessoas com deficiência durante o processo.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Cultural; Projeto de extensão; Inclusão; Relato de experiência.

## A MÚSICA COMO UM DOS FUNDAMENTOS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA

Maíra Silva Alves<sup>1</sup> Silvia Cleide Piquiá<sup>2</sup>  
João Costa Gouveia Neto<sup>3</sup>

**RESUMO:** A música é uma fonte imensurável de alegria e prazer para o ser humano, presente nos momentos de felicidade e nos momentos de tristeza, possibilitando sensações inexplicáveis. As sensações trazidas pela música podem ser apreciadas pelo surdo e ensinadas desde a educação básica. A inclusão da música no currículo da educação básica traz benefícios individuais e coletivos para as pessoas em geral. Então, resolvemos analisar os efeitos das políticas de inclusão musical na educação básica, focando no ensino de pessoas surdas e nos benefícios da música para o desenvolvimento da capacidade motora, raciocínio e socialização das crianças. A metodologia usada foi revisão de literatura com exploração bibliográfica em dispositivos legais de inclusão: Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 13.146/2015, a Lei nº 11.769/2008 e a Lei nº 13.278/2016, e em autores como Moura (2000), Hagiara- Cervellini (2003), Castro (2011), Kuntze (2014) e Oliveira (2014). A pesquisa é um recorte do TCC ainda não finalizado. Até o momento os resultados demonstram a relevância da inclusão da disciplina música para formação do ser humano pois contribui para reflexão, respeito e sensações das crianças surdas desde a mais tenra idade, bem como para o conhecimento cultural e social de acordo com os autores pesquisados. Dessa forma, o ensino de música deve ser ministrado de forma inclusiva, pois contribui para compreensão e formação integral do surdo, auxiliando na eliminação de barreiras comunicacionais e atitudinais existentes.

**Palavras-chave:** Educação musical; Surdos; Inclusão; Políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). mairasilvaalves5@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduada em Letras (UnB); professora de Libras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora SEMED São Luís-MA. (orientadora). silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br

<sup>3</sup> Professor Assistente III do Curso de Música Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). (coorientador). [rairicneto@yahoo.com.br](mailto:rairicneto@yahoo.com.br)

## PRÁTICAS MUSICAIS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS

Luis Henrique de Sousa Silva<sup>1</sup>

Maíra Silva Alves<sup>2</sup>

Valéria de Kássia de Oliveira Pereira<sup>3</sup>

Silvia Cleide Piquiá<sup>4</sup>

**RESUMO:** A música está ao nosso redor podendo ser sentida e produzida por meio de diferentes objetos e das pessoas, inclusive pessoas surdas. Partimos do princípio que todo ser é musical (PEDERIVA; TUNES, 2013) e que as experiências são multissensoriais (PINK, 2015). Com base nessas afirmações e na Lei nº 11.769/08, que instituiu a disciplina de música como obrigatória para educação básica, desenvolvemos o projeto de pesquisa de ensino de música com alunos do ensino médio, na rede estadual do Maranhão, na cidade de São Luís, visando a inclusão de alunos surdos em práticas musicais no âmbito escolar. A metodologia foi qualitativa-descritiva na forma de estudo de caso, a pesquisa foi aplicada por três graduandos do PIBID que utilizaram o método Kodály do Sistema Manossolfa e a mediação da Libras para ensinar os alunos surdos e ouvintes a compreenderem as notas musicais usando o corpo. Os resultados do projeto foram considerados positivos analisada a participação e o desempenho musical com empolgação e alegria das alunas surdas nas atividades propostas, na interação com o grupo e na apresentação realizada para toda a escola. Com isso, percebemos a relevância da prática musical para formação integral do estudante e para o processo de socialização, interação e inclusão educacional para os alunos surdos.

**Palavras-Chave:** Práticas musicais; Surdos; Educação inclusiva.

---

<sup>1</sup> Graduando em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBID. sluishenrique395@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBID. mairasilvaalves5@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBID. vavatompet@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduada em Letras (UnB); professora de Libras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora SEMED São Luís-MA. (orientadora). silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br

## A TEORIA MUSICAL INCLUSIVA PARA SURDOS

Valéria de Kássia de Oliveira Pereira<sup>1</sup>  
Silvia Cleide Piquiá<sup>2</sup>

**RESUMO:** A educação musical é uma ferramenta de socialização muito relevante na vida do ser humano, pois todos podem participar, inclusive sujeitos surdos. Existem várias formas de apreciação musical, e uma delas é através da sua teoria, onde adquirimos os conhecimentos dos códigos musicais, o que nos faz começar a compreender a estrutura da música. Porém, a teoria musical ensinada nos conservatórios de música e dentro das universidades nem sempre tem sido pensada para surdos. Na maioria das vezes é uma teoria não inclusiva e que está longe da realidade da comunidade surda, sendo assim nossa pesquisa objetiva apresentar estratégias de inclusão para facilitar ao intérprete da Libras a tradução da aula de música, permitindo aos surdos adquirir conhecimento musical teórico. Metodologia: revisão de literatura com exploração bibliográfica em dispositivos legais de inclusão: Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 12.319/2010 e em autores Bohumill (1996), Oliveira (2014), Santos e Leite (2019), Souza e Sampaio (2019), Silva (2009), Bogaerts (2016). A pesquisa é um recorte do TCC ainda não finalizado. Os resultados demonstram a relevância na adaptação do ensino de teoria musical tornando-a inclusiva para surdos, com a mediação do intérprete de libras para auxiliar o surdo a compreender a teoria musical. Apesar do surdo não escutar, ele pode sentir e perceber os sons que os rodeiam e assim apreender conceitos relacionados a educação musical que é um direito de todos.

**Palavras-chave:** Teoria musical; inclusão; Educação musical; Surdos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão;

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduada em Letras (UnB); professora de Libras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora SEMED São Luís-MA. (orientadora). silviacleidepiquiadosantos@edu.saoluis.ma.gov.br

## INVESTIGAÇÃO DE BARREIRAS INSTITUCIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DISCIPLINA DE LIBRAS

Maria Carla Reilde Silva Ferreira<sup>1</sup>  
Sílvia Cleide Piquiá dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua de comunicação e expressão da comunidade surda, e foi reconhecida pela Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. Esses dois dispositivos legais são resultado de uma luta do movimento surdo por inclusão e acessibilidade linguística em todos os espaços, principalmente no ambiente escolar. Essas legislações garantem a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação docente e atravessam os saberes políticos e linguísticos. O objetivo foi investigar as barreiras institucionais que os alunos enfrentam para se matricularem na disciplina de Libras na Universidade Estadual do Maranhão. A pesquisa surgiu dos questionamentos do pesquisador e de sua experiência ao tentar cursar a disciplina. A metodologia quanti-qualitativa foi por meio da coleta de dados na forma de questionário na plataforma *Google Forms*, aplicada com 55 alunos de 5 campi, todos alunos de licenciatura. O levantamento dos dados foi fundamentado em Paiva e Melo (2021) e Costa; Lacerda (2015). Os resultados demonstraram que a maior dificuldade em cursar a disciplina foi o indeferimento. Outro dado relevante foi que 43% dos entrevistados não conseguiram cursar a disciplina dentro do semestre programado de sua grade curricular. Os dados comprovaram a necessidade de mais oferta da disciplina para atender a formação dos discentes, por entenderem que a Libras facilita a comunicação, a acessibilidade e inclusão dos alunos surdos.

**Palavras-chave:** Barreiras; Libras; Formação de professores.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). [carla.reilde1605@gmail.com](mailto:carla.reilde1605@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduada em Letras (UnB); professora de Libras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e na SEMED São Luís- MA. (orientadora). [silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br](mailto:silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br)

## **AS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA A PARTIR DO USO DE JOGOS E MATERIAIS CONCRETOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Danielle Moreira de Sousa  
Polianna Geysa Silveira Rodrigues  
Teresa Cristina Lafontaine

**RESUMO:** O estudo, de cunho bibliográfico, tem como objetivo levar os professores à verificação de sua prática docente, analisar como se tem trabalhado a Educação Inclusiva dentro das salas de aulas com a utilização de jogos e materiais concretos ajuda no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes. Visto que o aluno surdo se depara com um intérprete na sala de aula e mantém contato somente com ele, haverá uma relação de dependência em relação ao professor, haja vista que somente o intérprete domina a língua de sinais, o surdo se firmará nesse elo e se alinhará no sentido contrário à interação com as outras pessoas. Por isso, o resultado desta pesquisa tende a apontar que os jogos e os materiais concretos assumem um papel significativo na relação ensino-aprendizagem do estudante surdo, favorecendo autonomia e interação. O papel do professor nesse sentido é o de mediador, de modo que ele produza ferramentas estimulantes para obter melhor desenvolvimento dos alunos, logo, é necessário que o professor busque novas práticas pedagógicas na busca pelo sucesso da aprendizagem de seus alunos. Conclui-se que os jogos e materiais concretos educativos configuram como uma das possíveis soluções para o enfrentamento de barreiras para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e para a acessibilidade comunicativa, pois ajudam no desenvolvimento de raciocínio, tornam o aprendizado mais agradável e apresentam todas as finalidades e conclusões do uso destes com os assuntos abordados em salas de aulas, fazendo com que o processo de inclusão se torne eficaz.

**Palavras-chave:** Surdo; Educação Inclusiva; Ensino-aprendizagem; Jogos e materiais concretos.

## CAPOEIRA ANGOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTAJOANA

Nando Marley Lima Pacheco<sup>1</sup>

**RESUMO:** Compreender como a Capoeira Angola apresenta contribuição para a inclusão e desenvolvimento das múltiplas inteligências de alunos com deficiência no ambiente escolar é o objetivo deste estudo. Metodologia. Essa pesquisa está em andamento, venho trabalhando com essa temática desde da minha graduação de Educação Física, agora me sinto na necessidade de ir mais a fundo sobre o desenvolvimento das inteligências múltiplas para os alunos com deficiências através da capoeira Angola pelo Programa de Pós Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica PGGEEB/UFMA. Realizei a primeira pesquisa sobre o desenvolvimento das inteligências múltiplas em uma instituição educacional especializada para aluno com deficiências intelectual de São Luís/MA, agora com esse projeto de pesquisa será realizado em outro ambiente junto com a ONG Mandingueiros do Amanhã que desenvolve trabalho de capoeira Angola, nas terras quilombola no município Itapecuru Mirim/MA. Resultados. Na primeira instância da pesquisa podemos perceber as dilatações dos intelectos desses alunos com deficiências, agora nessa pesquisa, queremos elaborar cartilhas ou livro proposta educação inclusiva, étnica, interdisciplinaridade, sociopolítico, sobre os desenvolvimentos das inteligências múltiplas através da capoeira Angola na Escola São Sebastião com o protagonismo juvenil. Conclusão. Os estudos sobre a capoeira Angola, com esse projeto de pesquisa de mestrado em andamento, sobre o desenvolvimento das inteligências múltiplas para alunos com deficiências, ainda são pouco discutidos na literatura científica. Portanto espera-se com esse trabalho, a sistematização da nossa proposta de pesquisa seja um contributo.

**Palavras-chave:** Capoeira Angola; Inteligências Múltiplas; Alunos Com Deficiência  
Educação Inclusiva.

---

<sup>1</sup> Formado em Educação Física. Professor de Capoeira Angola. Mestrando em Gestão de Ensino da Educação Básica / UFMA.



## A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENQUANTO UMA POLÍTICA ACESSÍVEL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO NO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR

Carlos Felipe do Nascimento Cardoso<sup>1</sup>  
Isabelle da Silva Cunha<sup>2</sup>  
Jeovana Nunes Ribeiro<sup>3</sup>  
Laina Evelyn do Vale Teixeira<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente estudo traz uma análise sobre a educação inclusiva no ensino técnico e superior, tendo como marco a Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece a educação como direito universal e inalienável de todo e qualquer cidadão. O objetivo deste artigo consiste em discutir as medidas implementadas e compreender como essas medidas influenciam na vida acadêmica, para isso foi utilizada a pesquisa bibliográfica, bem como os principais marcos teóricos e legais adotados pelo Governo Federal e sua relação com as instituições, por meio de análise documental sobre as ações tomadas no contexto de ensino remoto ocasionado pela pandemia da COVID-19.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Política de Inclusão; Direito; Covid-19.

---

<sup>1</sup> Estudante de Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [carlos.fnc@discente.ufma.br](mailto:carlos.fnc@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [isabelle.cunha@discente.ufma.br](mailto:isabelle.cunha@discente.ufma.br).

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista UNESP/FRANCA/SP, Professora vinculada ao Departamento de Serviço Social, coordenadora do projeto de pesquisa “As pessoas com deficiência no ensino superior: um estudo na Educação Pública do Maranhão”. E-mail: [jeovana.nunes@ufma.br](mailto:jeovana.nunes@ufma.br).

<sup>4</sup> Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [laina.vale@discente.ufma.br](mailto:laina.vale@discente.ufma.br).

## **A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM CONTEXTO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

Jeovana Nunes Ribeiro  
Carlos Felipe do Nascimento Cardoso  
Joyce Erica Amaral Sousa

**RESUMO:** A pessoa com deficiência tem direito de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade na rede regular de ensino e, caso necessário, os meios devem ser adaptados às suas necessidades específicas visando reduzir as barreiras que impossibilitem a igualdade no processo educativo. Deste modo, este estudo objetiva analisar as medidas implementadas pelas instituições públicas de ensino superior na cidade de São Luís, mediante contexto pandêmico da COVID-19, com enfoque no ensino remoto de caráter emergencial e seus desdobramentos na educação inclusiva, bem como nas dificuldades de comunicação e acessibilidade no ensino por meio digital. Para tal, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a análise dos documentos disponibilizados nos portais eletrônicos das Universidades Estadual e Federal do Maranhão e do Instituto Federal. O recorte temporal da pesquisa foram os anos 2020 e 2021, período de elaboração e vigência do método de ensino em questão. Os resultados atestam que a UFMA, UEMA e o IFMA vêm praticando medidas para a implementação de um método de educação de caráter emergencial e não-presencial, o enfrentamento das barreiras que dificultam o rendimento acadêmico durante o ensino a distância, bem como os esforços para capacitação dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem destes alunos. Conclui-se que a preocupação com a questão da pessoa com deficiência e a devida inclusão da mesma no planejamento das instituições é a melhor forma de garantir o acesso à educação a esta parcela da comunidade acadêmica.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Ensino Remoto; Ensino Superior; Pessoa com Deficiência; Acessibilidade Digital.

## **A EDUCAÇÃO DE SURDOS E O PROCESSO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO POR MEIO DA LIBRAS**

Marcia Pereira de Sousa  
Tatiane Fernandes Monteiro Marciel

**RESUMO:** Visamos apresentar o caminho percorrido até a promulgação das leis que respaldam os surdos a terem direito de um ensino de qualidade e como a tradução e interpretação através da Língua Brasileira de Sinais - Libras pode ajudar a comunidade surda no processo de inclusão. Tratamos num primeiro momento da tradução, seus tipos, tradutor e intérprete como forma de apresentar a evolução dos estudos de tradução e de como estes podem através da Libras contribuir para formação do surdo ao longo de sua vida. Em um segundo momento trataremos da evolução da Libras e a importância do papel do profissional tradutor e intérprete de Libras neste contexto histórico linguístico onde vêm acentuando-se os estudos da Libras e das contribuições de autores que tem embasado suas pesquisas com a finalidade de nos alcançar com um material coeso do que em suma significa a implementação desta área de pesquisa, posto que com a contribuição de autores e teóricos como Perlin (2006) e Quadros (2008) que evidenciaram a importância da tradução para surdos e sua capacidade de produzir comunicação. Finalizamos apontando as principais inferências desse estudo para a formação do indivíduo surdo durante seu processo formativo. Esse trabalho permite-nos envolver discussões mistas respeitando o processo de inclusão que tornaram possível o envolvimento conciente do surdo, de sua luta para tornar esta inclusão possível.

**Palavras-Chave:** Libras; Educação de Surdos; Comunicação.

## **AS EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ALUNOS SURDOS EM ESCOLA PÚBLICA**

Marcia Pereira de Sousa

**RESUMO:** Este estudo buscou investigar a educação de crianças surdas a partir das práticas docentes como elemento fundamental da aprendizagem e possibilidades de ascensão linguística, social e cultural destes alunos. Refletir sobre as experiências de professoras que atuam com alunos surdos na elaboração de saberes e práticas educativas na tentativa de desvelar os desafios presentes na atuação profissional destas professoras. No intuito de alcançar o objetivo proposto, realiza uma pesquisa descritiva e qualitativa, do tipo estudo de caso, na qual utiliza como instrumentos metodológicos a observação *in loco* e a entrevista semiestruturada. A justificativa deste estudo consiste na relevância social e científica do processo de inserção de surdos nas instituições escolares, pondo em relevo os processos educacionais e as possibilidades de aprendizagem. A efetivação da educação de surdos é complexa, pois pressupõe que professor e aluno compartilhem a mesma língua no espaço escolar. É nesse contexto que se torna emergente a formação de professores e a adoção de práticas educativas que considerem as especificidades dos alunos surdos. Os resultados revelaram que a educação de surdos tem avançado no que tange à inserção dos surdos, mas a forma como acontece o processo de escolarização precisa ser repensado. As observações apontam para a busca de adequações das práticas das professoras, que se originam no anseio de proporcionar aos surdos o acesso à educação, mas essas adaptações não atendem às necessidades educacionais desse segmento.

**Palavras-chave:** Educação de surdos; Prática Docente; Libras.

## **SINALÁRIO DE LIBRAS: UM RECURSO DE APOIO AOS PROFISSIONAIS TRADUTORES-INTÉRPRETES DO CURSO DELETRAS-LIBRAS DA UFMA**

Ruan Pires Azevedo

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objetivo geral o registro dos sinais da disciplina de Aquisição da Linguagem e Aquisição de Língua de Sinais e, específicos, identificação dos sinais, organização de uma lista por ordem alfabética, registro dos sinais em vídeo e organização de uma tabela dos sinais com o link da plataforma *Youtube* e QR code. Foi motivada pela percepção do pesquisador a respeito dos sinais em sala de aula e ausência de sinalário específico destas mencionadas na disciplina (ou área do curso) em nenhum dicionário impresso, apostilas ou plataformas digitais. Para fundamentar este trabalho usou-se como pressupostos teóricos Saussure (2006), Quadros (1997), Brito (1995), Strobel e Fernandes (1998), Quixaba (2015), para embasamento na área da Língua de Sinais, utilizou-se Quadros (2002), Russo; Pereira (2008) e Hurtado Albir (2005), para abordar as questões sobre o profissional Tradutor-Intérprete de Libras. A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica e descritiva. Para execução da pesquisa, foram realizadas entrevistas para coleta dos dados dos entrevistados de maneira eficaz, procurando o máximo de informações possíveis. Através do resultado da pesquisa, foi organizado um sinalário da disciplina. Cabe ressaltar que em algumas palavras não foram identificados sinais específicos, sendo necessário um conjunto de sinais para explicar determinado termo/palavra. Portanto, faz-se necessário mais pesquisas e discussões para subsidiar outros estudos com o foco na ampliação do léxico em Libras, visando difusão e avanço da Língua de Sinais.

**Palavras-chave:** Libras; Sinalário; Tradutor-Intérprete; UFMA.

## **METODOLOGIAS NO ENSINO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA APLICADOS AOS ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO INCLUSIVO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O BILINGUISMO**

<sup>1</sup> Adriana Sousa Reinaldo

<sup>2</sup> Gracy Kelia Lopes Silva

Perla Cristina Cunha Barbosa<sup>4</sup>

Teresa Cristina Lafontaine

**RESUMO:** O referido trabalho é resultado das discussões realizadas no âmbito da disciplina “Metodologia para o Ensino de Libras”. Sabe-se que os alunos surdos passam por inúmeras dificuldades: barreiras na acessibilidade comunicacional, efetivação de um contexto inclusivo, metodologias que não atendem o uso da Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita. Objetivos: Discutir as diferentes formas de metodologias de ensino de L1 e L2 oferecidas aos alunos surdos e demonstrar os recursos pedagógicos que podem ser trabalhados por professores durante as aulas. A metodologia de trabalho consistiu em uma pesquisa quali-quantitativa e de revisão bibliográfica nos estudos de Leffa (1988), Gonçalves e Festa (2013), Quadros (2006). Resultados: O referido trabalho servirá como base para outras discussões, o produto desta pesquisa será multiplicador para elaboração de outros recursos para o ensino numa perspectiva bilíngue. Conclusão: A pesquisa ainda está em andamento. No que se refere ao aporte teórico está concluída, porém, ainda teremos como resultado um produto, ou seja, um recurso didático a ser utilizado por professores de surdos e que ainda será utilizado na prática pedagógica por nós pesquisadores.

**Palavras-chave:** Metodologia; Educação inclusiva; Bilinguismo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Libras pela UFMA e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição, especialista em Libras e Práticas Pedagógicas Aplicadas à Educação Bilíngue de Surdos pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, e-mail: gkl.silva@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Letras Libras pela UFMA e graduada em História pela (Faculdade Santa Fé), e-mail: perla.cunha@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Graduanda em Letras Libras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: adriana.reinaldo@discente.ufma.br.

<sup>4</sup> Professora Mestra em Geografia pela UFPA. Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: teresa.lafontaine@ufma.br.

## **ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DE LÍNGUAS: UTILIDADE DE RECURSOS VIRTUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Ana Keyla Costa<sup>1</sup>  
Jasmin Costa Mendes<sup>2</sup>  
Wallison Carlos Cardoso Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo sobre acessibilidade tecnológica às pessoas com necessidades especiais no ensino de línguas propõe a análise sobre a utilização de recursos virtuais no processo de aprendizagem. Trata-se de uma revisão de literatura que tem como objetivo apresentar os tipos de ferramentas tecnológicas que podem ser exploradas no ensino de línguas. O presente artigo seleciona aplicativos que buscam democratizar o processo de comunicação, ponderando as contribuições proporcionadas pelos mesmos. Aborda como motivação maior a necessidade de ampliar o conhecimento acerca da utilidade dessas ferramentas que, sem dúvida, carregam consigo dinamicidade e acessibilidade significativas ao ensino de línguas, facilitando a comunicação às pessoas com necessidades especiais. Desse modo, o educando atua de forma mais participativa no momento de aprendizagem. Entendemos que as tecnologias atreladas à educação são essenciais ao ensino de línguas, logo, acolhem os educandos com necessidades especiais e ampliam a inclusão dessas pessoas no sistema de aprendizagem, consequentemente, inibindo a evasão escolar. Portanto, serão expostos os aplicativos encontrados e filtrados durante as pesquisas bibliográficas para a redação desse artigo com base em critérios definidos pelos autores, a fim de avaliar as contribuições para o ensino de línguas e comunicação dos estudantes, pontuando os resultados gerados por essas ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem de pessoas com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Ensino de línguas; Tecnologia; Pessoa com necessidades especiais; Acessibilidade; Comunicação; Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Graduanda do primeiro período do curso Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão.  
ana.kc@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Graduanda do primeiro período do curso Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão.  
jasmin.costa@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Graduando do primeiro período do curso Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão.  
wcc.silva@discente.ufma.br

## FORMAÇÃO DE ESPECTADORES A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO NO TEATRO

Vilson Moraes da Silva

**RESUMO:** Neste trabalho, procuro investigar procedimentos criativos para inclusão de espectadores com deficiência visual no teatro por meio da audiodescrição, em São Luís, Afim de demonstrar o quão é importante a audiodescrição para a inclusão de pessoa com deficiência visual em qualquer lugar, mas no teatro ela torna-se imprescindível, levando em consideração que o termo teatro segundo o Dicionário de Significados (2009), " é uma palavra que se origina do grego *Theatron*, lugar que se frequenta para ver algo", uma definição muito ligada a atual definição de teatro, um ver que vai além do olhar, por isso visto entender por que é difícil à inserção de espectador deficiente visual nesta capital, no campo do teatro, para isto se fez necessário retornar no contexto educacional, político e social destas pessoas. Entretanto parece que este paradigma aos poucos vem sendo rompido como um bom exemplo desta possível ruptura, podemos citar o Teatro Napoleão Ewerton (Teatro do SESC-MA), onde o mesmo, é considerado o primeiro teatro totalmente acessível de São Luís- MA, Este tem com o intuito valorizar nossa cultura com a amplitude de sua grandezavisando difundir todas as linguagens artísticas e a formação dos mais diversos tipos de espectadores, e despertar neste, o interesse pela arte teatral o que poderá possivelmente contribuir também para aumento de público nas plateias em outros logradouros onde possa haver apresentações artísticas nessa cidade.

**Palavras-chave:** Formação de Espectadores; Audiodescrição como Ferramenta para Inclusão; Teatro; Deficiência Visual.



## O SITE MARANHÃO EM SINAIS E SUA COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL E LEXICOGRÁFICA EM LIBRAS

Maria Nilza Oliveira Quixaba<sup>1</sup>  
Maik Waldemar Araújo Oliveira<sup>2</sup>  
Andressa Nascimento Coelho<sup>3</sup>  
Léa Cristina Ferreira Santos<sup>4</sup>

**RESUMO:** No Brasil, está sendo crescentes iniciativas que buscam registrar os sinais de Libras, mas, reunir um léxico de sinais relativos a todos os municípios de um determinado estado, não se tem notícia, possivelmente isso ocorra, tendo em vista o grande esforço empreendido para se realizar uma pesquisa como essa. O site Maranhão em sinais é resultado desse tipo de iniciativa, que se concretizou por meio do projeto de pesquisa Os Sinais Maranhenses da Língua de Sinais Brasileira: Contribuições para seu uso e difusão em ambientes digitais que identificou e registrou até o momento, 481 vídeos de sinais, sendo 217 pertencentes aos municípios do Maranhão e 265 aos bairros de São Luís, a capital do estado. Sendo assim, o recorte deste estudo visa analisar a composição estrutural e lexicográfica reunida no site. A pesquisa se qualifica como qualitativa e descritiva, tendo como marco temporal janeiro a setembro de 2021. O site apresenta 2 vídeos, um com a execução do sinal, e outro o sinal em uma frase. Consta frases em libras e em língua portuguesa, a representação dos sinais em *sign writing*, a imagem correspondente avista panorâmica do município e os bairros, consta também a sua localização. Concluímos que a pesquisa reúne um número significativo de sinais específicos de um estado geograficamente extenso, que pode constituir um importante mecanismo de busca e difusão da Libras, assim como publicar a trajetória de construção lexicográfica dos sinais.

**Palavras-chave:** Site Maranhão em Sinais; Composição Estrutural; Lexicográfica; Libras.

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas/CCH/UFMA, Diretora da Diretoria de Acessibilidade/DACES/PROEN/UFMA e pesquisadora GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>2</sup> Prof<sup>o</sup> Especialista e pesquisador do Curso Letras Libras do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas/CCH/UFMA e pesquisador do GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>3</sup> Discente do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia/BICT e colaboradora de pesquisa/GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>4</sup> Discente do Curso de Letras Espanhol e intérpretes de Libras da UFMA, desenvolve atividade de pesquisa/GPETECEN/NUPETS/UFMA.

## O DESENVOLVIMENTO DO GLOSSÁRIO DE LIBRAS MARANHÃO EM SINAIS

Arenilson Costa Ribeiro<sup>1</sup>  
Claudiane Santos Araújo<sup>2</sup>  
Ricardo Oliveira Barros<sup>3</sup>  
Maria Nilza Oliveira Quixaba<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar a evolução da pesquisa “Os Sinais Maranhenses da Língua de Sinais Brasileira: Contribuição para seu Uso e Difusão em Ambientes Digitais” no desenvolvimento do glossário em Libras Maranhão em Sinais. O glossário é desenvolvido desde o ano de 2015, produto da pesquisa lexicográfica que visa reunir os sinais utilizados pela comunidade surda maranhense, tais como: lugares, instituições, comidas típicas, pontos turísticos e outros aspectos culturais. Até 2017 o trabalho foi documentado por meio de quatro publicações: Barros e Quixaba (2017), Ribeiro et.al. (2017), Quixaba et.al. (2017), e Quixaba e Santarosa (2015). Com a meta de continuar o relato do progresso desse estudo, buscou-se nas referências acima os detalhes técnicos de produção, o desenvolvimento e a manutenção do glossário *online*. A partir da participação ativa das etapas de produção do material, relatamos os novos caminhos que se mostraram necessários serem trilhados para atingir o objetivo final do projeto, de disponibilizar na *internet* os sinais coletados em etapas anteriores. Tais caminhos foram impostos pela necessidade de acrescentar qualidade à produção; de garantir seu caráter público; e por imposições circunstanciais como os obstáculos impostos pela pandemia. As formas de nos adequar às novas necessidades e dificuldades resultaram em estratégias que podem ser de ajuda para futuros pesquisadores da lexicografia em Libras.

**Palavras-chave:** Glossário em Libras; Maranhão em sinais; Lexicografia.

---

<sup>1</sup> Prof<sup>o</sup> Mestre em Tradução, docente do Curso Letras Libras/DELER/CCH/UFMA e pesquisador GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Mestra em Educação, docente do Curso Letras Libras/DELER/CCH/UFMA e pesquisadora GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>3</sup> Prof<sup>o</sup> Mestre em Tradução, intérprete de Libras/ALEMA/UEMA, Prof de Libras e pesquisador GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>4</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> em Informática na Educação, docente do Departamento de Letras/DELER/CCH/UFMA, pesquisadora/GPETECEN/NUPETS/UFMA e Diretora da Diretoria de Acessibilidade/DACES/PROEN/UFMA.

## O SITE MARANHÃO EM SINAIS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO- PEDAGÓGICO NO ENSINO DA LIBRAS

Maria Nilza Oliveira Quixaba<sup>1</sup>  
Antônio Mateus Cunha Pereira<sup>2</sup>  
Arenilson Costa Ribeiro<sup>3</sup>  
Claudiane Santos Araújo<sup>4</sup>  
Ricardo Oliveira Barros<sup>5</sup>  
Maik Waldemar Araújo Santos<sup>6</sup>  
Andressa Nascimento Coelho<sup>7</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo apresentar as contribuições do *site Maranhão em Sinais* como instrumento didático-pedagógico no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para tanto, utilizamos como alicerce os estudos da área de tecnologia, ensino de Libras e crianças surdas, dentre outros. A metodologia consiste na pesquisa qualitativa e bibliográfica com reflexões teóricas sobre a importância da produção de materiais didáticos acessíveis e que auxiliem na aprendizagem do\da aluno\aluna surdo\surda em ambientes digitais. Didaticamente, o banco de dados pode contribuir como ferramenta no processo educacional que ultrapassa o âmbito acadêmico e escolar e chegam a espaços sociais que contemplem tradutores e intérpretes de Libras dentre outros espaços que utilizam a Libras. Outrossim, este estudo torna-se relevante na medida em que demonstra que os sinais específicos do Maranhão utilizados pelas comunidades surdas e registrados neste ambiente digital, poderão dar suporte pedagógico e fomentar futuras pesquisas para a educação de surdos no Maranhão. A partir desse suporte do banco de sinais disponíveis para surdos\surdas e ouvintes é que consistirá esta análise investigativa com a intenção de propagar os sinais em ambientes

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> em Informática na Educação, docente do Departamento de Letras/DELER/CCH/UFMA, pesquisadora/GPETECEN/NUPETS/UFMA e Diretora da Diretoria de Acessibilidade/DACES/PROEN/UFMA.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Letras Inglês e colaborador de pesquisa//GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>3</sup> Prof<sup>o</sup> Mestre em Tradução, docente do Curso Letras Libras/DELER/CCH/UFMA e pesquisador GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>4</sup> Prof<sup>o</sup> Mestra em Educação, docente do Curso Letras Libras e pesquisadora GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>5</sup> Prof<sup>o</sup> Mestre em Tradução, intérprete de Libras/ALEMA/UEMA, Prof de Libras e pesquisador GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>6</sup> Prof<sup>o</sup> Especialista e pesquisador do Curso Letras Libras do Departamento de Letras do Centros de Ciências Humanas/CCH/UFMA e pesquisador do GPETECEN/NUPETS/UFMA.

<sup>7</sup> Discente do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia/BICT e colaboradora de pesquisa/GPETECEN/NUPETS/UFMA.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

digitais, de forma prática e com a intenção de estimular aprendizagem significativa, sobretudo na escola pública em tempos de ampliação de uso de tecnologias, a fim de que o espaço do ensino de Libras seja cada vez mais democrático e inclusivo.

**Palavras-chave:** Site; Ensino de Libras; Recurso Didático- Pedagógico.

## ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE UM TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO IFMA-CAMPUS MONTECASTELO- SÃO LUÍS/MA

Ilka Janaira Padilha Pinheiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Considerando-se o atual cenário de pandemia mundial da Covid 19 causada pelo novo Coronavírus que tem mudado a rotina de milhares de pessoas no mundo, assim como tem revelado muitas dificuldades de atuações sociais sob diversos setores, o presente trabalho objetiva apresentar reflexões sobre os desafios do processo educativo de surdos no contexto do ensino remoto no Instituto Federal do Maranhão, Campus Monte Castelo, sob a perspectiva do profissional tradutor/intérprete de Libras. O interesse pela temática surgiu, inicialmente, pelas experiências desta autora com as aulas remotas, nesta conjuntura de distanciamento social. Metodologicamente, este trabalho foi realizado por meio de pesquisa básica de natureza bibliográfica a partir de um relato de experiência. Desse modo, discutiu-se sobre os percalços impostos devido às necessidades de adaptações no contexto da pandemia de Covid-19, bem como os seus impactos sobre a aprendizagem dos alunos surdos, perspectivando a relação de intermediação comunicacional. Baseados nos pressupostos de Joye, Moreira e Rocha (2020), Santos (2009), Vieira, Quadros (2003). Discutiu-se sobre a educação de surdos na perspectiva do ensino remoto. Esse trabalho trata-se de um relato de experiência da autora que atua como intérprete de Língua de Sinais no Instituto Federal. O percurso do trabalho permitiu inferir as reflexões para novas estratégias de ensino frente a situações emergenciais e como o ensino remoto, quando realizado de forma organizada e responsável, pode facilitar a inclusão desses alunos surdos sem que haja danos ao processo de ensino e de aprendizagem. Esse contexto apresentou oportunidades para juntos debatermos sobre essa temática.

**Palavras-chave:** Ensino remoto; Alunos surdos; Relato de experiência; Covid 19.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras-Libras pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, Maranhão, Brasil.  
E-mail: ilka.padilha@discente.ufma.br.

## COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO GESTO A LIBRAS

Rita da Conceição Ferreira  
Maria Nilza Oliveira Quixaba

**RESUMO:** Este trabalho tem como foco de estudo investigar como ocorre a comunicação e a interação de crianças surdas na Educação Infantil e as implicações desse processo para sua aprendizagem. A referida pesquisa se justifica pela ampla necessidade de se discutir aspectos que envolvem a aquisição da linguagem pelas crianças surdas na Educação Infantil, principalmente registrar as fases de transição do gesto ao sinal de Libras em meio ao desenvolvimento da aprendizagem. O estudo ancora-se na abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e de campo. Para a coleta de dados recorreu-se a observações *in loco* e questionários aplicados aos professores e mães das crianças surdas da Educação Infantil da rede municipal de ensino de São Luís-MA. As análises dos dados coletados sustentam-se nos estudos de Vygotsky e autores contemporâneos que seguem a mesmalinha de pensamento. Com a análise das informações compiladas percebeu-se que a comunicação das crianças surdas ocorre basicamente por meio de gestos, e que os sinais de Libras estão sendo inseridos na interação comunicativa gradativamente pelos seus professores. Infere-se que o uso de gestos implica atraso no desenvolvimento da aprendizagem, pois as crianças observadas demonstraram dificuldades em compreender os conceitos apresentados pelos professores. Acredita-se que esse fato ocorra em decorrência da limitação comunicativa do gesto. Mediante essa realidade sugere-se que as famílias busquem conhecer e interagir por meio da Libras, que promovam espaços favorecedores onde as suas crianças possam ter contato com outras que se comuniquem em Libras, e que estas tenham aproximação com surdos adultos fluentes.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Comunicação; Interação; Crianças Surdas; Libras.

## **REGISTRO DOS SINAIS DE LIBRAS DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CAJUEIRO DEALCÂNTARA – MA**

Vidalmira dos Santos Silva  
Maria Nilza Oliveira Quixaba

**RESUMO:** A cultura é bem presente na educação da comunidade quilombola patrimonial na cidade de Alcântara. Os surdos estão imersos em um ambiente rico da cultura popular, ocorrem festejos das lendas, do bumba meu boi e os sons e batidas dos tambores de crioula, na língua de matriz africana na comunidade quilombola. Mediante esse ambiente rico de expressão popular, questiona-se como uma compilação de sinais das manifestações culturais da comunidade quilombola Cajueiro da cidade de Alcântara-MA poderiam auxiliar os surdos no processo de ensino e aprendizagem na escola?. Sendo assim, o estudo tem como objetivo investigar como a educação de surdos quilombolas da Comunidade Cajueiro na cidade de Alcântara no Maranhão está acontecendo e como as manifestações culturais emergem nas interações, na busca de enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem dos surdos. Acredita-se que os surdos de comunidades quilombolas tem o direito de se apropriar, preservar seus conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade. A cultura deve ser preservada, e a escola precisa oferecer as condições para isso. Conclui-se que o registro das expressões culturais de comunidades quilombolas em Libras pode ser um contribuinte para a inclusão de surdos nos eventos culturais, construção de sentidos, divulgação e produção de conhecimento.

**Palavras Chave:** Sinais de Libras; Manifestações Culturais; Comunidade Cajueiro; Quilombola.

## **O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Antônio Hercles Coelho Almeida  
Manuela Maria Cyrino Viana

**RESUMO:** Neste trabalho investigamos o processo de inclusão dos alunos surdos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a partir de suas concepções. Objetivamos identificar as dificuldades em âmbito institucional do Ensino Superior e analisar os recursos que favorecem o processo de inclusão de surdos na universidade. Para alcançar os objetivos a pesquisa se constituiu em bibliográfica, sendo possibilitada pelos estudos de Mazzotta (2001), Chahini (2016), Falcão (2015), Strobel (2009), dentre outros autores, que juntos embasaram este trabalho. Houve ainda uma segunda etapa neste estudo com procedimentos de pesquisa de campo, no período de junho de 2020 a agosto de 2021, na qual entrevistamos cinco universitários surdos, graduandos da Universidade Federal do Maranhão que responderam perguntas relacionadas à inclusão no campo acadêmico. Os resultados obtidos mostraram que o profissional tradutor/intérprete de Libras se constitui como elemento essencial à comunicação dos alunos surdos tanto em sala de aula como em demais setores da instituição. Inferimos também que, embora alguns alunos tenham relatado dificuldades, sobretudo com textos escritos, isto é, o uso do Português em modalidade escrita em sala de aula, estes demonstraram estarem conscientes de que precisam buscar estratégias a fim de aprimorar seus processos educacionais. Notou-se também que a universidade tem respeitado as políticas que dispõe acerca da inclusão de alunos surdos nos espaços educacionais de Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação de Surdos; Ensino Superior.



## **EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA: AS POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO PELOS ACADÊMICOS SURDOS**

Gisele Ferreira Brito  
Maria Nilza Oliveira Quixaba

**RESUMO:** A língua é o meio pelo qual o homem utiliza para comunicar, nessa necessidade interage com o outro por meio do discurso gerando, diversas formas empregadas para manter a comunicação compreensível. E, para isso originam novas palavras dentro do contexto presente. Nesse viés que as expressões idiomáticas começaram a aparecer, por essa necessidade de palavras. Os estudos das expressões idiomáticas e as possibilidades que o aluno surdo encontra para compreender dentro de um contexto, evidencia o quanto a língua é dimensional, produtiva, repleta de significados ao ser empregada. Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar como as expressões idiomáticas da Língua Portuguesa são compreendidas pelos acadêmicos surdos da Universidade Federal do Maranhão usuários da língua portuguesa como segunda língua-L2. Discutiu-se sob uma visão linguística, interpretando o sentido figurativo das expressões idiomáticas em Língua Portuguesa, pondo de maneira descritiva as possibilidades interpretativas dos surdos. A metodologia utilizada seguiu as recomendações da pesquisa bibliográfica e qualitativa. Constatou-se por meio da análise das informações colhidas a partir da participação dos alunos, que eles têm muitas dificuldades em entender as expressões idiomáticas, na maioria das vezes representam elas literalmente. Com base nisso recomenda-se que os professores utilizem essa forma de representação linguística e cultural com mais frequência para que os mesmos possam se familiarizar com essas importantes formas discursivas de se comunicar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua; Discurso; Semântica; Expressão Idiomática; Surdo.

## **APOIO PSICOLÓGICO AO SURDO COM QUADRO DE DEPRESSÃO**

Walmira Portela Coelho  
Maria Nilza Oliveira Quixaba

**RESUMO:** O presente trabalho discute sobre a experiência do apoio psicológico ao surdo com quadro de depressão. A pesquisa se enquadra como qualitativa e estudo de caso e tem como aporte teórico o Behaviorismo de Skinner. O apoio psicológico ao surdo no CAS Maranhão é realizado desde a sua fundação, dezenas de surdos oriundos das escolas da rede estadual de ensino são encaminhados para os profissionais do Núcleo de Apoio Técnico-NAT deste centro. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se: Avaliação de pessoas com perda auditiva/surdez ou suspeita da mesma, sem enfoque clínico, encaminhamento para especialidades médicas e outros profissionais da saúde, sempre que necessário, orientação quanto às ações dos órgãos públicos de proteção/promoção à saúde, orientação quanto aos serviços prestados em instituições públicas e privadas e oferta de apoio biopsicossocial. O atendimento a estudante com quadro de depressão ganhou destaque pela especificidade. A depressão é entendida como um transtorno psiquiátrico com alto índice de prevalência, a experiência de atendimento de queixa de depressão a uma pessoa surda foi considerada bem sucedida e as técnicas desenvolvidas foram com base nos estímulos e respostas. Consideramos que a técnica deve ser utilizada de acordo com a especificidade e grau de comprometimento de cada estudante. As técnicas de atendimento seja ela derivada de outras abordagens ou cognitiva comportamental o importante é o sujeito e a forma que o mesmo reage.

**Palavras Chave:** Apoio Psicológico; Surdo; Depressão; Atendimento.

## **A LIBRAS NA WEB E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS SINAIS ENCONTRADOS NO INSTAGRAM**

Renan Pires Azevedo  
Manuela Maria Cyrino Viana

**RESUMO:** Esta pesquisa em questão foi motivada pela vivência própria em contato com a Língua Brasileira de Sinais - Libras, com os surdos e com as redes sociais, e tem como objetivo levantar, registrar, descrever os sinais da Libras presentes na web, especificamente da rede social Instagram, utilizados em duas regiões do Brasil, nordeste e sul, comparando com os sinais registrados no dicionário da Língua de Sinais do Brasil (2017), e identificar as variações linguísticas presentes. Neste estudo foi explorado o fenômeno da variação linguística guiando-se pelos pressupostos teóricos da perspectiva da Sociolinguística variacionista (LABOV, 1972). Utilizamos as discussões de Antunes (2009), Bagno (2002), Marcuschi (2000), Saussure (1978), a sociedade em rede proposto por Castells (1999) considerando ouvintes e surdos conforme Strobel (2008), além da discussão acerca dos parâmetros linguísticos nas línguas de sinais com Stokoe (1960), Quadros e Karnopp (2004). A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica e documental. O corpus de análise foi constituído considerando dois perfis de domínio público do Instagram, no qual os sinais foram encontrados. Nas variantes encontradas verificamos a presença de variação a nível de registro, alterando-se pela mudança de um parâmetro, e variação lexical, alterando-se pela mudança de mais de um parâmetro. Em alguns sinais foram encontradas variantes sem que não corroboravam com os sinais adotados como padrão presente no dicionário, ou até mesmo não tinha registro, comprovando assim que o Instagram traz possibilidades atuais de sinalizações para o mesmo referente sem antes mesmo de um registro formal.

**Palavras-chave:** Libras; Variação linguística; Web; Instagram.

## A EDUCAÇÃO DE SURDOS SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA BILÍNGUE: UM DEBATE SOBRE INCLUSÃO

Ana Beatriz Barros de Lima<sup>1</sup>  
Iago Lucas Almeida de Araújo<sup>2</sup>  
Pedro Henrique Araújo Costa<sup>3</sup>  
Sara Ferreira Fonseca<sup>4</sup>  
Lucas Vinícius Lobão de Sousa<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este trabalho aborda o funcionamento da escola bilíngue e as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda para serem incluídos na educação regular. A escassez de políticas públicas e esforços do governo no intuito de abraçar essa comunidade são pontosa considerar, o que pode acabar criando uma distância entre surdos e não surdos. Portanto, é primordial para a existência do acolhimento e para uma sociedade mais inclusiva que esses alunos tenham uma educação estruturada na língua brasileira de sinais e, também, promover o compartilhamento não apenas de uma língua, mas também, de uma cultura em comum. A pesquisa foi motivada pela necessidade de elucidação sobre o debate entre a atual política de educação inclusiva brasileira e a urgência de implantação das escolas bilíngues. A partir de uma pesquisa bibliográfica foi possível elencar as principais ideias e regulamentações que hoje dão corpo à educação inclusiva no Brasil e também ao bilinguismo como meio de autonomia para o aluno surdo.

**Palavras-chave:** Acolhimento; inclusiva; educação; compartilhamento.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Francês pela UFMA. E-mail: abb.lima@discente.ufma.br <sup>2</sup> Graduando em Letras Francês pela UFMA. E-mail: iago.lucas@discente.ufma.br <sup>3</sup> Graduando em Letras Inglês pela UFMA. E-mail: pedro.hac@discente.ufma.br

<sup>4</sup> Graduanda em Letras Francês pela UFMA. E-mail: sar.ff@discente.ufma.br

<sup>5</sup> Graduando em Letras Francês pela UFMA. E-mail: lucas.lobao@discente.ufma.br

## INCLUSÃO CINEMATOGRAFICA: LIBRAS COMO QUEBRA DE BARREIRAS

Cássia Gabrielle Miranda França<sup>1</sup>  
Fernanda da Rocha Carmo<sup>2</sup>  
Geycyane Araújo Gonçalves<sup>3</sup>  
Keuly Ribeiro Vieira  
<sup>4</sup>Lúcio Márcio Rodrigues<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como propósito a contemplação e análise do acesso de pessoas com deficiência auditiva aos espaços cinematográficos, de forma que não haja obstruções. Objetiva-se ainda, proporcionar debates e análises críticas sobre este tema, necessários para um cinema acessível. Tendo em vista a carência de discussões sobre esse assunto, firmamos a importância do nosso artigo, destacando a relevância do cinema inclusivo para a formação cultural e crítica do ser humano. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, onde são desenvolvidas as categorias de deficiência auditiva e acessibilidade ao cinema. Dentre os teóricos citados neste artigo encontram-se Fischer (1987), Biesdorf & Wandscheer (2011), entre outros.

**Palavras-chave:** Inclusão; Acessibilidade; Cinema; Deficiência auditiva.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Letras-Francês da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
cassia.gabrielle@discente.ufma.br

<sup>2</sup>Graduanda do curso de Letras-Francês da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
fernanda.carmo@discente.ufma.br

<sup>3</sup>Graduanda do curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
geycyane.araujo@discente.ufma.br

<sup>4</sup>Graduanda do curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
keuly.ribeiro@discente.ufma.br

<sup>5</sup> Graduando do curso de Letras-Inglês da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
lucio.marcio@discente.ufma.br

## O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM ESCOLAS REGULARES

Geovanna Barros Campos<sup>1</sup>  
Renata de Cassia Costa Fonseca<sup>2</sup>

**Resumo:** Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de pessoas têm algum problema relacionado a surdez, ou seja, 5% da população é surda. Entre essas pessoas, 2,7 milhões não ouvem nada. Diante disto, estima-se que grande parte dessa população necessitará do auxílio de um intérprete ao longo da vida escolar. O intérprete de libras é um dos principais caminhos para a inclusão desses alunos no ambiente escolar regular, visto que esses profissionais têm como objetivo ser o canal comunicativo entre aluno, professor, colegas e funcionários da instituição de ensino. O presente artigo objetiva falar sobre o papel do profissional intérprete de libras na inclusão de alunos surdos ao longo da vida estudantil, bem como sua importância e os desafios enfrentados, por meio de consulta bibliográfica e pesquisas. A justificativa do trabalho se apresenta a partir da necessidade de uma maior inclusão da comunidade surda nos ambientes escolares, além do entendimento da importância da acessibilidade comunicativa a todos os grupos da sociedade. Os resultados apontam para a necessidade latente de mais profissionais intérpretes dentro das escolas regulares, principalmente na educação básica, e que sua falta tem trazido grandes prejuízos aos alunos surdos que necessitam de uma busca muito maior e mais enfadonha para conseguir a matrícula. Conclui-se que há urgência na conscientização das escolas e poderes públicos para a capacitação e contratação de intérpretes que auxiliem aos alunos durante suas aulas, tornando o espaço de aprendizado mais justo e inclusivo.

**Palavras-chave:** Inclusão; Libras; Intérprete; Educação Básica.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Letras – Inglês pela Universidade Federal do Maranhão – geovanna.campos@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Letras - Francês pela Universidade Federal do Maranhão - rcc.fonseca@discente.ufma.br.

## **INCLUSÃO, APRENDIZAGEM E SURDEZ – UM ESTADO DO CONHECIMENTO**

Pedro Luiz do Nascimento Neto

**RESUMO:** Este trabalho se trata de um estado do conhecimento no qual objetivamos contribuir para elaboração de um arcabouço de constructos teórico-metodológicos difundidos por artigos acadêmicos, o que pode resultar em subsídio para futuras pesquisas. A metodologia se valeu fundamentalmente da pesquisa bibliográfica a partir da procura de produções científicas na área da Educação Especial, no entanto, a busca não ocorreu de forma aleatória, mas seguindo um percurso metodológico definido. Para fins de coleta de dados, decidimos buscar por teses, dissertações e artigos, disponíveis em grandes sítios eletrônicos indexadores de produções acadêmicas. Dentre eles escolhemos a Plataforma CAPES, que pode ser acessada por qualquer pessoa que tenha internet disponível utilizando PC, tablet ou celular, pois nela há um catálogo de trabalhos acadêmicos que inclui grande parte dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Estipulando-se para isso os critérios de busca: inclusão, aprendizagem e surdez. Na primeira busca, os resultados foram de 108.689 teses e dissertações sobre a temática especificada. Mas ao aplicarmos todos os critérios de seleção acima relacionados, obtivemos 20 trabalhos científicos, dos quais 7 foram enquadrados nos objetivos desta pesquisa. Esta pesquisa demandou bastante atenção na leitura dos resumos, levando em consideração o cerne dos artigos científicos, seu caráter teórico e suas conclusões. Por conseguinte, conclui-se que, a mesma se constituiu um importante levantamento de bibliografia para aproveitamento em nossa prática docente.

**Palavras-Chave:** Estado do Conhecimento; Inclusão; Aprendizagem e Surdez.

## **UM SISTEMA DE IMAGENS VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS: O USO DO PECS NA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA DE UM ALUNO AUTISTA NÃO VERBAL**

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo descreve uma experiência com uso do *Picture Exchange Communication System (PECS)* como solução para romper a barreira comunicativa de um aluno autista não verbal matriculado em uma escola da rede pública municipal de ensino de São Luís, Maranhão. Tem como principal objetivo discutir, nos aspectos teóricos e práticos, a importância do PECS para a acessibilidade comunicativa e inclusiva do aluno autista. O percurso metodológico delineado compreende o marco teórico de referência, a descrição do planejamento da intervenção pedagógica com o PECS, o método empregado, a discussão e reflexão sobre as considerações observadas com relação à ação desenvolvida. Os resultados preliminares obtidos apontam para um aparente desenvolvimento na interação social e iniciativa comunicacional para algumas atividades pedagógicas, principalmente ao estruturar e apontar imagens, quando solicitado, do PECS e relacioná-las a sua função no contexto comunicacional, porém a falta de iniciativa linguística, bem como as situações de mutismo ainda são recorrentes, apesar de menos intensas considerando o período pré-intervenção. Concluiu-se que as ações programadas para romper o bloqueio linguístico e possibilitar a acessibilidade comunicativa desse aluno parte da necessidade em realizar estímulos constantes para despertar o seu interesse nessa nova atividade atribuída com o objetivo de aumentar a sua acessibilidade comunicativa e inclusiva na escola, família e sociedade.

**Palavras-chave:** PECS; Autismo; Comunicação; Acessibilidade.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora do Atendimento Educacional Especializado na rede pública de ensino de São Luís, Maranhão. E-mail: prof.luciana.jbs@gmail.com



## COMUNICAÇÃO COM SURDOS E SEUS FAMILIARES OUVINTES QUE NÃO SABEM LIBRAS

Ana Cristina S. Silva<sup>1</sup>  
Gleiciane Amorim Pimenta<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho visa à importância da comunicação dos surdos com seus familiares para que todos os seus (familiares, amigos e demais) possam interagir de maneira harmoniosa. Tendo como objetivo analisar a importância da língua de sinais no contexto familiar, a fim de possibilitar melhor comunicação entre os membros da família. Desta forma a Comunicação com o surdo e seus familiares surdos nunca foi fácil principalmente porque muitos familiares não sabem a língua de Sinais. Desta forma sabemos que é na família que ocorre a comunicação e o uso da linguagem na interação familiar podem ser considerados as bases da formação de um sujeito. Por não partilharem de uma mesma língua, em geral, lares ouvintes com filhos surdos têm passado por diversas dificuldades nas comunicações linguísticas. Fundamentado na visão bakhtiniana de linguagem, como o eixo da relação do homem consegue mesmo e que considera os interlocutores ativos nas interações linguísticas. A metodologia adotada é qualitativa sociohistórica do círculo bakhtiniano. Este trabalho tem como objetivo refletir a Comunicação com o surdo e seus familiares ouvintes que não sabem libras. Ressalte-se que esses discursos foram produzidos durante os encontros *online* via *google meet* com um grupo de familiares de surdos. Como resultado, a pesquisa apontou dificuldades dos familiares diante das possibilidades de compreender e de serem compreendidos pelas crianças surdas.

**Palavras-chave:** Comunicação; Surdez; Família.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Libras; E-mail: estrelaarte@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Libras; E-mail: cleidiane.libras@gmail.com

## **EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)**

Claudiane Santos Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância de discutir sobre sexualidade com os/as alunos/as com deficiência nos diversos níveis e modalidades educacionais que compõem a educação. O interesse por essa temática se deu a partir da observação das experiências de vida de mulheres com deficiência, principalmente surdas em diversos níveis de educação e na modalidade EJA quando fui intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na rede estadual do Maranhão. Foi possível observar a lacuna e o silenciamento de discussões sobre sexualidade e educação sexual na vida dessas mulheres no currículo e nas discussões em sala e esta ausência aponta impactos para a vida delas.

**Palavras-Chave:** Educação; Sexualidade; Pessoas com Deficiência; Mulheres Surdas;

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Letras e do curso de Licenciatura em Letras e Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

# TRABALHOS COMPLETOS

## **UM SISTEMA DE IMAGENS VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS: OU SO DO PECS NA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA DE UM ALUNO AUTISTA NÃO VERBAL**

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo descreve uma experiência com uso do *Picture Exchange Communication System (PECS)* como soluço para romper abarreira comunicativa de um aluno autista não verbal matriculado em uma escola da rede pública municipal de ensino de São Luís, Maranhão. Tem como principal objetivo discutir, nos aspectos teóricos e práticos, a importância do PECS para a acessibilidade comunicativa e inclusiva do aluno autista. O percurso metodológico delineado compreende o marco teórico de referência, a descri o do planejamento da interven o pedagógica com o PECS, o método empregado, a discussão e reflexão sobre as considera es observadas com rela o   a o desenvolvida. Os resultados preliminares obtidos apontam para um aparente desenvolvimento na intera o social e iniciativa comunicacional para algumas atividades pedagógicas, principalmente ao estruturar e apontar imagens, quando solicitado, do PECS e relacioná-las a sua fun o no contexto comunicacional, porém a falta de iniciativa linguística, bem como as situa es de mutismo ainda são recorrentes, apesar de menos intensas considerando o período pré- interven o. Concluiu-se que as a es programadas para romper o bloqueio linguístico e possibilitar a acessibilidade comunicativa desse aluno parte da necessidade em realizar estímulos constantes para despertar o seu interesse nessa nova atividade atribuída com o objetivo de aumentar a sua acessibilidade comunicativa e inclusiva na escola, família e sociedade.

**Palavras-chave:** PECS; Autismo; Comunica o; Acessibilidade.

**ABSTRACT:** This article learns about an experience using the *Picture Exchange Communication System (PECS)* as a solution to break a communication barrier of a non-verbal autistic public student enrolled in a municipal school in São Luís, Maranhão. Its main objective is to discuss, in theoretical and practical aspects, the importance of PECS for the communicative and inclusive accessibility of the autistic student. The outlined methodological path comprises the theoretical framework of reference, the description of the planning of the pedagogical intervention with the PECS, the method, the discussion and reflection on the considerations observed in

---

<sup>1</sup> Mestra em Educa o pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora do Atendimento Educacional Especializado na rede pública de ensino de São Luís, Maranhão. E-mail: prof.luciana.jbs@gmail.com

relation to the developed action. The preliminary results chosen point to an apparent development in social interaction and communicational initiative for some pedagogical activities, mainly by structuring and pointing images, when requested, of the PECS and relating them to its function in the communicational context, but the lack of linguistic initiative, as well as the hypotheses of mutism are still recurrent, although less intense considering the pre-intervention period. It was concluded that the actions programmed to break the linguistic blockage and enable the communicative accessibility of this student stem from the need to carry out constant stimuli to awaken their interest in this activity, with the aim of increasing their communicative and inclusive accessibility at school, family and society.

**Keywords:** PECS; Autism; Communication; Accessibility.

## INTRODUÇÃO

“Uma imagem vale mais que mil palavras”, a partir dessa expressão de autoria do filósofo chinês Chiu Kung, popularmente conhecido como Confúcio, realizou-se o trocadilho usado no título deste artigo, pois as imagens são formas simbólicas capazes de transmitir significados e quando reunidas como um sistema, expressam muito mais do que palavras, mas também conceitos completos e complexos. Os estudos de Bondy e Frost (2002) concorrem para o desenvolvimento do método *Picture Exchange Communication System* (PECS) para a comunicação funcional por meio de figuras de crianças autistas com o meio social. Tal método proporcionava que as crianças trocassem figuras por itens do seu interesse e assim a sua comunicação estava sendo estimulada.

Diante disso, percebe-se que as imagens são ferramentas essenciais e podem possibilitar a comunicação e a expressão da fala de forma ativa e funcional, posto que a fala é um dos canais de comunicação mais utilizados pelos indivíduos, pois associa sons, sílabas e palavras para representar pensamentos, transmitir significados e ideias (CANCINO, 2015).

Pessoas com autismo, geralmente tem prejuízos na sua comunicação e interação com o meio, apresentando um atraso na fala e situações de mutismo, geralmente por muitas não desenvolverem a fala ou a utilizarem de forma disfuncional (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; ZANON; BACKES; BOSA, 2014). Nesses casos, a intervenção com o PECS pode auxiliar o desenvolvimento comunicativo desse indivíduo, por se constituir um meio acessível e dinâmico, desde que seja, de fala participem de diferentes contextos planejado, conforme os interesses, habilidades e necessidades de cada um, focando superar as barreiras que o impedem de agir com autonomia e expressar seus desejos e emoções (VON TETZCHNER, 2009).

Deste modo, o principal objetivo deste relato é discutir a funcionalidade do PECS para alunos autistas não verbais, a partir de um caso real pela qual está se realizando uma intervenção e a partir desse contexto, evidenciar que a aplicação e uso dessa ferramenta é uma alternativa viável e possível para superar bloqueios linguísticos em alunos nessa condição.

Portanto, as questões levantadas e discutidas, a partir do relato de experiência, expressos neste texto pretendem dar margem aos estudos sobre o uso do método PECS para autistas não verbais como forma de lhes possibilitar tanto o acesso ao mundo comunicativo, como principalmente abrir caminho para sua inclusão escolar e social de forma geral.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A intervenção com o PECS para o aluno autista foi planejada no Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois este serviço da Educação Especial tem por finalidade “[...] prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes” (BRASIL, 2011).

Convém pontuar que a identidade do aluno, de seus familiares e da escola foram mantidos em sigilo optando-se por substituir por nomes fictícios

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

assegurando o que dispõe a Resolução Nº 510/2016. Assim, para que a proposta de intervenção com uso do PECS fosse executada foram estruturadas as seguintes etapas: Etapa 1: Pré-Intervenção e Etapa 2: Intervenção, conforme Quadro 01 a seguir:

**Descrição Quadro 1- Planejamento das etapas de intervenção no AEE com o método**

**PECS: Etapa 1: Pré-Intervenção**

**AÇÕES:**

Observação do aluno  
Elaboração do Plano de AEE

**DESCRIÇÃO:** Observar e registrar o comportamento do aluno na Sala de Recursos durante o AEE e coletar informações extras sobre a sua vida escolar e familiar para contextualizar e sistematizar as ações na intervenção com o PECS.

**OBJETIVO:** Elaborar o estudo de caso de Ruy com base nas informações e observação obtidas.

**Etapa 2: Intervenção**

**AÇÕES:** Utilização do método PECS (BONDY; FROST, 2002; Pyramid Educational (2020).

**DESCRIÇÃO:**

Fase I – “Como Comunicar” – **OBJETIVO:** Ocorre quando o indivíduo aprende a trocar uma única figura de um item ou atividade desejada.

Fase II – “Distância e Persistência” – **OBJETIVO:** Acontece quando os indivíduos aprendem a generalizar a troca deslocando até a pasta de comunicação e até o parceiro (mediador) de comunicação em diferentes lugares, com pessoas distintas e com distâncias variadas.

Fase III – “Discriminação de Figuras” – **OBJETIVO:** Trata-se quando os indivíduos aprendem a selecionar entre duas ou mais figuras da sua pasta de comunicação para pedir seus itens favoritos.

Fase IV – “Estrutura de Sentença” – **OBJETIVO:** Sistematiza-se quando os indivíduos aprendem a construir frases simples em uma Tira de Sentença destacável usando uma figura “Eu quero” seguida de uma figura do item que está sendo solicitado. E, seguidamente aprendem a expandir suas sentenças adicionando adjetivos, verbos e preposições.

Fase V – “Responder: O que você quer?” – **OBJETIVO:** Dá-se quando os indivíduos aprendem a usar o PECS para responder à pergunta: “O que você quer?”

Fase VI – “Comentar” – **OBJETIVO:** Finalmente, ocorre quando os indivíduos são ensinados a comentar em resposta a perguntas como: “O que você vê?”, “O que é?”. Eles aprendem a construir frases com “Eu vejo”, “Eu ouço”, “Eu sinto”, “Isto é”, etc.

Quadro 1 – Planejamento das etapas de intervenção no AEE com o método PECS

<b>Etapa 1: Pré-Intervenção</b>		
<b>AÇÕES</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Observação do aluno	Observar e registrar o comportamento do aluno na Sala de Recursos durante o AEE e coletar informações extras sobre a sua vida escolar e familiar para contextualizar e sistematizar as ações na intervenção com o PECS.	Elaborar o estudo de caso de Ruy com base nas informações e observação obtidas.
Elaboração do Plano de AEE	Momento para análise do material coletado. E estudo para as adaptações, seleção de recursos, tipos e quantidade de estímulos e estratégias a serem utilizadas com o aluno.	Estimular a linguagem funcional do aluno e possibilitar a aprendizagem do que deseja e suas ações.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

<b>Etapa 2: Intervenção</b>		
<b>AÇÕES</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Utilização do método PECS (BONDY; FROST, 2002; Pyramid Educational (2020).	Fase I - "Como Comunicar"	Ocorre quando o indivíduo aprende a trocar uma única figurade um item ou atividade desejada.
	Fase II - "Distância e Persistência"	Acontece quando os indivíduos aprendem a generalizar a troca deslocando até a pasta de comunicação e até o parceiro (mediador) de comunicação em diferentes lugares, com pessoas distintas e com distâncias variadas.
	Fase III - "Discriminação de Figuras"	Trata-se quando os indivíduos aprendem a selecionar entre duas ou mais figuras da sua pasta de comunicação para pedir seus itens favoritos.
	Fase IV - "Estrutura de Sentença"	Sistematiza-se quando os indivíduos aprendem a construir frases simples em uma Tira de Sentença destacável usando uma figura "Eu quero" seguida de uma figura do item que está sendo solicitado. E, seguidamente aprendem a expandir suas sentenças adicionando adjetivos, verbos e preposições.
	Fase V - "Responder: O que você quer?"	Dá-se quando os indivíduos aprendem a usar o PECS para responder à pergunta: "O que você quer?"
	Fase VI - "Comentar"	Finalmente, ocorre quando os indivíduos são ensinados a comentar em resposta a perguntas como: "O que você vê?", "O que é?". Eles aprendem a construir frases com "Eu vejo", "Eu ouço", "Eu sinto", "Isto é", etc.



**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Fonte: elaborado pela autora com base em Bondy; Frost (2002) e Pyramid Educational (2020).

Esta ação pedagógica foi sistematizada no Plano de AEE do aluno, após um período de observação do mesmo e com base nos relatos orais e relatórios escolares dos docentes do ensino comum, pois estes tiveram um contato mais frequente com o aluno, durante praticamente toda a sua vida escolar. E com os responsáveis pelo aluno, a fim de estruturar o seu perfil de forma mais completa possível para a intervenção com o PECS.

### **Relato do Caso**

O aluno Ruy tem 16 anos, nasceu no dia 22 de novembro de 2005, em São Luís, Maranhão. É filho de Orquídea e Cravo. Atualmente cursa o 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Sabedoria, instituição de ensino da rede pública municipal de educação de São Luís.

O diagnóstico de autismo foi tardio, apenas aos 14 anos, principalmente por insistência e constantes alertas dos professores da respectiva escola em que Ruy estuda desde o 1º ano do Ensino Fundamental, posto que os pais não acreditavam que o filho estava na condição de aluno com alguma necessidade específica. E, de certa forma, não aceitavam o filho com deficiência ou algum transtorno. No entanto, somente com o agravamento da situação no rendimento escolar e na vida social de Ruy que os seus pais tomaram a iniciativa de finalmente pedirem ajuda médica especializada.

Os professores percebiam que o aluno manifestava um comportamento “diferente” dos demais alunos, tais como: introspecção, olhar distante como estivesse em outro lugar e mutismo em sala de aula. Além da dificuldade de aprendizagem em alguns conteúdos e isolamento em atividades básicas como recreio escolar, educação física, festas para datas comemorativas, projetos pedagógicos entre outras. Quando indagado em sala, com trabalhos e avaliações, o aluno não emitia *feedback* ao professor, permanecia em silêncio, apenas sussurrava com um tom de voz muito baixo.

Após todas essas constatações, e após uma avaliação do setor responsável pela Educação Especial da rede municipal de ensino, o aluno iniciou o Atendimento Educacional Especializado pela primeira vez, no segundo semestre do ano de 2019

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
em Sala de Recursos na Escola Sabedoria.

O aluno cursa o ensino regular no turno vespertino e no turno matutino comparece duas vezes por semana no AEE. Apresenta o seguinte quadro: problema específico de linguagem (pragmático); falta de iniciativas linguísticas, bloqueios linguísticos e situações de mutismo. Como proposta para superar e amenizar esse quadro, a intervenção com PECS consiste numa possibilidade segura de conferir a esse aluno a sua acessibilidade comunicativa.

Desse modo, a intervenção ainda em fase de aplicação representa uma forma de acreditar nas potencialidades do aluno Ruy assim como assegurar que o seu acesso, permanência participação no contexto escolar seja efetivado. E, diante do relato do caso exposto e das etapas de intervenção descritas, as Fases I e II foram desenvolvidas no período novembro de 2019 a março de 2020, porém com a instauração da pandemia do coronavírus no ano de 2020, as demais fases tiveram que ser postergadas e adequadas para serem executadas de forma remota. No atual momento estar-se-á na fase III.

## **RESULTADOS (PARCIAIS) E DISCUSSÕES**

Para iniciar a intervenção, conforme expressa o passo I do método PECS foi elaborado um banco de imagens relacionadas aos interesses do aluno, a partir do seu Estudo de Caso. Seguidamente foram construídas duas pastas de comunicação com as imagens já armazenadas, sendo que uma ficou com o aluno e a outra na Sala de Recursos. A Figura 1 ilustra a pasta confeccionada disponível na Sala de Recursos para o AEE com o aluno:

**Descrição da Imagem Figura 1:** Pasta de Comunicação com PECS (capa e pranchas de comunicação). Em um fundo cinza, pasta temática de símbolos gráficos, com sacos plásticos nos tons de preto e azul, na borda à direita, figuras de um menino, abaixo, figura de um abacaxi e um copo contendo um líquido amarelo, comalça preta; 2. Quatro folhas de papel A4 coloridas, com vários cartões de comunicação temáticos colados.

Figura 1 – Pasta de Comunicação com PECS (capa e pranchas de comunicação)

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**



Fonte: registro da autora.

Para a confecção do respectivo recurso pedagógico foram necessários os seguintes materiais: 2 fichários, imagens impressas e plastificadas, velcro, cola, tesoura e fita adesiva, 2 cartões para suporte às pastas. Uma pasta ficou na Sala de Recursos do AEE e a outra com o aluno utilizar no domicílio como reforço. A partir do que o aluno entende e aprende no AEE com o PECS, ele exercita em seu domicílio e ambiente social, conforme orienta o método.

Para o aluno foi necessário estruturar as imagens que para ele são significativas e que iriam transmitir as ideias que ele precisava para se comunicar. O PECS é um sistema que não demanda de alta tecnologia, além disso é de fácil utilização e de baixo custo, pois permite ao aluno com autismo se comunicar em qualquer contexto.

Foi desenvolvido nos Estados Unidos, nos anos 1980, por Froste Bondy no *Delaware Autistic Program*. É um sistema de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) que funciona com troca de símbolos pictográficos representados em cartões (RODRIGUES, 2018).

Convém pontuar que a CAA está incluída na Tecnologia Assistiva(TA), área do conhecimento que emprega recursos para favorecer a funcionalidade de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida a fim de promover autonomia. De acordo com os estudos de Galvão Filho e Miranda (2011), a TA permite a autonomia e a inclusão social

de alunos autistas, fato que evidencia e se mostra de extrema relevância já que se apresenta como um instrumento promissor para que esses sujeitos possam ter

mais participação tanto educacional quanto social ao facilitar sua inclusão de forma mais ativa diante de suas necessidades como ser social possuidor de suas particularidades individuais.

A utilização do PECS contribui para fomentar e melhorar a comunicação e as interações sociais de crianças e jovens com autismo, pois permite, a esses sujeitos que não têm linguagem verbal ou que possuem uma linguagem pouco funcional, se comunicarem, desenvolverem e compreenderem o uso da estrutura da linguagem, reduzindo assim o seu déficit e comportamentos disruptivos em uma comunicação sem retorno. Por ser um sistema bastante pormenorizado e experimental, facilmente se adequa ao nível de exigência de cada sujeito, estabelecendo um processo de ensino passo a passo (ALMEIDA, 2017).

O sistema ou método PECS desenvolve-se por meio de seis fases sequenciais, cada uma composta por objetivos de treino específicos, com a utilização de um conjunto de símbolos representativas do mundo real do aluno. Ele assim, é instruído a escolher uma imagem do objeto que desejam e a oferecê-lo ao interlocutor para que este lhe dê o objeto correspondente, criando assim, um ato comunicativo (ALMEIDA, 2017).

Com a aplicação da Fase I no final do ano de 2019 e da Fase II e III durante o ano de 2020 e 2021 pode se perceber melhorias singelas, mas que começam a proporcionar resultados. Diante dos resultados alcançados, fica evidente a influência benéfica PECS no processo de aprendizagem comunicacional e inclusão escolar e social. Muito ainda tem que ser feito, para que a intervenção tenha resultados promissores para o aluno, principalmente. Sendo assim, espera-se que no ano de 2022 com a possibilidade de retorno presencial das aulas na rede municipal, as demais etapas do método PECS possam ser efetivadas com mais dinamicidade e interações recíproca.

E, dentre os inúmeros benefícios do método em destaque pode-se observar ainda, como exposto por Cortes (2015), a redução do isolamento e a motivação ao diálogo do aluno com autismo, representando fatores estimulantes para todos os envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, o PECS como uma ferramenta versátil diante de sua funcionalidade comunicativa pode ser aplicada de forma interdisciplinar envolvendo a socialização do aluno autista de forma

## **CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS**

Evidentemente, por constituir um relato de experiência de uma prática pedagógica em andamento, tal trabalho tem limitações no que toca ao alcance dos resultados. Estes, na sua maior parte, como se assinalou, descrevem a situação encontrada no local da pesquisa. Isso sugere, evidentemente, a necessidade de concluir a intervenção para que se possa investigar a importância do conhecimento para a orientação das práticas.

As características do aluno com autismo não podem ser motivos de desistência para os professores e familiares, pois é um desafio, e os principais passos a serem adotados é reconhecer, acompanhar e procurar melhoras estratégias e condições para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Representa um aprendizado constante quando se permite conhecer o mundo singular do autismo.

Nessa questão, direcionar o olhar sensível para a não comunicação verbal do aluno autista e acolhê-la de forma inclusiva percebendo sempre para as suas potencialidades e não para as suas dificuldades é de suma importância. Com enfoque nessas considerações, a produção deste relato proporcionou a enriquecedora discussão e entendimentos a respeito da aplicação do PECS como uma solução possível para suprir a necessidade comunicativa desse aluno, o que propiciou o conhecimento compartilhado e suscitou o desejo de buscar novos saberes e referenciais, visto que a sociedade está em constante evolução no que se refere a avanços em estudos e métodos direcionados às áreas da comunicação.

E esta evolução acabou por aprimorar os seus sistemas, despontando inúmeras possibilidades para o seu desenvolvimento na vivência de uma ferramenta que pode ser útil para o trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado e pesquisas a serem produzidas no contexto acadêmico e profissional. Assim, o presente trabalho, mesmo que discretamente e em andamento, fomenta e estimula que surjam outras produções que possam discutir a aplicação do PECS para o desenvolvimento comunicacional do aluno com

autismo, pois quanto maior a produção científica em questão maior será a possibilidade de ganhos de uma determinada ferramenta da ação pedagógica.

Em síntese, neste momento de fechamento, esse exercício do empírico para o teórico, constitui uma troca de papéis, em que o pesquisador e os pesquisados respondem aos mesmos questionamentos e se dispõem nas díspares posições para melhor compreensão dos diálogos. Além disso, abriu caminho para se compreender que o ato de comunicar é fundamental ao ser humano, pois lhe confere a possibilidade de conviver em sociedade. E, para que se busque por evidências no uso do método PECS como facilitador no processo de desenvolvimento funcional da fala, principalmente para alunos com autismo não verbal.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V.L.L. de. **Influência do Picture Exchange Communication System (PECS) na comunicação e aquisição da linguagem numa criança com Perturbação do Espectro do Autismo**. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra, Escola Superior de Educação, Politécnico de Coimbra, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-5**. 5 ed. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BONDY, A. S.; FROST, L. A. **Manual de Treinamento do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras**. 2. ed. Pyramid Educational Consultants, 2002.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 11 ago. 2021.

CANCINO, M. H. **Transtornos do desenvolvimento e da comunicação: autismo, estratégias e soluções práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

CORTES, C. C. **Comunicação alternativa: um outro olhar para se comunicar**. 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade do Estado do Rio de

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2015.

GALVÃO FILHO, T.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e paradigmas educacionais: Percepção e prática dos professores. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E*

PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, Natal, RN. **Anais [...]**. Natal, RN: ANPED, 2011. p. 1-15.

PYRAMID EDUCATIONAL CONSULTANTS. **O Sistema de Comunicação de Troca de Figuras (PECS)**. 2020. Disponível em: Acesso em: 11 ago. 2021.

RODRIGUES, V. **Efeitos do PECS associado ao Point-of-View Vídeo Modeling na comunicação de crianças com Transtorno do Espectro Autista**. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

VON TETZCHNER, S. Suporte ao desenvolvimento da Comunicação Suplementar e Alternativa. *In: DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MACEDO, E. C. (org.). Comunicação Alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Identificação dos primeiros sintomas do Autismo pelos pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014.

## A TEORIA MUSICAL INCLUSIVA PARA SURDOS

Valéria de Kássia de Oliveira Pereira<sup>1</sup>

Silvia Cleide Piquiá<sup>2</sup>

João Costa Gouveia Neto<sup>3</sup>

**RESUMO:** A educação musical é uma ferramenta de socialização muitorelevante na vida do ser humano, pois todos podem participar, inclusive sujeitos surdos. Existem várias formas de apreciação musical, e uma delas é por meio da sua teoria, onde adquirimos os conhecimentos dos códigos musicais, o que nos faz começar a compreender a estrutura da música. Porém, a teoria musical ensinada nos conservatórios de música e dentro das universidades nem sempre tem sido pensada para surdos. Na maioria das vezes é uma teoria não inclusiva e que está longe da realidade da comunidade surda, sendo assim nossa pesquisa objetiva apresentar estratégias de inclusão para facilitar ao intérprete da Libras a tradução da aula de música, permitindo aos surdos adquirir conhecimento musical teórico. Metodologia: revisão de literatura com exploração bibliográfica em dispositivos legais de inclusão: Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 12.319/2010 e em autores Bohumill (1996), Oliveira (2014), Santos e Leite (2019), Souza e Sampaio (2019), Silva (2009), Bogaerts (2016). A pesquisa é um recorte do TCC ainda não finalizado. Os resultados demonstram a relevância na adaptação do ensino de teoria musical tornando-a inclusiva para surdos, com a mediação do intérprete de libras para auxiliar o surdo a compreender a teoria musical. Apesar do surdo não escutar, ele pode sentir e perceber os sons que os rodeiam e assim apreender conceitos relacionados a educação musical que é um direito de todos.

**Palavras-chaves:** Teoria musical; inclusão; Educação musical; Surdos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão; [vavatrompet@gmail.com](mailto:vavatrompet@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduada em Letras (UnB); professora de Libras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora SEMED São Luís-MA. (Orientadora). [silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br](mailto:silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br)

<sup>3</sup> Professor Assistente III do Curso de Música Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). (Coorientador). [rairicneto@yahoo.com.br](mailto:rairicneto@yahoo.com.br)



**ABSTRACT:** Music education is relevant as a tool in the socialization of the human being, in that all people can be a participant, which is not different for deaf community. There are many ways of music appreciation, one of them is music theory through which we acquire knowledge of musical codes that make us understand the structure of music. However, the music theory taught within music conservatories and in the universities has not always been designed for deaf individuals. Most of the time it is a non-inclusive theory, so distant from the reality of the deaf community. Thus, our research aims to present inclusion strategies to make it easier for the Libras interpreter to translate the music class, in such a way as to permit deaf individuals to acquire theoretical musical knowledge. Methodology we will make use of literature review with bibliographic analysis in legal inclusion provision as the Law No 10.436/2002, Decree No 5.626/2005, the Law No 9.394/1996 and the Law No 12.319/2010 as well authors like Bohumill (1996), Oiveira (2014), Santos e Leite (2019), Souza e Sampaio (2019), Silva (2009), Bogaerts (2016). The research is a part of my undergraduate final work, still in progress. The results demonstrate the relevance in adapting music theory, making it more inclusive for deaf individuals with mediation of the Libras interpreter to help deaf individuals to understand music theory. In the face of the impossibility of hearing, deaf individuals can feel and perceive sounds that surround them, that's why they are able to apprehend concepts related to music education that is everyone's right.

**Key-words:** Music theory; Inclusion; Musical education; Deaf individuals.

## INTRODUÇÃO

A música é essencial na formação cultural do sujeito por ser capaz de melhorar a socialização, desenvolver o pensamento crítico e ampliar a cultura. Entretanto, muitas vezes o ensino de música acaba sendo negligenciado a pessoa surda, fazendo com que o único contato desse sujeito com a música seja apenas como uma forma de oralidade, o que torna esse contato uma tortura ao invés de uma apreciação, tirando a sensação de deleite que a música pode nos ocasionar. Para que o surdo tenha melhor entendimento da música, especificadamente da sua teoria, é necessário que o professor saiba Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou haja a mediação de um intérprete de Libras. Então, um dos desafios do ensino da linguagem musical para surdo está

relacionado aos saberes linguísticos e culturais do professor e/ou do intérprete de Libras. Pois, é preciso relacionar saberes linguísticos e musicais para se fazer adaptações a realidade surda, compreendendo como o conteúdo musical poderá ser sentido e vivenciado pelo sujeito surdo.

A teoria musical que conhecemos hoje não foi pensada e nem construída para a inclusão do surdo, o que acaba dificultando as aulas dos educadores musicais. Por isso, é importante os professores de música conhecerem a língua de sinais, a cultura e a identidade surda para assim repensarem suas aulas, buscando estratégias adequadas para atender a comunidade surda. Dentre as muitas dificuldades encontradas estão as barreiras conceituais da teoria musical como “o timbre é a cor do som”, ou então, “valores positivos indicam som e valores negativos indicam silêncio” (BOHUMIL 1996). Porém, apesar do aluno surdo não ouvir ele percebe as vibrações com mais clareza e obtém reações positivas aos efeitos vibratórios.

A pesquisa surgiu de inquietações como graduanda de música e faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo construído. Para este artigo a metodologia foi qualitativa com base em pesquisa bibliográfica. Com o decorrer da pesquisa, percebemos que a Libras na formação do professor de música auxilia tanto para eliminar barreiras comunicacionais como atitudinais, sendo fundamental para o processo de inclusão de surdos no mundo da música. A pesquisa pode ser relevante por promover a reflexão sobre a importância da acessibilidade comunicativa para a pessoa surda aprender teoria musical que pode ser realizada pela formação do professor em Libras ou com a presença de tradutor e intérprete de Libras para mediar as aulas.

## **O PAPEL DA TEORIA MUSICAL PARA A FORMAÇÃO DO MÚSICO**

Sabemos que existem várias formas de apreciação musical, e uma delas é por meio da sua teoria. A teoria musical nos permite adquirir os conhecimentos dos códigos musicais, ou seja, reconhecer a grafia, entender os conceitos e a estrutura da música.

Para que o músico tenha a sua formação completa, é necessário que ele

possua um conhecimento musical teórico, Bohumil Med (1996), no seu livro “Teoria da música”, trata sobre essa importância, ao afirmar que alguns instrumentistas se limitam apenas ao domínio do próprio instrumento, porém nunca irão atingir a perfeição. Além da habilidade mecânica o músico precisa ter domínio de toda a ciência musical, o que engloba também a teoria. Destacamos a relevância da teoria musical para a formação completa de um músico, por contribuir para a prática musical. Sendo a teoria um meio e não um fim. Segundo Bohumil Med, é um meio indispensável.

Segundo Bogaerts (2016), o professor de música precisa se conscientizar de construir estratégias, e proporcionar uma educação musical que ofereça aos alunos surdos um contato direto com a música, valorizando a diversidade. Esse contato pode partir da vivência musical, que deve ser a tônica do processo de ensino que pode ocorrer a partir da teoria musical. Essa teoria funcionará como uma alfabetização para os alunos surdos em que aprenderão as terminologias musicais e suas relações de sentido.

As terminologias como: acordes, intervalos, escalas, figuras, notas e diversos conceitos estão dentro da teoria musical e esses assuntos são indispensáveis para que o aluno tenha uma formação absoluta. Porém, percebemos que a teoria musical que é ensinada nos conservatórios de música e inclusive dentro das universidades não tem sido pensada para a inclusão da pessoa surda. E está longe da realidade dessa comunidade, o que impossibilita esses alunos de alcançarem de fato uma formação musical completa.

A maioria das pessoas ouvintes apresentam a música como algo distante para o surdo, ou seja, um prazer que jamais será desfrutado, limitando-o desta experiência. Nesse sentido, a comunidade surda vem sendo forçada a não gostar de música, se convencendo a cada dia que é algo inalcançável. Com os estudos musicais percebemos que as dificuldades enfrentadas pelos surdos são devidas às tentativas de fazer o surdo entender a música da mesma forma que os ouvintes, o que os afasta do meio musical. A música pode sim ser apreciada sem o sentido da audição alcançando um lugar na vida social do surdo.

Para que esse sujeito se expresse por meio da música de uma forma completa é necessário pensarmos em uma metodologia específica, pois os

métodos estruturais utilizados para os ouvintes nem sempre condizem com a realidade da comunidade surda. Então, é preciso encontrar propostas condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para atender as diferenças, onde se consiga reconhecer e valorizar as potencialidades de cada um.

### **A importância de se ter uma teoria musical inclusiva**

Apesar da falta da audição ser um dos maiores motivos de distanciamento entre a música e a comunidade surda, percebemos que este não é o único fator a promover essa separação. A teoria também tem sido uma barreira para a formação musical do sujeito surdo. Como já sabemos, para que o músico tenha a sua formação completa, é necessário que ele possua um conhecimento musical teórico, o que também não é ofertado ao surdo.

A interpretação da aula de teoria musical por meio da Libras (Língua Brasileira de Sinais) é uma forma de acessibilidade comunicativa para o surdo, mas nem sempre é possível pela falta de conhecimento do professor na língua ou a falta de Tradutores e intérprete de língua de sinais (TILS). Pois se torna inviável que o professor ensine um bom conhecimento musical teórico para surdo se não conhece a língua e não tem a presença do TILS para explicar os conceitos de acordes e escalas por exemplo. Se não houver um TILS capacitado, esse aluno surdo também não conseguirá compreender adequadamente os conceitos musicais. Os TILS são fundamentais para promover a educação inclusiva e a acessibilidade linguística entre surdos e ouvintes, professores e alunos por meio da mediação comunicativa.

A legalização da profissão do intérprete por meio da lei de nº12.319, de 1º de setembro de 2010, traz consigo além dos direitos e deveres desses profissionais, o reconhecimento e a formação necessária (cursos de graduação e capacitação), proporcionando assim o acesso dos surdos à informação e uma participação efetiva na sociedade. Há a necessidade de formação desses profissionais em conhecimentos musicais para melhor atender ao surdo, pois muitos desses profissionais TILS não possuem um conhecimento da teoria musical.

Muitos termos do conteúdo de música ainda não possuem sinais específicos dentro da Libras, sendo necessário uma improvisação com o uso de datilologia em alguns momentos, o perigo disso é que a aula pode ficar confusa ou dificulte o desenvolvimento do aluno, ou então o conteúdo não seja repassado adequadamente de acordo com as terminologias próprias do conteúdo e a abordagem do professor.

## **MÚSICA X SURDEZ**

A música por ser considerada uma arte sonora cuja percepção é auditiva e a matéria-prima é o som, tem se tornado algo inalcançável para a comunidade surda. Sendo privada do prazer que a música pode proporcionar, tornando muitas vezes o contato musical uma tortura. Entretanto, Bohumil (1996) afirma que, a música é a arte de combinar os sons e que o som é uma sensação produzida no ouvido pelas vibrações. E o sujeito surdo consegue receber as vibrações do som mesmo sendo desprovido da audição, ou seja, são capazes de se expressar musicalmente e também de gerar em si sentimentos por meio das vibrações sentidas.

Os surdos conseguem sentir a música, literalmente, vibrando por todo o seu corpo. Geralmente, para os ouvintes, o som (que é uma sensação produzida no ouvido pelas vibrações) vibra os ossos e membranas dos ouvidos e essa vibração é decodificada pelo cérebro como sons. Quando se é surdo, a pessoa recebe essas mesmas vibrações pelo cérebro, porém não reconhecendo as vibrações como sons. O que significa que eles sentem a música, aliás, eles acabam sendo até mais sensíveis a elas do que os ouvintes.

Partindo do pensamento de que a música é capaz de envolver todos e que independe do sentido da audição, entendemos que a comunidade surda deveria ter acesso e não ficar alheia a este ensino. A música pode envolvê-los sem levar em consideração o grau de sua surdez.

Então, é preciso superar o maior obstáculo que rodeia a relação música-surdo: "o conceito pré-estabelecido de que a música foi feita apenas para aqueles que ouvem"(OLIVEIRA, 2014, p.05). Esse conceito distancia o surdo da música,

colocando-a em um polototalmente oposto da comunidade surda e negando o direito dessas pessoas de se relacionarem efetivamente com o meio musical. Para isso, precisamos seguir o conselho de Bogaerts (2016).

Em nossas aulas de música devemos possibilitar aos alunos oportunidades para mostrarem suas características e peculiaridades por meio da valorizaçãoda diversidade e ao mesmo tempo, promover o respeito e a integração de todos no grupo, dando importância aoque são e ao que têm para mostrar (BOGAERTS, 2016,p. 141).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Bogaerts (2016), Oliveira (2014), afirma que todos os seres humanos, sem exceção são capazes de sentir a música, e ao sentirem conseguem expressá-la. As pessoas têm várias formas de conseguir fazer isto musicalmente, seja cantando, tocando um instrumento ou até mesmo dançando uma música. Isso acontece pelo simples fato de que o som, ou seja, a música gera em nós sentimentos os quais somos capazes de expressar por meio do nosso corpo. A música não foi feita apenas para ser ouvida, mas também para ser sentida, percebida e vivida. Nesse sentido, é preciso que o surdo seja apresentado a música ainda na infância para aprender a perceber os sons que o rodeiam como as outras crianças. Sendo assim, precisamos tornar a música acessível, buscando possibilidades para obtermos uma educação musical inclusiva para todos.

## **O curso de música e a inclusão da pessoa surda**

Infelizmente não temos visto as universidades colocarem em pauta, ou discutirem sobre inclusão. Apesar de sempre "lembrarem" dessa temática não há um aprofundamento no discurso que se refere a isto, porque as universidades não estão preparadas para receber um aluno surdo. Exemplo disso é a ausência de estudos acadêmicos relacionados a temática da música e da surdez, dificultando encontrar materiais teóricos e referências para nos fundamentar. Mostrando a relevância de mais estudos musicais inclusivos.

Apesar do uso frequente da palavra inclusão pelos educadores, é perceptível como pesquisador-participante que muitos professores de música nem sempre

obtem consciência de que o surdo não somente pode, como deve ser participante das suas aulas. Essa consciência deve ser adquirida ainda no decorrer do curso de licenciatura durante a disciplina de Libras, por exemplo. Essa disciplina tem o papel de fomentar a educação inclusiva e auxiliar na eliminação de barreiras comunicacionais e atitudinais.

A demora na inserção da disciplina libras no currículo dos cursos de música tornou a inclusão mais difícil e a música menos acessível ao aluno surdo. Segundo SANTOS e LEITE (2019), um dos fatores estimulantes para o surdo se interessar pela música é ver a atuação de um profissional especializado, porém há escassez de professores de música com formação inclusiva em metodologia de ensino musical para surdos. Devido à falta de formação específica esse profissional enfrenta dificuldades para repassar os conhecimentos musicais para os surdos.

A relação do curso de música com a surdez é ainda mais distante, pelo fato de termos aprendido desde cedo a sempre relacionar a música com o sentido da audição. Isso mostra que é preciso preparar melhor o licenciando em música para ser um profissional a eliminar barreiras e pronto para mergulhar no mar da inclusão. A falta desse profissional dificulta o ingresso da comunidade surda ao meio musical, por faltar profissionais capacitados didaticamente para contribuir com a formação musical do surdo. Todavia, " A educação musical para surdos é um assunto pouco abordado, mesmo nos cursos de licenciatura em música" (SANTOS e LEITE, 2019, p.02). As pesquisas nessa área refletem escassez de profissionais capacitados que possibilitam a inclusão da comunidade surda do meio musical.

A educação musical é essencial na vida do ser humano, sendo considerada como ferramenta de socialização, ou seja, precisa ser inclusiva, para que todos possam apreciar a música, por meio do som, das vibrações. É importante o professor ter uma prática musical inclusiva de modo efetivo, onde possa respeitar o tempo de aprendizagem e a singularidade de cada sujeito. Os surdos são pessoas capazes e podem ter suas habilidades reconhecidas e potencializadas para ser músico. Para isso, o professor de música precisa compreender e trabalhar as potencialidades de cada aluno, percebendo seu nível de assimilação e respeitando seus limites, a fim de favorecer o desenvolvimento de suas

## CONSIDERAÇÕES

Nesta pesquisa refletimos sobre a relevância da disciplina de Libras para o processo de formação de professores de música inclusivos para surdos. Percebemos que a barreira comunicacional pode ser superada com o conhecimento da Libras para o ensino de surdos que pode ser feita por meio do próprio professor ou mediado pelo intérprete da língua de sinais. Entretanto, é preciso superar também a barreira atitudinal que vai além da eliminação da barreira comunicacional, ou seja, não basta ter um intérprete de Libras na aula para que seja acessível, é preciso que haja interação entre os professores, alunos e intérpretes para juntos encontrarem melhores estratégias de ensino aprendizagem, bem como sinais em Libras para traduzir os conceitos musicais.

Nesse sentido, as vezes se fará necessário adaptações linguísticas ou na metodologia para alinhar a teoria musical com realidade da pessoa surda. Essa adaptação servirá tanto para que o intérprete da língua de sinais consiga obter uma tradução e interpretação clara dos conteúdos como para o Surdo compreender e obter êxito nos estudos musicais, passando então a se relacionar efetivamente com a música.

É importante que hajam mais discussões no ambiente acadêmico sobre como ensinar música de forma inclusiva para todas as pessoas com deficiências, tornando a música mais acessível e prazerosa para todos. Existem muitos questionamentos sobre o surdo poder apreciar a música, já que não a escutam. Será que eles a percebem? Será que podem sentir e reproduzi-la de alguma forma? Essas indagações tendem a ser negativas, porém a realidade é completamente diferente daquilo que geralmente pensamos. O surdo, independente do grau de sua surdez consegue perceber, ou seja, sentir a música por meio das vibrações; e isso se torna suficiente para que o mesmo consiga se expressar por meio das vibrações que a música produz. Fazendo dele um sujeito musical.

Segundo SILVA (2009), faz parte das atribuições fundamentais do



professor de música se empenhar em buscar conhecimentos para atender pessoas com deficiência e proporcionar o ensino musical de qualidade, respeitando valores e atitudes culturais, de forma diversificada.

## REFERÊNCIAS

BOGAERTS, Jeanine. **Educação musical na diversidade:** propostas de atividades para uma turma de crianças surdas e ouvintes. In: ALVARES, Telma Sydenstricker; AMARANTE, Paulo. (Orgs.). Música na diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em educação. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Lei 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).  
Acesso em: 20 de Janeiro de 2021.

BRASIL. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) . Acesso em: 2 Jul. 2021.

BRASIL, **Lei 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Disponível em: Acesso em:

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Brito; JÚNIOR, Nazir Feres. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos.** Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011

MED, Bohumil. Teoria da música, 4ed. rev. e ampl. Brasília, DF: musimed, 1996.

OLIVEIRA, Hilka Cibelle Cruz. **O desenvolvimento do sujeito surdo a partir da música.** Revista virtual de cultura surda. Editora arara azul, setembro de 2014.

SANTOS, Jessica Alves dos; LEITE, Jaqueline Câmara. **Ensino e música para pessoas com surdez: limites e possibilidades da prática docente.** Semic. 2019.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Múltiplas representações de docentes acerca da inclusão de aluno cego.** In: FAVERO, O; FERREIRA, W. (Orgs.). Tornar a Educação Inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

SOUZA, Letícia Caroline; SAMPAIO, Renato Tocantins. **A educação musical inclusiva no Brasil: uma revisão de literatura.** Revista OLHARES, v. 7, n. 2  
Guarulhos, agosto 2019.

## PRÁTICAS MUSICAIS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS

Luis Henrique de Sousa Silva<sup>1</sup>  
Maíra Silva Alves<sup>2</sup>  
Valéria de Kássia de Oliveira Pereira<sup>3</sup>  
Sílvia Cleide Piquiá<sup>4</sup>  
João Costa Gouveia Neto<sup>5</sup>

**RESUMO:** A música está ao nosso redor podendo ser sentida e produzida por meio de diferentes objetos e das pessoas, inclusive pessoas surdas. Partimos do princípio que todo ser é musical (PEDERIVA; TUNES, 2013) e que as experiências são multissensoriais (PINK, 2015). Com base nessas afirmações e na Lei nº 11.769/08, que instituiu a disciplina de música como obrigatória para educação básica, desenvolvemos o projeto de pesquisa de ensino de música com alunos do ensino médio, na rede estadual do Maranhão, na cidade de São Luís, visando a inclusão de alunos surdos em práticas musicais no âmbito escolar. A metodologia foi qualitativa-descritiva na forma de estudo de caso, a pesquisa foi aplicada por três graduandos do PIBID que utilizaram o Sistema Manossolfa do método Kodály e a mediação da Libras para ensinar os alunos surdos e ouvintes a compreenderem as notas musicais usando o corpo. Os resultados do projeto foram considerados positivos analisada a participação e o desempenho musical com empolgação e alegria das alunas surdas nas atividades propostas, na interação com o grupo e na apresentação realizada para toda a escola. Com isso, percebemos a relevância da prática musical para formação integral do estudante e para o processo de socialização, interação e inclusão educacional para os alunos surdos.

---

<sup>1</sup> Graduando em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBID. [sluishenrique395@gmail.com](mailto:sluishenrique395@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBID. [mairasilvaalves5@gmail.com](mailto:mairasilvaalves5@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBID. [vavatrompet@gmail.com](mailto:vavatrompet@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduada em Letras (UnB); professora de Libras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora SEMED São Luís-MA. (orientadora). [silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br](mailto:silviacleidepiquiadossantos@edu.saoluis.ma.gov.br)

<sup>5</sup> Professor Assistente III do Curso de Música Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). (coorientador). [rairicneto@yahoo.com.br](mailto:rairicneto@yahoo.com.br)

**Palavras-Chaves:** Práticas musicais; Surdos; Educação inclusiva.

**ABSTRACT:** Music surrounds us, and can be felt and produced through different objects and people, including deaf people. We take for granted that every being is musical (PEDERIVA; TUNES, 2013) and that the experiences are multisensorial (PIMK, 2015). Based on these affirmations and on Law nr.11769/08, that instituted music as mandatory for the basic education, we developed the research project of music teaching with high school students, in the public schools of Maranhão, in the city of São Luís, with the objective of including deaf students in musical practices at school. The methodology used was the qualitative-descriptive as a case study. The research was applied by three PIBID students, who used the Kodály method of the Manossolfa System and sign language to teach deaf and hearing students to understand the musical notes using their bodies. The results of the project were considered positive, analyzing the participation and musical performance of the deaf students with enthusiasm and joy, their integration with the group, as well as their presentation to the whole school. As a result, we realized the importance of the musical practice for the integral education of the student and for the socialization, integration, and education inclusion for deaf students.

**Key words:** Musical Practices; Deaf; Inclusive Education.

## INTRODUÇÃO

Pensar em uma aula de educação musical inclusiva significa pensar a respeito do que e como têm sido apresentadas as propostas de ensino à pessoa surda. Das diversas possibilidades de se experimentar e apreciar a música. A experimentação pode ser auditiva, instrumental e corporal; já a apreciação pode ocorrer por meio do som, do instrumento, do corpo, da leitura de partitura e do visual. Entretanto, nem sempre há inclusão, principalmente para surdos, o mais palpável é a exclusão. Então, surgiram os questionamentos que permeiam nossa pesquisa: como fazer com que as pessoas surdas descubram essa forma de vivência da música? Como aplicar uma proposta de educação musical inclusiva que contemple as especificidades do desenvolvimento das pessoas surdas?

Para responder nossos questionamentos, desenvolvemos a pesquisa de inclusão de música para pessoas surdas durante a participação no PIBID. A pesquisa segue orientações de políticas de inclusão e ensino de música de acordo

com as legislações: Lei nº. 10.436/2002, que reconhece a língua de sinais como forma de comunicação e expressão da comunidade surda (BRASIL, 2002); o Decreto nº 5.626/2005, regulamenta a Libras como “disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (BRASIL, 2005); e a Lei nº 11.769/08, que institui a música como conteúdo obrigatório para educação básica.

Nesse sentido, esta pesquisa foi relevante por demonstrar que existem práticas musicais inclusivas para atender ao público surdo, bem como suas percepções e experiências com a música que foram observadas durante a performance dos estudantes surdos durante as aulas e apresentação. Isso só foi possível porque havia a presença de intérpretes de Libras para mediar a comunicação e a interação entre pesquisadores-bolsistas e alunos surdos/ouvintes. A pesquisa também mostrou as potencialidades dos sujeitos surdos e a importância da língua de sinais para mediação da comunicação e conhecimento do surdo.

## **EDUCAÇÃO MUSICAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A Lei 11.769, sancionada no dia 08 de agosto de 2008, estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica. De certo, foi uma grande conquista para a educação musical no país. Todavia, ainda há vários desdobramentos que impossibilitam que essa educação venha a acontecer de forma devida e integral nas escolas.

A educação musical, sendo uma área que agrega expressão cultural e artística, torna-se uma importante área educacional a se defender e incluir na vida dos estudantes de educação básica por ser fundamental e insubstituível na formação e desenvolvimento do ser humano. Portanto, a aprovação da Lei 11.769/08 no ensino básico insere a música no processo de educação dos alunos, tornando-os “seres musicais” e ativos no mundo da música, apresentando-os novos conhecimentos que naturalmente agregarão no desenvolvimento integral futuramente.

O ensino da música está contido na disciplina arte, regulamentada pela Lei

nº 13.278/16 que alterou a Lei nº 9.394/96, constituída de quatro campos de estudo: artes visuais, dança, música e teatro, tornando o ensino complexo, interrelacional, intercultural e dialógico entre a diversidade de linguagens que se associam. Nessa perspectiva, o ensino da música possibilita a leitura de partituras, criação de letras e partituras, exploração da sensibilidade e apreciação musical, encorajando a produção, improvisação ou adaptação musical pertinente as expressões artísticas por meio do processo de ensino e aprendizagem da música.

Podemos definir, neste contexto, que o objetivo da educação musical na educação básica é despertar o aluno para a diversidade do mundo das artes musicais, e assim, musicalizar o sujeito a ser sensível à linguagem musical, corporal e aos instrumentos de produção musical, além de promover interação e criatividade musical entre os sujeitos sem e com deficiência. Sendo a escola um ambiente propício para a aprendizagem e o desenvolvimento, espera-se que ela oportunize as condições para que essas experiências musicais sejam de fato significativas, possibilitando descobertas diante da diversidade e diferenças.

### **Educação musical inclusiva para surdos**

Com a aprovação da Lei 11.769/08 e do Decreto nº 5.626/05 as aulas de música nas escolas de educação básica para alunos surdos se tornou uma perspectiva educacional totalmente possível. Segundo Oliveira (2014, p. 5), "...a música, com seu ritmo, consegue envolver todos, independentemente do grau de surdez. Todos os surdos podem, portanto, interagir com o meio musical". Nesse sentido, a partir de práticas musicais bem elaboradas e profissionais qualificados na área musical, é possível fazer com que os alunos surdos se vejam como seres musicais.

Contudo, ainda há vários desafios no campo educacional inclusivo a ser enfrentado para que essa educação venha a acontecer de forma integral nas escolas. De acordo com Kuntze (2014, p. 74) "evidencia-se, uma vez mais, a importância de profissionais competentes e dispostos a adaptar conteúdos a diferentes contextos e a buscar novas metodologias de ensino". Entretanto, ainda

há uma lacuna no meio educacional demandando a presença de profissionais que sejam formados na perspectiva educacional inclusiva nas escolas de educação básica.

Além disso, é importante que haja a sensibilização dos alunos ouvintes perante os alunos surdos, pois de acordo com Glat (1995) embora seja possível cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem crianças com deficiência em suas classes, não se pode fazer uma lei obrigando que as pessoas aceitem e sejam amigas das pessoas com deficiência. Dessa forma, pode ocorrer a evacuação dos alunos surdos da escola, pela falta de acolhimento e apoio escolar. Sendo assim, há vários aspectos encontrados no ambiente escolar que contribuem e/ou desfavorecem a execução de atividades inclusivas nas escolas, ou seja, há estigmas que devem ser exterminados da sociedade para que o ensino de música para surdos aconteça de forma inclusiva nas escolas de educação básica, possibilitando a formação integral dos alunos.

## **MÉTODO KODÁLY**

Zoltán Kodály foi um compositor, musicólogo e educador musical, cuja filosofia se remete ao pertencimento da música na vida de todos, pois ele a via como parte integrante da cultura de todo ser humano, para ele a música tem colaboração total na vida da pessoa. O método foi trazido para o Brasil pelo compositor e educador húngaro Ian Guest a partir de 1986, que divulgou o método por meio de oficinas oferecidas em vários estados brasileiros (MATEIRO; ILARI, 2012).

Segundo Mateiro e Ilari (2012), a pedagogia de Kodály é de sensibilização e de vivência musical sistematizada em que antecipa o processo formal e a aprendizagem de conteúdos musicais. De acordo com Kodály, o estudo de música com crianças precisava partir de canções folclóricas e de conhecimentos musicais explorados através dessas canções e assim poderiam expandir o universo musical e alcançar a compreensão da literatura musical universal. Pretendia também explorar aspectos da cultura local no ensino da música. Segundo Kodály, “a participação ativa no fazer musical é a melhor forma de se conhecer música; o

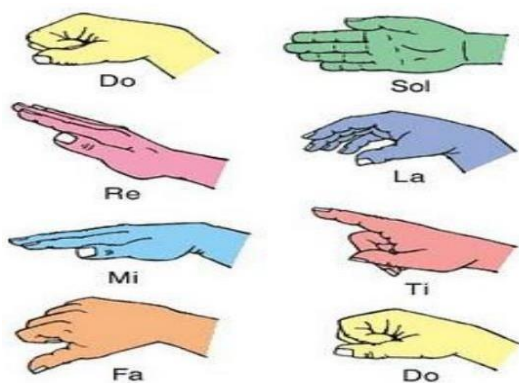
toca-discos e o rádio não são mais do que acessórios” (MATEIRO; ILARI, 2012, p. 60).

## Sistema Manossolfa

O sistema manossolfa é um sistema de solfejo por meio de posições dos dedos das mãos, um recurso de aprendizagem fundamental na pedagogia de Kodály, uma prática originada na Itália. Esse sistema baseia-se em uma escala de 11 graus de sequência de gestos manuais em que cada nota possui um gesto correspondente.

**Descrição da Figura 1 Monossolfa:** ilustração das notas musicais com as mãos em cores diferentes, em libras: amarelo, Dó; rosa, Ré; azul claro, Mi; laranja, Fá; verde, Sol; azul, Lá; vermelho, Si e novamente Dó. Fim da descrição.

Figura 1: Manossolfa



Fonte: SILVA (2013).

O manossolfa torna o solfejo visualmente concreto, reforçando a sensação intervalar, auxilia a visualização espacial da direção sonora (agudo/grave, grave/agudo), podemos então dizer que é um “solfejo gestual”. Os gestos são feitos em movimento vertical à frente do corpo onde as alturas são apresentadas no sentido grave (em baixo) e agudo (em cima) subindo e descendo e simulando a distância intervalar entre cada uma das alturas (notas), e a velocidade da



## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada por três graduandos do curso de música da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), enquanto bolsistas do programa PIBID. Eles desenvolveram um projeto de música na escola Centro de Ensino Vinicius de Moraes, na cidade de São Luís-MA, com intuito de incluir os alunos surdos nas atividades de práticas musicais.

O projeto ocorreu em quatro dias, 04,05,11 e 13 de junho de 2019, durante um horário de aula, na turma do 2º ano, na sala 202, com um total de 30 alunos, sendo duas alunas surdas, e com o auxílio de duas intérpretes de libras. As aulas de práticas musicais ocorreram em diferentes dias e horários de aulas para que não houvesse prejuízo de nenhuma disciplina. Para as aulas práticas utilizamos caixa de som e data show cedidos pela escola.

A pesquisa ocorreu em duas etapas: teórica e prática, sempre mediada pelas intérpretes. Primeiro foi ensinado a teoria com explicação de conceitos e noções de partitura e depois a demonstração prática do Sistema Manossolfa do método Kodály, o qual foi usado para a compreensão das alturas das notas. A partir da compreensão do método Kodály realizamos práticas musicais de solfejo para o entendimento da música “Minha Canção” de Chico Buarque. Além disso, executamos a atividade “Espelho”, que possibilitou os alunos surdos e ouvintes interagirem em duplas e manifestarem expressões e sentimentos sobre as músicas em sala de aula. Para essa atividade foram usadas as músicas “Lovely, de Billie Eilish” e “Never Let Me Go, de Alok”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O primeiro encontro ocorreu no dia 04/06/19, na terça-feira, em que apresentamos a proposta do projeto à direção escolar. Para fundamentar a realização das atividades na escola com as alunas surdas, utilizamos o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Libras como “disciplina curricular obrigatória nos

cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior” (BRASIL, 2005) e a Lei nº11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica (BRASIL, 2008). A proposta foi aceita e os dias para a aplicação das práticas musicais agendados.

Posteriormente, visitamos a turma, na sala 202, nos apresentamos e explicamos o projeto. No mesmo dia, conversamos com a intérprete sobre as práticas musicais que seriam executadas e mostramos a música que seria utilizada na atividade prática, a fim de facilitar a interpretação em Libras da canção para as alunas surdas. Vale destacar que os pesquisadores-bolsistas da UEMA foram bem recebidos pela direção, alunos, intérpretes e professores da escola, os quais elogiaram a iniciativa e compreenderam a relevância do projeto para inclusão dos alunos surdos, especialmente as intérpretes de libras, bem como a alegria e empolgação das alunas surdas.

O segundo encontro aconteceu no dia 05/06/19, quarta-feira, explicamos a teoria musical e os devidos sinais respectivos de cada nota, clave e pentagrama. Além disso, os alunos treinaram solfejo e sistema Manossolfa. No exercício de Solfejo, os alunos foram totalmente desafinados, sendo necessário repassar o exercício diversas vezes para obter melhora. Neste dia, também realizamos a atividade “espelho”, em que os alunos se organizaram em duplas para executar a prática. Foi colocado duas músicas para que pudessem senti-la e expressá-la por meio de movimentos corporais. Para isso, juntamos as alunas surdas com alunos ouvintes a fim obter interação entre os sujeitos de forma a eliminar qualquer barreira atitudinal existente. Para essa atividade usamos caixa de som e data show disponibilizados pela escola.

Observamos que durante o desenvolvimento de práticas musicais inclusivas com as alunas surdas, houve colaboração dos alunos ouvintes, bem como o apoio das intérpretes de libras para mediar a comunicação dos pesquisadores e alunas surdas. Verificamos que as atividades musicais propostas em sala de aula foram bem aceitas pelas alunas surdas e foi de extrema importância para compreender melhor como os sujeitos surdos reagem as experiências musicais e como se sentem ao apreciá-las. Nos baseamos na experiência de exploração visual citado por Silva (2013, p. 138) e utilizado no

Instituto Inclusivo Sons do Silêncio que mostra a importância de aulas de música com alunos surdos terem uma metodologia visual que faz parte da identidade e cultura surda (PERLIN, 2001). Para isso, “o professor precisa estar apto para explorar ao máximo essa característica específica do aluno surdo”.

O terceiro encontro aconteceu no dia 11/06/19, terça-feira, apresentamos aos alunos a música “Minha Canção” de Chico Buarque, a qual eles interpretariam usando o sistema manossolfa. Para essa atividade elaboramos práticas musicais adequadas e com qualidades para serem executadas com os alunos surdos e ouvintes e usamos a caixa de som. Propusemos aos alunos ouvintes cantar e interpretar os exercícios, enquanto as alunas surdas a sinalizavam e interpretavam simultaneamente. Porém, houve algumas dificuldades de coordenação motora e foi necessário treinar várias vezes lembrando que deveriam sinalizar e cantar. Solicitamos que todos treinassem a canção para apresentação na próxima semana.

### **Letra de ‘Minha canção’ de Chico Buarque**

**D**orme a cidade

**R**esta um coração

**M**isterioso

**F**az uma ilusão

**S**oletra um verso

**L**avra a melodia

**S**ingelamente

**D**olorosamente

**D**oce a música

**S**ilenciosa

**L**arga o meu peito

**S**olta-se no espaço

**F**az-se certeza

**M**inha canção

**R**éstia de luz onde

**D**orme o meu irmão

Fonte: letras.mus.br

O último encontro ocorreu no dia 13/06/19, quando fizemos um ensaio com alunos durante a aula de arte e depois a apresentação no pátio da escola, no intervalo das aulas, para toda a comunidade escolar. Neste dia, usamos violão e violino como acompanhamento instrumental e percebemos que com os

instrumentos os alunos ficaram mais motivados e tiveram mais facilidade para executar e acompanhar a música.

Durante o ensaio observamos que alguns alunos não haviam estudado a letra, e precisaram ler em cadernos ou no celular, houve troca de intérprete e uma das surdas faltou. Mas, nada disso atrapalhou nossa apresentação. Organizamos a frente os alunos que dominavam a letra da música e o Manossolfa e os demais ficaram atrás. Antes da apresentação, a professora de arte elogiou o projeto de inclusão dos surdos nas práticas musicais e sua importância para eliminação de barreiras comunicativas e atitudinais em toda comunidade escolar.

Contudo, é oportuno pontuar que os alunos ouvintes tiveram dificuldades em aprender o sistema manossolfa, já as alunas surdas, pelo fato de terem o hábito de sinalizar, não apresentaram dificuldades. Ademais, nenhum aluno se opôs a aprender o sistema manossolfa. Como professores, não tivemos grandes dificuldades em executar as práticas musicais com os alunos, pois toda a comunidade escolar, incluindo alunos, intérpretes e professores contribuíram para que o projeto tivesse êxito.

É importante ressaltar que o ensino de música deve ser para todos, sendo inerente e fundamental para o ser humano, outrossim, para o sujeito surdo. Sendo assim, as práticas musicais visando a inclusão devem estar presentes no âmbito escolar. Portanto, a participação das alunas surdas em todas as experiências musicais em sala de aula foi de grande valia. Apesar de ter sido perceptível que tudo era muito novo para elas, mostraram grande entusiasmo e alegria em participar das atividades musicais.

## **CONSIDERAÇÕES**

O sistema manossolfa é um meio que facilita a compreensão das práticas musicais para os alunos, sendo um método visual que indica as alturas das notas musicais, desta forma, se fazendo necessário para a execução do projeto, contribuindo assim para o entendimento de todos, incluindo os alunos surdos.

Foi possível perceber durante a aplicação do projeto que essas experiências musicais vividas não devem ser momentâneas, devem ser cotidianas.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

A música tem o poder de desenvolver o ser humano em sua integralidade, dessa forma, a música deve fazer parte da nossa vida, outrossim, dos sujeitos surdos. Os ouvintes ouvem, os surdos sentem. Portanto, pesquisar, aprender e devolver métodos de qualidades para aulas musicais para surdos se faz necessário para que essa comunidade venha a ter acesso integral à música em sua vida.

## **REFERÊNCIAS**

BENASSI, C. A. **Além dos sentidos: aprendizagem de música porsurdos; mitos, verdades e possibilidades.** In.: Revista Diálogos. Caderno Música, Arte e Cultura. Ano II, N. I, 2014. Cuiabá: 2014

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.** São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm)>. Acesso em: 16 agos. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> Acesso em: 16 agos. 2021.

BUARQUE, Chico. **Minha Canção.** Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/86001/>. Acesso em: 14 set.2021.

GOMES, IV. **A musicalização para surdos: contextualização e possibilidades de abordagem.** Revista Formação@Docente – Belo Horizonte – vol. 6, no 2, jul./dez 2014.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir da Glória. **A musicalidade do Surdo: representação e estigma.** São Paulo: Fecho Editora 2003.

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz. **Pedagogias em educação musical.** Curitiba. Editora interSaberes. 2012.

OLAH, LVAS. **O Intérprete de Libras e a Inclusão social do Surdo.** Revista Pandora Brasil nº24, novembro de 2010. "Inclusão em Educação: Caminhos, Políticas e Práticas".

RIBEIRO, TATIANE. **Educação a partir das Pessoas Surdas.** 1º Seminário

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

Luso-Brasileiro de Educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão.  
Janeiro de 2016.

SILVA, AM. **Tradução de Música e Educação de Surdos**. Porto Velho, julho de 2017.

SILVA, Helena Lopes da. **O Ensino de Música no Ensino Médio**: Reflexões a partir do projeto PIBID Música UFMG. 2014.

SILVA, Carlos Fagner. **O aprendizado do Solfejo pelo Método Kodály**. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Centro de Letras e Artes/Instituto VillaLobos. Rio de Janeiro:2013.

## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO APOIO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ozeias Evangelista de Oliveira Junior<sup>1</sup>  
Claudiane Santos Araújo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo possibilita discutir a relação da construção do projeto político pedagógico com a inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar regular, partindo do princípio que o projeto político pedagógico deve ser construído com base no diálogo por todos os integrantes da comunidade escolar. Nesse sentido, os objetivos desta pesquisa são analisar a consonância do projeto político pedagógico com a prática de educação inclusiva e perceber o apoio que o projeto político pedagógico pode dar para efetivar a inclusão escolar. Dessa forma, o arcabouço teórico-metodológico que sustenta esta pesquisa é a pesquisa bibliográfica, à luz dos estudos de Gil (2008), Lakatos & Marconi (2012), a partir da revisão de literatura sobre projeto político pedagógico e educação inclusiva. As reflexões teóricas estão de acordo com os posicionamentos de Veiga (2003), Drago (2011), Beyer (2006) dentre outros. Constatou-se que o projeto político pedagógico é um norteador importante para efetivar a inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar.

**Palavras-chave:** projeto político pedagógico; inclusão; educação.

**RESUMEN:** Este estudio permite discutir la relación entre la construcción del proyecto político pedagógico y la inclusión de las personas con discapacidad en el espacio escolar regular, asumiendo que el proyecto político pedagógico debe construirse a partir del diálogo de todos los integrantes de la comunidad escolar. En este sentido, los objetivos de esta investigación son analizar la consonancia del proyecto político pedagógico con la práctica de la educación inclusiva y percibir el apoyo que el proyecto político pedagógico brinda para hacer efectiva la inclusión escolar. Así, el marco teórico-

---

<sup>1</sup>Graduando em Letras Português/Espanhol • [ozeias.junior@discente.ufma.br](mailto:ozeias.junior@discente.ufma.br) • Universidade Federal do Maranhão

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Letras • [claudiane.araujo@ufma.br](mailto:claudiane.araujo@ufma.br) • Universidade Federal do Maranhão (Orientadora)

metodológico que sustenta esta investigación es la investigación bibliográfica, a la luz de los estudios de Gil (2008), Lakatos & Marconi(2012), a partir de la revisión de la literatura sobre el proyecto político pedagógico y la educación inclusiva. Las reflexiones teóricas están de acuerdo con las posiciones de Veiga (2003), Drago (2011), Beyer (2006) entre otros. Se encontró que el proyecto político pedagógico es una guía importante para lograr la inclusión de personas con discapacidad en el espacio escolar.

**Palabras clave:** proyecto político pedagógico; inclusión; educación.

## INTRODUÇÃO

No contexto educacional atual a questão da inclusão tem de se manter presente dentro das escolas, pois ela questiona e rompe com os paradigmas que sustentam os modelos conservadores de educar, desmistificando conceitos que normalizam perfis específicos de alunos e não aceitam a diferença em sala de aula. Pensando assim, em uma escola que está em permanente mudança, bem como, que não está estagnada no tempo, que vê a aprendizagem como um processo complexo e fundamental para os alunos, tendo em vista que os indivíduos aprendem de formas distintas e em ritmos próprios.

O interesse nesta pesquisa surgiu do fato de se pensar de que forma o projeto político pedagógico pode dar apoio a educação de pessoas com deficiência na perspectiva inclusiva e auxiliar na realização de uma educação democrática para todas as pessoas e suas possibilidades, tendo em vista que a construção do projeto político pedagógico é uma das peças-chave no planejamento das instituições em diferentes modalidades de ensino, como também, vai nortear o processo de ensino aprendizagem, definir metas e objetivos a serem aplicados ao decorrer do ano letivo.

Portanto, este artigo tem por objetivos analisar a consonância do projeto político pedagógico com a prática de educação inclusiva e perceber o apoio que ele dá para efetivar a inclusão escolar, à luz da perspectiva inclusiva.

Nesse contexto, recorre-se ao método de pesquisa bibliográfica em que se busca conhecer, saber e dialogar com as produções teóricas e obras relacionadas



ao tema. Neste artigo busca-se fazer uma discussão com autores da temática como: Veiga (2003), Drago (2011), Beyer (2006) entre outros autores, bem como inserimos a legislação. A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é a mais importante no que se refere a educação, ela regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil, será explorado nesse artigo os trechos que tratam sobre educação inclusiva e projeto político pedagógico. Ademais, o presente estudo tem relevância para a educação brasileira medida em que instiga a comunidade escolar a reconhecer a relevância e o apoio que o projeto político pedagógico na perspectiva inclusiva tem no cotidiano de estudantes com deficiência.

### **Educação na perspectiva inclusiva e projeto político pedagógico**

A educação inclusiva pode parecer ser contemporânea, mas é bem mais antiga do que se imagina. Ela começa a ganhar força a partir da década de 1990, quando ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, e em 1994 é promulgada a Declaração de Salamanca que “define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). Essa declaração contribui para a inclusão de estudantes com deficiência, tanto nos espaços sociais quanto nas salas regulares baseada nos seguintes princípios:

O princípio fundamental da Educação Inclusiva contida na Declaração de Salamanca expressa: [...] que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades [...] escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total [...]. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

No Brasil, a educação inclusiva encontra suporte na Constituição Federal de 1988, em seu art 205, “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Ademais, fica claro na carta magna, que um dos princípios do ensino será “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Observa-se que a Constituição garante às pessoas com deficiência a permanência em salas regulares de ensino, como também, acesso aos aparelhos culturais, sociais e institucionais do país.

Em 1996, o Senado Federal do Brasil publicou oficialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que é a lei mais importante da educação brasileira. Esta lei vem enfatizar a questão acerca da educação das pessoas com deficiência, em seu capítulo V, afirma que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis escolares e que é de responsabilidade das autoridades públicas implementar a educação inclusiva no âmbito educacional.

O capítulo V da LDB 9.394/96 que trata da educação especial, dentre outras questões, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial; § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular; § 3º A oferta de educação especial, [...] Tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades; - terminalidade específica; - professores com especialização adequada em nível médio ou superior; [...].

Nesses artigos observa-se que é dada devida relevância aos alunos com deficiência, que até então não tinham apoio dos sistemas de ensino, bem como, preveem adaptações curriculares para apropriá-lo às especificidades de cada aluno. Para Quixaba (2011) é importante destacar e refletir o fato de que as ações inclusivas para pessoas com deficiência podem incluir ou reforçar a exclusão.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Compreendemos que incluem quando possibilitam o acesso obrigatório e gratuito nos diversos níveis de ensino; quando permitem a autonomia às escolas para elaborarem seus projetos político-pedagógicos para contemplar a comunidade escolar, quando se preocupam com o tempo de permanência do (a) aluno (a) na escola e quando valorizam os (as) profissionais da educação. Acreditamos que excluem quando não possibilitam as condições necessárias de acessibilidade, tais como: arquitetônica de comunicação, educação e informação; quando ignoram a diversidade nos espaços sociais e educacionais; e quando o Estado gestor se exime de assumir a educação dos (as) alunos (as) com deficiência, transferindo-a para outros setores da sociedade e tornando a questão ainda mais complexa. (Quixaba, 2011, p. 138-139)

Segundo Drago (2011) uma das formas de proporcionar o acesso e a inclusão, bem como a garantia de atendimento especializado tanto no contexto comum quanto em espaços próprios pode ser visto na LDB. Isso ocorre quando a lei abre a possibilidade para gestão democrática e participativa no espaço escolar, permitindo dessa forma que as instituições elaborem e discutam seus projetos político pedagógicos com toda comunidade escolar.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Para que todo esse movimento de inclusão de estudantes aconteça de fato no cotidiano escolar, eliminando barreiras no ensino-aprendizagem, é preciso que todo esse processo de perspectiva inclusiva esteja sinalizado no projeto político pedagógico das instituições como uma diretriz norteadora para a construção de uma escola democrática de fato. A construção do projeto político pedagógico de instituições é oriundo de um processo de permanente diálogo e reflexão por parte de toda comunidade escolar, ele representará a imagem da escola e buscará responder perguntas, tais como: que valores e aspirações a escola segue?, em que educação essa escola acredita?, que alunos deseja formar?. Segundo Veiga (2003, p.11) um bom projeto deve apresentar as seguintes características:

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

- a) ser um processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) explicitar os princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma nova realidade específica;
- e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A mesma autora, referindo-se à execução do projeto salienta que este terá qualidade quando:

nasce da própria realidade, tendo suporte a explicitação das causas, dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível.

Ainda de acordo com Veiga (2003), o projeto político pedagógico exige uma ampla e profunda reflexão acerca das finalidades da escola, bem como a explicitação do papel social que essa escola deseja refletir na e para a sociedade. Pensando que o mundo está em permanente transformação, a escola nesse contexto deve repensar e reconfigurar seus projetos de ensino e também sua própria identidade constantemente no projeto político pedagógico.

Segundo Drago (2011), “A ideia que perpassa o projeto político pedagógico, em nossa concepção, é concretizar o sonho, por em prática as características e as concepções, vivenciar o processo e participar do seu nascimento, execução, avaliação, significação e ressignificação no âmbito da comunidade escolar”, além disso cabe ressaltar que o projeto político pedagógico não deve ser visto apenas como um documento a ser engavetado todo final de ano letivo, mas como um documento que visa concretizar uma educação fundamentada em pressupostos democráticos, inclusivos, antropológicos e sociais.

A escola nesse contexto que se dedica e propõe-se a seguir um caminho na perspectiva democrática e inclusiva tem de se renovar a todo momento,

adaptando-se às realidades, limitações e possibilidades do seu corpo discente e não o contrário, os alunos tendo que se adaptar à falta de acessibilidade comunicativa, estrutural ou educacional da escola. É importante nessa perspectiva aumentar as trocas e relações sociais para que o ambiente escolar se torne um lugar prazeroso, bem como se busque modos de proposição de ações pedagógicas inclusivas quanto a promoção de acesso e permanência dos alunos com deficiência em salas regulares.

De acordo com Veiga (2003, p. 11-12) ressaltamos que: O projeto político pedagógico é um produto específico que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influência e pode ser influenciado, instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade.

Diante das questões expostas acima, cabe enfatizar que o projeto político pedagógico é uma janela para o debate acerca da diversidade e das atividades educacionais inclusivas. Quando relacionado a educação inclusiva, assume a característica de ser:

[...] a busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. Assim, são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas metas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações (FARIA; DIAS, 2007, p. 20).

Por fim, nota-se que a inserção da Educação Inclusiva no projeto político pedagógico é crucial para a educação de pessoas com deficiência. Quando inserida no projeto político pedagógico, a educação inclusiva reconhece o aluno com deficiência como sujeito que é parte do processo e proposta pedagógica da instituição. Dessa forma, adequando-se às condições de cada aluno, respeitando as diversidades existentes, favorecendo o desenvolvimento de cada um.

## **Considerações Finais**

Os elementos aqui discutidos e citados, apesar de ainda enfrentarem muita

resistência e ainda estarem sendo desenvolvidos nas instituições, são capazes de gerar algumas considerações.

O projeto político pedagógico nesse novo contexto educacional deve sempre ser pensado de acordo com os sujeitos e as realidades existentes ao seu redor, quando esses quesitos estão representados nele, a escola passa a assumir uma característica inclusiva.

Um projeto político pedagógico se torna inclusivo quando no seu decorrer reconhece as diferenças dos alunos no processo educacional, bem como incentiva a participação de todos na sua construção e adotam novas práticas pedagógicas e democráticas. Conclui-se, que o projeto político pedagógico é uma bússola importante para guiar a escola no caminho inclusivo, garantindo, dessa forma todas as condições necessárias para que os alunos com deficiência possam participar do cotidiano escolar como todos os outros.

## REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca – Espanha.

DRAGO, Rogério Rodrigues. **Projeto político pedagógico e inclusão escolar: Um Diálogo Possível**. Vitória: Aquários, 2011.

FARIA, V. L. B. de; DIAS, F. R. T. de S. **Currículo na educação infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KASSAR, M. de C. M. et all. Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: JESUS, D. M. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **Práticas inclusivas na escola: o que faz sentido para os (as) alunos (as) com deficiência?**. Dissertação – Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

ROPOLI, EDILENE, APARECIDA. **A educação inclusiva na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.**

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto políticopedagógico. In: Veiga, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** 7.ed. São Paulo: Papiros, 2003.

MAZZOTA, M.J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

## **ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DE LÍNGUAS: UTILIDADE DE RECURSOS VIRTUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Ana Keyla Costa<sup>1</sup>  
Jasmin Costa Mendes<sup>2</sup>  
Wallison Carlos Cardoso Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo sobre acessibilidade tecnológica às pessoas com necessidades especiais no ensino de línguas propõe a análise sobre a utilização de recursos virtuais no processo de aprendizagem. Trata-se de uma revisão de literatura que tem como objetivo apresentar os tipos de ferramentas de cunho tecnológico que podem ser explorados no ensino de línguas. O presente artigo seleciona aplicativos que buscam democratizar o processo de comunicação, ponderando as contribuições proporcionadas pelos mesmos. Aborda como motivação maior a necessidade de ampliar o conhecimento acerca da utilidade dessas ferramentas que, sem dúvida, carregam consigo dinamicidade e acessibilidade significativas ao ensino de línguas, facilitando a comunicação às pessoas com necessidades especiais. Desse modo, o educando atua de forma mais participativa no momento de aprendizagem. Entendemos que as tecnologias atreladas à educação são essenciais ao ensino de línguas, logo, acolhem os educandos com necessidades especiais e ampliam a inclusão dessas pessoas no sistema de aprendizagem, conseqüentemente, inibindo a evasão escolar. Portanto, serão expostos os aplicativos encontrados e filtrados durante as pesquisas bibliográficas para a redação deste artigo com base em critérios definidos pelos autores, a fim de avaliar as contribuições para o ensino de línguas e comunicação dos estudantes, pontuando os resultados gerados por essas ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem de pessoas com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Ensino de línguas; Tecnologia; Pessoa com necessidades especiais; Acessibilidade; Comunicação; Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Graduanda do primeiro período do curso Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão.  
ana.kc@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Graduanda do primeiro período do curso Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão.  
jasmin.costa@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Graduando do primeiro período do curso Letras - Espanhol da Universidade Federal do Maranhão.  
wcc.silva@discente.ufma.br



**ABSTRACTO:** Este estudio sobre accesibilidad tecnológica para personas con necesidades especiales en la enseñanza de idiomas propone un análisis del uso de recursos virtuales en el proceso de aprendizaje. Se trata de una revisión de la literatura que tiene como objetivo presentar los tipos de herramientas tecnológicas que se pueden explorar en la enseñanza de idiomas. Este artículo selecciona aplicaciones que buscan democratizar el proceso de comunicación, considerando los aportes que brindan. La principal motivación es la necesidad de ampliar el conocimiento sobre la utilidad de estas herramientas, que sin duda conllevan un importante dinamismo y accesibilidad a la enseñanza de idiomas, facilitando la comunicación a personas con necesidades especiales. De esta forma, el alumno actúa de forma más participativa a la hora de aprender. Entendemos que las tecnologías vinculadas a la educación son fundamentales para la enseñanza de idiomas, por lo que acogen a estudiantes con necesidades especiales y amplían la inclusión de estas personas en el sistema de aprendizaje, inhibiendo consecuentemente la deserción escolar. Por tanto, se expondrán las aplicaciones encontradas y filtradas durante la investigación bibliográfica para la redacción de este artículo, en base a criterios definidos por los autores, con el fin de valorar los aportes a la enseñanza de lenguas y la comunicación del alumno, puntuando los resultados generados por estas herramientas tecnológicas en el proceso de aprendizaje de personas con necesidades especiales.

**Palabras clave:** Enseñanza de idiomas; Tecnología. Persona con necesidades especiales; Accesibilidad; Comunicación; Aprendizaje.

## INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é direito constitucional de todos, cabendo ao Estado e à família viabilizá-la e estimulá-la em conjunto com a sociedade. Nesse sentido, analisamos a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino escolar de tal forma que sejam consideradas suas especificidades.

No que diz respeito ao estudo de línguas, a tecnologia se constitui em importante instrumento de acessibilidade quando incentiva o indivíduo a participar do desenvolvimento social e econômico de suas sociedades por meio da educação, embora seja fundamental estabelecer as melhores estratégias para implementá-la.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Sua utilização se propõe a simplificar e a potencializar o processo de aprendizagem e melhorar a comunicação

Nos últimos anos a escola tem empregado tecnologia para aumentar o desempenho de seus estudantes. Desse modo, as instituições de ensino possibilitam a inclusão de todos os alunos ao integrar as tecnologias no seu cotidiano, motivando um desenvolvimento pleno de alunos com ou sem deficiência, inviabilizando a possibilidade de discriminação e permitindo melhorar cada uma de suas habilidades. Segundo Neves, Barral Junior. Furtado(2017) a sociedade contemporânea necessita de profissionais da informação que acompanhem a evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC), permitindo a independência das pessoas com necessidades especiais ao acesso à informação, possibilitando a inclusão de todos.

Investigamos a possibilidade de uso de aplicativos enquanto recursos educacionais facilitadores. Optamos pela seleção desses recursos virtuais porque, além de serem eficientes em suas propostas, possuem facilidade de acesso, praticidade e estão de acordo com a finalidade maior de inclusão social de pessoas com deficiência. Además, vivemos em tempos de crescimento tecnológico e aumento do consumo de aparelhos celulares, que se tornam multifuncionais, podendo até, em alguns pontos, substituir o computador.

Procedemos empreendendo pesquisas em redes e estabelecemos os prós e os contras de uma extensa lista de aplicativos para então selecionar aqueles empregados em nossa pesquisa.

Por fim, ressaltamos que entendemos que sobre o assunto "Tecnologia e Língua", há um número relativamente vasto de trabalhos já publicados. Tais trabalhos atuam em prol das pessoas com necessidades especiais, mas carecem de aplicabilidade. É nessa adversidade que reside nosso objetivo de corroborar com a proposta

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

de intervenção tecnológica do ensino de línguas às pessoas com deficiência.

A Inclusão no âmbito escolar tem como pressuposto a ideia que todas as pessoas devem ter acesso igualitário ao sistema de ensino, de acordo com que estabelecem os direitos humanos. A audição, sendo um elemento de extrema importância na comunicação, aprendizagem e execução de atividades não deve limitar os direitos de qualquer indivíduo (ROSSETO, et al 2020).

A partir dessa ideia, ratificamos a importância de buscar diversos meios que auxiliem na inclusão e permanência de pessoas com necessidades especiais dentro das escolas, tornando seu processo de aprendizado significativo por meio da inclusão digital. Essa proposta envolve além do acesso, à instrução dos indivíduos com conhecimento sobre informática para que possam utilizar essas ferramentas digitais com intuito de melhorar seu desempenho e relacionamento social.

No Brasil, os esforços para a inclusão de especiais surdos em sala de aula têm sido realizados, como exemplo da Lei Federal nº 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação para os surdos sinalizados fortalecendo e garantindo seu direito à educação (SCHEFER; FURNIVAL, 2020).

## **OS RECURSOS VIRTUAIS**

Muito já se avançou para se promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais dentro das instituições de ensino, mas muito ainda se tem a avançar quanto à evasão escolar dos mesmos. Para burlar as dificuldades dentro dos processos sociais e educacionais existentes dentro da comunidade escolar, o uso de ferramentas acessíveis que facilitam a comunicação de falantes e não falantes é um dos meios mais buscados atualmente por professores e alunos, para auxiliar na aprendizagem e na interação social de pessoas surdas.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

Portanto, conhecer as ferramentas disponíveis no meio digital é fundamental para utilizá-las de forma proveitosa. Listamos alguns apps que podem ser trabalhados no processo educativo e também na comunicação:

**Spread The Sign:** Aplicativo desenvolvido para pessoas surdas. Possui uma interface simplificada e com capacidade de traduzir várias palavras para diferentes línguas de sinais existentes por meio de vídeos exemplificativos. (Disponível para android e ios)

**Domlexia:** Aplicativo voltado para a alfabetização de crianças com dislexia por meio de diversos templates de jogos interativos que incitam a concentração e a percepção de sons das letras. (Disponível para android e ios)

**Hand Talk:** Um dos aplicativos mais conhecidos por professores e alunos. Permite a tradução simultânea de textos ou vídeos para libras, facilitando a comunicação de ouvintes e pessoas surdas. (Disponível para android e ios)

**TelepatiX CAA:** Aplicativo de comunicação alternativa e aumentativa que permite a escrita ou fala de frases que serão computadorizadas e transmitida pelo app. (Disponível em android e ios)

Inicialmente fizemos uma seleção prévia dos aplicativos citados. Levamos em consideração aspectos relevantes, sendo eles: disponibilidade, acessibilidade, funcionalidade e eficiência dos aplicativos, além da utilidade para o ensino de línguas. Os quatro primeiros itens foram observados de acordo com o quadro a seguir, proposto pelos autores:

**Descrição da Tabela:** Critérios de seleção dos aplicativos, adaptado:

Critério: Disponibilidade

Os pontos: Totalmente indisponível

1,5 pontos: Disponível apenas em android/ios 2,5 pontos: Disponível em android/ios Critério:

Acessibilidade

Os pontos: Não acessível

1,5 pontos: Baixo nível de acessibilidade/acessibilidade limitada

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

2,5 pontos: Alto nível de acessibilidade/acessível à mais de uma deficiência  
 Critério: Funcionalidade  
 Os pontos: Má funcionalidade 1,5 pontos: Pouca funcionalidade 2,5 pontos: ótima funcionalidade  
 Critério: Utilidade  
 Os pontos: Não contribui positivamente com a educação 1,5 pontos: contribui passivamente com a educação  
 2,5 pontos: Contribui ativamente com a educação Fim da descrição.

<b>Crítérios de seleção dos aplicativos</b>			
<b>Crítério</b>	<b>Os pontos</b>	<b>1,5 pontos</b>	<b>2,5 pontos</b>
Disponibilidade	Totalmente indisponível	Disponível apenas em android / ios	Disponível em android e ios
Acessibilidade	Não acessível	Baixo nível de acessibilidade / acessibilidade limitada	Alto nível de acessibilidade / acessível à mais de uma deficiência
Funcionalidade	Má funcionalidade	Pouca funcionalidade	Ótima funcionalidade
Utilidade	Não contribui positivamente com a educação	Contribui passivamente com a educação	Contribui ativamente com a educação

Com base nesse primeiro quadro, avaliamos os aplicativos mencionados e registramos os resultados de nossa avaliação no seguinte quadro:

**Descrição da tabela:** Seleção Prévia dos Aplicativos Mencionados, adaptado:

Aplicativos: Spread The Sign  
 Disponibilidade: 2,5  
 Acessibilidade: 1,5  
 Funcionalidade: 2,5  
 Utilidade: 1,5

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Aplicativos: Domlexia

**Disponibilidade:** 2,5

**Acessibilidade:** 2,5

**Funcionalidade:** 2,5

**Utilidade:** 2,5 **Aplicativos:** Hand Talk **Disponibilidade:** 2,5

**Acessibilidade:** 2,5

**Funcionalidade:** 2,5

**Utilidade:** 2,5 **Aplicativos:** Te epatiX CAA **Disponibilidade:** 2,5

**Acessibilidade:** 2,5

**Funcionalidade:** 2,5

**Utilidade:** 2,5 Fim da descrição.

<b>Seleção Prévia dos Aplicativos Mencionados</b>				
<b>Aplicativos</b>	<b>Disponibilidade</b>	<b>Acessibilidade</b>	<b>Funcionalidade</b>	<b>Utilidade</b>
Spread	2,5	1,5	2,5	1,5
The Sign				
Domlexia	2,5	2,5	2,5	2,5
Hand Talk	2,5	2,5	2,5	2,5
TelepatiX CAA	2,5	2,5	2,5	2,5

Partindo dessa seleção prévia, pontuamos os resultados gerados por essas ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem de pessoas com necessidades especiais.

**Spread The Sign:** É o mais diversificado dicionário de línguas de sinais. O aplicativo se destaca pela sua grande variedade de línguas de sinais conhecidas ao redor do mundo. Ele possui uma interface bem simples e faz a tradução direta de palavras e frases básicas para a língua de sinais do país escolhido.

**Domlexia:** Esse aplicativo possui o selo de aprovação por professores na Play Store. Ele é voltado à alfabetização de crianças com dislexia, podendo também ser utilizado na alfabetização de crianças não deficientes com dificuldade de aprendizado. Ele é bastante acessível, porque possui palavras, sons e uma interface bem divertida. O jogador acompanha o dragão Dom pelo mundo das letras e a partir disso, estimula sua consciência fonológica e sua capacidade de

leitura, por meio da pronúncia do dragão e da identificação de palavras ao longo do jogo. O game é gratuito, porém possui uma versão premium, que pode ser adquirida por R\$ 4,99 por ano ou por meio de um código para usuários do Programa Escolas.

**Hand Talk:** O Hand Talk é um tradutor virtual que visa auxiliar no processo de aprendizagem da língua brasileira e americana de sinais tanto para surdos quanto para não surdos. O aplicativo é intuitivo e possui interface de fácil entendimento e manuseio. As traduções acontecem a partir de frases e palavras pronunciadas ou escritas e contam com a presença das personagens Hugo e Maya. O dicionário é divertido visualmente e seu acesso também ocorre no modo offline. Há sugestão de assuntos a serem traduzidos, como, por exemplo, esportes, comidas e bebidas, sentimentos, fruta e outros. Ainda que as traduções não sejam todas perfeitas é possível interagir com o app por meio de feedback. É permitido escolher a velocidade das traduções, armazená-las e compartilhá-las com amigos.

**TelepatiX CAA:** É um aplicativo de comunicação aumentativa e alternativa em geral, especialmente para casos de paralisia cerebral, esclerose lateral amiotrófica (ELA), acidente vascular cerebral (AVC) e outras necessidades que interferem no processo de comunicação. Trata-se de um teclado acessível que permite ao usuário escrever e pronunciar as palavras por meio do mecanismo de voz. Além disso, conta também com suportes para adquirir licenças para usar acionadores externos. Dessa forma, usuários que não tem movimentos nas mãos também podem usá-lo aliado a outros aparelhos. Essa ferramenta ajuda o aluno a se comunicar melhor durante as aulas, podendo fazer perguntas, praticar a construção de períodos e posicionar-se criticamente sobre os temas abordados.

## CONSIDERAÇÕES

Após as avaliações feitas sobre os aplicativos apresentados, é possível observar o quanto contribuem positivamente para a melhor qualidade do ensino de línguas. Entendemos a importância de inovar as metodologias de ensino e construir modelos mais práticos e dinâmicos de aprendizagem, visando o melhor

desenvolvimento possível dos alunos. Os apps apresentados neste artigo são ótimos aliados à educação, pois contribuem com um ensino mais fluido e acessível, abrindo espaço para que alunos surdos, com deficiência de fala, com dislexia, com AVC, e outros. obtenham um desenvolvimento no aprendizado de línguas tão bom quanto alunos não deficientes. A utilização dessas ferramentas contribui para a diminuição da evasão escolar de pessoas deficientes; a permanência voluntária nas escolas e a noção de que mesmo com alguma deficiência, o aluno pode se comunicar de maneira eficiente.

## BIBLIOGRAFIA

PERLIN, Gladis T.T. Alternativas metodológicas para o aluno surdo : 2º semestre / [elaboração do conteúdo Gladis T.T. Perlin ; [revisão pedagógica e de estilo profa. Ana Cláudia Pavão Siluk... [et al.]].- 1. ed. - **Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró- Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância em Educação Especial**, 2005. 48 p. : il. ; 30 cm.

ROSSETO, M.; BATISTELLA, V. M. C.; MASSUDA, L. A.; OSTWALD, B. E. P.; STURMER, R.; MARQUES, S.. A utilização das metodologias ativas como ferramenta de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula: desafios e oportunidades. **Educationis**, v.8, n.1,

p.53-60, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2020.001.0005>. Acesso em: 17 set. 2021

SCHEFER, R. P.; FURNIVAL, A. C. M. Um estudo de caso sobre metodologias ativas em projetos com alunos de ensino médio no contexto de videoaulas para surdos. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 102-116, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v6n2.p102-116.

Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5103>. Acesso em: 17 set. 2021



I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

SILVA, Fernanda Souza da *et al.* **Guia de acessibilidade [recurso eletrônico]: orientações básicas.** São Luís: EDUFMA, 2021.

SOARES, Igor Dodico Fernandes. **Lista de aplicativos sobre acessibilidade, inclusão e recursos assistivos.** Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas. Disponível em: <https://www.upi.ufv.br/wp-content/uploads/2020/06/Lista-de- Aplicativos-.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021

NEVES, Fernanda Fonseca; BARRAL JUNIOR, Miguel Queiroz; FURTADO, Cassia Cordeiro. O Bibliotecário e as TIC como Ferramenta para Inclusão Informacional dos deficientes auditivos. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE LÍNGUA, LITERATURA & LÍNGUA DE SINAIS, 1., 2017, São Luís. Anais... . São Luís: Ufma, 2017. p. 1 - 11.

## A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENQUANTO UMA POLÍTICA ACESSÍVEL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: um estudo no ensino técnico e superior

Carlos Felipe do Nascimento Cardoso<sup>1</sup>  
Isabelle da Silva Cunha<sup>2</sup>  
Jeovana Nunes Ribeiro<sup>3</sup>  
Laina Evelyn do Vale Teixeira<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo traz uma análise sobre a educação inclusiva no ensino técnico e superior, tendo como marco a Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece a educação como direito universal e inalienável de todo e qualquer cidadão. O objetivo deste artigo é elucidar as medidas implementadas e compreender como essas medidas influenciam na vida acadêmica, para isso foi utilizada a pesquisa bibliográfica, bem como os principais marcos teóricos e legais adotados pelo Governo Federal e pela instituição, por meio de análise documental sobre as ações tomadas no contexto de ensino remoto ocasionado pela pandemia da COVID-19.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Política de Inclusão; Direito; Covid-19.

**ABSTRACT:** This article presents an analysis of inclusive education in technical and higher education, having as a landmark the Constitution of the Federative Republic of Brazil, which consults education as a universal and inalienable right of every and every citizen. The purpose of this article is to elucidate the measures implemented and understand how these measures influence academic life. For this, bibliographical research was used, as well as the main theoretical and legal frameworks adopted by the Federal Government and the institution, through document analysis on the learning actions in the context of remote learning caused by the COVID-19 pandemic. **Keywords:** Inclusive education; Inclusion Policy; Right; Covid-19.

---

<sup>1</sup> Estudante de Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [carlos.fnc@discente.ufma.br](mailto:carlos.fnc@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [isabelle.cunha@discente.ufma.br](mailto:isabelle.cunha@discente.ufma.br).

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista UNESP/FRANCA/SP, Professora

vinculada ao Departamento de Serviço Social, coordenadora do projeto de pesquisa “As pessoas com deficiência no ensino superior: um estudo na Educação Pública do Maranhão”. E-mail:

[jeovana.nunes@ufma.br](mailto:jeovana.nunes@ufma.br).

<sup>4</sup> Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [laina.vale@discente.ufma.br](mailto:laina.vale@discente.ufma.br).

## **INTRODUÇÃO**

O acesso à educação é um direito garantido a todos por meio da Constituição da República Federativa do Brasil datada do ano de 1988, a qual assegura “igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todos”. Em seu Capítulo III, Seção I, Art. 205, a Constituição garante “[...] educação como direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No entanto, mesmo após promulgação do conjunto de normas federais o qual explicita que todos os cidadãos têm direito à educação, a pessoa com deficiência não estava socialmente incluída nesta totalidade, tal igualdade de acesso era garantida por lei, porém no campo prático não se mostrava efetiva. Sendo esta pessoa, diante do pensamento predominante na sociedade, alguém a margem e incapaz de auto desenvolvimento e aprendizagem, acabando por ser colocada sempre como dependente de seus tutores, responsáveis e procuradores legais.

Até então, poucas destas pessoas eram matriculadas em escolas e quando isso ocorria eram escolas, por muitas vezes, da rede privada e/ou instituições especializadas no ensino especial, separadas do ensino regular. Ao realizar uma análise histórica acerca da forma que a pessoa com deficiência é vista socialmente, percebe-se que esta parcela da população tem sido, desde sempre, definida, classificada e rotulada com base nas suas diferenças específicas pelas demais pessoas. (PINHEIRO, 2003.)

Por volta do século XX, houve o início do debate em pauta de forma mais vigorosa as questões acerca do processo de ensino-aprendizagem. Dentre muitas questões levantadas pelos teóricos e estudiosos, encontra-se a ideia de Inclusão, seja esta no que diz respeito ao âmbito econômico ou ao social, tratando a educação enquanto direito de todos, bem como fora estabelecido constitucionalmente, independente de qual classe este indivíduo seja pertencente ou de suas possíveis limitações e impedimentos.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Em meados da década de 1990, a pauta se expandiu internacionalmente, por intermédio da Organização das Nações Unidas(ONU), medidas consideradas universais para o pleno desenvolvimento e inclusão social dos indivíduos com deficiência. Assim, precisamente nos anos de 1990, 1994 e 1996, respectivamente, por meio da Política Nacional de Educação Especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), bem como a Declaração de Salamanca da Organização das Nações Unidas (ONU) e a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), difundiu-se a ideia de que a pessoa com necessidades educacionais especiais deveria passar a ser inserido na rede regular de ensino, sendo as escolas e instituições de ensino adaptadas arquitetonicamente e os profissionais qualificados para recebê-los e melhor atendê-los.

Em cumprimento ao Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 às instituições de ensino federais devem possuir em seu corpo técnico-administrativo um núcleo especializado no atendimento à pessoa com deficiência, para desta forma garantir uma perfeita inclusão do discente dentro do âmbito acadêmico. Vale ressaltar as ações realizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, uma vez que, o referido instituto é referência no estado do Maranhão no que diz respeito ao ensino tecnológico tanto em nível médio quanto superior.

## **MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS FAVORÁVEIS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

O acesso ao ensino público e de qualidade, bem como ao atendimento em toda e qualquer instituição pública e privada, além da liberdade e possibilidade de ir e vir, são um direito universal que deve ser garantido à toda população de forma indiscriminada, pautado fundamentalmente na Constituição Federativa, mas também em diversos outros decretos que se fizeram necessários ao se verificar o não cumprimento de universalização do ensino baseada meramente no princípio constitucional.

Tendo isto em consideração, as Leis Federais nº 10.048 e nº 10.098 do

ano de 2000 estabelecem, respectivamente, a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e as normas gerais e critérios básicos para acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. E no que tange ao ensino, o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, onde define a educação das pessoas público-alvo da educação especial como dever do Estado, além de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, seja no ensino básico ou superior, bem como a criação de núcleos de acessibilidade.

Como forma de garantia do acesso à educação para todos em todos os níveis a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e Instituições Federais de ensino técnico e estabelece como obrigatória a disposição e oferta de 50% das vagas de cada turno e curso para candidatos oriundos de escola pública, bem como para pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência.

No entanto, mesmo que se verifique a existência de todo um aparato legal e ideológico que assegura o acesso à educação e qualificação, no campo da prática e da efetivação verifica-se uma grande lacuna entre o campo ideológico e a realidade no que diz respeito a educação especial e a inclusão das pessoas com deficiência dentro do ambiente escolar e acadêmico. Tal discrepância se dá por diversos fatores, sejam eles econômicos, estruturais, sociais ou até mesmo no que tange aos preconceitos pessoais do corpo docente e técnico atuante dentro das instituições de ensino que, por vezes, consideram os alunos com deficiência diferenciadas como incapazes de aprendizado.

## **O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA**

Fundada na cidade de São Luís no estado do Maranhão em 16 de janeiro de 1910, em conformidade com o Decreto presidencial nº 7.566 o qual definia a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, com o intuito de proporcionar às classes economicamente desfavorecidas uma educação voltada para o trabalho. Seguindo os interesses políticos, educacionais e econômicos vigentes em cada

mandato e governo após sua fundação, a instituição passou por diversas mudanças em seu nome, objetivos e visão, como por exemplo, Liceu Industrial de São Luís, Escola Técnica Industrial do Maranhão, Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão(CEFET-MA), período este em que adquiriu também a competência para ministrar cursos de graduação e de pós-graduação, além dos já oferecidos cursos de ensino regular integrados ao ensino técnico. No ano de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que visavam a escolarização e profissionalização da população do interior do país, o então CEFET-MA foi integrado às Escolas Agrotécnicas de São Luís e Codó, culminando no atual IFMA.

No que tange ao cumprimento das normas federais para garantia do acesso ao ensino, e em conformidade com o Decreto nº 12.711 de agosto de 2012, o IFMA pública no dia 14 de setembro de 2011 a Resolução nº 80/2011, na qual altera as normas de acesso à Instituição, tanto no ensino Técnico de Nível Médio, quanto aos cursos de nível Superior. Para o nível médio é reservado 25% das vagas em cada curso para candidatos provenientes de escolas públicas, e o total de 5% das vagas fica destinado às pessoas com deficiência.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente entre os anos de 2014 e 2018, o IFMA se compromete com adequações. Já no PDI dos anos de 2019 a 2023, estabelece como um de seus objetivos avaliar se as unidades do IFMA estão atendendo aos parâmetros de acessibilidade e segurança para pessoas com deficiência conforme legislação vigente (IFMA, 2018). No mesmo documento, a instituição reconhece a discrepância existente entre o campo teórico e o prático, e se compromete a participar na mudança de tal quadro:

Contraditoriamente, a realidade atual indica profundas preocupações em razão das inúmeras violações quanto aos direitos humanos em todas as dimensões, tais como: os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Tem-se observado o crescimento da intolerância racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, deficiência, dentre outras, caracterizando, portanto, um indiscutível descompasso entre os avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos proclamados pela Declaração Universal

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
(IFMA, 2019).

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da resolução nº 015/2015, é regulamentada a criação, os procedimentos, finalidade, composição e as competências dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE do Instituto, onde fica definido ao NAPNE a responsabilidade de acompanhamento, auxílio e assistência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. E por meio da resolução nº 114/2017 o IFMA afirma seu compromisso com a formação e desenvolvimento integral dos estudantes, bem como a garantia de igualdade e inclusão no acesso, ingresso, permanência e conclusão do curso, visando a redução das reprovações e evasão escolar (IFMA, 2017).

O núcleo que versa sobre a questão da acessibilidade é chamado de NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), que segundo a resolução interna 015/2015, Art. 3º, é responsável pelo trabalho direto com as práticas inclusivas da instituição, tendo por finalidade a promoção da cultura da "Educação para Convivência", aceitação da diversidade e, principalmente, promoção da quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais, de forma a promover a inclusão de todos na Educação Profissional e Tecnológica. O núcleo é composto por uma Coordenadora, um Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagoga, Revisores de Textos em Braille e Tradutores Intérpretes de LIBRAS, que competem a função de acompanhamento do discente desde seu início no processo seletivo, ingresso e egresso do curso.

Desde o momento de inscrição do candidato no processo seletivo, cabe ao NAPNE a identificação das necessidades específicas informadas pelo estudante no ato da inscrição, para assim realizar a adaptação dos espaços de aplicação de prova, assim como os recursos necessários para um bom desempenho, além da preparação e auxílio dos profissionais aplicadores da prova de seleção e profissionais especializados. No caso de aluno ingressante no ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada - SISU, o núcleo realiza o levantamento do

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

quantitativo de candidatos com deficiência e quais são, após o processo feito por meio do sistema eletrônico e efetiva matrícula do discente na instituição.

Após aprovação e ingresso do discente com deficiência, o NAPNE se encarrega da realização de entrevistas com o mesmo e seus pais e/ou responsáveis quando menor de idade. A entrevista se dá com a Equipe Multiprofissional do instituto, composta por Psicóloga (Núcleo de Atendimento ao Educando - NAE), Assistente Social (NAE), e duas Pedagogas, uma sendo membro da Coordenação de Apoio Pedagógico-CAP e a outra sendo membro do próprio NAPNE. Em conjunto com o Departamento de Assuntos Estudantis - DAE, o NAPNE realiza visitas guiadas com os discentes pelo campus para apresentação dos espaços adaptados, como banheiros, rampas e elevadores, além de articulação para distribuição e locação dos estudantes nas salas do térreo ou que possuam acessibilidade disponível e adaptação de acordo as necessidades específicas de cada aluno.

Pós efetiva matrícula e locação do discente, o NAPNE comunica os docentes e demais funcionários acerca do novo aluno ingressante e quais suas especificidades educacionais, além disso, no início das aulas, possuem a função de apresentar e comunicar aos demais colegas de turma informações sobre o núcleo e o aluno com deficiência, visando uma melhor integração do mesmo com os demais estudantes. Caso se faça necessário, após observação do processo de socialização e desenvolvimento do estudante, é feito encaminhamento para os serviços ofertados pelo Núcleo de Atendimento Especializado-NAE, como Serviço Social, Atendimento Psicológico, Assistência Médica, Assistência Nutricional e Odontológica. Contando se necessário com auxílios e bolsas ofertadas pelo instituto aos alunos em geral, como Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Financeiro e Bolsas de Estudo.

Além da articulação com o NAE e o DAE, o NAPNE também realiza atividades em parceria com o Departamento de Ciências da Saúde - DCS, que oferta aos discentes com deficiência práticas esportivas, como Handebol, Futsal, Atletismo e Vôlei, desde que haja possibilidade mediante as limitações de cada estudante e, também, disponibilidade de professor orientador.



## **O IFMA NO CONTEXTO DA PANDEMIA E SEU REFLEXO PARA O ENSINO REMOTO**

Devido a pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, as aulas em toda rede de ensino foram suspensas, visando o bem estar físico e mental dos discentes do país. No entanto, após meses de suspensão e debates, foi definido o retorno das atividades acadêmicas no país de forma remota por meios digitais.

Objetivando o atendimento acadêmico emergencial e o pleno acesso dos discentes aos meios de comunicação, o IFMA lançou em seu portal oficial informações sobre as Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPS) e realizou por meio de editais de seleção, a distribuição e repasse financeiro individual no valor de R\$1.000,00, em parcela única por meio de depósito em conta bancária em nome dos discentes e/ou responsáveis legais, para aquisição de equipamento eletrônico, como celulares e tablets, que possibilite o processo de aprendizagem remota dos discentes regularmente matriculados nos cursos de nível técnico e superior que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou dificuldades de acesso às tecnologias de informação e comunicação digitais (TIC's), com exceção dos alunos matriculados apenas em Estágio e Monografia, além do repasse mensal, durante o período de 4 meses, para os selecionados em edital do valor de R\$80,00 que deverá ser destinado à compra de chip de rede ou ao financiamento de rede de dados.

Foi estabelecido também o Projeto Aluno Conectado, como forma de seleção e distribuição de chips com pacote de dados para os discentes enquadrados nos critérios do edital. Como forma de manutenção da saúde nutricional dos discentes cujas famílias se encontram em dificuldades financeiras devido o confinamento social, foi lançado também edital para distribuição de cestas de alimentos básicos. Em todos os editais de auxílio emergencial, foram

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

considerados critérios de desempate a renda familiar do candidato, origem do aluno com deficiência indígena ou quilombola. Fora desenvolvido e lançado também, a partir da parceria entre uma mestranda do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e o NAPNE/Monte Castelo, o aplicativo IncluIFMA (disponível para download na Google PlayStore), o qual visa contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência e a divulgação de informações, termos e conceitos, bem como dos direitos da pessoa com deficiência para os mesmos e para toda a comunidade.

No que diz respeito ao ensino remoto em si, o IFMA disponibilizou em todos seus canais oficiais e redes sociais tutoriais abertos aos docentes e discentes acerca das formas de utilização das plataformas digitais, em especial o *Google Meet* e o *Google Classroom* os quais foram estabelecidos por portaria interna como plataformas educacionais oficiais a ser utilizadas neste período.

Para melhor capacitação do corpo docente e técnico, fora disponibilizado no site oficial do Instituto a chamada Trilha Formativa, a qual oferta cursos livres online por meio dos quais os funcionários devem obter informações acerca da forma que se deve proceder durante o ensino remoto.

São ofertados diversos cursos, desde a utilização básica das ferramentas e plataformas digitais, à produção de conteúdo pedagógico digital e planejamento do ensino. Dentre os cursos disponíveis, nos chama atenção os cursos de Personalização do Ensino, o de Psicologia da Aprendizagem e a Web Palestra Acessibilidade Digital, sob a qual, no âmbito do Conselho Nacional dos Institutos da Rede Federal de Educação (CONIF), busca-se a capacitação do docente quanto às tecnologias assistivas, o conceito de barreiras atitudinais e materiais, além de tratar acerca do uso de leitores e ampliadores de tela, teclado e mouse adaptados, janelas em Libras, áudio descrição e descrição de imagens.

## **CONCLUSÃO**

O presente trabalho analisou a política de educação inclusiva enquanto política acessível, buscando uma sociedade com mais acessibilidade e inclusão. Nesse contexto, os Núcleos de Acessibilidade, enquanto órgãos responsáveis pelo

acolhimento, ambientação e acompanhamento dos discentes com deficiência, se apresenta como importante ferramenta nesse processo de ingresso e inclusão, sendo visto como um elemento essencial nessa jornada de permanência e construção do conhecimento. Mesmo com todo seu desenvolvimento os Núcleos ainda apresentam desafios e barreiras que precisam ser enfrentadas, sejam elas orçamentárias ou atitudinais, assim como mais recursos, profissionais e instrumentos para tornar efetiva a inclusão no âmbito educacional.

É de extrema importância que a comunidade acadêmica do IFMA também exerça uma função, que consiste em tornar disponível a sua capacidade de incluir, visto que é nesse âmbito que ocorre a maior difusão de ideias preconceituosas, discriminatórias e capacitistas para com as pessoas com deficiência. Outro fator que a pesquisa apresenta é discutido sobre o aspecto da inclusão social, que ultimamente tem sido uma temática forte e recorrente nos espaços e rodas de conversa, mesmo com toda essa visibilidade proporcionada, principalmente pelas mídias sociais e com as diversas leis que podem ser encontradas, ocorre um processo desafiador que gira em torno das brechas que dificultam o avanço da acessibilidade, como exemplo, o conservadorismo que se apresenta de diversas maneiras na atual conjuntura, promovendo a exclusão e o impedimento da garantia de direitos.

É necessário pontuar que a pesquisa não possui caráter conclusivo, uma vez que, devido ao avanço da pandemia da COVID- 19, impossibilitou-se o contato direto com os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo, porém, não impediu a escrita e a busca de conhecimento por meio bibliográfico. Que esse estudo possa servir de base para pesquisas vindouras e que a educação inclusiva seja uma realidade de fato efetiva no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

7853 de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. BRASIL, 1999. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)> Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 17 jan. 2021.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CONIF. **Trilha Formativa**. Disponível em:

<<https://padlet.com/certecformacao1/t4ud4nije8soefyv>> Acesso em: 20 jan. 2021.

IFMA. **Resolução nº 080/2011** - Altera Normas de Acesso à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Superior. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=1058>> Acesso em: 19 jan. 2021.

IFMA. **Resolução nº 015/2015** - Regulamentação do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas. Disponível em:

<<https://portal.ifma.edu.br/documentos/?id=11334>> Acesso em: 21 jan. 2021.

IFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. São Luis, 2014. Disponível em:

<<https://portal.ifma.edu.br/2014/10/10/ifma-apresenta-pdi-2014-2018/>> Acesso em: 19 jan. 2021.

IFMA. **Plano de Desenvolvimento institucional 2019-2023**. São Luís, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/novopdi/>> Acesso em: 19 jan.2021.

PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras deficiência. In: VIZIM, Shirley Silva; VIZIM, Marli (Org.). **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 101-123.

## **METODOLOGIAS NO ENSINO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA APLICADOS AOS ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO INCLUSIVO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O BILINGUISMO**

<sup>1</sup> Adriana Sousa Reinaldo

<sup>2</sup> Gracy Kelia Lopes Silva

<sup>3</sup> Perla Cristina Cunha Barbosa

<sup>4</sup> Teresa Cristina Lafontaine

**RESUMO:** O referido trabalho é resultado das discussões realizadas no âmbito da disciplina “Metodologia para o Ensino de Libras”. Sabe-se que os alunos surdos passam por inúmeras dificuldades: barreiras na acessibilidade comunicacional, efetivação de um contexto inclusivo, metodologias que não atendem o uso da Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita. Objetivos: Discutir as diferentes formas de metodologias de ensino de L1 e L2 oferecidas aos alunos surdos e demonstrar os recursos pedagógicos que podem ser trabalhados por professores durante as aulas. A metodologia de trabalho consistiu em uma pesquisa quali-quantitativa e de revisão bibliográfica nos estudos de Leffa (1988), Gonçalves e Festa (2013), Quadros (2006). Resultados: O referido trabalho servirá como base para outras discussões, o produto desta pesquisa será multiplicador para elaboração de outros recursos para o ensino numa perspectiva bilíngue. Conclusão: A pesquisa ainda está em andamento. No que se refere ao aporte teórico está concluída, porém, ainda teremos como resultado um produto, ou seja, um recurso didático a ser utilizado por professores de surdos e que ainda será utilizado na prática pedagógica por nós pesquisadores.

**Palavras-chave:** Metodologia; Educação inclusiva; Bilinguismo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Libras pela UFMA e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição, especialista em Libras e Práticas Pedagógicas Aplicadas à Educação Bilíngue de Surdos pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, e-mail: [gkl.silva@discente.ufma.br](mailto:gkl.silva@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> [Graduanda em Letras Libras pela UFMA e graduada em História pela \(Faculdade Santa Fé\)](#), e-mail: [perla.cunha@discente.ufma.br](mailto:perla.cunha@discente.ufma.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Letras Libras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: [adriana.reinaldo@discente.ufma.br](mailto:adriana.reinaldo@discente.ufma.br).

<sup>4</sup> Professora Mestra em Geografia pela UFPA. Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: [teresa.lafontaine@ufma.br](mailto:teresa.lafontaine@ufma.br).

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho é discutir as diferentes formas de metodologias de ensino de L1 (Libras) e L2 (Língua Portuguesa na modalidade escrita) oferecidas aos alunos surdos e demonstrar os recursos pedagógicos que podem ser trabalhados por professores durante as aulas. O bojo central deste trabalho partiu das discussões realizadas no âmbito da disciplina “Metodologia para o Ensino de Libras” ministrada pela Prof<sup>a</sup> Teresa Lafontaine no curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Sabe-se que os alunos surdos passam por inúmeras dificuldades no seu dia a dia nas áreas trabalhistas, familiares e escolar. No entanto, delimitamos ao contexto educacional, sobretudo, inclusivo numa perspectiva educacional bilíngue, visto que, é a modalidade educacional vigente aos alunos surdos atualmente. Partindo das pesquisas realizadas encontramos as seguintes dificuldades às pessoas surdas: Barreiras na acessibilidade comunicacional, efetivação de um contexto inclusivo, metodologias que não atendem o uso da Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Diante o exposto para atender aos objetivos deste trabalho optou-se pelos delineamentos propostos pela pesquisa quali-quantitativa e de revisão bibliográfica nos estudos de Leffa (1988), Gonçalves e Festa (2013), Quadros (2006).

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

A educação de surdos no Brasil iniciou-se em 1855 com a vinda do professor francês Hernet Huet que em 1857 fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto de Surdos Mudos, conhecido atualmente como Instituto de Educação de Surdos (INES). Em 1987 foi criada a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de surdos). Este órgão trabalha na defesa dos direitos das pessoas surdas, e expandiu seu trabalho por todo o Brasil sempre buscando resgatar o surdo como cidadão com o reconhecimento de sua força produtiva.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como língua pela Lei nº 10.436, e em 2005 esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, o que foi um marco na educação de surdos. O referido decreto oficializou a Libras como disciplina obrigatória nos cursos superiores de formação de professores e no curso de Fonoaudiologia

Art. 3º- A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005)

O objetivo da disciplina de libras no ensino superior voltado para formação de professores é proporcionar a esses futuros profissionais conhecimentos prévios tendo em vista que a carga horária desta disciplina é de apenas 60hs relacionados a cultura linguística do aluno surdo e sua forma inerente de aprender. Entretanto, ainda é possível notarmos as dificuldades e desafios ao se trabalhar com alunos surdos, no que diz respeito à construção de seus saberes, devido aos padrões estabelecidos pela sociedade educacional.

Dentro desse cenário educacional, apontamos e abordamos as principais metodologias impostas ao ensino para os alunos surdos, em seguida faz-se uma ligação dessas metodologias com as abordagens apontadas por Leffa (1988) em seu texto Metodologia do ensino de língua. Ao abordamos as metodologias de ensino para os surdos nos deparamos com o Oralismo, Comunicação Total e o Bilinguismo. Faremos uma breve contextualização dessas metodologias que fazem parte da história da educação do surdo.

O oralismo tinha como objeto a reabilitação da fala, pois:

Percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Esta estimulação possibilita a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. (GOLDFELD, 2002, p.34)

Portanto, o Oralismo busca reabilitar a criança surda no que considera normal que é a oralização. Esta prática foi referencial a partir do Congresso de Milão, porém, seus resultados não mostraram sucesso e segundo Lacerda (1998) "a maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala totalmente



satisfatória e, em geral esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação a aquisição de fala apresentada pelos ouvintes”

Para Moura (2000, p.55) no oralismo “o surdo não é visto dentro das suas possibilidades e da diferença, mas no que lhe falta e que deve ser corrigido de qualquer forma para que ele possa se integrar e ser normal.” Dentro da perspectiva oralista, as estratégias pedagógicas utilizadas eram as terapêuticas pois, a surdez na concepção clínica, apenas poderia ser trabalhada nas escolas por meio dessas estratégias, para que o surdo se tornasse um indivíduo normal e assim ser integrado a sociedade e a comunidade ouvinte.

Sendo assim, podemos afirmar que a oralização foi imposta ao surdo como algo prioritário para a comunicação, e sua aprendizagem oralizada é apontada como indispensável para seu desenvolvimento integral. A proposta dos defensores do oralismo era treinar a audição por meio do resíduo auditivo, que levaria o surdo a distinguir sons e desenvolver a fala, tendo a leitura labial como importante via de comunicação (STREIECHEN, 2020, p.23). Este tipo de metodologia, na grande maioria dos casos, não proporcionava ao surdo um aprendizado eficaz, apenas os ensinava a produzir palavras aleatórias.

Em resposta ao Oralismo, surge na década de 60 a Comunicação Total (CT), fruto das pesquisas sobre línguas de sinais iniciadas por Stokoe que estudou a língua de sinais americana e seus aspectos gramaticais. A Comunicação Total utiliza sinais, leitura orofacial, fala, alfabeto manual e escrita para oferecer *inputs* aos estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas (STWART, 1993)

O objetivo da Comunicação Total é possibilitar uma comunicação real onde o oralismo não se apresenta como única forma de comunicação, apesar de ser uma das áreas trabalhadas, Na Comunicação Total, passa-se a usar o oralismo e os sinais e até mesmo gestos produzidos pelas mãos dos surdos e dos professores, é o Bimodalismo. Diante do que foi estudado, podemos constatar que a Comunicação Total trouxe de positivo o contato com os sinais, proibido pelo oralismo, proporcionando aos surdos uma busca pelo aprendizado da Língua de Sinais.

Com o crescente interesse sobre a Língua de Sinais e a educação de

surdos, proporcionaram pesquisas sobre propostas pedagógicas para esta educação, com isso na década de 80 surge o Bilinguismo que vem ganhando destaque maior no espaço educacional com aprovação da Lei nº 14.191 que insere a educação bilíngue de surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Bilinguismo é uma resposta contrária ao oralismo “porque considera o canal visogestual de fundamental importância para aquisição de linguagem da pessoa surda” (LACERDA. 1998, p.10). A mesma autora aponta que o bilinguismo também se opõe à Comunicação Total por defender um espaço positivo para o trabalho na educação do surdo através da língua de sinais sem o complemento de gestos ou leitura labial.

O objetivo do Bilinguismo não é se sobrepor a Língua Portuguesa durante o período de aprendizagem do aluno surdo, quanto a isso Quadros (2000, p.54) diz “quando me refiro ao bilinguismo não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” Portanto, o que o bilinguismo busca é que o aluno surdo aprenda as duas línguas mantendo as características próprias de cada uma, e proporcionar o aluno surdo o direito de ser educado através da língua de sinais.

A proposta de toda essa contextualização das metodologias já abordadas quanto a educação de surdos é identificarmos quais abordagens podem ser observadas quanto a aplicação das referidas metodologias, pois, nosso trabalho é o início de uma pesquisa sobre Metodologias no ensino de Libras e língua portuguesa aplicados aos alunos surdos.

Para explanarmos essas abordagens utiliza o texto de Leffa Metodologia do Ensino de Línguas. Apesar do foco de Leffa não ser a Libras em si, mas o ensino de línguas, e sabemos que a libras é uma língua que possui gramática própria, portanto, para ser ensinada é preciso que se adote metodologias e abordagens.

## **AS METODOLOGIAS E ABORDAGENS VOLTADOS A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

O processo de ensino e aprendizagem do aluno, seja ele ouvinte ou surdo, envolve diversos fatores como a afetividade, meio social, abordagens de ensino

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

e aprendizagem, a cultura de ensinar e aprender entre outros que constituem o aprender do aluno e o fazer do professor enquanto educador. Leffa (1998, p.212) considera a abordagem como “o termo mais abrangente a englobar os pressupostos teóricos acerca da língua e da aprendizagem”.

As abordagens variam na medida em que variam esses pressupostos. Portanto, se as abordagens variam de acordo com os pressupostos, podemos afirmar que esses pressupostos seriam as transformações que a educação do surdo vem passando, ainda que a passos lentos, no decorrer de todos esses séculos (XIX, XX e XXI).

Para Almeida (1998, p.18) a abordagem é “uma filosofia, um enfoque, uma aproximação, um tratamento, uma lida. O objetivo direto da abordagem é justamente o processo ou a construção do aprender e do ensinar uma nova língua.” A abordagem é a maneira como se trabalha o ensino e aprendizado do aluno surdo ou ouvinte. Trata das práticas, comportamentos e técnicas que são utilizadas no momento desse ensino.

Portanto, se as abordagens variam de acordo com os pressupostos, podemos afirmar que esses pressupostos seriam as transformações que a educação do surdo vem passando, ainda que a passos lentos, no decorrer de todos esses séculos (XIX, XX e XXI)

Leffa (1988) aponta quatro tipos de abordagens, a Abordagem da Gramática e Tradução (AGT), Abordagem Direta (AD), Abordagem para Leitura (AL) e a Abordagem Audiolingual e seus respectivos objetivos. Trazendo as abordagens citadas por Leffa para fazermos um estudo, ainda que breve, pois como já citado pretende-se aprofundar nesta pesquisa, podemos observar que as metodologias para a educação de surdos utilizavam uma ou mais abordagens. Vejamos:

O Oralismo podemos observar a Abordagem Direta, uma vez que nesta abordagem tem como “princípio fundamental de que a L2 se aprende através da L2 e a língua materna nunca deve ser usada em sala de aula” (LEFFA,1998, p.216), e no oralismo o surdo era obrigado a oralizar e proibido de sinalizar pois, a única forma de comunicação era o oral, e ao estimular o aluno, o professor precisava de uma resposta oralizada.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Esta metodologia também apresenta traços da Abordagem da Gramática e Tradução, tendo em vista que a preocupação era que o aluno aprendesse a gramática para poder interagir com a cultura, a comunidade, as normas e costumes dos ouvintes, levando o aluno a reconhecer a língua oralizada como seu idioma, e o objetivo da AGT é levar o aluno a apreciar a cultura e literatura na L2.

No que tange a metodologia da Comunicação Total observamos a Abordagem Direta no que diz respeito à transmissão designificados através de gestos e gravuras, mesmo com o oralismo predominante nesta abordagem, tanto que a leitura labial era utilizada como forma de se fazer e entender a comunicação. Havia na Abordagem Direta a preocupação com o ensino da gramática, do mesmo modo que na comunicação total. O uso de sinais na comunicação total era limitado e ilusório, pois o oralismo ainda era muito forte nessa abordagem.

Na metodologia do Bilinguismo, a criança surda deve ser exposta a língua de sinais o mais precocemente possível, e reconhece a língua de sinais como L1 do surdo e mediadora da L2 a língua portuguesa, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e uma significativa ampliação do vocabulário da criança surda. Podemos apontar dentro dessa metodologia a AGT.

De acordo com Leffa (1998, p.214) “basicamente a AGT consiste no ensino da segunda língua pela primeira. Toda a informação necessária para construir uma frase, entender um texto ou apreciar um autor é dada através de explicações na língua materna do aluno.” O Bilinguismo busca o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita, através da L1 do aluno surdo que é a língua de sinais. A presença de um professor surdo na sala de aula no bilinguismo é algo diferenciado, portanto, o domínio da oralização desse professor não é prioridade, do mesmo modo que na AGT.

Porém, o bilinguismo tem o objetivo contrário ao objetivo da AGT que visa levar o aluno a “apreciar a cultura e a literatura da L2” (LEFFE, 1988, p.215). O bilinguismo, como já exposto não busca sobrepor uma língua em relação a outra, busca um equilíbrio entre as línguas de forma que o aluno surdo aprenda o português escrito e suas regras, através da língua de sinais, sua L1, que o levará a autonomia para pensar sobre a língua portuguesa escrita.

Diante de tudo que foi explanado ao longo do texto, podemos concluir que

as abordagens apontadas por Leffa e as metodologias para o ensino de surdo e suas aplicabilidades, podem trazer vantagens e desvantagens para a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do aluno surdo se não for dada a devida atenção às mudanças no cenário educacional e nas especificidades desses alunos. Cabe às escolas e aos profissionais da educação utilizar-se de abordagens, recursos didáticos, teóricos entre outras ferramentas que possam auxiliar no ensino e aprendizagem do aluno surdo de forma satisfatória.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **A libras e a língua portuguesa para surdos no contexto inclusivo: os desafios e possibilidades do bilinguismo**

Diante do que foi exposto, percebe-se que as metodologias e abordagens do bilinguismo possibilitam ao surdo o aprendizado da língua portuguesa, e dessa forma uma maior integração do surdo na sociedade, uma vez que o português é a língua majoritária e que tem prestígio social. Apesar disso, há desafios a serem superados no ensino do surdo, como a falta de aprendizado da Libras em casa, pois a comunicação com a família baseia-se somente em gestos. Dessa forma, o aprendizado ocorre na escola bilíngue, porém muitos pais desconhecem a necessidade de os filhos surdos aprenderem Libras.

Além disso, nem sempre os professores das escolas bilíngues são fluentes em Libras, o que dificulta a interação do aluno com o educador e a interação dos alunos entre eles. Para que se possa haver maior interação, aprendizado e troca de saberes, é preciso refazer a “figura do docente como explicador e competente na língua do Estado e de sugerir a ideia de um educador mais relacionado com a possibilidade de conversar com o outro e, além disso, de fazê-lo a partir da língua que é do outro”. (SKLIAR, 2014, p. 218).

De acordo com Pereira (2013, 2014), existem duas abordagens principais adotadas no ensino da língua portuguesa aos surdos: o ensino tradicional, de abordagem estruturalista, e a abordagem discursiva-interacionista. A abordagem estruturalista é a mais presente nas escolas bilíngues, na qual o ensino consiste

na tradução da Libras para a língua portuguesa, e vice-versa, com o ensino focado no código, na gramática e nos ditados.

Porém o ensino tradicional não gerou bons resultados no aprendizado dos surdos, pois eles somente decoravam palavras sem saber o significado delas. Segundo Giordani (2006), a escola mostra que há apenas um modo de escrever português, por meio de um conjunto de regras padronizadas que devem ser seguidas com rigor para que se tenha 'o bom uso' da língua. (BAGNO; RANGEL, 2005).

Para vencer esse obstáculo, os surdos precisam de conhecimento de mundo para possibilitar o entendimento dos sentidos na língua escrita. Segundo Salles et al. (2004a), a principal ideia da abordagem discursiva-interacionista de ensino, é de que a aprendizagem ocorra por meio da interação em sala de aula, aproximando esse ambiente de contextos discursivos do cotidiano. Nessa abordagem, professores utilizam textos adequados para a fase de desenvolvimento que o aluno surdo está inserido, devendo ser assuntos de interesse e de acordo com a faixa etária, ou assuntos de repercussão nacional e internacional. Dessa forma, os assuntos textuais devem despertar a curiosidade deles, para que eles se sintam motivados à leitura.

Segundo Koch (2006), na concepção interacionista (dialógica) da língua, a compreensão do sentido do texto envolve a busca ativa do sujeito em identificar o contexto e elementos presentes no texto, além de unir o conhecimento de mundo relacionado ao assunto. Dessa forma, tal abordagem tem como foco o letramento do aluno, para possibilitar o entendimento do português e motivá-lo à busca do aprendizado, uma vez que entende a aplicação desse aprendizado no dia a dia e para adquirir conhecimento de mundo.

Tendo em vista as características das duas abordagens apresentadas, percebe-se que a abordagem discursiva-interacionista traz mais vantagens no ensino da língua escrita ao surdo. Nessa abordagem, o objetivo do ensino da língua portuguesa aos alunos surdos deve ser a habilidade de produzir textos e não palavras e frases, por isso percebe-se a importância de ter muito contato com textos, inicialmente por meio da Libras.

Nesse sentido, deve haver uma mudança gradual para a abordagem

discursiva-interacionista, que gera maior desenvolvimento social e mais conhecimento de mundo aos surdos. A implementação dessa forma de ensino nas escolas bilíngues possibilita ao surdo uma maior integração no meio social e maior aprendizado da língua portuguesa, e ainda valoriza o uso da Libras como forma de interação.

Outros desafios para a educação bilíngue consistem na falta de políticas de difusão e preservação da Libras, medidas que a valorizem na comunidade; movimentos que pressionam os surdos a aprenderem a língua portuguesa, desvalorizando a Libras; dificuldades na capacitação de profissionais que atendam às necessidades do ensino bilíngue.

Além dos desafios já citados, há ainda a falta da obrigatoriedade do ensino de Libras como segunda língua para ouvintes desde a educação infantil; da adoção de metodologias de ensino da língua portuguesa como segunda língua; do desenvolvimento de métodos avaliativos na educação para surdos com uso da Libras, podendo fazer uso de tecnologias e meios virtuais para tal; e da gratuidade nos cursos de Libras para pais e familiares de surdos.

Diante de tais desafios, percebe-se que há necessidade de mais medidas estruturais nas escolas que ampliem as possibilidades de aprendizado do surdo, uma vez que melhorias na estrutura curricular, métodos de ensino que estimulem o uso da Libras para aprendizado da língua portuguesa, professores fluentes em Libras, ampliação do acesso do surdo à escola bilíngue, são alternativas que possibilitam o desenvolvimento intelectual mais efetivo do surdo frente à sociedade, valorização da cultura e maior percepção das potencialidades da comunidade surda.

### **Proposta de um recurso a ser aplicado aos alunos surdos no contexto bilíngue para os anos finais do ensino fundamental**

Diante as dificuldades que foram apontadas sobre o ensino da Língua Portuguesa para surdos abordamos nesta seção a proposta de um recurso que pode ser trabalhado a Libras e a Língua Portuguesa. O recurso aqui apresentado está em consonância com as habilidades da Base Nacional Comum (BNCC). O

primeiro será uma televisão em papelão com transmissão de uma reportagem.

Habilidades da BNCC

(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.

Objetiva-se identificar em reportagens os elementos que a constituem: predomínio da função referencial da linguagem, linguagem impessoal, objetiva, direta, de acordo com o padrão culto da língua, título chamativo que anuncia o fato. Descrição do recurso: Televisão em caixa de papelão. Materiais usados para a construção do recurso: caixa de papelão, tinta guache, palitos de madeira redondo com ponta, pincel, tampas de plástico, cartolina, lápis de cor e cola.

O desenvolvimento do recurso consiste da seguinte maneira: O professor construirá a televisão em papelão com os materiais descritos e na cartolina será feita a reportagem. Poderá ser utilizada mais de uma reportagem, pois, a cartolina será enrolada no palito e ao movê-lo a reportagem ficará visível aos alunos. Os elementos que constituem uma reportagem serão explanados passo a passo. O título que transmite a informação, o *lead* que desenvolve a narrativa do fato principal e as suas características.

Como forma de desenvolver a Libras os alunos poderão desenvolver a reportagem em Língua de Sinais utilizando-se de legenda e imagens para contemplar a Língua Portuguesa. Essa atividade agrega conhecimentos tanto em Libras quanto português.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Abordou-se neste trabalho as metodologias de ensino para as pessoas surdas e os desafios para efetivação do bilinguismo. Vimos que as pessoas surdas passaram por três filosofias educacionais, dentre elas: o oralismo, a comunicação total e atualmente, as pessoas surdas estão inseridas na filosofia do bilinguismo legitimados pelo uso da Libras para comunicação e expressão, porém,



com uso da Língua Portuguesa na modalidade escrita, visto que, a Libras não a substitui.

Amparados pelas leituras ao longo da disciplina “Metodologia para o Ensino de Libras” e pela nossa experiência sabemos que a prática do bilinguismo não ocorre de forma amistosa e plena no cotidiano escolar do aluno surdo e evidenciamos isso ao longo deste trabalho. Partindo dessa inquietação apresentamos na última seção uma proposta de um recurso a ser aplicado aos alunos surdos nos anos finais do ensino fundamental visando utilizá-lo tanto para os estudos da Libras quanto da Língua Portuguesa.

É importante ponderar que o referido recurso não foi aplicado em sala de aula para vermos os resultados. Por isso, dividimos esse trabalho em dois momentos: primeiro, uma pesquisa de âmbito teórico tanto no que se refere as abordagens e recurso didático, posteriormente, aplicamos o recurso aqui abordado em sala de aula na disciplina prática pedagógica e produzimos um texto demonstrando os resultados obtidos.

Assim, concluímos ser importante discutir o contexto bilíngue para alunos surdos e as práticas que podem potencializar o trabalho do docente e a aprendizagem do aluno surdo que é a meta prioritária das instituições de ensino e dos docentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas, SP, 1998.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de O. **Tarefas da educação linguística no Brasil**. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v5n1/04.pdf>>. Acesso em: 5 set.2021.

BRASIL, Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/civil03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 agosto 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 25 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

Acesso em: 15 agosto 2021.

\_\_\_\_Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm)  
acesso em 18 agosto 2021.

FERNANDES, Sueli. CERETTA MOREIRA, Laura. Revista "Educação Especial" v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. 2009, Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 5 set. 2021.

GIORDANI, Liliane F. **Língua escrita: letras (im)prováveis na educação de jovens e adultos surdos.** *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n. 2, p. 88-97, jun. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/794>>. Acesso em: 5 set. 2021.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/412195827/A-Crianca-Surda> Disponível em: 20 agosto 2021.

KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LACERDA, Cristina. B.F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfR68rsh4FkNNKyr/?lang=pt> Acesso em 20 agosto 2021.

LACERDA, Cristina. MANTELATTO, Sueli Aparecida Caporali. **As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos.** In: LACERDA, C.B.F; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (org) Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000.

MOURA, Maria Cecilia. et al. *Língua de sinais e educação do surdo.* São Paulo: tecArt, 1993.

\_\_\_\_O surdo: **caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MÜLLER, Janete Inês. **Língua portuguesa na educação escolar bilíngue de surdos/** Janete Inês Müller. – 2016. 295 f.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

PEREIRA, Maria C. da C. **Abordagens de ensino de LP para surdos/Concepções de língua e abordagens de ensino da língua portuguesa para surdos.** In: XII Congresso Internacional e XVIII

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

Semana Nacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos. *Anais...*  
Rio de Janeiro: INES, 2013. p. 110-113.

PEREIRA, Maria C. da C. **O ensino de português como segundalíngua para surdos: princípios teóricos e metodológicos.** Dossiê: educação bilíngue para surdos: políticas e práticas (edição especial), *Educar em Revista*, Curitiba, n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/issue/view/1757>>. Acesso em: 5 set. 2021.

PERLIN, Gladis T.T. Alternativas metodológicas para o aluno surdo. Disponível em:

[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17636/Curso\\_Ed-Especial\\_Alternativas-Metodologicas-Aluno%20Surdo.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Oralismo%3A%20%C3%A9%20](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17636/Curso_Ed-Especial_Alternativas-Metodologicas-Aluno%20Surdo.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Oralismo%3A%20%C3%A9%20) Acesso em 20 agosto 2021.

QUADROS, Ronice Müller. Educação para surdos: a aquisição da linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre, 1997.

\_\_\_\_\_. Alfabetização e o ensino da língua de sinais. 2000. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=23&idart=47> Acesso em 20 agosto 2021.

SALLES, Heloísa M. M. L et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Brasília: MEC/SEESP, 2004a. v 1.

SKLIAR, Carlos. **Desobedecer a linguagem: educar.** Tradução de Giane Lessa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STWARD, D.A. **Pesquisa sobre o uso de língua de sinais na educação de crianças surdas.** In: MOURA, Maria Cecilia. et al: Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: TecArt, 1993.

## ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Geovana de Andrade Silva<sup>1</sup>  
Hádria Samille Palhano Galvão<sup>2</sup>  
Jeovana Nunes Ribeiro<sup>3</sup>  
Rafaella Campos Delgado<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar as estratégias de acessibilidade comunicacional desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA em favor da permanência do aluno com deficiência no ensino superior. Para tanto, utilizou-se a pesquisa exploratória dos documentos institucionais, que versam sobre as ações de acessibilidade comunicacional implementadas pela universidade em prol da inclusão educacional do aluno com deficiência. O recorte temporal da pesquisa foi o ano de 2017 a 2020, em razão do período de vigência do Projeto de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 e dos relatórios de gestão disponíveis no portal da transparência da universidade. Os resultados atestam que a UFMA vem empregando medidas para o enfrentamento das barreiras comunicacionais a partir da elaboração de material acessível, parceria com Superintendência de Tecnologia da Informação, apoio técnico especializado e cursos de educação inclusiva para comunidade acadêmica. Conclui-se que o planejamento institucional é uma ferramenta essencial para a consolidação do processo de inclusão educacional do aluno com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva; Ensino Superior; Pessoa com Deficiência; Acessibilidade Comunicacional.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the communication accessibility strategies developed by the Federal University of Maranhão - UFMA in favor of the permanence of students with disabilities in higher education. For that, an exploratory research of institutional documents was used, which deal with the communicational accessibility actions implemented by the university in favor of the educational inclusion of students with disabilities. The time frame of the research was the year 2017-2020, due to the period of validity of the Institutional Development Project 2017-2021 and the management reports

---

<sup>1</sup> Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: geovana.andrade@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: hadria.palhano@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista UNESP/FRANCA/SP, Professora vinculada ao Departamento de Serviço Social, coordenadora do projeto de pesquisa “As pessoas com deficiência no ensino superior: um estudo na Educação Pública do Maranhão”. E-mail: jeovana.nunes@ufma.br.

<sup>4</sup> Estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: rafaella.campos@discente.ufma.br.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

available on the university's transparency portal. The results attest that UFMA has been employing measures to address communication barriers from the development of accessible material, partnership with the Technology and Information Center, specialized technical support and inclusive education courses for the academic community. It is concluded that institutional planning is an essential tool for consolidating the process of educational inclusion of students with disabilities.

**KEYWORDS:** Inclusive Education. University education. Person with Disabilities. Communication Accessibility.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história é evidente o papel central que a comunicação ocupa no desenvolvimento dos seres humanos. Por meio da fala, escrita, expressões faciais e corporais, imagens - a exemplo das pinturas rupestres -, sinais, sons ou códigos, o homem utilizou-se desses recursos para expressar a necessidade em se comunicar, relacionar e transmitir saberes. No ambiente educacional faz-se necessário a adoção de estratégias que garantam ao aluno com deficiência o acesso à informação e comunicação, assegurando-lhes a socialização, a realização de atividades formativas, participação de lives, seminários *on line*, sobretudo, de um atendimento educacional especializado que reconheça e atenda suas necessidades específicas.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2019, o Maranhão registra 1.100 acadêmicos autodeclarados com deficiência matriculados nas redes de ensino superior maranhense, sendo que aproximadamente 52% desses estudantes estão alocados nas instituições de ensino público maranhense. No ano de 2019, a Universidade Federal do Maranhão, mais especificamente o Campus de São Luís, registrou o universo de 341 alunos com deficiência atendidos pela Diretoria de Acessibilidade-DACES.

Diante disso nos propomos, neste trabalho, a analisar as estratégias de acessibilidade comunicacional desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA a fim de atender aos sujeitos que possuem comprometimento no seu processo comunicativo e promover a inclusão social por meio da eliminação de barreiras que limita ou impeça a participação plena do aluno com deficiência, sobretudo seu acesso de informação e compreensão.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Para esse exercício de investigação utilizamos a revisão bibliográfica, aprofundamento dos aspectos teórico-legais da acessibilidade comunicacional enquanto direito da pessoa com deficiência e a pesquisa exploratória dos documentos institucionais disponíveis no site da universidade, em ato mais específico, em seu portal da transparência, a fim de conhecer as ações já desenvolvidas pela UFMA em direção da superação das barreiras comunicacionais.

## **INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E AS CONTRIBUIÇÕES DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL**

A inclusão educacional não é um fenômeno instantâneo. Em que pese a necessidade de incluir socialmente a pessoa com deficiência, a garantia e efetivação de normas postas, são pressupostos para o exercício de uma cidadania plena. Inclusão educacional como uma construção, exige a eliminação de barreiras das mais diversas modalidades em ambientes frequentados por essas pessoas. Sobre barreiras, a Lei Brasileira de Inclusão assim define:

(...) qualquer entrave, obstáculo ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, art. 3º, IV).

A superação desses obstáculos enfrentados diariamente pelos alunos com deficiência ocorre por via da acessibilidade que assume seis dimensões:

- **Acessibilidade arquitetônica**, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos;
- **Acessibilidade comunicacional**, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outratecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);
- **Acessibilidade metodológica**, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social,

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc);

- **Acessibilidade instrumental**, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc);

- **Acessibilidade programática**, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral;

- **Acessibilidade atitudinal**, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (SASSAKI, 2005, p.23).

Priorizaremos a dimensão da acessibilidade comunicacional por possibilitar ao aluno com deficiência o estreitamento das relações sociais, bem como minimizar situações de segregação desses indivíduos das arenas de produção de informação e de conhecimento dos mais diversificados aspectos da vida humana. No contexto da educação a acessibilidade comunicacional compreende, dentre tantos outros aspectos, também:

Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braille e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc (SASSAKI, 2009, p. 3).

Observa-se a necessidade de recursos tecnológicos assistivos na área da comunicação e informação para viabilizar aos alunos com deficiência práticas didático-pedagógicas mais autônomas, principalmente na atual conjuntura da pandemia, causada pelo novo coronavírus. A educação foi uma das primeiras áreas a serem afetadas, pois as aulas presenciais foram imediatamente suspensas por tempo indeterminado. Entretanto, para não haver o comprometimento do ano letivo de 2020, a maioria das escolas e universidades adotou as chamadas aulas remotas, também conhecida por Ensino à Distância -EaD, Ensino por meio de



Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), Calendário Complementar, Estudo Remoto Emergencial etc. (ANDES, 2020, p.13).

Nesse sentido, alunos com deficiência - em especial a visual e auditiva - acabam sendo os mais afetados, uma vez que há o déficit de suporte pedagógico especializado e recursos comunicacionais necessários para o processo de ensino e aprendizagem, como o sistema de audiodescrição e legendas e conteúdo em libras.

### **INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA UFMA E AS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAMENTO DAS BARREIRAS COMUNICACIONAIS**

No decorrer do processo de inclusão educacional, os alunos com deficiência deparam-se com barreiras que acabam impedindo-os do gozo de direitos fundamentais de qualquer indivíduo. A superação dessas barreiras ocorre pelo viés de uma ação racional e carregada de intencionalidade – o planejamento, dessa forma, a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior deve partir do planejamento institucional baseado em demandas que contemplem a realidade. Assim as:

(...) necessidades de acessibilidade dos diferentes grupos de pessoas com deficiência precisam ser consideradas no processo de planejamento de qualquer atividade e não como um arremedo quando o planejamento não foi concluído. As necessidades das pessoas com deficiência e de suas famílias são variadas e é importante projetar uma resposta abrangente, que leve em consideração tanto as pessoas inteiras como os vários aspectos de sua vida (GUGEL, 2006, p. 197).

O planejamento das ações de permanência do aluno com deficiência na universidade reflete o engajamento institucional em prol do cumprimento das exigências legais para assegurar a inclusão no ensino superior. Na Universidade Federal do Maranhão, o Projeto Pedagógico Institucional- 2017-2021 incorpora a Política de Inclusão Social, em que a permanência dos alunos com deficiência é mediada pelo Núcleo de Acessibilidade<sup>1</sup> que desenvolve atividades voltadas para realização de encontros com as coordenações e os departamentos dos cursos que atendem alunos com deficiência; planejamento de ações de sensibilização da

---

1

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

comunidade acadêmica; realização de ações internas (seminários, palestras e minicursos) e externas (participação em congressos, seminários) em outros locais no país; e atendimento socioeducacional (UFMA, 2017b).

O Núcleo de Acessibilidade passou a ser denominado Diretoria de Acessibilidade, após aprovação da Resolução no 223- CONSAD, de 19 de novembro de 2019, que atualiza a estrutura organizacional e o correspondente organograma da Universidade Federal do Maranhão.

Já o Projeto de Desenvolvimento Institucional (2017-2021) contempla os objetivos da política de acessibilidade da pessoa com deficiência na UFMA. Pode-se destacar os seguintes: assegurar permanência exitosa dos alunos com deficiência, bem como, contribuir para que os professores organizem suas aulas; capacitar a equipe técnica do Núcleo para melhor atender aos alunos com deficiência; possibilitar um atendimento integral aos alunos com deficiência; possibilitar atendimento a todos os alunos com deficiência, independentemente de cotas; divulgar o trabalho do Núcleo e fortalecer a inclusão na universidade (UFMA, 2017a).

Esses objetivos colaboram para a permanência dos alunos com deficiência e a transformação da universidade em um espaço inclusivo. A materialização deles está diretamente relacionada à superação de barreiras como: falta de conhecimento dos envolvidos, estrutura física, equipamentos adaptados, mobiliário, pluralidade de metodologias de ensino, recurso humano e recurso financeiro para manutenção das adequações e realização de outras.

Também cabe aqui analisar a efetividade desse discurso no cotidiano universitário a partir do cotejo das estratégias institucionalizadas e os relatórios de gestão. O exercício de confrontação desses documentos da instituição vislumbra conhecer as ações realizadas pela universidade para extinguir as barreiras comunicacionais que impedem a consolidação do paradigma da inclusão na UFMA.

Com base nos conceitos de acessibilidade comunicacional de Sassaki (2005 e 2009) foi possível identificar no planejamento institucional, especialmente no PDI 2017-2021, as seguintes estratégias para superação das barreiras comunicacionais:

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

1. Estabelecer parceria com o Núcleo de Tecnologia e Informação<sup>1</sup> da UFMA;
2. Elaborar material informativo acessível aos tipos de deficiência e ficha de atendimento;
3. Atender por meio de serviços técnicos e profissionais especializados as necessidades específicas, considerando os tipos de deficiência (visual, auditiva, intelectual e física);
4. Oferecer cursos semestrais de LIBRAS, Braille e Educação inclusiva para a comunidade acadêmica.

Os relatórios de gestão evidenciam que a superação das barreiras comunicacionais exige o desenvolvimento de ações colaborativas de órgãos da instituição como a Diretoria de Acessibilidade e a Superintendência de Tecnologia da Informação- STI. Os documentos analisados ressaltam que a DACES com base nas demandas apresentadas pelos alunos tem se articulado com o STI para aprimoramento do desenho do sistema e melhor atendimento das especificidades do aluno com deficiência visual e auditiva. Essas solicitações buscam proporcionar ao aluno com deficiência autonomia durante o processo de ensino e aprendizagem, que tem como ferramenta Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGAA (UFMA, 2018).

A parceria entre DACES e STI tem sido essencial para promover a permanência dos alunos com deficiência visual a partir da instalação de software que propicie aos discentes o acesso aos conteúdos acadêmicos, bem como serviços relacionados à manutenção dos notebooks disponibilizados ao aluno com deficiência para melhor desempenho acadêmico (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Tecnologia e Informação- NTI passou a ser denominado de Superintendência de Informação, Sistemas & Tecnologia- IS&T, após aprovação da Resolução no 223- CONSAD, de 19 de novembro de 2019, que atualiza a estrutura organizacional e o correspondente organograma da Universidade Federal do Maranhão.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

A atuação dos Transcritores de Braille nos serviços de atendimentos proporciona a acessibilidade na comunicação ao realizar atendimentos de ampliação de textos, confecção de textos em Braille, confecção de materiais em Braille para eventos e seminários. Os relatórios de gestão 2017 a 2020 apresentam informações quanto aos atendimentos realizados por esses profissionais:

**Descrição do Gráfico 1.** Atuação dos Transcritores Braille em 2017 a 2020, adaptado: 2020 Atendimentos: 435

Páginas Impressas em Braille: 456 Materiais Impressos Ampliados: 6.321

Páginas em Arquivo Word ou PDF para posterior leitura com auxílio de leitores de tela: 8.234 2019

Atendimentos: 1.658

Páginas Impressas em Braille: 4.147 Materiais Impressos Ampliados: 7.187

Páginas em Arquivo Word ou PDF para posterior leitura com auxílio de leitores de tela: 18.692 2018

Atendimentos: 751

Páginas Impressas em Braille: 6.139 Materiais Impressos Ampliados: 2.846

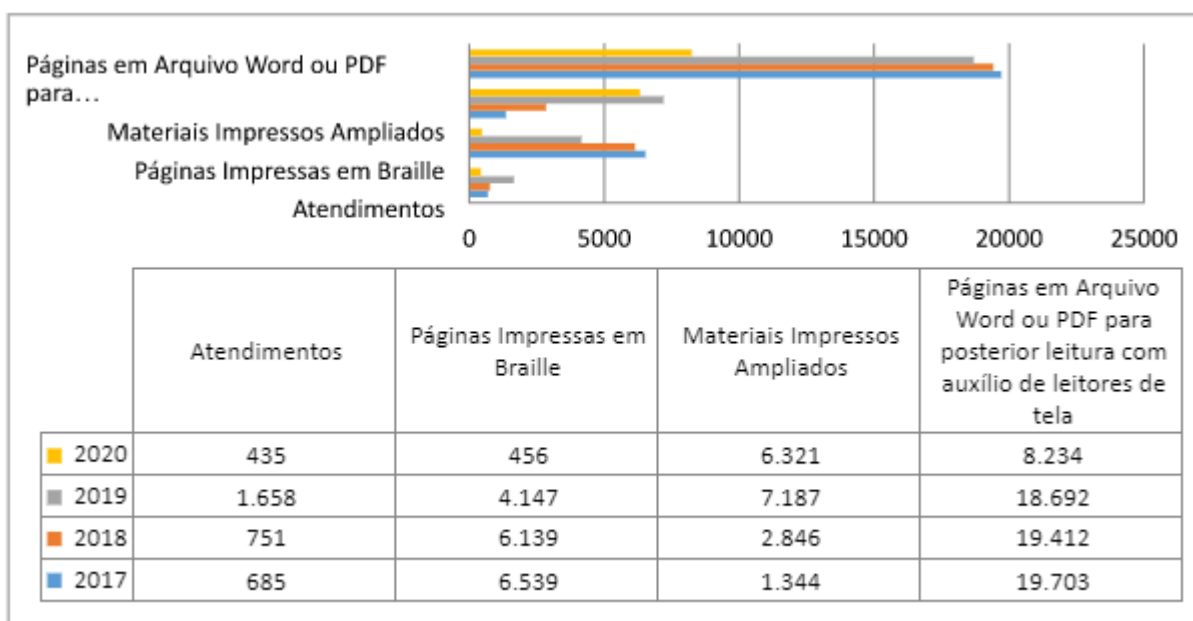
Páginas em Arquivo Word ou PDF para posterior leitura com auxílio de leitores de tela: 19.412 2017

Atendimentos: 685

Páginas Impressas em Braille: 6.539 Materiais Impressos Ampliados: 1.344

Páginas em Arquivo Word ou PDF para posterior leitura com auxílio de leitores de tela: 19.703 Fim da descrição.

**Gráfico 1- Atuação dos Transcritores Braille em 2017 a 2020**



Fonte: Elaborado com base nas informações contidas nos Relatórios de Gestão 2017a 2020 (UFMA, 2018; UFMA, 2019; UFMA, 2020; UFMA, 2021).

Os relatórios de gestão registram atividades referentes à impressão do material didático em Braille para a educação básica com objetivo de atender um aluno com deficiência visual. Outra demanda recorrente diz respeito aos alunos do curso de Pedagogia que solicitam a impressão de material em Braille para tornar os seminários e aulas mais inclusivos (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

Já no ano pandêmico de 2020:

Dentre as principais ações desenvolvidas pela equipe de transcrição, estão a criação e adaptação de matérias de forma a torná-las acessíveis, a mediação nas relações entre docentes e discentes, participação do período de matrículas para acolhimento de estudantes com deficiência visual etc (UFMA, 2021, pág. 120).

O Relatório de Gestão 2019, aborda o descompasso entre o crescimento de alunos com deficiência visual matriculados na UFMA e o quadro diminuto de transcritores de Braille. A situação é agravada com a aprovação do Decreto Nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para o cargo de transcritor do sistema Braille. Nota-se que a falta de recurso humano nas universidades ocasiona desdobramentos danosos para a superação das barreiras comunicacionais, sobretudo, representa um gravíssimo retrocesso em todas as conquistas já efetivadas ao mesmo tempo em que inviabilizam as almeçadas.

A atuação dos intérpretes de LIBRAS permite a comunicação na sala de aula entre alunos surdos, alunos ouvintes e professores. Para isso, a Diretoria de Acessibilidade no período de 2017 a 2018 contava com a atuação de 9 (nove) intérpretes para atender os discentes vinculados aos cursos de graduação de Odontologia, Design, Farmácia, Turismo e Ciências Sociais. No Relatório de Gestão 2019 observa-se a ampliação do quadro de intérpretes, que passa a dispor de 11 (onze) intérpretes atuantes nos cursos de Pedagogia, Turismo, Ciências Sociais, Artes Visuais, Design e Teatro.

Além do acompanhamento realizado em sala de aula, esses profissionais são requisitados para atuar em eventos relacionados à formação acadêmica do aluno com deficiência auditiva, bem como ministram curso de LIBRAS voltado

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

para formação dos servidores da UFMA e realizam interpretação de vídeos e textos para demais unidades administrativa e acadêmica da universidade (UFMA, 2018; UFMA, 2019. UFMA, 2020; UFMA, 2021).

O Relatório Gestão 2020 apresenta que:

As principais ações desenvolvidas pelos tradutores intérpretes de libras da DACES, para a supressão das barreiras comunicacionais, envolveram, além de reuniões com equipes multiprofissionais para melhoratendimento das demandas, participações em eventos para promoção da inclusão desses estudantes em tais eventos, elaboração de materiais informativos, etc. (UFMA, 2021, pág. 119).

Ainda em 2020, com a implementação do ensino emergencial remoto na UFMA, a demanda por tradutores intérpretes de LIBRAS ficou ainda mais recorrente, vez que nesse novo formato de ensino é essencial assegurar ao aluno com deficiência auditiva ou visual o acesso qualitativo de informações e participação das atividades formativas propostas pelos cursos de graduação.

Como alternativa para solucionar o número exíguo de tradutores intérpretes de LIBRAS atuantes no ensino remoto, o Relatório de Gestão 2020, aponta para a “contratação temporária de Tradutores Intérpretes de Libras, foi publicado o Edital nº 03/2020- PROGEP, que norteou o processo seletivo, disponibilizando 3 (três) vagas, que foram ocupadas no referido exercício” (UFMA, 2021, pág. 68).

Ainda não foi totalmente alcançada pela instituição a estratégia oferta semestral de cursos de LIBRAS, Braille e Educação Inclusiva, contudo, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos- PRH em parceria com a Diretoria de Acessibilidade, ofereceu por meio do Plano de Capacitação dos Servidores, executado no período de 2017 e 2019, o Curso de Língua Brasileira de Sinais- Libras Básico, com carga horária de 60 (sessenta) horas, propiciando aos servidores a qualificação para a compreensão da Linguagem Brasileira de Sinais a ser empregada no cotidiano do trabalho (UFMA, 2018; UFMA, 2019; UFMA, 2020).

## **CONCLUSÃO**

A Universidade Federal do Maranhão busca aprimorar a sua função social

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

quando toma medidas para cumprimento da legislação atinente à garantia do direito ao acesso à comunicação, informação e convivência com os demais sujeitos que participam do seu processo de formação profissional.

Os documentos institucionais apontam que a Política de Inclusão Social da universidade é operacionalizada majoritariamente pela Diretoria de Acessibilidade. A pesquisa evidencia que a superação das barreiras comunicacionais requer a busca de soluções a partir do planejamento e trabalho colaborativo da DACES com os demais setores da universidade, que nem sempre são capazes de assegurar a injeção de recurso humano e financeiro imprescindíveis para continuidade das ações previstas para até o final deste ano. É nesse cenário que a UFMA precisa encontrar caminhos para a superação das barreiras comunicacionais e consolidação da política de inclusão apregoada em seus documentos institucionais.

## **REFERÊNCIAS**

ANDES-SN. Projeto do capital para a educação: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Brasília, Andes-SN, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). BRASIL, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2019. BRASIL, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 1º jun. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. BRASIL, 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, p.19- 23, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, AnoXII, mar./abr. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Plano de Desenvolvimento Institucional. Projeto de Desenvolvimento Institucional- PDI (2017-2021). Maranhão (internet). UFMA, 2017a. Disponível em: <[www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf](http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Projeto Pedagógico Institucional- PPI (2017 a 2021). Maranhão (internet). UFMA, 2017b. Disponível em: <[www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf](http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Relatório de Gestão da UFMA 2017. Maranhão (internet). UFMA, 2018. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=162>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Relatório de Gestão da UFMA 2018. Maranhão (internet). UFMA, 2019. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=162>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Relatório de Gestão da UFMA 2019. Maranhão (internet). UFMA, 2020. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=162>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Relatório de Gestão da UFMA 2020. Maranhão (internet). UFMA, 2021. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=162>>. Acesso em: 15 jun. 2021.



## CAPOEIRA ANGOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTAJOANA

Nando Marley Lima Pacheco<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os desafios da inclusão são tantas quantas devem ser as formas de sua superação. Este projeto de pesquisa de mestrado, busca quebrar paradigmas sociais a partir da demonstração que pessoas com deficiência podem ultrapassar a condição de “incapazes”, na qual a sociedade tanto insiste em enquadrá-los. Segundo Gardner (2006) as habilidades das inteligências múltiplas podem ser desenvolvidas com qualquer pessoa, pois todos possuem algum tipo de inteligência, pessoa com ou sem deficiência. A capoeira angola proporciona aos alunos com deficiência uma perspectiva de uma educação inclusiva para o seu desenvolvimento. Na comunidade quilombola e Municipal Itapecuru/MA.

**Palavras Chave:** Capoeira Angola; Inteligências Múltiplas; Educação Inclusiva; Comunidade Quilombola

Resumen: Los desafíos de la inclusión son tantos como deben ser las formas de superarlos. El proyecto de investigación de este máster busca romper paradigmas sociales demostrando que las personas con discapacidad pueden superar la condición de “incapaces”, en la que la sociedad insiste tanto en encajarlas. Según Gardner (2006), las habilidades de las inteligencias múltiples se pueden desarrollar con cualquier persona, ya que todo el mundo tiene algún tipo de inteligencia, una persona con o sin discapacidad. Capoeira Angola brinda a los estudiantes con discapacidad una perspectiva de educación inclusiva para su desarrollo. En la comunidad quilombola y Municipal Itapecuru / MA.

**Palabras clave:** Capoeira Angola; inteligencias múltiples; educación inclusiva; comunidad quilombola.

---

<sup>1</sup> Formado em Educação Física Professor de Capoeira Angola  
Mestrando em Gestão de Ensino da Educação Básica / UFMA nandoangola1@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A proposta da educação inclusiva da capoeira angola, por meio deste instrumento busca-se saber como educandos com deficiência, remanescente na comunidade quilombola Santa Joana, no município Itapecuru Mirim/MA, conseguiram desenvolver seu intelecto e sua interação interpessoal. Tal como foi objeto de uma percepção através da instituição Mandingueiro do Amanhã que realiza, por meio da capoeira angola, práticas educativas e socioculturais.

No decorrer da trajetória da minha vida enfrentei vários obstáculos para superar minhas limitações por ser uma pessoa com deficiência. O ensino regular ainda não era embasado pela política de inclusão para as pessoas com deficiência. Foi por meio do projeto social da capoeira angola que pude desenvolver minha comunicação interpessoal e aprimorar minhas habilidades psicomotoras.

Por intermédio da pesquisa realizada na graduação em Educação Física tomei conhecimento da teoria das múltiplas inteligências de Howard Gardner e sua aplicação no sistema de ensino. Tal teoria propõe uma mudança na proposta pedagógica para o potencial desenvolvimento de diversas habilidades (motoras, cognitivas e sociais e outros...) dos alunos com deficiência (PRAZERES *et al*, 2017).

Apliquei a teoria das múltiplas inteligências em uma instituição de ensino de São Luís, agora pretendo refletir sobre esse conceito em um novo ambiente, a saber, dentro da Escola Municipal Itapecuru-Mirim e Estadual do Maranhão São Sebastião, na comunidade Quilombo de Santa Joana.

O programa de pós-graduação em gestão ensino da educação básica, na linha de pesquisa sobre a educação especial, ajudara a construção dos métodos mais adequados para compreender as varias habilidades que a capoeira angola possa desenvolver com alunos com deficiência, fazendo do estudo da capoeira angola uma forma de ferramenta educativa inclusiva e instrumento para o desenvolvimento das múltiplas inteligências.

A educação inclusiva faz parte da Política Nacional de Educação Especial prevista na Lei n.º 10.502/2000, na qual um dos princípios desta política é o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando. A educação é um dever

do Estado e este deve também proporcionar o acesso à educação às crianças e adolescentes com deficiência, segundo instituiu a Constituição de 1988 em seu Art. 208. Embora já se tenha avançado na compreensão do problema e no desafio inerente à inclusão, o educando com deficiência não encontra somente o entrave de ter um ambiente escolar acolhedor, também surgiu à dificuldade de desenvolver as inteligências múltiplas que possui que ocorre por falta de acessibilidade pedagógica direcionada às suas necessidades.

Mesmo com a dificuldade da inclusão social e da adaptação do sistema de ensino, por meio de projetos sociais muitos desses alunos conseguem desenvolver suas habilidades psicomotoras e sociafetivas na relação interpessoal. O exemplo que temos é o projeto da capoeira angola desenvolvido na territorialidade de remanescentes quilombos, localizados em Itapecuru Mirim/MA, executado pela instituição Mandingueiros do Amanhã<sup>1</sup> por meio do projeto Marakizom. Constatou-se que no quilombo de Santa Joana, localizado há 20 quilômetros Itapecuru Mirim/MA, estudantes com deficiência da Escola São Sebastião, com a prática da capoeira angola, desenvolveram as suas várias inteligências múltiplas, o que nos leva a questionar como isso foi possível? Que ferramentas ou atividades puderam proporcionar a dilatação de seus intelectos? Compreender como a Capoeira Angola pode contribuir para a inclusão e desenvolvimento das múltiplas inteligências de alunos com deficiência no ambiente escolar.

## **DESENVOLVIMENTO**

A partir de 1970 que a educação inclusiva passou a ser discutida. Por meio da Declaração de Salamanca (1994) o discurso sobre a educação inclusiva ganhou força. De acordo com Sassaki (2002), no início da década de 1970, o movimento de integração social passou a ser a discussão, quando então se intentava a inserção do deficiente na sociedade de uma forma geral. O direito à educação também tem

---

<sup>1</sup> Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã, que desenvolve projeto da capoeira angola voltado para crianças e adolescentes, em São Luís, e nas comunidade de quilombo Itapecuru Mirim/MA.

previsão na Constituição de 1988, que somando ao Estatuto da Criança e Adolescente ganha força o movimento pela inclusão na educação regular de pessoas com deficiência.

Mas não basta termos um movimento social levantando a bandeira da educação inclusiva, precisamos saber como ensinar estes educandos. Freire (1999, p. 25) nos traz a seguinte afirmativa: “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Sobre este viés somos instigados a adotar uma forma de educar que possa proporcionar ao educando com deficiência o desenvolvimento de suas potencialidades, decidir sobre os objetivos e ações.

Gardner (2000) em seus estudos busca novas formas e aplicações de Inteligência, que possam satisfazer o homem no mundo moderno. Por meio de seus estudos o conceito de pluralidade da mente começa a se formar, já que não acreditava na existência de uma única forma de inteligência e sim em muitos tipos de inteligências. Com estas observações e de muitas outras no campo da neuropsicológica, Gardner (*Ibidem*) chega à conclusão de que as pessoas têm um leque de capacidades, algumas pessoas têm capacidades mais desenvolvidas para certas áreas que as demais.

A teoria das Inteligências Múltiplas foi desenvolvida por Gardner por volta de 1980 cujo foco foi “descobrir e compreender como funciona o cérebro humano em relação à aprendizagem para que possam desenvolver estímulos às inteligências e cuidar de distúrbios ligados à atenção, criatividade e memorização” (SOUZA, 2019). Sendo assim a inteligência não é uma propriedade única da mente humana, mas a interação entre as competências intelectuais – as inteligências.

Neste sentido todas as pessoas possuem as inteligências, sendo oito defendidas por Gardner, as quais são: Linguística, Musical, Matemática, Lógica, Cinestésica Corporal, Espacial, Interpessoal, Intrapessoal e Naturalista. Desta perspectiva infere-se que uma pessoa que aprenda a multiplicar números facilmente não é necessariamente mais inteligente do que outra que tenha

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

habilidades mais fortes em outro tipo de inteligência.

Segundo os estudos de Silva (2003), capoeira é uma atividade física que se utiliza de exercícios dinâmicos, pois há deslocamentos do corpo envolvendo vários grupos de músculos de maneira contínua e rítmica. A capoeira é uma manifestação cultural cuja prática reúne jogo, esporte, luta, dança, música e brincadeiras. Caracteriza-se por exercícios que trabalham a coordenação motora, aprimora a flexibilidade, equilíbrio, destreza e alivia as tensões do dia a dia, proporcionando criatividade e liberdade de movimento.

Em 2008, a capoeira foi reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio imaterial brasileiro. Atualmente tem reconhecimento tanto nacional quanto internacional em mais de 160 países. A UNESCO com a 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salva guarda, realizada em Paris, em 2014, aprovou a Roda de Capoeira como um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, ganhando o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

[...] a Capoeira Angola ganhou este nome também para se diferenciar da Capoeira Regional criada por Mestre Bimba. Como a maioria dos negros escravos era oriundo de Angola, a capoeira era praticada por seus descendentes no Brasil recebendo este nome (ALMEIDA *et al*, 2009, p. 37).

A Capoeira Angola tem como ilustre representante Vicente Ferreira Pastinha, comumente conhecido como mestre Pastinha. Em seu livro *Capoeira Angola* de 1964, afirmou que ""

... A capoeira angola se assemelha a uma dança graciosa em que a ginga maliciosa mostra a extraordinária flexibilidade dos capoeiristas. A capoeira Angola vale-se mais da astúcia do que da força muscular, sobre isso mestre Moraes, um famoso angoleiro, nos ensina:

"Nossos movimentos não têm pressa de chegar, mas quando chegam é de forma harmoniosa. É um diálogo de corpos, eu venço quando o meu parceiro não tem mais respostas para as minhas perguntas". (Vieira, 1995).

Tendo em vista essa perspectiva a capoeira se apresenta com um recurso metodológico interessante, pois praticada em qualquer idade, qualquer situação, reúne atividade física com aspectos artísticos e musicais, além de movimento de força, coordenação e equilíbrio. A capoeira é uma manifestação sociocultural.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Possui como característica principal a roda de capoeira que se traduz nas relações das músicas, histórias, oralidade, instrumentos, golpes, brincadeira, malícia, regras e as relações sociais (CAMPOS, 2001; CAPOEIRA, 2010; CASTILHA, 2014; CORREIA, 1996).

A prática da capoeira não se restringe a mais uma atividade física dentro da escola, somos necessariamente levados a debater o seu teor político, socializado e promover a igualdade racial e o respeito da sua diversidade, na medida em que promove a integração dos sujeitos numa perspectiva homogênea e harmônica.

D'Amorin (2007, p. 62) destaca que cabe à escola e às comunidades desvendarem movimentos e manifestações pedagógicas e didáticas que contribuam com o desenvolvimento das oito inteligências propostas por Gardner. Zylberberg e Nista-Piccolo(2008) comentam que na área específica da Educação Física Escolar, os professores elaboram as suas propostas pedagógicas sem reconhecer as potencialidades de seus alunos, e assim, eles não conseguem perceber "quais são os caminhos que eles aprendem com mais facilidade, ou ainda, não sabem detectar quais as razões que impedem alguns alunos de aprender" (p.59).

E como BARRETO (2007) afirma, muitas vezes devido ao professor não compreender os diferentes mecanismos utilizados pelo aluno para aprender ele acaba por rotulá-lo de incompetente. Com estas informações vemos o quanto à capoeira angola contempla as inteligências múltiplas, que podem ser desenvolvidas e aplicadas a quaisquer pessoas.

Nesse sentido a capoeira angola, como prática desportiva e instrumento de educação inclusiva podem ser empregados no contexto educacional de qualquer aluno, sobretudo do aluno com deficiência. Por estas razões é necessário compreender de que forma as inteligências múltiplas podem ser ampliadas no contexto educacional dos alunos com deficiência inseridos na capoeira angola na comunidade quilombola Santa Joana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista os argumentos mencionados anteriormente a pesquisa se

perfaz por meio do método dedutivo, partindo a princípio da premissa que todos têm múltiplas inteligências e estas podem ser ampliadas por meio da prática da capoeira angola. Será utilizada a pesquisa quantitativa que segundo Fonseca (2002, p. 20) as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.

Além disso também realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o que já pode ser constatado a respeito da prática da capoeira como atividades voltadas às pessoas com deficiência no Brasil. Posteriormente será realizada entrevistas com as entidades da escola, como, gestores de educação, professores, familiares de alunos e, por fim os próprios alunos com e sem deficiência, na Escola São Sebastião do quilombo em Santa Joana, no Município de Itapecuru Mirim do Estado do Maranhão.

Por um lado, fazendo isso, procurarei analisar os conteúdos dos entrevistados para entender o procedimento e significância que a capoeira trouxe para dentro da escola e por desenvolvimento do protagonismo e cidadania dos alunos (as). Por outro lado, aplicar a partir de um teste avaliativo que, por sua vez, ajudar-me-á a entender de que forma os estudantes com e sem deficiência desenvolveram a sua inteligência múltipla através da capoeira angola.

Com os resultados pode-se pensar na elaboração de uma didática e metodologia voltada para a educação especial em uma perspectiva inclusiva, étnica, interdisciplinaridade, sociopolítico com o auxílio da capoeira angola de forma pedagógica que traz com sigilo; assim a nossa proposta elaboração de um cartilha ou livro com vários plano de aula que ira ser produzido no decorrer do processo da pesquisa e criar teste de avaliação que possamos diagnosticar o desenvolvimento dessa inteligência múltiplas ou documentário sobre nossa metodologia de teste que foi aplicada ao desenvolvimento dessas habilidades das inteligências múltipla com aluno com e sem deficiências.

## REFERÊNCIAS

- BALBINO, H.F.; PAES, R.R. **Jogos Desportivos Coletivos e as Inteligências Múltiplas**: Bases para uma proposta em pedagogizado esporte. Hortolândia. 2007.
- BARROS, Valdira; BRUSTOLIN, Cíndia. **Encontro ancestrais**: Capoeira Angola em terras quilombolas. São Luís. EDUFMA. 2015.
- BRASIL. Lei nº10.502, DE 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial**: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. diário oficial da união, Brasília ,DF 30 de set. 2020 Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> >. Acesso em 01.09.2021.
- CAMPOS, Hélio. **Capoeira na escola**. Salvador: EDUFBA, 2001. CASTILHA, Fábio André. **Aspectos pedagógicos da capoeira**. Passo Fundo: Méritos, 2012.
- CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira**: pequeno manual do jogador. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- CORREIA, José Bispo. Capoeira: Esporte e educação. In: BARBIERI, Cesar; OLIVEIRA, Paulo Cabral de; MORAES, Renato Medeiros de. **Esporte Educacional**: uma proposta renovada. Recife: Universidade de Pernambuco/UPEESEFMEE/INDESP, 1996. p. 98-102.
- D'AMORIM, Eduardo; ATIL, José. **A capoeira**: uma escola de educação. Recife. Ed. do Autor. 2007.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.



I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas, a teoria na prática**. Porto Alegre: 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SMOLLE, Kátia Cristina Stocco. **Múltiplas inteligências na prática escolar**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação a Distância, 1999.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990.

Disponível em < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todosconferencia-de-jomtien-1990> > Acesso em 01.09.2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei Federal Nº 10.639/03**: entre as ações da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a Política Educacional do Maranhão. São Luís. EDUFMA, 2015.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo da capoeira: cultura popular no Brasil**. Rio de Janeiro, Sprint, 1995.

ZYLBERBERG, Tatiana Passos; NISTA-PICCOLO, Vilma Leni. **As contribuições dos estudos sobre inteligência humana**. Pensar a Prática, v. 11, n. 1, p. 59-68, 24 mar, 2008.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (orgs). **De Preto a Afro Descendente** - trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: Edufscar, 2003. pp. 181-197.

Prazeres, Josimar *et al.* **Inteligências múltiplas e sua contribuição para o ensino da capoeira como proposta pedagogia para aluno com deficiências intelectual.** FIEP BULLETIN. Paraná, v. 8, p. 67, special edition. Pôsteres/Painéis.2017Use the "Insert Citation" button to add citations to this document.

## **SINALÁRIO DE LIBRAS: UM RECURSO DE APOIO AOS PROFISSIONAIS INTÉRPRETES DO CURSO DE LETRAS-LIBRAS DA UFMA**

Ruan Pires Azevedo

**RESUMO:** Esta pesquisa foi motivada pela percepção do pesquisador a respeito dos sinais realizados na disciplina de Aquisição da Linguagem e Aquisição de Língua de Sinais do curso de Letras-Libras, quando notamos que não havia sinalário específico dessa disciplina. Como objetivo buscamos o registro dos sinais da disciplina em questão. Para fundamentar este trabalho usamos como pressupostos teóricos Quadros (1997), Brito (1995), entre outros. A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica e descritiva. Para execução da pesquisa, foi realizado entrevistas semiestruturadas. Por meio do resultado da pesquisa, foi organizado um sinalário da disciplina. Ressaltamos, por fim, a necessidade de mais pesquisas e discussões para subsidiar outras pesquisas com o foco na ampliação do léxico em Libras.

**Palavras-chave:** Libras; Sinalário; Letras; Intérprete; UFMA.

**ABSTRACT:** This research was motivated by the researcher's perception about the signs performed in the Language Acquisition and Sign Language Acquisition discipline of the Letters-Libras course when we noticed that there was no specific signal for this discipline. As an objective, we seek to record the signs of the discipline in question. To support this work, we used as theoretical assumptions Quadros (1997), Brito (1995), among others. The methodology used was bibliographic and descriptive. To carry out the research, semistructured interviews were carried out. Through the result of the research, a sign of the discipline was organized. Finally, we emphasize the need for more research and discussions to support other research focused on expanding the lexicon in Libras.

**Keywords:** Libras; Signal; Letters; Interpreter; UFMA.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa<sup>1</sup> objetivou registrar os sinais utilizados na disciplina de Aquisição da Linguagem e Aquisição de Língua de Sinais do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA para uma uniformização do uso e difusão dos mesmos por meio de um sinalário. Para tanto foi necessário identificar os sinais, organizá-los em uma lista por ordem alfabética, registrar os sinais em vídeos e fazer uma tabela dos sinais com o *link* e *QR code* como forma de ampliar o acesso mais rápido e digital dos sinais catalogados na pesquisa.

Este trabalho foi motivado pela vivência do pesquisador em sala de aula e seu acompanhamento nas interpretações ao longo do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no 2º período, especificamente na disciplina de Aquisição da Linguagem e Aquisição de Língua de Sinais, na qual percebemos que havia uso de variações linguísticas e situações que geram o uso de datilologias e sinais explicativos.

A problemática da pesquisa é a falta de sinais próprios para o vocabulário da disciplina e um sinalário para acesso a sinais específicos, pois são sinais que necessitam de um entendimento prévio do termo/palavra. Nesse viés, este trabalho justifica-se pela necessidade em registrar sinais utilizados na disciplina e elaboração de sinalário específico, contribuindo assim para o aumento do vocabulário do curso de Letras-Libras e disseminação e avanço da língua.

Como pergunta norteadora desta pesquisa buscou-se entender: é relevante fazer o levantamento desses sinais e organizar um sinalário? Por quê? Qual a importância? A investigação proposta nesta pesquisa respondeu estas indagações e encontrou termos/palavras específicas para a criação do sinalário.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte do trabalho de monografia deste autor.

## LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

A língua e a sociedade estão intrinsecamente ligadas desde o nascimento, quando o ser começa a associar e imitar através do signo linguístico, ou seja, quando começa a interagir com o meio, por meio da comunicação. Tanto a língua oral/sinalizada, quanto a língua escrita, são as principais pontes para que essa interação aconteça. Nesta perspectiva destaca-se que a Libras é uma língua natural, pois surgiu por meio de uma necessidade natural de comunicação, passando de geração em geração. Fernandes (1998, p.2) afirma que com organização em todos os níveis gramaticais, presta-se às mesmas funções das línguas orais.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, tem o status de língua, pois tem um sistema específico, uma estrutura gramatical própria. Diferente da Língua Portuguesa de modalidade oral-auditiva, sendo captada pelo ouvido, é uma língua de modalidade espaço-visual, sendo captada pelos olhos. Por meio da experiência visual os surdos conseguem ter acesso às informações e comunicam-se, expressando assim todo e qualquer tipo de pensamento (FERNANDES, 2003).

Essa língua é constituída de níveis linguísticos: fonológico, sintático, semântico e pragmático. Um marco nos estudos da língua de sinais, na década de 60, foi o trabalho de William Stokoe. Ele afirmava que as línguas de sinais poderiam ser analisadas tal qual as línguas orais. Os sinais eram compostos por unidades mínimas que produziam um número ilimitado de sinais (QUADROS, 2014).

A consolidação da língua de sinais deu-se pelo reconhecimento da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, afirmando ser o meio legal de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Nesse cenário, é importante dizer, que a língua de sinais amplia seu vocabulário com a aquisição de novos sinais, introduzidos pelas comunidades

surdas diante às mudanças culturais e tecnológicas. Atualmente, essa língua está em nosso meio social por conta do avanço da quantidade de surdos na população brasileira. Sendo assim, proporciona uma maior visualização e valorização da mesma.

A Libras é imprescindível para a comunicação efetiva dos surdos com a sociedade, pois é uma forma de garantir a preservação da identidade da comunidade surda, desenvolvendo todas as suas capacidades cognitivas, emocionais e afetivas, proporcionando assim a verdadeira inclusão em todos os espaços sociais e compreensão de tudo que está ao seu redor. (Quadros, 1997).

Nesse cenário é importante ainda destacar os Tradutores/Intérpretes de Libras - TILS são profissionais que atuam intermediando a comunicação entre o sujeito surdo que usa a Língua Brasileira de Sinais e o receptor da mensagem. Esse profissional transmite de uma língua fonte (LF) para uma língua alvo (LA). De acordo com Quadros (2002, p. 11) o tradutor/intérprete de língua de sinais é a “pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).”

Esse profissional precisa ter fluência em ambas as línguas que se propõe a interpretar, conservando a mesma postura em todos os tipos de interpretação. Sendo assim, os TILS são profissionais regulamentados que devem atuar em todos os órgãos, sejam públicos ou privados para o cumprimento da Lei de alcançar as necessidades de comunicação dos surdos e assim terem acesso diário aos seus direitos, como à educação, saúde e lazer.

## **O sinalário e a Libras**

Segundo Stumpf (2005, p. 36), “o sinalário é o conjunto de expressões que compõem o léxico de uma determinada língua de sinais.” É um recurso que serve para registro, a fim de conservar de maneira concreta os sinais dos termos específicos em Língua de Sinais ao decorrer dos anos, sendo este imprescindível para auxiliar os surdos na compreensão do conteúdo e apoio aos profissionais Intérpretes que atuam intermediando a comunicação entre surdos e ouvintes.

Na atual conjuntura, com o avanço da tecnologia, um dos grandes debates

atuais é a disseminação do conhecimento de áreas que envolvem termos técnicos, na qual necessitam de um conhecimento específico. Nessa direção, um estudo de Fernandes *et al.*, (2019), na cidade de Laranjeiras, Rio de Janeiro, criou um sinalário para a disciplina de Química que possibilitou a comunicação em sala de aula entre o profissional intérprete e o aluno da instituição de ensino, ratificando que os sinalários das áreas das línguas sinalizadas, neste caso a Libras, se tornam elementos essenciais para tornar a comunicação possível.

Conforme a autora, os sinalários surgiram visando suprir a necessidade de ter-se sinais que consigam expressar termos específicos nas diversas áreas de formação educacional e profissional. Diante do exposto, percebe-se que os sinalários visam preencher uma lacuna imprescindível no quesito inclusão. Santos (2014, p. 9) afirma que os recursos nesses meios de comunicações são “[...] imagens, sinais gráficos e vídeos que podem trazer a Língua Brasileira de Sinais facilitando assim a compreensão dos conteúdos propostos para a comunidade surda”.

## **METODOLOGIA**

Para execução da pesquisa, tendo em vista o atual cenário mundial decorrente da pandemia do COVID 19 e prezando pela segurança e saúde de todos, o pesquisador e a docente da disciplina, realizaram inicialmente um levantamento das palavras utilizadas em sala de aula e feito uma lista, totalizando 40 termos. Em seguida, procedemos à realização de duas reuniões *online* pelo aplicativo *Google Meet* com todos os entrevistados e o pesquisador. Realizou-se uma entrevista semiestruturada para identificação das lexias.

As reuniões tiveram aproximadamente duração de 1h, onde conversamos acerca dos conteúdos abordados na disciplina a partir dos textos e materiais disponíveis no plano de disciplina e do portfólio disponibilizado pelo docente aos discentes. Foi elencado nessa primeira abordagem uma lista das lexias específicas com 20 termos que corresponderam à 20 sinais.

Os termos/palavras que foram selecionados para registro em Libras e elaboração do sinalário foram retirados da ementa da disciplina e textos bases disponibilizados pelo docente. Usamos assim, como critério a pertinência das

palavras e conceitos importantes e relevantes específicos da disciplina, que abarca outras áreas de estudo, tal como Ciências Humanas, Biológica, Ciências da Natureza, inclusive, alguns termos/palavras presentes em outras disciplinas do curso de Letras-Libras.

No segundo momento foi iniciado a leitura das lexias cadastradas pela docente e pesquisador aos informantes, para que pudessem identificar os sinais específicos das 40 palavras relacionadas com a disciplina. Obtivemos um levantamento de 31 sinais identificados pelos informantes e 9 termos/palavras que não obtiveram sinais específicos. Deparamo-nos com uma lista de 60 lexias, e 51 sinais.

Esta pesquisa contou com a participação de sete entrevistados: um docente da disciplina de Aquisição da Linguagem e Aquisição de Língua de Sinais da UFMA, dois Intérpretes do curso de Letras-Libras, dois discentes surdos do curso e dois alunos que já participaram da disciplina.

Nesta pesquisa, a reunião foi gravada para registro dos sinais da disciplina, para posterior revisão e identificação dos sinais realizados pelos entrevistados. Em seguida, realizou-se o registro em vídeos somente dos sinais já utilizados, totalizando 51 lexias. Dispomos os sinais em uma tabela organizada por ordem alfabética com os *links* e *QR code* do vídeo postado na plataforma *YouTube*, no canal SINAQUILIN LETRAS-LIBRAS UFMA, idealizado pelo pesquisador.

## **ANÁLISE DE DADOS**

Ao iniciarmos a análise dos sinais registrados na disciplina de Aquisição da Linguagem e Aquisição de Língua de Sinais, identificamos 60 lexias/palavras que foram apresentadas aos informantes para registro dos sinais pertinentes a cada um. Porém, quando perguntados sinais referente a cada uma, encontramos 51 sinais. Neste artigo destacaremos somente algumas lexias, considerando que este artigo trata-se de um recorte da monografia deste pesquisador.

No primeiro momento encontramos 20 (vinte) lexias/palavras lembrados pelos informantes de forma espontânea após a leitura do plano de disciplina e o ementário, e no segundo momento a partir da leitura das palavras já identificadas



**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

pele pesquisador e docente da disciplina, registramos o total de 40 (quarenta). Apresentamos na tabela nº 1 as lexiás/palavras presentes nos dois momentos de coletas e que fazem parte do léxico da disciplina em questão, seguido do *link* do *YouTube* onde o pesquisador realiza os sinais, e do *QR code* como forma de ampliar o acesso mais rápido e digital dos sinais catalogados na pesquisa.

**Descrição da tabela nº 1: Lexiás encontradas na entrevista, adaptado:**

1º Momento LEXIAS/PALAVRAS: 1. Aquisição

ENDEREÇO *YOUTUBE*: <https://vcuuj.be/hScSH7kRhYA> QR CODE:

LEXIAS/PALAVRAS: 2. Aquisição de segunda língua ENDEREÇO *YOUTUBE*:

<https://youtu.be/OrewiObvFjw> QR CODE:

LEXIAS/PALAVRAS: 3. Areas cerebrais

ENDEREÇO *YOUTUBE*: <https://youfj.be/BphwCRtYVck> QR CODE:

LEXIAS/PALAVRAS: 4. Behaviorismo/ Comportamentalismo ENDEREÇO *YOUTUBE*:

<https://youtu.be/UJXyaEw3nt4>

QR CODE:

2º Momento

LEXIAS/PALAVRAS: 1. Abordagens teóricas ENDEREÇO *YOUTUBE*: <https://youtu.be/oTOi4CVII3E>

QR CODE:

LEXIAS/PALAVRAS: 2. Abstrair






ENDEREÇO *YOUTUBE*: <https://you.u.be/Mocgb5sAN3E> QR CODE:

LEXIAS/PALAVRAS: 3. Aprender/Aprendizado ENDEREÇO *YOUTUBE*:



<https://voutu.be/OHPTcCnJOiO> QR CODE:

Fim da descrição.

Tabela nº 1: Lexiás encontradas na entrevista

<b>1º MOMENTO</b>		
<b>LEXIAS/PALAVRAS</b>	<b>ENDEREÇO <i>YOUTUBE</i></b>	<b>QR CODE</b>
1. Aquisição	<a href="https://youtu.be/hScSH7kRhYA">https://youtu.be/hScSH7kRhYA</a>	
2. Aquisição de segunda língua	<a href="https://youtu.be/OcewiObvFjw">https://youtu.be/OcewiObvFjw</a>	
3. Áreas cerebrais	<a href="https://youtu.be/BphwCRtYVck">https://youtu.be/BphwCRtYVck</a>	
4. Behaviorismo/Comportamentalismo	<a href="https://youtu.be/UJXyaEw3nt4">https://youtu.be/UJXyaEw3nt4</a>	
<b>2º MOMENTO</b>		
<b>LEXIAS/PALAVRAS</b>	<b>ENDEREÇO <i>YOUTUBE</i></b>	<b>QR CODE</b>
1. Abordagens teóricas	<a href="https://youtu.be/oTOi4CVII3E">https://youtu.be/oTOi4CVII3E</a>	

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

2. Abstrair	<a href="https://youtu.be/Moqgb5sAN3E">https://youtu.be/Moqgb5sAN3E</a>	
3. Aprender/Aprendizado	<a href="https://youtu.be/OHPTpEnJOi0">https://youtu.be/OHPTpEnJOi0</a>	

Após esse primeiro levantamento, procedemos a identificação das características dos sinais coletados para então classificá-los. Brito (1998), Carvalho (2019), Cordeiro (2019) e Figueira (2011) comentam sobre os tipos de sinais, quanto a sua composição, podendo ser classificados como simples, compostos e datilológicos (ou soletrados). Sendo assim, durante o levantamento percebemos que os sinais realizados pelos entrevistados podem ser divididos em: sinais simples e sinais datilológicos. Relevante pontuar que em alguns termos não encontramos sinais específicos, mas uma produção sinalizada de forma explicativa pelos informantes.

No tocante aos sinais simples, Carvalho (2019, p.11) discorre que “são os constituídos por elementos fonológicos comuns, incluindo de um a cinco parâmetros (Configuração de mão, Ponto de Articulação, Movimento, Orientação/Direcionalidade, Expressão Não Manual.” Cada sinal representa uma lexia, formada por um único sinal. A exemplo dos sinais de *Abstrair*, *Aquisição*, *Behaviorismo/Comportamentalismo*, entre outros, apresentados nas tabelas 1. Já os sinais compostos se caracterizam pela junção de dois ou mais sinais, a exemplo do sinal de *mãe*, realizado pelos sinais de MULHER + BENÇA. Foram identificados 50 sinais simples, incluindo os sintagmas nominais como demonstra a tabela nº 2 abaixo, com suas respectivas lexias, *link* do *YouTube* e *QRcode* para melhor verificação do sinal realizado.

**Descrição da tabela nº2: Sinais Simples**, adaptado: Sinais simples: 1. Abordagens teóricas  
Endereço YOUTUBE: <https://youtu.be/oTOi4CVII3E> QR CODE:  
Sinais simples: 3. Aprender/Aprendizado  
Endereço YOUTUBE: <https://youtu.be/OHPTpEnJOi0>

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

QR CODE:

Sinais simples: 4. Aquisição





Endereço YOUTUBE: <https://youtu.be/hScSH7kRhYA> QR CODE:

Sinais simples: 5. Aquisição da linguagem

Endereço YOUTUBE: <https://youtu.be/HCaXS3qSYVw> QR CODE:

Fim da descrição.

Tabela nº 2: Sinais Simples

SINAIS SIMPLES	ENDEREÇO YOUTUBE	QR CODE
1. <b>Abordagens teóricas</b>	<a href="https://youtu.be/oTOi4CVIIE">https://youtu.be/oTOi4CVIIE</a>	
3. Aprender/Aprendizado	<a href="https://youtu.be/OHPTpEnJOi0">https://youtu.be/OHPTpEnJOi0</a>	
4. Aquisição	<a href="https://youtu.be/hScSH7kRhYA">https://youtu.be/hScSH7kRhYA</a>	
<b>5. Aquisição da linguagem</b>	<a href="https://youtu.be/HCaXS3qSYVw">https://youtu.be/HCaXS3qSYVw</a>	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Dando seguimento a análise dos dados, outro tipo de sinal identificado na pesquisa foram os sinais datilológicos, também conhecidos como sinais soletrados, são sinais que utilizam a datilologia ou alfabeto manual para transmitir a ideia ou pensamento. Segundo Figueira (201, p. 54), “é uma palavra da Língua Portuguesa que, por empréstimo, passou a pertencer à Libras por expressar pelo alfabeto manual uma incorporação de movimento próprio da língua.”

Nesta pesquisa estará representada pela soletração, letra por letra, separada por hífen, identificado somente um sinal datilológico, alexia *Skinner* (S-K-I-N-N-E-R), tal como mostra a tabela nº 3 abaixo:

**Descrição da tabela nº3: Sinais datilológicos**, adaptado: LEXIAS/PALAVRAS: 1. S-k-I-N-N-E-R  
Endereço YOUTUBE: [https://youtu.be/9Y\\_mw0Fo4OI](https://youtu.be/9Y_mw0Fo4OI) QR CODE:

Tabela nº 3: Sinais datilológicos

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
 Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
 Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

LEXIAS/PALAVRAS	ENDEREÇO YOUTUBE	QR CODE
1. S-K-I-N-N-E-R	<a href="https://youtu.be/9Y_mw0Fo4OI">https://youtu.be/9Y_mw0Fo4OI</a>	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Outra categoria encontrada pelo pesquisador foram as lexias que não tem um sinal específico, na qual os entrevistados se utilizaram de uma produção sinalizada explicativa, a fim de explicar o termo/palavra. Ao ser apresentado os termos aos informantes da pesquisa, percebemos que nenhum deles conseguiam lembrar de um sinal que o identificasse. Surgiu a ideia por parte de um dos informantes de que para tais sinais ele realiza a explicação do seu significado, procedendo então a apresentação dos sinais utilizados.

Para que a explicação do sinal pudesse ser realizada, foi necessário a conceituação do significado das palavras pelo pesquisador ou docente. Assim, a partir de um léxico onde não há um sinal específico, fez-se necessário a atribuição de um conjunto de sinais que explicam essa determinada lexia.

Usamos para registrar o conjunto de sinais que a designam de forma específica com letra maiúscula, separado com hífen e verbos no infinitivo, pois levamos em consideração o sinal geral, e não a sua flexão verbal. Foram identificadas nove lexias que não havia um sinal específico, na tabela abaixo destacamos uma.


**Descrição da tabela nº4: Sinais sem sinal específico**, adaptado: LEXIAS/PALAVRA:

Espistemologia genética

Endereço YOUTUBE: <https://youtu.be/9fvuxEAGesQ> QR CODE:

Tabela nº 4: Sinais sem sinal específico

LEXIA/PALAVRA	LINK DO YOUTUBE	QR CODE
---------------	-----------------	---------

Espistemologia genética	<a href="https://youtu.be/9fvuxEAGesQ">https://youtu.be/9fvuxEAGesQ</a>	
-------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Todas as lexias apresentadas nesta categoria, apresentam uma característica semelhante, a explicação do termo, pois não foi lembrado um sinal específico pelos informantes da pesquisa, fazendo necessário utilizar um conjunto de sinais que designa o termo. Podemos inserir como exemplo o termo *Epistemologia genética*, nos quais foram usados os sinais de ÁREA-ESTUDAR PESQUISAR-GENÉTICA-GERAÇÃO.

Relevante mencionar que das 51 lexias encontradas corresponderam a um número de 60 sinais dentre as duas categorias: simples e datilológico, e que as lexias que não foram encontradas sinais, perfazem um número bem menor que o quantitativo esperado pelo pesquisador, já que se trata de um trabalho inovador dentro de um universo de disciplinas do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Maranhão, que necessita de mais pesquisas desse aporte para auxiliar os alunos surdos e profissionais intérpretes nas suas demandas comunicativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando voltamos nosso olhar para a pergunta que norteou esta pesquisa: É relevante fazer o levantamento desses sinais e organizar um sinalário? Por quê? Qual a importância? Percebemos ao ver o trabalho finalizado que para respondê-la, foi necessário seguir um percurso metodológico que incluiu a identificação dos sinais, organização de uma lista por ordem alfabética, registro dos sinais em vídeo e organização de uma tabela dos sinais com o *link* e *QR code*.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Todas essas etapas trouxeram contribuições valiosas que ajudam a esclarecer a pergunta da pesquisa.

Os objetivos traçados nesta pesquisa foram todos contemplados, porém, foi identificado a grande escassez de materiais para embasá-la. Ainda que com poucos dados, faz-se necessário investigações como esta, a fim de aprofundar nossos estudos e disseminar cada vez mais léxicos específicos em diversas áreas.

O resultado da análise dos dados coletados com os participantes da pesquisa, trouxe contribuições valiosas para a área dos estudos em Língua de Sinais, evidenciando um campo aberto de novas descobertas e pesquisas. Identificamos uma lista de 60 sinais, separados por tipo de sinal. Sinais simples, encontramos 51 (cinquenta) sinais; datilológico, apenas 1 (um). Além do mais, encontramos uma minoria de termos/palavras que não possuem um sinal específico, apenas 9 lexias, necessitando assim de um conjunto de sinais para poder explicá-los.

Além disso, encontramos a exemplo 17 (dezesete) sintagmas nominais. Porém, um sintagma não se enquadra na realização da sinalização para cada lexia em separado, como foi o caso de competência linguística, que apresenta três sinais onde um não podem ser compreendido isoladamente. Portanto, percebemos que faz-se necessário ampliar as pesquisas e discussões na área da Língua de Sinais para subsidiar outras pesquisas com o foco na ampliação do léxico. Pensamos ser pertinente uma futura ampliação deste trabalho como forma de agregar novos aportes lexicais de outras disciplinas e/ou sinais do curso de Letras-Libras em geral, visando ampliação do sinalário da área de Letras como forma de unificação dos sinais e apoio aos profissionais intérpretes na difícil missão de promover comunicação entre surdos e ouvintes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em:  
< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm) >.  
Acesso em 19 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Disponível em:  
< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) >. Acesso em: 19 de março de 2021.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua sinais.** Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguísticas e Filologia. 1995.

CARVALHO, Andréa dos Guimarães de Carvalho. Sinais simples e compostos na libras: conceitos, critérios de formação e classificação. 2019. **Tese (Doutorado em Linguística)** 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214836> Acesso em: 8 abr. 2021.

CORDEIRO, Raniere Alislan Almeida. Sinal datilógico em libras. 2019. **Dissertação (Mestrado em Linguística)** 2019. Disponível em:  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37425/1/2019\\_Andreado%20Guimar%C3%A3e%20sdeCarvalho.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37425/1/2019_Andreado%20Guimar%C3%A3e%20sdeCarvalho.pdf) Acesso em: 8 abr. 2021.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.

FERNANDES, Jomara Mendes; SALDANHA, Joana Correia; LESSER, Vanessa; CARVALHO, Bárbara; TEMPORAL, Patrícia; FERRAZ, Tássia Alessandra de Souza. Experiência da elaboração de um sinalário de química em libras. **Experiência em Ensino de Ciências.** [s. l.] v. 14, n. 3, p.28-47. 2019.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio para o aprendizado de libras.** São Paulo, SP: Phorte, 2011.

MIRANDA, Ana Patrícia e Silva de; FIGUEIREDO, Daiane Pinheiro; LOBATO, Huber Kline Guedes. A Tecnologia Da Informação E Comunicação E Ensino aprendizagem De Alunos Surdos: relato sobre a experiência de uma professora da sala de informática. In: **diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da libras e língua portuguesa**

**como segunda língua para surdos.** 2016. Disponível em: . Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

PEREIRA, Maria Cristina Pires; RUSSO, Ângela. **Tradução e interpretação de língua de sinais:** técnicas e dinâmicas para cursos. Taboão da Serra. S.P. Cultura Surda, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2002.

STUMPF, Marianne Rossi. Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo Sistema Signwriting: Línguas de Sinais no papel e no computador. **[Tese de doutorado]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.



## A FORMAÇÃO DE ESPECTADORES: A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA MEDIADORA DE ACESSIBILIDADE COM INCLUSÃO NO TEATRO SESC NAPOLEÃO

Vilson Moraes da Silva<sup>1</sup>

Professora Dra. Maria José Lisboa Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, procurou-se investigar procedimentos criativos para inclusão de espectadores com deficiência visual no teatro, em São Luís - MA, por meio da audiodescrição, a fim de demonstrar sua importância para a inclusão de pessoa com deficiência visual em qualquer lugar. Visa-se entender por que é difícil a inserção de espectador deficiente visual, nesta capital, principalmente no campo do teatro. Entretanto, parece que esse paradigma aos poucos vem sendo rompido, como exemplo, podemos citar o Teatro Sesc Napoleão Ewerton, este, tem o intuito de valorizar nossa cultura, visando difundir todas as linguagens artísticas e a formação dos mais diversos tipos de espectadores despertando o interesse pela arte teatral o que poderá possivelmente contribuir para aumento de público nas plateias em outros logradouros. Como referencial teórico buscou-se respaldo em autores que trabalham no viés da formação de espectadores, tais como: Desgranges, Moraes e Motta. Na realização dessa investigação, adotou-se a metodologia qualitativa, na modalidade do estudo de caso, que se caracteriza fundamentalmente pela busca de compreensão de uma instância singular, a partir de um quadro teórico inicial que se modifica com o avanço do estudo.

**Palavras-Chave:** Espectador; Audiodescrição; Inclusão; Teatro

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Técnico em Produção de Eventos (Habilitado em Produção Cultural) pelo Instituto de Ciências e Tecnologia do Maranhão (IEMA), Consultor Técnico em Audiodescrição pelo Encontro Nacional de Audiodescrição (ENAD), Coordenador do Coletivo “Olha nós no Teatro” e Coordenador do Fórum de Artes Cênicas de São Luís-MA.

<sup>2</sup> Orientadora. Possui graduação em Licenciatura em Educação Artística (habilitação em Artes Cênicas) pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA (1996), Mestrado em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista (1999) e Doutorado em Estudos de Teatro pela Faculdade de Letras-FLUL, Lisboa/PT em 2018. Atualmente é professora Adjunta II da Universidade Federal do Maranhão do Curso de Licenciatura em Teatro do Departamento de Artes Cênicas. Tem experiência na área de Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: teatro em comunidades, teatro e escola e teatro de grupo. É membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE; coordenadora do Grupo de Estudos LABORITEC; membro do Grupo de estudos CenaCorpo e Coordenadora Pedagógica do Arte na Escola (Pólo UFMA). É fundadora e atriz do Grupo Grita (1975/atuamente).

**THE TRAINING OF SPECTATORS:** Audiodescription as a Mediating Tool of Accessibility with Inclusion in the Theater Sesc Napoleon Ewerton

**ABSTRACT:** In this work, I try to investigate creative procedures for the inclusion of visually impaired spectators in the theater, in São Luís - MA, through audio description, in order to demonstrate its importance for the inclusion of visually impaired people anywhere. The aim is to understand why it is difficult to insert a visually impaired spectator in this capital, especially in the field of theater. However, it seems that this paradigm is gradually being broken. As an example, we can mention the Teatro Sesc Napoleão Ewerton. This is intended to value our culture, aiming to disseminate all artistic languages and the formation of the most diverse types of spectators, arousing interest in theatrical art which may possibly contribute to an increase in the audience in other venues. As a theoretical framework, I seek support from authors who work with the viewer formation bias, such as: Desgranges, Moraes and Motta. In carrying out this investigation, I adopted the qualitative methodology, in the modality of the case study, which is fundamentally characterized by the search for understanding of a singular instance, from an initial theoretical framework that changes with the progress of the study.

**Keywords:** Spectator; Audio description; Inclusion; Theater.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procurou-se investigar procedimentos criativos para inclusão de espectadores com deficiência visual no teatro em São Luís-MA, por meio da audiodescrição, a partir de análise qualitativa, dos trajetos e reflexões nas experiências que foram vividas ao longo de minha carreira acadêmica, que contribuíram para o enriquecimento pessoal e profissional. Acredito que a condução do processo pedagógico de formação do artista docente, decorre da troca, da colaboração, do coletivo e da própria individualidade do discente artista.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Nessa perspectiva, venho trazendo apontamentos de que minhas competências pessoais desenvolvidas anteriormente, ajudaram-me no Curso de Licenciatura em Teatro, permitindo a exteriorização dos meus conhecimentos, sendo uma pessoa com deficiência visual. Para isso, busco respaldo em autores que trabalham no viés da formação de espectadores, tais como: Desgranges, Moraes e Motta. Assim, como também abordo descobertas que fiz sobre o teatro e a audiodescrição quando cheguei à graduação.

O momento de escolha desse tema de estudo foi feito em 2014, quando ocorreu no Centro de Ciências Humanas (CCH) uma apresentação de um experimento teatral chamado “*Vestidos*”, produzido e encenado pelos alunos do Curso de Licenciatura em Teatro da UFMA, durante a II Semana Científica de Teatro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e através do então desconhecido para mim, Professor Dr. Arão Paranaguá<sup>1</sup>, tive o primeiro contato com as técnicas da audiodescrição, “uma modalidade de tradução audiovisual intersemiótica, que consiste na descrição das informações apreendidas pela percepção visual” (LIVIA MOTA, 2010, p. 94 *apud* JACOBSON, 1995).

O Professor Dr. Arão Paranaguá fez uma narrativa das cenas, onde pude ter maior proximidade delas, não me deixando limitado apenas nas falas dos atores, mas me possibilitando a sensação de estar olhando as imagens das cenas, mesmo essa “descrição” tendo sido feita de forma improvisada.

Assim, demonstrou para mim o quão é importante a audiodescrição para a inclusão de pessoas com deficiência visual em qualquer lugar, mas no teatro ela torna-se imprescindível, levando em consideração que o termo teatro, de acordo com o Dicionário de Significados, “é uma palavra que se origina do grego *theatron*, uma derivação de *theomai* que pode ser traduzida como ver ou de *thea* que do grego pode ser traduzido como vista. *Theatron*, lugar que se frequenta para ver algo” – neste caso, um ver que vai além do olhar para audiodescrição.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor Arão Paranaguá - Professor e pesquisador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), aposentado.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Após a citada descrição improvisada, feita pelo referido professor, passei a buscar trabalhos teatrais de acessibilidade com inclusão de pessoas com deficiência visual desenvolvidos em São Luís- MA.

Durante levantamento do material bibliográfico, observei que foram raros os estudos abordados no Curso de Licenciatura em Teatro da UFMA com uma linguagem cênica específica voltada para pessoas com deficiência visual.

Dentre os poucos, encontrei um, em 2009, intitulado “*Descrição em Cena*”, pesquisa decorrente da prática de alguns estudantes, durante a disciplina Projeto de Extensão II, do Curso de Licenciatura em Teatro, desenvolvido com os alunos da Escola de Cegos do Maranhão – ESCEMA, gerando em 2010 a pesquisa monográfica “*Descrição em Cena: uma experiência de teatro audiodescrito no Maranhão*”, da mesma autora. A mentora do referido projeto foi Natália Petrus<sup>1</sup>, que proporcionou a estes alunos a primeira oportunidade de contato com o teatro, por meio da descrição interpretada, onde eles eram direcionados através de comandos de voz e estimulados a identificar objetos e elementos de cena a partir do tato e olfato.

Percebemos, que apesar de termos essas iniciativas, ainda são raras, ou seja, falta muito para que o ambiente artístico teatral, em São Luís do Maranhão, tenha contato com as pessoas com deficiência visual e vice-versa. Entretanto, parece que este paradigma aos poucos vem sendo rompido, e como exemplo dessa possível ruptura, destacarei o Teatro Sesc Napoleão Ewerton, onde o mesmo, é considerado o primeiro teatro totalmente acessível de São Luís – MA, possuindo mediação com audiodescrição, traduções em libras, espaços reservados para usuários de cadeiras de rodas, idosos e acento (mais) para obesos, além de rampas e banheiros com acessibilidade universal.

<sup>1</sup>Natália Petrus - Graduada em Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Maranhão e atualmente reside em Lyon na França

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

## **O ESPECTADOR COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO TEATRO E A IMPORTÂNCIA DA AUDIODESCRIÇÃO**

Em virtude de condições inaptas para recepcionar espectadores com deficiência visual, na grande maioria dos locais de apresentações de espetáculos teatrais, em São Luís do Maranhão, começou uma busca para identificar informações sobre potenciais espectadores com deficiência visual, e por meio do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identifiquei que no Município de São Luís – MA, existem aproximadamente duzentos e onze mil (211.000) pessoas com algum tipo de deficiência visual, números os quais vem crescendo mediante o aumento demográfico da cidade (IBGE,2010).

Após essa pesquisa, pode-se constatar a importância, cada vez maior, da audiodescrição no teatro, como instrumento inclusivo de desenvolvimento da arte teatral para pessoas com deficiência visual em São Luís do Maranhão.

Visando entender por que é difícil a inserção da pessoa com deficiência visual no campo do teatro, foi necessária uma retrospectiva histórica e situar no contexto educacional, político e social dessas pessoas.

Durante muito tempo esse público foi considerado descartável pela sociedade, pois, os indivíduos com algum tipo de anomalia eram prejudicados inúteis, ou seja, incapazes de fazer diversas atividades, dentre elas ir ao teatro, trabalhar, estudar, fazer atividades desportivas, e formar uma família.

Somente após o fim da II Guerra Mundial, passou-se a pensar políticas públicas com acessibilidade inclusiva, voltadas especificamente para essa parcela da sociedade. Apesar disso, as pessoas com deficiência visual têm ficado às margens dos eventos culturais, muitas vezes, por falta de acessibilidade, devido pensamentos arcaicos e retrógrados, de alguns produtores e artistas, por considerarem um gasto desnecessário que só aumenta o custo das produções, quando implementam ações de acessibilidade inclusiva nos espetáculos, usando como justificativa, a ausência de público de pessoas com deficiência nas plateias.

Além do mais, têm aqueles que imaginam, empiricamente, que as pessoas por serem deficientes visuais, não sejam capazes de consumir arte. Porém, Motta (2010, p.149), afirma que as pessoas com deficiência visual constroem suas

referências das imagens “a partir dos mesmos conceitos e referências visuais daqueles que veem, mas o fazem de modo próprio: com suas experiências, através de todos os sentidos que possuem, como o tato, o olfato, a audição e outros.”.

Por isso, a pessoa com deficiência visual busca no teatro também um espaço de direito. A luta pela acessibilidade com inclusão nesses ambientes segue, para que essas pessoas possam participar da vida social e cultural em condições equânimes aos demais indivíduos da sociedade.

De acordo com Desgranges (2010, p. 33), “ir ao teatro ou gostar de teatro, também se aprende. E ninguém gosta de algo sem conhecê-lo. De que maneira se pode considerar relevante e até mesmo imprescindível, aquilo que não conhecemos em todas as suas possibilidades? ”.

Então, o que fazer para a pessoa com deficiência visual aprender a gostar de teatro, sendo o teatro um evento imagético? Diante desse dilema, por volta dos anos 70 nos Estados Unidos, a partir das ideias desenvolvidas por Gregory Frazier, surge a técnica chamada audiodescrição. Meio o qual, as pessoas com deficiência visual têm para aproximar-se da linguagem do teatro, constituindo a força do ato teatral inovador, para o espectador com deficiência visual.

Entretanto, não devemos confundir a descrição interpretada com a audiodescrição. A descrição interpretada por ser feita de modo empírico, sem técnica, em alguns momentos chega a atrapalhar a fruição das narrativas, por trazer informações de mais ou de menos. E isso, muitas vezes desestimula o espectador devido a interpelação das informações.

Enquanto a audiodescrição é sempre sucinta, precisa e clara, ela por sua vez se concatena entrelaçando-se com as outras informações de modo harmônico fazendo esse usuário da audiodescrição sentir prazer em poder acompanhar as narrações das imagens dos objetos e eventos artísticos.

É importante frisar, que assim como a descrição interpretada, a audiodescrição tem uma subjetividade, todavia, existe uma orientação que normatiza e à direciona, a qual diz que ela deve ser feita como uma leitura de texto, de cima para baixo, da esquerda para a direita.

Além do mais, precisa ser levado em consideração o olhar de quem a faz,

pois, nem todos olham as pessoas e os objetos do mesmo modo e ângulo. Isso é tido como algo marcante, porém, ao narrar deve-se observar aquilo que tem maior ênfase na imagem.

Contudo, é recomendado evitar transmitir a emoção subjetiva na hora de fazer a narrativa do objeto audiodescrito, uma vez que você transmite a sua emoção, fazendo com que o receptor deixe de internalizar a própria impressão da imagem ou objeto narrado.

Sem falar que é essencial a consultoria, que deve ser feita por um consultor técnico que geralmente é uma pessoa com deficiência visual. Este, certifica a qualidade do produto final. No entanto, nas atividades teatrais os espectadores com deficiência visual tendem a prestar atenção redobrada nas narrativas, seus órgãos sensoriais são mais solicitados que em muitas atividades da vida diária. Fazendo-se necessário total concentração, a pessoa passa a dar atenção consciente às impressões que recebe nos sons e nos cheiros, as vezes em certos casos até nas texturas para um melhor entendimento das cenas de determinados espetáculos.

Segundo Moraes (2017, p.29), “dependendo da forma como é apresentada a obra, ela induz a uma determinada reação nos espectadores”, tornando-a fundamental para o processo de fruição artística. Mas, para o espectador com deficiência visual a audiodescrição enquanto animação da leitura transversal, também precisa promover caminhos para que estes espectadores possam decodificar os elementos que compõem a obra. Provocando-o a se lançar em uma empreitada mais sensível da encenação, fazendo com que os mesmos consigam entender as múltiplas possibilidades de interpretação delas. Para que isso aconteça, é preciso que tenhamos profissionais especializados em audiodescrição, capacitados em qualquer que seja a área da cultura, que possam desenvolver um trabalho de qualidade diante de uma demanda latente de possíveis espectadores, usuários de audiodescrição, em São Luís do Maranhão, tornando atraente todo e qualquer tipo de espetáculo. Aqui, dando ênfase ao teatro, tendo em vista que essa área é uma das mais complexas para os profissionais que executam a audiodescrição.

Nóbrega (2012, p.94), afirma que “o profissional responsável pela

audiodescrição é denominado de audiodescritor. Ele é um tradutor de imagens que atua no estudo do evento imagético, elabora roteiro audiodescritivo e, por vezes, executa a locução da obra acessível”.

Este, tem papel primordial para as pessoas cegas e com baixa visão, na compreensão dos espetáculos, propiciando uma experiência estética e reflexiva, não só a respeito da obra em si, mas, sobre questões suscitadas a partir de outras experiências buscando novas reflexões.

Considerando a importância da figura mediadora nas propostas cênicas, a audiodescrição contribui para um melhor desempenho na compreensão das cenas pelos espectadores com deficiência visual, nos lugares de apresentações de espetáculos, fazendo estes, serem capazes de equacionar, através do conjunto de signos, uma articulação cênica significativa, assim, contribuindo para despertar o interesse desse espectador pelo teatro, o que poderá futuramente proporcionar aumento de público nas plateias dos espaços de apresentações cênicas, em São Luís do Maranhão.

A ausência de público nas plateias, obriga artistas e produtores culturais buscarem estratégias inovadoras, com o intuito de manter a arte do teatro viva, e uma possível contribuição, poderá ser a presença de espectadores com deficiência visual, além de ser necessário encontrar soluções para situações como as apontadas por Desgranges que são fatores preponderantes para o baixo índice de público nos teatros.

“As principais causas de ausência de público nas plateias aumento do preço dos ingressos, motivado pelo alto custo das produções, à violência nas grandes cidades que, somada à falta de segurança pública e à inexistência de textos que despertem interesse na plateia, além da ausência de campanhas de formação, e de uma lei de incentivo às artes cênicas”.(DESGRANGES, 2010, p.21)

Mesmo com muitas adversidades, expostas acima, ainda assim o espectador com deficiência visual tem frequentado o teatro, o que nos faz considerar, como é importante e relevante a presença desses espectadores, nos teatros em São Luís -MA.

Porém, de acordo com Desgranges (2010, p.29), “formar espectadores não



se restringe a apoiar e estimular a frequência, é preciso capacitar o espectador para um rico e intenso diálogo com a obra, criando, assim, o desejo pela experiência artística”.

Todavia, boa parte das pessoas com deficiência (integrantes do Fórum Metropolitano de Entidades de Pessoas com Deficiências e Patologias)<sup>1</sup>, afirmam que, o desinteresse pelos eventos artísticos exibidos em São Luís - MA, é devido à falta de condições de acessibilidade com inclusão nos locais de apresentações, o que podemos constatar, pelos arranjos improvisados, feitos quando ocorre algum evento, neste município, até mesmo as rampas obrigatórias para o acesso aos espaços, que se somam a outras necessidades, são improvisadas.

Condições, como as supracitadas, demonstram ineficiência para uma boa recepção de público com algum tipo de limitação como, por exemplo, pessoas com deficiência, idosos, obesos e outros, causando dificuldades para presença de público com tais especificidades nos espetáculos apresentados no cotidiano desta cidade.

Desgranges (2010, p.29), diz que “o despertar do interesse do espectador não pode acontecer sem a implementação de medidas e procedimentos que tornem viáveis seu acesso ao teatro. Na verdade, duplo acesso: físico e linguístico”.

Entretanto, ao se falar em acessibilidade cultural com inclusão, em São Luís do Maranhão, muitos produtores e artistas acreditam que, somente rampas de acesso nos espaços das apresentações de eventos culturais, são suficientes para que as pessoas com deficiências possam frequentar estes espaços, o que não é verdade. É necessário muito mais como, por exemplo, recursos como audiodescrição e libras, na grande maioria dos espetáculos apresentados nos teatros de nossa cidade, para que haja de fato, a democratização da arte teatral, tornando os espetáculos acessíveis a todos.

---

<sup>1</sup> Conglomerado formado por Entidades da Sociedade Civil da Região Metropolitana de São Luís-MA, que representam as Pessoas com Deficiências, nas suas diversas características, tais como: sensoriais, físicas, auditiva etc., e Patologias, que se reúnem para discutir a luta pela implementação das políticas públicas, voltada para essas pessoas.

## **O TEATRO ACESSÍVEL COM AUDIODESCRIÇÃO E SUA RELEVÂNCIA NA FORMAÇÃO DO ESPECTADOR COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Em São Luís do Maranhão é notória a falta de acesso das pessoas com algum tipo de deficiência, à cultura, contudo, após a sanção da Lei nº13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade cultural passa ser pensada com mais frequência, para além das rampas de acesso nos logradouros de espaços cênicos nesta cidade, conforme o enunciado:

“Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: II a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível”. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p.12)

Desta forma, e para garantir o cumprimento desta lei, ao perceber, nos últimos anos, a crescente evasão de público em boa parte dos teatros ludovicenses, o SESC-MA<sup>1</sup> teve a iniciativa de começar a exibir com tradução em libras, alguns eventos dentro das programações culturais, passando a impulsionar outras atividades artísticas com acessibilidade, porém, a audiodescrição por ser algo pouco conhecido ainda, possui dificuldade na sua implementação nos espetáculos apresentados.

---

<sup>1</sup> Serviço Social do Comércio (SESC) - Promover ações socioeducativas que contribuam para o bem-estar social e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade, para uma sociedade justa e democrática.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Diante disso, busquei identificar quais outros fatores dificultam o acesso das pessoas com deficiência visual nos teatros em São Luís -MA. Nesta busca, descobri que a produtora cultural (Alessandra Pajama<sup>1</sup>) projetava ações visando implementar os primeiros trabalhos de acessibilidade cultural, totalmente inclusivos, nos eventos realizados, nessa cidade, com mediação por meio de audiodescrição, tradução em libras e outros.

Com ela, obtive informações dos primeiros trabalhos culturais desenvolvidos com audiodescrição na cultura desta cidade, e de acordo com a produtora, havia receio por parte de alguns artistas e gestores dos espaços culturais, por considerarem alto o custo da infraestrutura e baixo o retorno financeiro, por isso tinham certa resistência de implementarem recursos de acessibilidade com inclusão nos espetáculos.

Porém, Desgranges diz que,

A saída para o esvaziamento das salas, portanto, não se resume em facilitar o acesso do público a esse produto, mas consiste também em fazer os produtores teatrais perceberem a importância do espectador no evento. Não somente como alguém que sustenta financeiramente ou cobre de aplausos os espetáculos. (DESGRANGES, 2006, p.154)

Ainda por meio dos relatos da Alessandra Pajama, tive conhecimento que o primeiro evento cultural totalmente acessível com audiodescrição e libras, que ocorreu na cidade de São Luís do Maranhão, aconteceu em 2015, no show "*Rico Choro Apresenta na Praça*", realizado em frente ao Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado do Maranhão, que contou com a presença de alguns espectadores com deficiência visual na plateia.

---

<sup>1</sup> Alessandra Pajama - Produtora executiva, Pajama Produções, Especialista em Acessibilidade Cultural.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Desgranges (2010, p.171), diz que “é reconhecida a relevância e a pertinência dessas práticas na tentativa de pensar as relações entre teatro e sociedade. A transformação do teatro passa, necessariamente, por sua democratização”. No entanto, na cidade de São Luís do Maranhão, as dificuldades para democratizar a arte do teatro perpassam pela falta de acessibilidade, principalmente nos diversos lugares de apresentações de espetáculos artísticos.

Apesar de termos várias casas de apresentações teatrais, apenas uma possui condições adequadas capaz de recepcionar e atender o público com algum tipo de limitação, o que é pouco, tendo em vista que o IBGE afirma que o número de pessoas com esta especificidade chega ao expressivo número de aproximadamente um quarto (1/4) da população deste município (IBGE, 2010).

Segundo Desgranges (2006, p.12), “(...) novas relações com os espectadores são o fulcro de modalidades de fazer e de fruir a representação que rompem com padrões de consumo dominantes e caracterizam experimentações férteis, (...)”. Por essa razão, em 2018, O SESC-MA inaugura o Teatro Sesc Napoleão Ewerton, que teve no show de abertura a presença da cantora maranhense, Flavia Bitencourt e interpretação do ator de teatro, “Domingos Tourinho”, algumas autoridades e outros artistas assim como o público em geral, estiveram presentes na solenidade de inauguração do teatro.

Este, doravante um dos mais representativos espaços culturais da cidade de São Luís - MA, trazendo em seu nome uma bela homenagem a um dos mais ilustres representantes da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (FECOMÉRCIO-MA) o empresário Napoleão Campos Ewerton.

Dessa maneira, dá início a uma nova era nos eventos artísticos culturais de sua história em São Luís do Maranhão, oferecendo um espaço cultural totalmente acessível, com condições outrora jamais pensada para público com limitações, os quais muitas vezes são vistos como problemas sociais, por parte de alguns, e não como potenciais consumidores de arte, como qualquer outro cidadão.

O Teatro Sesc Napoleão Ewerton, ao trazer condições adequadas, tem o intuito de valorizar nossa herança cultural, com a amplitude de sua grandeza,

visando difundir todas as linguagens artísticas e a formação dos mais diversos tipos de espectadores.

Despertando neste, o interesse pela arte teatral o que poderá possivelmente contribuir também para aumento de público nas plateias em outros logradouros, onde possa haver apresentações artísticas nessa cidade, por isso, DESGRANGES (2006, p.11 *apud* JACQUES LASSALLE) nos alerta "O teatro não é feito para nos reconciliar com um mundo que vai mal, mas para reconciliar nós mesmos nesse mundo com aquilo que passamos nosso tempo a ignorar solenemente", neste caso o espectador com algum tipo de deficiência.

Assim, revolucionando o jeito de fazer Teatro, com uma proposta de inclusão tanto no seu espaço arquitetônico, quanto no comunicacional, algo jamais visto anteriormente nessa cidade.

Antes da criação do Teatro Sesc Napoleão Ewerton, observava-se nas práticas teatrais desenvolvidas na capital do Maranhão, ações artísticas segregadoras e agentes promotores de cultura coniventes, que ao contrário de fazerem oposição à força de tais modelos, aliaram-se a elas, seja por ignorá-la, ou porque a ela se sujeitam sem questionamento.

Perpetuando formas reprodutivas e empobrecidas de teatro que precisam ser urgentemente abolidas, porque são de modelos arcaicos que remontam abordagens historicamente ultrapassadas no teatro e que, na sociedade atual, já não fazem o menor sentido, revelando-se insuficientes, limitadas e limitadoras para dar conta dos desafios que a vida social contemporânea impõe, conforme nos esclarece Rossetto (2018):

Então, quando falamos de formar o público para o teatro performativo, é preciso compreender que o público a formar representa uma porcentagem pequena da população. Pois, se alguém vai ao teatro uma vez por ano, você acha que sua primeira escolha de espetáculo vai levá-lo espontaneamente a uma encenação de espetáculo de Elizabeth Lecompte do Wooster Group Jean Lauwers? Não. Ele vai espontaneamente ver o mais fácil e as formas mais convencionais: Broadway, o teatro de repertório.... Se eu tivesse no lugar deles, eu faria sem dúvidas como eles. (Rossetto, p. 93, 2018 *apud* Féral, p.264, 2009)

Portanto, precisa-se que os espaços cênicos, passem a optar por trabalhos

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

numa visão democrática calcada na ideia de que todos podem pensar a criação teatral, mas, ao mesmo tempo conservando a sua característica, e as condições de percepção do espectador, pois é ele que atribui sentido à criação, na interação com o espetáculo, como define DESGRANGES (2003, p.29) “Assim, o contemplador, para desempenhar o papel que lhe cabe no evento, precisa colocar-se enquanto sujeito, que age, pois, a contemplação é algo ativo, e que cria, pois, a sua atuação é necessariamente artística”.

Para isso, a fim de corroborar com o espectador com deficiência visual as atividades artísticas culturais desenvolvidas no Teatro Sesc Napoleão Ewerton providas de audiodescrição, tem a intenção de romper as barreiras que separam ou dificultam o acesso do público com deficiência visual, nas experiências teatrais, trazendo espetáculos e obras a fim de torná-las mais democráticas. Desse modo, o SESC- MA demonstra passar a entender o teatro de uma época moderna como um teatro crítico, relacionado com a situação social onde o indivíduo passa a interferir na transformação das estruturas sociais.

Diante destas condições, busco entender como acontece a formação do espectador com deficiência visual no Teatro Sesc Napoleão Ewerton, para isso passei a acompanhar eventos apresentados nele, na perspectiva de identificar a relevância do trabalho desenvolvido neste teatro para o espectador deficiente visual. Por entender que desde sua criação, o Teatro Sesc Napoleão Ewerton sempre se empenhou em construir alicerces que permitem ser amplamente usufruídos por todos, através das ações nele desenvolvidas.

O mesmo é configurado como um teatro acessível, do tipo italiano, que possui capacidade máxima de duzentos e quarenta e um (241) lugares, sendo doze (12) poltronas espaço mais (destinados a obesos), quatro (04) lugares reservados para pessoas usuárias de cadeiras de rodas e quatro (04) lugares para seus respectivos acompanhantes.

Em suas dependências, possui recursos de acessibilidade inclusiva, disponibilizando para o público com deficiência visual, audiodescrição. A mediação, ocorre através de fones de ouvidos conectados a um equipamento transmissor, de onde um tradutor localizado em uma cabine atrás da plateia descreve a ambientação e as ações das personagens, de modo que à arte ganhe

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

vida, com o cuidado de não sacrificar a subjetividade dos espectadores com deficiência visual.

Figura 1. Cabine de Audiodescrição do Teatro Sesc Napoleão Ewerton

Fonte: Coletivo “Olha Nós no Teatro” Disponível em:

<https://www.facebook.com/OLHANOSNOTEATRO/>

Descrição da Imagem: Fundo preto, com janela de vidro transparente que possibilita o audiodescritor visualizar plateia e palco. Na cabine, duas pessoas do sexo feminino, ambas de frente para a



Também possui o recurso de tradução em libras, para os eventos que ocorrem nas suas dependências, que propende possibilitar aos espectadores com deficiência visual e auditiva uma melhor interação com o espetáculo. Assim, o Teatro Sesc Napoleão Ewerton, apresenta sua proposta para ruptura do paradigma de que as pessoas com deficiência não são capazes de compreenderem os espetáculos teatrais, ao ousar e implementar equipamentos e ferramentas que rompem as lacunas que existem entre os espectadores com algum tipo de deficiência e os espetáculos, e é algo que nos faz acreditar na possível ruptura desses arquétipos nos outros espaços de apresentações teatrais.

Há muito para se comemorar com a inauguração do Teatro Sesc Napoleão Ewerton, em São Luís, principalmente pelo que acontece nele, nas ações culturais empreendidas pelo SESC-MA quando ela se caracteriza como ferramenta democrática de difusão de conhecimento possibilitando a educação transformadora da sociedade.

São Luís - MA e seus artistas, ganham um novo espaço, na contramão do que vem sendo desenhado na cultura ludovicense nos últimos anos, com a dilapidação de espaços como o circo da cidade e o espaço cultural da RFFSA, para ficarmos em apenas dois exemplos. A inauguração do Teatro Sesc Napoleão

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Ewerton, reafirma a importância e dá a real dimensão do quanto imprescindível é o SESC-MA para a cultura em São Luís do Maranhão.

Esse é um reconhecido trabalho criativo, em prol do espectador e do artista, no intuito do fortalecimento da cultura. Esse espaço privilegia-os sem distinção de condições sociais, gênero, raça e outros, dando condições para que eles possam contemplar e fazer sua arte em todas as suas diferentes linguagens, de modo a fomentar a produção, a criação, a difusão e a fruição, visando a formação de plateias.

Como forma de incentivar as atividades culturais e a cadeia produtiva das artes em nosso estado, o Teatro Sesc Napoleão Ewerton, disponibiliza-se, em forma de locação, para realizações de apresentações artístico-culturais, workshops, transmissões de eventos *on-line*, transmissão de *lives*, *talk shows*, palestras culturais, *stand-up*, lançamento de produtos e serviços artísticos, premiações, entre outros eventos.

Além do mais, vale ressaltar as atividades desenvolvidas nos espetáculos apresentados com inclusão no palco do Teatro Sesc Napoleão Ewerton, advindos dos diversos programas das redes Sesc, que dentre seus objetivos destaca-se a valorização da produção artística maranhense, como forma de contribuir para o desenvolvimento e a transformação da sociedade.

Nesse sentido, oferece além de espetáculos, shows, exposições de filmes, contações de histórias e exposições, assim como ações formativas que ampliam o repertório dos profissionais, produtores e estudantes de arte. Contudo, isso só é possível com o esforço de trabalho árduo de todos e o apoio do Sesc Nacional, que contribui de maneira significativa na ampliação da percepção sensível das dificuldades da formação/produção e circulação das manifestações artístico-culturais de nossa região.

## **CONCLUSÃO**

Durante meus estudos na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, diferentes questões dificultaram o percurso desenvolvido, principalmente ao iniciar o curso de teatro, quando encontrei condições inaptas de recepção para uma



**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

peessoa com deficiência visual. Fiquei imaginando como iria ser, pois este era um mundo novo onde não tinha certeza de que saberia participar de um modo coletivo de contemplação e produção de arte, construindo e operacionalizando cenas de teatro, enquanto estudante de licenciatura em teatro com deficiência visual.

Mas, esse é o caminho que escolhi trilhar. As experiências devem prosseguir, pois o problema existe e é enorme para todas as áreas do conhecimento, mas é possível solucionar, basta termos boa vontade política.

Na realização dessa investigação, adotei a metodologia qualitativa, na modalidade do estudo de caso, que se caracteriza fundamentalmente pela busca de compreensão de uma instância singular, a partir de um quadro teórico inicial que se modifica com o avanço do estudo. Nesta, se constrói o caso paulatinamente, não se propõe a explicar aspectos comuns generalizáveis a todos, mas sim busca compreender o caso na sua singularidade, levando em consideração o seu contexto.

Desse modo, passamos a observar o comportamento dos espectadores com deficiência visual nos teatros e percebemos que é notório o baixo número de públicos nas plateias dos teatros em São Luís do Maranhão, salvo conduta, em espetáculos que vêm de fora do estado ou os que já são consolidados no mercado teatral ludovicense. O que nos faz presumir, que a formação de espectadores com deficiência visual pode ser uma saída para aumento de público. Como estes durante muito tempo foram excluídos do campo das artes, imagino que devem estar sedentos de curiosidade de conhecer esse teatro.

Desse modo, é possível que os agentes produtores de teatro passem a ver o espectador com deficiência visual como potencial consumidor de teatro, pois na contemporaneidade as pessoas com deficiência visual estão deixando de ser vistos como inválidos, pedintes de esmolas, incompetentes, passando a ser notado como trabalhadores e consumidores de qualquer tipo de produtos, inclusive arte.

Mas, uma das grandes questões é como fazer para atrair essas pessoas para irem ao teatro, se até as pessoas sem deficiência andam evadidas das plateias. Sendo assim, apenas colocar equipamento de última geração tecnológica não basta, é necessário gerar confiança para que os espectadores com deficiência visual passem a transitar com mais frequência pelas salas de espetáculos teatrais.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Assim como, também é preciso que as apresentações teatrais, com acessibilidade inclusiva, por meio de audiodescrição na cidade, deixem de acontecer de modo improvisado.

Essas situações de improviso, era algo que me frustrava toda vez que ia ao teatro ao perceber a falta de condições permanentes aptas para receber espectadores com algum tipo de limitação, nas principais casas de apresentações teatrais, principalmente no Dia Nacional do Teatro Acessível, que é comemorado no dia 19 de setembro, desde a sanção da Lei nº 13.442/17.

Eu, enquanto primeiro estudante de Licenciatura em Teatro com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão, necessitava ver teatro, mas, nem sempre podia contar com alguém que pudesse fazer as narrativas dos momentos não sonorizados, durante as apresentações dos espetáculos teatrais.

Ao tomar conhecimento do Teatro Sesc Napoleão Ewerton, causou-me uma grande euforia, pois o fato de saber que eu poderia ir ao teatro assistir algum espetáculo, com autonomia, sem ter que depender de colegas ou parentes para narrar os acontecimentos imagéticos, para mim, era algo inusitado em São Luís do Maranhão.

Com condições acessíveis, o Teatro Sesc Napoleão Ewerton, dá um importante passo para possibilidades do empoderamento cultural na área do teatro, principalmente quando nos referimos às pessoas com deficiência, enfatizando o espectador com deficiência visual, pois, essas pessoas pela razão de não poder olhar são prejudicadas incapazes, tanto no assistir quanto no fazer teatral, o que não é verdade. Ela precisa de oportunidade e condições adequadas para mostrar capacidade.

Por isso, a oferta da audiodescrição não deve ser vista como um favor ou como uma obrigação e, muito menos ainda, como uma imposição legal. O desejo como, dos poucos, que vêm travando a longa e dura batalha para conquistar a adoção universal da audiodescrição, é que esta linguagem se transforme em uma prática democrática rotineira, reflexo da sociedade que queremos, justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

DESGRANGES, F. **A pedagogia de espectador**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. **A pedagogia do Teatro: a provocação e dialogismo**. São Paulo: Editora Hucitec: Edições Mandacaru, 2006.

HARTMANN, Luciana. **Interfaces entre a Pedagogia do Teatro e os Estudos da Performance educação**. Santa Maria, v.39, n. 3, p. 515-528. 2014.

MORAES, M. L. **Teatro e Formação de Espectadores: uma proposta de programa educativo**. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

MOTTA, L. M. V. M. FILHO, P. R. **Audiodescrição Transformando Imagens em Palavras**. Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo, 2010.

NÓBREGA, A. **Caminhos para inclusão: uma reflexão sobre áudio-descrição no teatro infanto-juvenil**. Recife: O autor, 2012.

PETRUS, N. de J. da S. **Descrição em Cena: uma experiência de teatro audiodescrito no Maranhão. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Teatro: São Luís, 2010.**

RABÊLLO, R. S. **Análise de um experimento de Teatro - Educação no Instituto de Cegos da Bahia: Possibilidades de Utilização da Linguagem Teatral por um Grupo de Adolescentes**. São Paulo: O autor, 2003.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

ROSSETO, R. **Interfaces entre cena teatral e pedagogia: a percepção sensorial na formação do espectador-artista- professor**. 1. ed. – Jundiaí, SP: Paco, 2018.

**Dia Nacional do Teatro Acessível**. Disponível em:

<<http://cultura.gov.br/arte-para-todos-viva-o-dia-nacional-do-teatro-acessivel/>>

Acesso em: 02 dez. 2020.

**Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso

em: 16 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. São Luís: IBGE, 2020. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>> Acesso em: 26 nov.

2020.

Significados BR. **Significado da palavra Teatro**. Disponível em:

<<https://www.significadosbr.com.br/teatro>> Acesso em: 30 nov. 2020.

**Teatro Sesc Napoleão Ewerton**. Disponível em:

<<https://www.sescma.com.br/cultura/teatro-sesc-napoleao-ewerton/>> Acesso em: 19

set. 2019.

## O SITE MARANHÃO EM SINAIS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO- PEDAGÓGICO NO ENSINO DA LIBRAS

Maria Nilza Oliveira Quixaba  
Antônio Mateus Cunha Pereira  
Arenilson Costa Ribeiro  
Claudiane Santos Araújo  
Ricardo Oliveira Barros  
Maik Waldemar Araújo Oliveira  
Andressa Nascimento Coelho

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo apresentar as contribuições do *site Maranhão em Sinais* como instrumento didático-pedagógico no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para tanto, utilizamos como alicerce os estudos da área de tecnologia, ensino de Libras e crianças surdas, dentre outros. A metodologia consiste na pesquisa qualitativa e bibliográfica com reflexões teóricas sobre a importância da produção de materiais didáticos acessíveis e que auxiliem na aprendizagem do\do aluno\aluna surdo\surda em ambientes digitais. Didaticamente, o banco de dados pode contribuir como ferramenta no processo educacional que ultrapassa o âmbito acadêmico e escolar e chegam a espaços sociais que contemplem tradutores e intérpretes de Libras dentre outros espaços que utilizam a Libras. Outrossim, este estudo torna-se relevante na medida em que demonstra que os sinais específicos do Maranhão utilizados pelas comunidades surdas e registrados neste ambiente digital, poderão dar suporte pedagógico e fomentar futuras pesquisas para a educação de surdos no Maranhão. A partir desse suporte do banco de sinais disponíveis para surdos\surdas e ouvintes é que consistirá esta análise investigativa com a intenção de propagar os sinais em ambientes digitais, de forma prática e com a intenção de estimular aprendizagem significativa, sobretudo na escola pública em tempos de ampliação de uso de tecnologias, a fim de que o espaço do ensino de Libras seja cada vez mais democrático e inclusivo.

**Palavras-chave:** Site; Ensino de Libras; Recurso Didático- Pedagógico.

## INTRODUÇÃO

Os sinais de Libras disponibilizados em espaço acessível em que todos/as que mergulham na *internet* possam conhecer, tendem a enriquecer o percurso do ensino da Libras, principalmente, para crianças surdas. O *site Maranhão em Sinais* se constitui em um espaço assim, com centenas de sinais coletados junto a comunidade surda do Maranhão no âmbito do Projeto *Os Sinais Maranhenses da Língua de Sinais Brasileira: Contribuições para seu uso e Difusão em Ambientes Digitais*.

Realizado na Universidade Federal do Maranhão/UFMA e conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão/FAPEMA, o mesmo está sendo desenvolvido desde 2015. O *site* <https://maranhaoemsinais.wixsite.com/maranhaoemsinais> já passou por diversas formatações e foi produzido e alimentado por integrantes do Grupo de Pesquisa em Tecnologia e Ensino/GPTECEN, o qual integra o Núcleo de Pesquisa e Ensino em Tecnologias Simbólicas/NUPETS do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas/CCH/UFMA.

Na atualidade, estamos migrando os sinais para um espaço no *site* da UFMA, objetivando assegurar a preservação dos dados. As informações que constam no *site* inicial, da plataforma *wix*, permanecerão, mas não serão alimentadas. Todas as informações serão postadas no *site*: <https://portalpadrao.ufma.br/acessibilidade/maranhao-em-sinais> (em fase de ajustes e postagens).

Diante das possibilidades que uma ferramenta como um *site* alimentado com informações em duas línguas, a Libras e a Língua Portuguesa, colhidas dentro da comunidade, a qual os surdos pertencem, acreditamos que possa ser utilizado como um instrumento didático-pedagógico rico, pelo fato de partir do contexto de suas vivências e construções culturais.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Por um lado, caminhando na direção de oferecer meios e construções didáticas para oferecer às crianças surdas mais possibilidades de aprendizagem, entendemos o termo “didática” como um conjunto de técnicas e princípios que são aplicados ao ensino de conteúdos do programa curricular das escolas, estabelecendo normas gerais para auxiliar o professor na condução da sua prática. Com relação aos materiais ou recursos didáticos podem ser compreendidos como mecanismos orientados pelas técnicas e princípios regidos pela didática e que favorecem o ensino de conteúdos escolares (Quixaba, 2017, p. 35).

Por outro lado, também não podemos esquecer que o aprender é uma atividade individual, razão porque cada indivíduo tem o próprio ritmo de aprendizagem. Assim, surgiram as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que se aliaram em favor da educação e do conhecimento (Silva, Moita, (2019, p. 3). Nitidamente percebemos que as TDIC são ferramentas de extrema importância para a educação atual, visto que as tecnologias se encontram cada vez mais inseridas em nossas vidas cotidianas. Hoje, um telefone celular tem muito mais tecnologia do que muitos dos computadores da década passada (Silva, Moita, 2019, p. 3).

É importante esclarecer, que por muito tempo, eram considerados como materiais digitais apenas CD, DVD, livros, arquivos no formato PDF e videoaulas. Bibeau (2003) acrescenta como recursos digitais, um artigo de jornal, uma enciclopédia, uma coleção de fotos de pássaros, uma questão de prova, um texto histórico, uma simulação de um circuito eletrônico e outros. Pensamos também que os vídeos, os *blogs*, aplicativos para *smartphones* e *iphones*, as redes sociais, como: o *instagram*, o *facebook* e os *sites* podem se juntar às diversas TDIC em favor do ensino de línguas estrangeiras, bem como no ensino de Libras e da Língua Portuguesa como Segunda Língua.

Em razão das afirmativas registradas, este estudo foi pensado, em somar com a reflexão sobre o uso do site *Maranhão em Sinais* como instrumento didático-pedagógico no ensino da Língua Brasileira de Sinais/Libras. Utilizamos como alicerce os estudos da área de tecnologia, ensino de Libras e crianças surdas, dentre outros, tendo como metodologia de base a pesquisa qualitativa e bibliográfica. Pensamos que, didaticamente, o banco de sinais disponibilizados no site Maranhão em Sinais possa contribuir no processo educacional ultrapassando o âmbito acadêmico e escolar, chegando a espaços sociais que contemplem tradutores e intérpretes de Libras dentre outros que utilizam a Libras.

## **TECNOLOGIAS NO APOIO DIDÁTICO AO SURDO**

É importante que a pessoa surda possua acesso às tecnologias que possam apoiá-la no processo de aprendizagem. Nos dias atuais, há disponibilidade de vários recursos tecnológicos que cumprem essa função. Em um mundo cada vez mais conectado, por muitas vezes basta que haja um *smartphone* ou um computador pessoal para usufruir dos mesmos. Aqui o foco é tecnologias gratuitas e acessíveis a qualquer pessoa com pelo menos um *smartphone* ou computador. Um destes recursos é a ferramenta *Hand Talk* que segundo o site PcD em Foco (2017) possui duas plataformas:

A primeira delas é um tradutor para sites, que tem como principal objetivo trazer a acessibilidade digital para PcD's com uma tradução simultânea de textos para Libras. Desse modo, torna-se possível a comunicação com a comunidade surda. Para complementar, a empresa possui um aplicativo que realiza traduções. Como também disponibiliza uma sessão para ensinar a Libras. O aplicativo é gratuito e com livre acesso para o público. E pode ser uma excelente opção de uso durante uma entrevista com um candidato Surdo.

No ambiente da sala de aula, a tradução de sites oferecida pelo *Hand Talk* pode ajudar o estudante surdo a ter acesso ao conteúdo didático de forma mais dinâmica e independente, sem necessidade da presença de um intérprete. No entanto, por se tratar de uma tradução automática, o docente deve-se assegurar que não há perda ou troca de sentido no processo. A tradução oferecida pelo



aplicativo é útil para a aquisição de novos sinais ou comunicação rápida entre uma pessoa ouvinte com baixa proficiência em Libras e uma pessoa surda. Assim como a funcionalidade de tradução de *sites*, o aplicativo também deve ser usado como suporte e deve-se ter cuidado com expressões regionais, gírias e outros sinais que possuem variação. Com o avanço da tecnologia, esperamos que as plataformas, como a *Hand Talk*, evoluam cada vez mais, e continuem a auxiliar pessoas surdas.

Outra tecnologia importante é a criação de legendas automáticas pela plataforma de vídeos *YouTube*. Usado por milhões de pessoas, o *YouTube* é um local em que vários materiais didáticos estão disponíveis, considerando que qualquer pessoa pode enviar os mesmos. Além do usuário ter a opção de adicionar as próprias legendas, o mesmo pode permitir que a plataforma faça essa tarefa, usando mecanismos de reconhecimento de voz e convertendo o que é falado em texto na tela. Segundo a ferramenta Ajuda do *Youtube* (2022):

É possível criar legendas e *closed captions* enquanto assiste o vídeo. Você precisará definir o tempo para sincronizar com seu vídeo. Observação: o texto transcrito é automaticamente sincronizado com o conteúdo. A transcrição precisa estar em um idioma compatível com nossa tecnologia de reconhecimento de fala e no mesmo idioma do vídeo. Não recomendamos o uso de transcrições em vídeos com mais de uma hora de duração ou com áudio de baixa qualidade.

A Figura 1 corresponde a imagem de um vídeo publicado no *Youtube* em que pode ser visualizado a legenda automática ativada, permitindo com que a pessoa surda tenha acesso às informações veiculadas em áudio.

**Descrição da Imagem Figura 1:** Tela com fundo na cor azul marinho e letras brancas. No alto, ao centro: Língua Brasileira de Sinais. Abaixo, escrito: Segundo Império, em seguida o contorno do mapa do Brasil com o emblema da família real no centro do mapa. Mais abaixo, Língua Nacional de Sinais. Canto superior esquerdo, fotografia de Dom Pedro II e Ernest Huet. Na esquerda, Língua de Sinais Francesa, com imagens da bandeira da França e representações da cultura Francesa. Fim da descrição.

Figura 1 - Vídeo publicado no *Youtube* com legenda automática ativada.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras



Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=Vs2mxi\\_d3QY](https://www.youtube.com/watch?v=Vs2mxi_d3QY)

Como pode ser visto na imagem acima, o recurso de legendas automáticas ajuda a pessoa surda a acompanhar qualquer vídeodidático ou de entretenimento no ritmo da fala, sem a necessidade de ler rapidamente ou pausar o vídeo para ler frases inteiras, tornando o consumo da mídia mais fluido. O recurso em si também não é perfeito, já que o mesmo tem dificuldade de acompanhar áudios em que várias pessoas falam ao mesmo tempo ou em lugares barulhentos, podendo gerar perda ou quebra de sentido.

A limitação do *YouTube* em gerar transcrições completamente precisas também chegou a causar situações em que a ferramenta transcrevia em legenda palavras de baixo calão quando as mesmas não eram usadas. Pensando nisso, o *YouTube* decidiu, em 2020, mudar este aspecto da ferramenta. Segundo uma publicação feita no *Google Ajuda* (2020, tradução nossa).

Por conta de que nossas legendas automáticas podem cometer erros, nós queremos ser extracuidadosos para não legendar certas palavras incorretamente. Então, para melhor evitar estes erros, espectadores agora verão "[ ]" ao invés de uma palavra potencialmente inapropriada (quando legendas/*closed captions* geradas automaticamente são ativadas durante a reprodução). Essa é a nova configuração padrão para todas as legendas automáticas. Nota: Essa configuração não se aplica para legendas manuais ou faixas de áudio e podem ser desligadas a qualquer momento pelos criadores a nível de canal.

Uma crítica que pode ser atribuída a tal decisão é de que a mesma limita o acesso da pessoa surda aos conteúdos na íntegra, tornando difícil a interpretação do que está entre colchetes e tornando o aproveitamento inferior quando comparado ao de uma pessoa ouvinte. Considerando que a ferramenta

de transcrição já possui a limitação de fazer interpretações incorretas, dar-lhe a possibilidade de substituir palavras que considera inapropriadas causa danos irreversíveis ao conteúdo, a não ser que o criador de conteúdo faça alterações manuais.

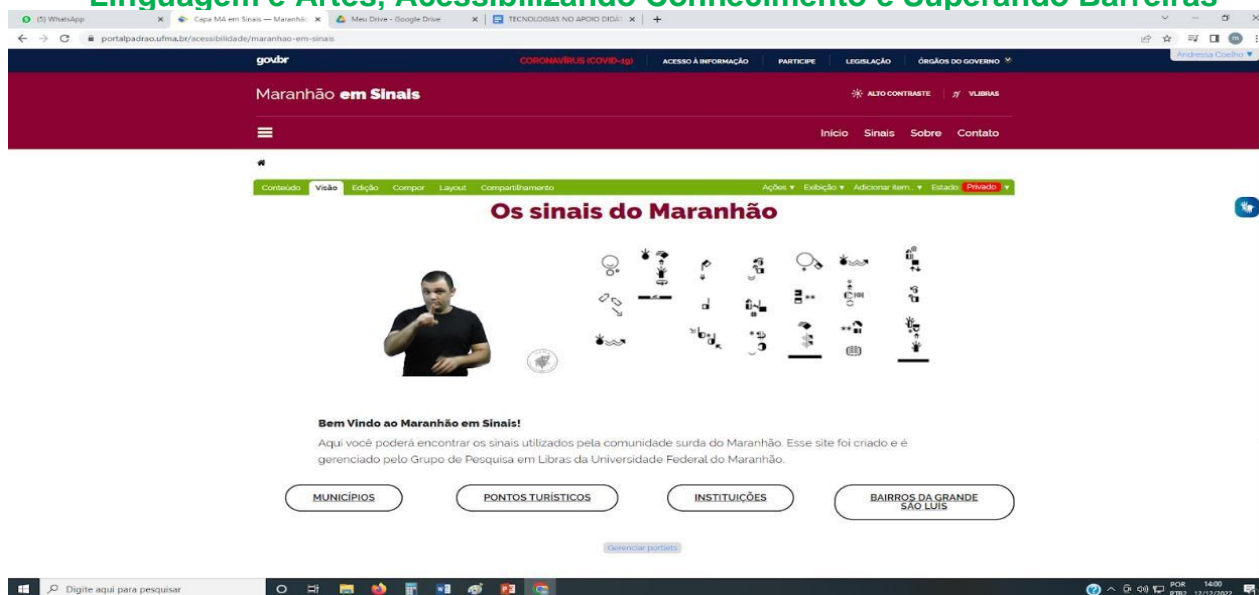
Considerando o que foi visto sobre tecnologias no apoio de surdo, é possível afirmar que as plataformas *Hand Talk* e *YouTube* são úteis para a pessoa surda, mas, possuem limitações. Caberá ao docente e/ou intérprete entender as mesmas e intervir quando necessário para garantir um aproveitamento completo. Esperamos que novas atualizações sejam implementadas aos sistemas utilizados e que em um futuro próximo, estas duas ferramentas gratuitas se tornem uma referência ainda maior.

Além da ferramenta *Hand Talk* e *Youtube* existem outras que também podem ser utilizadas no apoio ao ensino de surdos como sites com conteúdos em Libras, por exemplo, como é o caso do Maranhão em sinais, que abriga informações de sinais locais executados pela comunidade surda deste Estado. O referido *site* contém sinais de municípios (Figura 2), bairros, gírias, pontos turísticos, instituições educacionais e outros.

**Descrição da Imagem Figura 2** - Página Inicial: Página da *internet*, com retângulo na cor azul escuro na parte superior, logo abaixo outro retângulo na cor vinho, tendo do lado esquerdo escrito em letras brancas Maranhão em Sinal. Do lado direito no mesmo retângulo o símbolo de Alto Contraste e VLibras, logo abaixo as palavras Início, Sinais, Sobre e Contato. Mais abaixo centralizado, as palavras Os Sinais do Maranhão, com letras na cor vinho em fundo branco. Nesse mesmo fundo branco, à esquerda, um homem, o símbolo da UFMA e um texto representado em escrita de sinais. Logo abaixo o texto correspondente em Língua Portuguesa e, por último, na sequência, na horizontal, as palavras MUNICÍPIOS, PONTOS TURÍSTICOS, INSTITUIÇÕES e BAIROS DA GRANDE SÃO LUÍS. Fim da descrição.

Figura 2 - Página Inicial *site* Maranhão em Sinais

# I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras



Fonte: <https://portalpadrao.ufma.br/acessibilidade/maranhao-em-sinais>

Entendemos que os sinais disponibilizados em espaço de fácil acesso possam colaborar para o ensino de surdos de modo geral, principalmente para crianças em processo de aquisição da Libras.

## ENSINO DE CRIANÇAS SURDAS

Para as crianças não surdas, a leitura oral é normalmente realizada inicialmente no jardim de infância e se estende para os demais níveis, em uma época em que as crianças se concentram no processo de aprender a ler, que fazem conexão língua oral com a escrita, desenvolvem confiança, fortalecem a decodificação, permitem que os professores percebam seu desenvolvimento por meio do que expressam. No caso, da criança surda, esse processo deveria ser o mesmo, que a leitura e a escrita ancorassem na língua de sinais, para que alcançassem as mesmas competências e habilidades leitoras.

Supalla, Cripps e Byrne (2017), afirmam que o conceito de leitura em língua de sinais é novo, que é um território aberto e inexplorado. Nessa perspectiva, as crianças que têm possibilidade de ter acesso a recursos de apoio em língua de sinais tendem a desfrutar de condições mais favoráveis para seu crescimento imaginativo, descritivo, cognitivo e outros benefícios para o processo de leitura e escrita.

De acordo com o Desenho Universal para a estrutura de aprendizagem, os

estudantes surdos precisam desfrutar de acesso à aprendizagem, o que parece óbvio, no entanto, esse aspecto apresenta diferentes realidades nos diversos países.

A língua de sinais se localiza em um modelo que se vincula ao conceito de acessibilidade linguística e fornece uma configuração bem integrada para o ensino de literatura ou outros saberes. (Supalla, Cripps e Byrne, 2017).

Partindo dessa linha de reflexão quanto mais procedimentos didáticos-pedagógicos e uso de tecnologias que contenham conteúdos acessíveis possam ser utilizados, mais chances de aprendizagem as crianças surdas terão, glossários bilíngues, manuais, livros, sinalários e outros recursos disponíveis com a ajuda da *internet* podem acelerar o processo de ensino, e por conseguinte, o de aprendizagem. Muitas ferramentas tecnológicas como *sites*, por exemplo, podem ser utilizadas como recursos didático-pedagógicos de forma eficaz. Conhecimentos de Libras são necessários para que outros possam emergir, tendo em vista ser a língua ponte para a mediação comunicacional.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo recorre ao suporte metodológico da pesquisa qualitativa e bibliográfica as quais favorecem a construção de reflexões sobre a importância da produção de materiais didáticos acessíveis e que auxiliem na aprendizagem do\da aluno\aluna surdo\surda em ambientes digitais. Toda pesquisa carece seguir os rigores procedimentais e metodológicos, e com esta transcorreu de forma igual, para coletar e analisar as informações apresentadas no *site* Maranhão em Sinais.

Com relação a pesquisa qualitativa, ela se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, se preocupa com descrições, comparações e interpretações. Permitindo a coleta de dados sem instrumentos formais estruturados, na tentativa de auxiliar no entendimento do fenômeno a ser estudado na sua totalidade (Minayo, 2019).

Já a pesquisa bibliográfica, faz parte do protocolo de toda pesquisa científica, permitindo levantamento de estudos realizados sobre determinada

temática. Martins e Theóphilo (2016, p. 52), confirmam que a pesquisa bibliográfica é necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Ela procura explicar e discutir um determinado assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, *sites*, CD, anais de congressos, entre outros. Procura conhecer, analisar e explicar contribuições sobre um tema.

Martins e Theóphilo (2016), e Gil (2017) argumentam que a pesquisa bibliográfica constitui uma etapa preliminar de praticamente toda a pesquisa acadêmica, fornecendo aporte para a identificação do estágio atual do conhecimento de determinado assunto. Contudo Gil (2017) alerta que a pesquisa bibliográfica apresenta como vantagem o fato de que o pesquisador pode ter acesso a um rol de fenômenos muito mais amplo do que aquele que ele poderia pesquisar diretamente. No entanto, observa, para o cuidado com a verificação das fontes, na busca de incoerências e contradições que podem surgir nesse tipo de pesquisa.

O percurso metodológico deste estudo envolve 3 etapas a saber: na primeira, procedemos à revisão da literatura para situar o estado do conhecimento sobre recursos didáticos-pedagógicos para o ensino de Libras para surdo/surda; na segunda, realizamos levantamento e análise das informações contidas no site Maranhão em Sinais. A seguir, registramos o compilado de informações.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para o ensino da Libras, principalmente, para crianças surdas, podem ser utilizados vários recursos didáticos e tecnológicos. Dentre estes, citamos, por exemplo, o *site* Maranhão em Sinais, no qual está contido diversas informações que podem ser enriquecedoras no processo de ensino de Libras.

Para Weber (2022, p. 406) Os recursos didáticos são artefatos culturais que fazem parte da memória das pessoas em diferentes culturas. Foram inseridos nos processos pedagógicos diferentes tipologias de materiais, variando com a evolução das diversas gerações. Essa diversidade de materiais produzidos está

diretamente relacionada ao desenvolvimento e à inserção das tecnologias nas sociedades, além do livro didático, mapas, enciclopédias impressas e digitais, CD, *smartphones*, *iphone*, *ipads* e mais recentemente, *sítios* de *internet* e aplicativos digitais que também fazem parte da lista de produções pedagógicas.

As novas formas de ensinar e aprender apontam para outras necessidades metodológicas e materiais. O que requer pensar na organização visual, na complexidade dos conteúdos, nas tecnologias e na facilitação de seu acesso, bem como nos direitos autorais que também estão intrínsecos nesse processo. A produção e estruturação de materiais didáticos geram muitas discussões. Esses recursos são instrumentos elaborados que visam integrar, mediar e potencializar os processos de ensino e aprendizagem (Weber, 2022, p. 409).

As produções didáticas utilizadas para situações de ensino e aprendizagem mediadas pelas tecnologias digitais, independentemente de seu suporte, ganham função primordial de mediação entre professor e estudante. (Weber, 2022, p. 409)

Pais (2000, p. 2) analisou os recursos didáticos no contexto da sala de aula e explicitou que os recursos didáticos envolvem uma diversidade de elementos e que sua finalidade é servir de interface mediadora para facilitar na relação entre professor, estudantes e o conhecimento em um dado momento da elaboração do saber.

A *internet*, *sites*, aplicativos vêm se destacando no apoio ao ensino e aprendizagem de crianças surdas. Percebemos no *site Maranhão em Sinal*, um grande potencial para estimular o ensino e aprendizagem desses estudantes. Conforme pode ser visualizado nas Figuras: 3, 4 e 5.

**Descrição da Imagem - Figura 3:** Página da internet, com fundo branco, uma barra de menu, na parte superior, contendo uma mão aberta na cor amarela, com a palma para frente e os dedos para cima. Do lado, em letras azuis, a frase: Maranhão em Sinais; continuando, as palavras, INICIO, SINAIS, SOBRE e CONTATO. Abaixo da barra de menu separada por uma linha escura divisória, consta ao centro, em letras pretas, a palavra AXIXÁ. À esquerda, logo abaixo, a palavra Sinal e Frase. Na sequência, abaixo da janela das moças, à esquerda, há um símbolo, acima dele a palavra Escrita de Sinal, logo após à direita, na horizontal, uma imagem do município de Axixá, vista panorâmica de casas à beira do rio com águas aparentemente sem movimento e árvores. Fim da descrição.

Figura 3 - Página do *site* com o sinal do Município de Axixá

## AXIXÁ

<p>Município</p> <p>Axixá</p>	<p>Sinal</p>  <p>Escrita do Sinal</p> 	<p>Frase</p>  <p>Axixá cresceu às margens do Rio Munim.</p> <p>Imagem do Município</p> 
-------------------------------	--	---

Fonte: <https://maranhaoemsinais.wixsite.com/maranhaoemsinais/municipios/Axix%C3%A1/98cc7064-a65b-4af3-99af-05c1deaabc7>

Na página Maranhão em Sinais, Pontos Turísticos, consta a listade sinais de Barreirinhas referente às dunas dos lençóis maranhenses. Esses sinais foram coletados junto aos surdos desse município e os de São Luís<sup>1</sup>.

**Descrição da Imagem - Figura 4:** Página da *internet*, com retângulo na cor azul escuro na parte superior, logo abaixo outro retângulo na cor vinho, tendo do lado esquerdo escrito em letras brancas Maranhão em Sinal. Do lado direito no mesmo retângulo o símbolo de Alto Contraste e VLibras, logo abaixo a direita, as

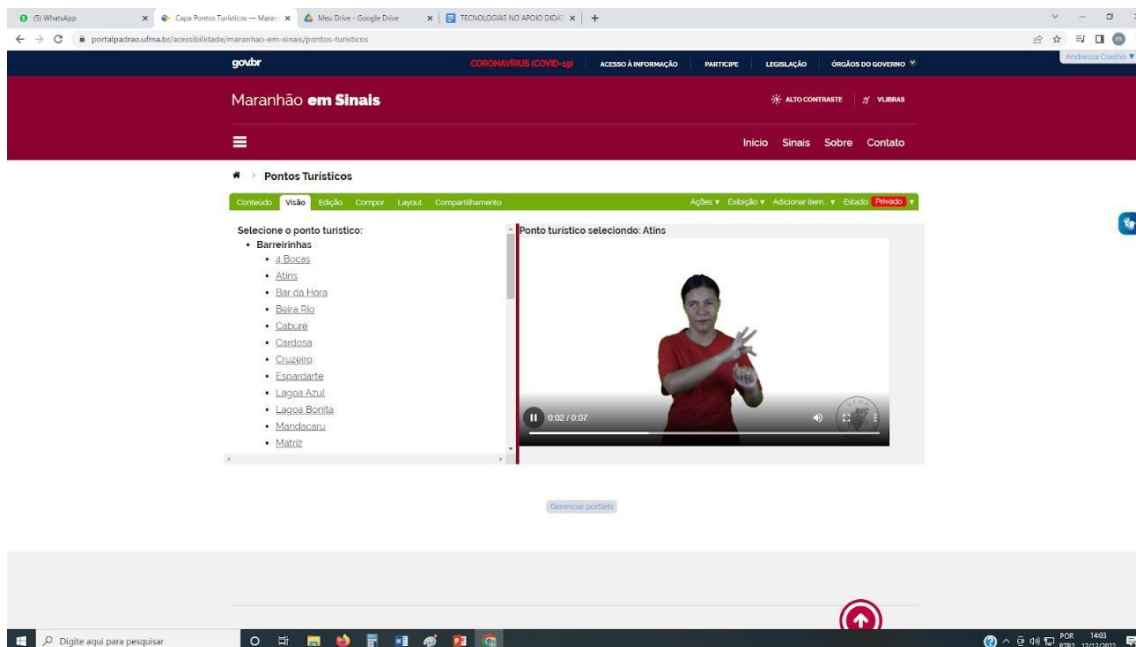
<sup>1</sup> Toda essa coleta foi possível pelo incentivo, apoio logístico e financeiro da Empresa de TurismoJB Tour.



## I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

palavras: Início, Sinais, Sobre e Contato. Mais abaixo do lado esquerdo em fundo branco e letras na cor preta Pontos Turísticos, seguindo uma abaixo da outra, as palavras: Selecione o ponto turístico, Barreirinhas e lista de sinais dos pontos turísticos. Nesse mesmo fundo branco, a direita a imagem de uma jovem sinalizando em Libras o sinal de ATINS. Fim da descrição.

Figura 4 - Página do *site* com o sinal de Atins



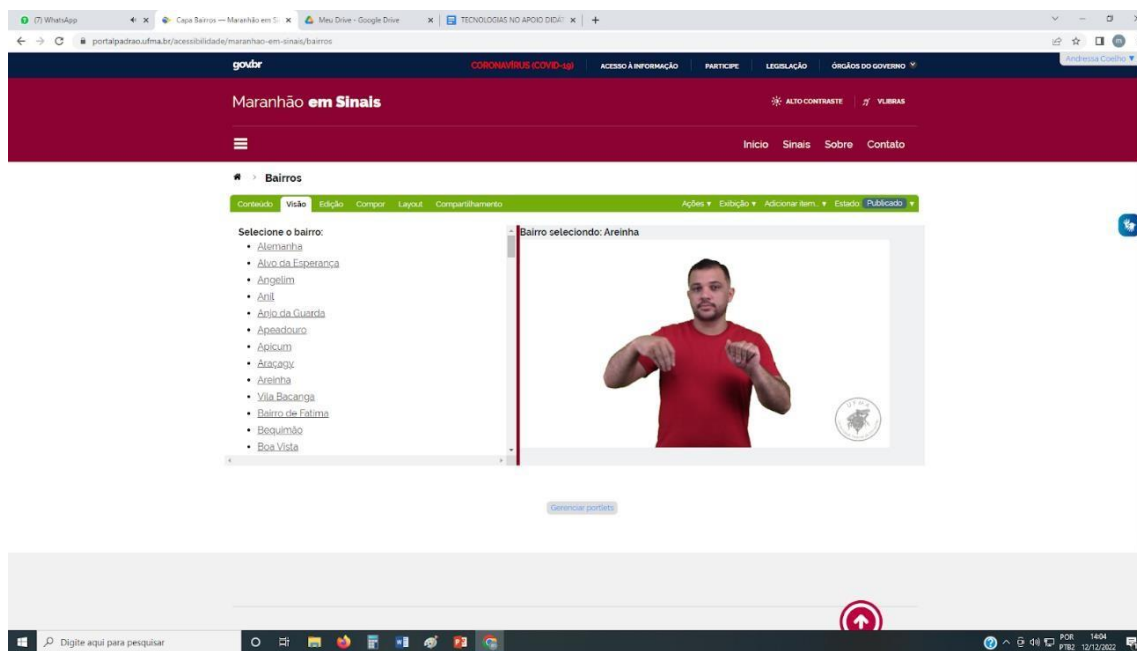
Fonte: <https://portalpadrao.ufma.br/acessibilidade/maranhao-em-sinais/pontos-turisticos>

A figura 5 apresenta a página correspondente aos sinais de Bairros, lista dos sinais coletados que correspondem à grande ilha, em sua maioria, de São Luís, podendo ser visualizado a lista dos bairros e a imagem do sinal de bairro: Areinha.

**Descrição da Imagem - Figura 5:** Página da *internet*, com retângulo na cor azul escuro na parte superior, logo abaixo outro retângulo na cor vinho, tendo do lado esquerdo escrito em letras brancas Maranhão em Sinal. Do lado direito no mesmo retângulo o símbolo de Alto Contraste e VLibras, logo abaixo a direita, as palavras: Início, Sinais, Sobre e Contato. Mais abaixo do lado esquerdo em fundo branco e letras na cor preta Bairros, seguindo abaixo as palavras: Selecione o bairro, e lista os nomes dos bairros. Nesse mesmo fundo branco, a direita a imagem de um jovem sinalizando em Libras o sinal de Areinha. Fim da descrição.

Figura 5 - Página do *site* com o sinal de Bairro Areinha

# I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras



Fonte: <https://portalpadrao.ufma.br/acessibilidade/maranhao-em-sinais/bairros>

O mencionado *site* apresenta os 217 sinais de municípios do Estado do Maranhão e em média de 110 bairros da região da grande ilha. As outras categorias de sinais como: gírias, instituições educacionais e pontos turísticos estão sendo armazenados no *site* da UFMA gradativamente.

Na interface do *site* consta a lista de municípios, o vídeo do sinal, em seguida o vídeo com uma frase em Libras, o texto com a frase em língua portuguesa, correspondendo às informações do município apresentado, a escrita de sinal e logo abaixo a imagem do município. Barros (2020, p. 12) esclarece que a escrita de sinais utiliza símbolos para representar cada parâmetro de um sinal, esses símbolos são chamados de grafemas. Existem grafemas para as Configurações de Mão (CM), os Pontos de Articulação (PA), os Movimentos (M), e as Expressões Não Manuais (ENM). Já a Orientação da Palma da Mão (OR) está representada diretamente no símbolo da CM.

O site Maranhão em Sinais propõe ser bilíngue, constando palavras e frases em Língua Portuguesa, como também em Libras. Os sinais disponibilizados podem ser utilizados para identificação de localização no mapa do Maranhão, para que a criança possa conhecer as diferentes localidades; identificar o sinal associando o vídeo com a frase, palavra escrita e sinalizada; compreender a

execução do sinal; comparar a frase escrita em Língua Portuguesa com a executada em Libras, para que identifique as diferenças estruturais linguísticas de maneira natural; entender que a Libras tem formas de ser representadas, tanto em vídeo como por meio da escrita de sinais (signwriting), entre outras maneiras de uso.

As imagens dos sinais também podem ser utilizadas para construir atividades como: caça-sinais, bingo; quebra-cabeça, pintura, modelagem com argila, vídeos, slides com imagens, atividade de complemento, e outras.

Com relação ao uso de vídeos a *Cognitive Theory of Multimedia Learning*/Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia/CMTL, defende que a aprendizagem multimídia acontece quando construímos representações de palavras e imagens. A aprendizagem multimídia é uma teoria cognitiva da aprendizagem que tem sido divulgada principalmente pelo trabalho de Richard E. Mayer.

Mayer descreve como o estudante multimídia constrói representações mentais na arquitetura cognitiva. Tanto a CMTL, como a Teoria da Carga Cognitiva de Sweller de 1999, apontam indicativos para possibilidades de superar as limitações da memória humana e promover processos cognitivos superiores como aprendizagem significativa. Para a teoria da carga cognitiva, a aprendizagem significativa ocorre quando um estudante seleciona informações relevantes, organiza-o em representações coerentes e integra-o como conhecimento prévio (Sorden, s/d).

A suposição básica da teoria da carga cognitiva é que a arquitetura cognitiva consiste em múltiplas memórias, armazenamentos, incluindo uma memória de trabalho muito limitada e uma extensa memória de longo prazo, onde a informação é organizada em unidades de ordem superior chamadas esquemas cognitivos. A Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia defende entre outros apontamentos que os estudantes aprendem melhor com palavras e imagens, do que apenas com palavras, e aprendem melhor com imagens e vídeos (Sorden, s/d).

De acordo com a Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia e Teoria da Carga Cognitiva, os vídeos são ferramentas importantes para o desenvolvimento

da aprendizagem de qualquer estudante desde que se obedeça aos critérios ou princípios que garantam a qualidade da produção dos mesmos, tendo em conta: as cores, tempo de exposição, disposição do conteúdo, navegabilidade e outros.

Quixaba (2017, p. 20) acrescenta que os recursos educacionais digitais tendem a enriquecer o ambiente educacional dos surdos, podendo explorar o campo visual deles, facilitar o seu processo de ensino e aprendizagem, considerando as limitações impostas pela surdez. Acreditamos que os vídeos entre os recursos digitais possam ser ferramentas poderosas para o ensino de Libras a crianças surdas em diferentes níveis e situações educacionais.

## O QUE PRECISAMOS CONSIDERAR?

Oferecer um ambiente democrático e inclusivo para as crianças surdas não é tarefa fácil, tendo em vista as peculiaridades linguísticas que envolvem sua comunicação. Disponibilizar conteúdos que sejam significativos para elas, requer um investimento que considere as suas características e necessidades, que explorem a visualidade, as cores, o tempo e os sinais que façam parte de seus contextos de vida.

Por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação/TDIC, isso se tornou possível porque muitas iniciativas têm sido realizadas para atender as essas necessidades específicas das crianças surdas e acabam por ampliar as possibilidades de recursos para outros públicos. O *site Maranhão em Sinais* se encaixa nessas iniciativas, no qual estão disponíveis centenas de sinais organizados em categorias como: municípios, bairros da grande Ilha, principalmente da capital, São Luís, instituições educacionais, pontos turísticos, especialmente, os das dunas dos lençóis maranhenses, e outros.

Os sinais disponibilizados oferecem muitas possibilidades de uso em construções de recursos didáticos-pedagógicos, entre eles: vídeos para identificação de palavras/sinais; identificação de localizações; correspondência sinal/vídeo de palavra/Língua Portuguesa; diferenciação estrutura sintática da Libras e da Língua Portuguesa; identificação de configuração de mãos, movimento; tipos de movimento e direcionalidade do sinal; referência escrita de sinais e sinal correspondente; Associar imagem do sinal em *sign writing* e do

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

município, como também associar sinal do vídeo com a imagem do município.

Com base nessas informações disponibilizadas diversas atividades podem ser pensadas, pois, os sinais podem ser acessados em qualquer lugar e tempo, desde que os usuários estejam logados na *internet*.

Acreditamos que a discussão apresentada neste estudo tem um diferencial que é apontar caminhos para a construção e uso de recursos didático-pedagógicos que explorem as tecnologias digitais. As crianças surdas na sua maioria constroem conhecimento com base no que enxergam e focam a sua atenção em vídeos e imagens. As frases em Libras e em Língua Portuguesa podem ser exploradas nas diversas situações de ensino, inclusive de leitura e escrita.

A Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia/CMTL- Cognitive Theory of Multimedia Learning de Richard Mayer, traz contribuições ao nosso estudo quando destaca que os estudantes aprendem mais com a associação de palavras e imagens. E, a Teoria da Carga Cognitiva de Sweller quando trata sobre as capacidades da memória na aprendizagem significativa, explicando que a aprendizagem significativa acontece quando um estudante seleciona informações relevantes, organiza em representações coerentes e integra com o conhecimento prévio.

Significa dizer que as informações consideradas relevantes podem ser conectadas para que as novas sejam apreendidas e o estudante possa avançar no conhecimento.

Sendo assim, o que precisamos considerar é que entre outras possibilidades, a associação de conhecimentos de sinais de Libras, ancorados no *site* Maranhão em Sinais possam ser importantes aliados para que as crianças surdas aprendam, não só, a Libras e a Língua Portuguesa, mais outros saberes ligados ao processo de ensino. O conteúdo pode ser explorado por meio dos recursos tecnológicos apresentados neste estudo, os quais podem se transformar em recursos didático-pedagógicos para o ensino de crianças surdas em diferentes níveis de aprendizagem.

## **REFERÊNCIAS**

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

BARROS, D. M. V. (org.). Estilos de aprendizagem na atualidade –volume 1. Lisboa: [s.n.], 2011. p. 149-161.

BARROS, Ricardo Oliveira. Como escrever em Libras [livro eletrônico] / Ricardo Oliveira Barros ; [ilustrações do autor]. -- 1. ed. -- São José, SC : Ricardo Barros, 2020. ; PDF.

BIBEAU, R. Descontenusnumériquespourl'éducation. Montréal: Directiondesressour-cesdidactiques, 2003.

LIBRAS - **História da Língua Brasileira de Sinais. Como Surgiu?**. Produção: UNÍTESE. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=Vszmxi\\_d3QY](https://www.youtube.com/watch?v=Vszmxi_d3QY). Acesso em: 1 ago. 2022.

Minayo, M.C.S, Costa A.P. *Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhare da Empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação* Aveiro: Ludomedia; 2019.

O'DELL, Liam. **New YouTube Automatic Captions Setting Criticised By Deaf Campaigners**. [S. l.], 19 set. 2020. Disponível

em: <https://liamodell.com/2020/09/19/new-youtube-automatic-captions-setting-criticised-by-deaf-campaigners-community-captions-twitter-petition-rikki-poynter-creator-insider/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

\_\_\_\_\_, Sarah. **New default setting for automatic captions uses "[\_]" to better avoid mistakes**. [S. l.], 10 set. 2020. Disponível em:

<https://support.google.com/youtube/thread/70343381>. Acesso em: 1 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Hand Talk**: saiba o que é e quais são os benefícios dessa ferramenta. [S. l.]: PcD em Foco, 2017. Disponível em:

<https://pcdemfocoblog.com/hand-talk/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Adicione legendas**. [S. l.]: Youtube Ajuda, [21--].

Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2734796>. Acesso em: 1ago. 2022.

PAIS, L. C. Uma análise do significado da utilização de recursos didáticos no ensino da geometria. Disponível em: [www.anped.org.br/23/textos/19/1919t.pdf](http://www.anped.org.br/23/textos/19/1919t.pdf). Acesso em: 23 fev 2022.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. Diretrizes para Projeto de Recursos Educacionais Digitais Voltados à Educação Bilíngue de Surdos. Tese. (Doutorado). Pós-Graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2017.

SILVA, Isaías Pessoa da; MOITA, Filomena Maria G. S. C. Reflexão sobre o uso de recursos didáticos digitais no curso de Licenciatura em Matemática a distância. Disponível em: Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2019 – nº 9, Vol. 7. Acesso em: 12/12/2021.

WEBER, Dorcas Janice. PARÂMETROS PARA A PRODUÇÃO DE

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

RECURSOS DIDÁTICOS PARA A EDUCAÇÃO MEDIADA PELAS  
TECNOLOGIAS DIGITAIS. Revista Educação e Cibercultura/Redoc. Riode Janeiro  
v. 6 n. 5. Edição Especial/ 2022, p. 406-422.

SORDEN, Stephen D. The Cognitive Theory of Multimedia Learning. Mohave  
Community College/Northern Arizona University. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/29834388/The\\_Cognitive\\_Theory\\_of\\_Multimedia\\_Learning](https://www.academia.edu/29834388/The_Cognitive_Theory_of_Multimedia_Learning). Acesso em: 17 nov 2021.

SUPALLA, S. J., CRIPPS, J. H., & BYRNE, A. P. J. (2017). Why American  
Sign Language gloss must matter. American Annals of the Deaf, 161(5),  
540–551. WHY AMERICAN SIGN LANGUAGE GLOSS MUST  
MATTER. Disponível em: [https://slla.lab.uconn.edu/wp-content/uploads/sites/1793/2017/06/Supalla\\_et\\_al\\_response\\_2017.pdf](https://slla.lab.uconn.edu/wp-content/uploads/sites/1793/2017/06/Supalla_et_al_response_2017.pdf). Acesso em: 13 set 2021

## **ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE UM TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO IFMA-CAMPUS MONTE CASTELO- SÃO LUÍS/MA**

Ilka Janaira Padilha Pinheiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Considerando-se o atual cenário de pandemia mundial da Covid 19 causada pelo novo Coronavírus que tem mudado a rotina de milhares de pessoas no mundo, assim como tem revelado muitas dificuldades de atuações sociais sob diversos setores, o presente trabalho objetiva apresentar reflexões sobre os desafios do processo educativo de surdos no contexto do ensino remoto no Instituto Federal do Maranhão, Campus Monte Castelo, sob a perspectiva do profissional tradutor/intérprete de Libras. O interesse pela temática surgiu, inicialmente, pelas experiências desta autora com as aulas remotas, nesta conjuntura de distanciamento social. Metodologicamente, este trabalho foi realizado por meio de pesquisa básica de natureza bibliográfica a partir de um relato de experiência. Desse modo, discutiu-se sobre os percalços impostos devido às necessidades de adaptações no contexto da pandemia de Covid-19, bem como os seus impactos sobre a aprendizagem dos alunos surdos, perspectivando a relação de intermediação comunicacional. Baseados nos pressupostos Joye, Moreira e Rocha (2020), Santos (2009), Vieira, Quadros (2003). Discutiu-se sobre a educação de surdos na perspectiva do ensino remoto. Esse trabalho trata-se de um relato de experiência da autora que atua como intérprete de Língua de Sinais no Instituto Federal. O percurso do trabalho permitiu inferir as reflexões para novas estratégias de ensino frente a situações emergenciais e como o ensino remoto, quando realizado de forma organizada e responsável, pode facilitar a inclusão desses alunos surdos sem que haja danos ao processo de ensino e de aprendizagem. Esse contexto apresentou oportunidades para juntos debatermos sobre essa temática.

**Palavras-chave:** Ensino remoto; Alunos surdos; Relato de experiência. Covid 19.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras-Libras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: ilka.padilha@discente.ufma.br.



## **Educação de surdos e o profissional tradutor intérprete de Libras: conceitos, relações e abordagens.**

Historicamente, a educação dos surdos<sup>1</sup> destaca, para além de aspectos vinculados à sua especificidade, muitas divergências, lutas e sofrimentos destes sujeitos e pode ser remontada ao século XII de acordo com Honora (2014).

Tal abordagem discorre sobre o fato de muitos surdos, nessa época, terem direitos básicos negados, inclusive relacionados à educação, por serem considerados impossibilitados de pensar, por não possuírem o elemento da audição reverberando na ausência da comunicação oral, por conseguinte.

Alguns séculos depois, esta concepção destacada por Honora(2014), foi sendo transformada por novos pensamentos propostos por monges católicos e médicos que a partir de estudos com experiências mais próximas aos surdos começaram a notar muitas possibilidades de escolarização dos surdos, segundo afirma Strobel(2009). E nesse cenário a autora destaca o médico Girolamo Cardano (1501-1576) foi um polímata italiano. Era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita e que era um crime não instruir um surdo-mudo.” Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos”. Como precursor de concepções de que estes indivíduos possuíam sim capacidades tal como os ouvintes.

E assim, como novos estudos atestando possibilidades de desenvolver as habilidades escolares dos surdos, conforme pontua Strobel (2009), foram fundadas algumas escolas para a educação de surdos por

---

<sup>1</sup> O termo “Surdo” segundo pesquisas do americano James Woodward em 1972, que criou as designações de “Surdo” com grafia maiúscula e “surdo” grafado com letra inicial minúscula se referem à questões identitárias. Este autor explica que o termo escrito com letra maiúscula é usado para aqueles que se identificam com a identidade e cultura surdas, enquanto que a palavra em letra minúscula é aplicado àqueles que têm apenas problemas de audição.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

todo o mundo e a compreensão acerca da importânciada língua sinalizada para estes sujeitos foi disseminada como fator essencial para a integralização dos surdos à sociedade. Desta forma, o percurso da educação de surdos foi marcada por vários estágios e consideráveis conquistas.

No Brasil, uma das conquistas neste cenário dos direitos do educando surdo brasileiro foi o reconhecimento da Língua Brasileirade Sinais – doravante Libras, promulgada pela Lei 10.436/2002 que a legitima enquanto meio de comunicação e expressão da comunidade interpretativa surda no Brasil.

Também, assim como é imprescindível salientar que o Decreto 5.626/2005 que a regulamenta e explana sobre direitos das pessoas Surdas e com deficiência auditiva, em diversos âmbitos, também pode ser considerado um dispositivo importante que estabelece princípios federativos acerca dos direitos do surdo em sociedade.

No tocante à educação os principais dispositivos legais especificam sobre os avanços nos direitos, acesso à informação, comunicação, inclusão da pessoa surda nas instituições e salas de aula, isto é, preferencialmente em classes comuns de ensino e, no contexto da temática aqui proposta, explica especificamente sobre a participação do tradutor intérprete de Libras discorrendo que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapase modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005, Art. 14).

E ainda neste mesmo Decreto é pontuado a preconização do acesso à comunicação por meio da tradução e interpretação da Libras e Língua Portuguesa a estes alunos em ambientes institucionais. O Decreto 5.626/2005 é, indiscutivelmente um dispositivo legal que apoia a inclusão de surdos no âmbito educacional especificando acerca das instituições de ensino, sobre como os diversos níveis de educação devem ser organizados e ainda dispõe sobre a formação do profissional que atuará neste cenário, podendo este ser considerado um importante veículo que busca a inclusão de alunos surdos à sociedade.

Todavia, é importante que se evidencie as fragilidades existentes na

educação de surdos. Na obra de Falcão (2015) intitulada como “Educação de surdos: comportamentos, escolarização e o mercado de trabalho”, indica que ainda há uma superficialidade em sala de aula quando o conteúdo é direcionado aos alunos com surdez, como se fossem incapazes de aprofundar o conteúdo trabalhado em sala de aula. Este autor pontua ainda que a Educação Básica não tem oportunizado qualidade no ensino e recurso que alcancem estes sujeitos e isto tem reverberado em outros níveis de ensino, tal como o Ensino Superior.

E nesta conjuntura de políticas educativas, o profissional tradutor intérprete de Libras tem sido inserido também na tentativa de promover melhores condições escolares aos surdos. Nesse sentido, a Lei 12.319/2010 discorre sobre as competências deste profissional enquanto mediador linguístico nas várias esferas sociais as quais atuam demarcando no seu artigo segundo que: “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa”. (BRASIL, 2010, Art. 2º). No que diz respeito às instituições educacionais a citada Lei descreve a atuação do profissional tradutor e intérprete como possibilitador comunicacional dos sujeitos surdos.

Nesse sentido, como sujeitos-participantes no campo profissional da interpretação e tradução compreendemos com base em Marco (2012), que os conceitos e a capacidade de aquisição de conhecimentos em ambiente laboral, educacional entre outros tem relação com a atuação do tradutor e intérprete de Libras, todavia acreditamos que é preciso que haja entre este um canal que permita ocorrer a comunicação de forma eficiente e eficaz. No tópico a seguir discutiremos de que forma a pandemia de Covid 19 tem influenciado em sala de aula, como os envolvidos no processo de ensino tem se adaptado para o novo modelo de ensino.\*

## **A pandemia de COVID-19 e mudanças educacionais em 2020**

Com a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, o Brasil passou por inúmeras transformações: no campo econômico, na área da saúde e na educação também. Em consequência das orientações da OMS<sup>1</sup> o distanciamento social foi indicado e tido pelas autoridades em saúde como principal forma de evitar o contágio do

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
vírus, segundo pontua Oliveira (2020).

Entre as muitas transformações no campo acadêmico pode-se destacar as aulas em modalidade remota como método mais utilizado pelas instituições de ensino, segundo afirma Oliveira(2020) e que se constituiu no país a partir da orientação do Ministério da Educação (MEC) que dispôs em março de 2020 o seguinte direcionamento: Em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino (MEC, Art. 1, março, 2020).

Em meio às incertezas do cenário pandêmico, o MEC foi publicando, ao longo dos meses diversas outras portarias que especificaram sobre a questão da execução das aulas em modalidade remota de ensino que segundo (ALVES 2020, p. 352).

Vem sendo caracterizada por práticas pedagógicas mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas como o Teams (Microsoft), Google Class, Google Meet, Zoom.

---

<sup>1</sup> Orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>.

E aqui, cabe destacar, que esta modalidade se diferencia da já conhecida Educação à Distância (EaD), uma vez que o ensino remoto com aulas síncronas e assíncronas, com interação por meio de vídeos conferências e na EaD nem sempre o professor se faz presente podendo ser apenas lançados atividades de forma assíncrona e se caracteriza ainda, conforme evidenciam Salvucci, Lisboa e Mendes (2012) pela participação de um tutor.

A modalidade remota, que será discutida neste trabalho pode acontecer de forma síncrona, quando a interação da sala de aula virtual acontece em tempo real e assíncrona, podendo os alunos receberem as atividades impressas em casa, ou acessar sistemas de atividades integrados das instituições, recebimento via correio eletrônico e aplicativos diversos, de acordo, com Joye, Moreira e Rocha (2020).

Nesse contexto, o ensino presencial passou por transformações, se adaptando a uma forma de ensino que contemplates a nova realidade. Algumas temáticas foram colocadas em pauta como, por exemplo, a utilização de um formato de ensino Ead. Alguns profissionais a priori confundiram o ensino remoto com o ensino à distância. As adaptações no ensino ocorreram de forma muito rápida sem dar o tempo devido aos professores e tradutores intérpretes de LIBRAS para se prepararem para as aulas no formato remoto.

Para atender essa nova demanda, muitos professores se basearam no modelo de ensino Ead, visto que esse formato tem uma estrutura, montada, planejada, organizada e bem estabelecida. Antes do ensino remoto haviam muitas discussões acerca do ensino à distância quanto a sua eficácia.

Com o desconhecido no novo cenário de forma emergencial muitos professores recorreram aos moldes estabelecidos pelo ensino EAD. Sobre essa temática (Mariane Kraviski, 2020) aborda reflexões sobre o ensino remoto. " Sem precedentes, nós professores iniciamos uma batalha contra nós mesmos, e montamos um arsenal em nossas casas para dar conta de uma demanda para uma única missão, talvez inédita em nossas vidas, continuar com nossas tarefas de ensinar, remotamente, em *home office*".

Portanto, as novas experiências com o ensino *online* possibilitaram uma visão diferenciada das concepções pré-estabelecidas. Apontando para um novo

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

modelo de ensino que veio para se estabelecer. A emergência em suprir a demanda educacional apontaram que muitos profissionais do ensino, tiveram dificuldades em encontrar umas metodologias aplicáveis ao modelo remoto, gerando confusões quanto a aplicação de forma remota e a EAD.

Santos (2009) defende o conceito de Educação *Online* (EOL) como uma evolução da EaD na era industrial clássica. Para a autora, “[...] a educação *online* é o conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais” Santos (2009) defende o conceito de Educação *Online* (EOL) como uma evolução da EaD na era industrial clássica.

Para a autora, “[...] a educação *online* é o conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais”. Essa modalidade de ensino surgiu no Brasil em 1996, no artigo 80 da LDB. Esse decreto possibilitou estruturar essa modalidade de ensino.

Para muitos o que está sendo novidade, já ocorre há algum tempo. Já o ensino remoto foi autorizado no dia 30 de maio pelo Ministério da Educação a valer como carga horária de ensino. Esse modelo foi uma estratégia adotada pelo MEC para que as instituições de ensino conseguissem cumprir as regras de distanciamento social durante o período da pandemia. O objetivo desse modelo emergencial, é que o aluno não tenha grandes perdas na educação. Essa lacuna quanto a sua estruturação, geraram todas essas indagações.

Em contrapartida, os esforços de todos os profissionais envolvidos no processo ensino aprendizagem, contribuíram para que em meio as dúvidas e dificuldades a largada inicial fosse dada. Ao longo desse processo, surgiram novas tecnologias e adaptação tecnológicas. Toda essa demanda sobreveio de forma individual sobrecarga de trabalho e incertezas. A crise gerada pela pandemia de Covid 19 afetou a todos em escala global. Interrompendo as atividades, modificando a vida, levando-nos a adaptarmos frente à nova realidade. Não só no âmbito educacional, mas em todas as áreas da vida foram afetadas. Isso reflete no desempenho das atividades desses profissionais.

Para que o ensino não pare o processo em que vivemos é louvável, visto que o objetivo principal é encontrarmos uma unidade e que de fato essa nova

estratégia de ensino seja de qualidade. Dentre as oportunidades esse novo modelo de ensino exigiu que os profissionais envolvidos na educação, buscassem adequações específicas para atender um público já conhecido, mas levado para um novo espaço de ensino, obrigando que novas estratégias no processo de aprendizagem fossem realizadas. O uso de tecnologias possibilitará que as instituições avaliem melhor seus docentes propiciando cursos de aperfeiçoamento em relação ao uso dessas técnicas e práticas pedagógicas que atendam esse público nessa modalidade.

Nessa perspectiva estão as pessoas Surdas, seja docente ou discente. Para atender essa demanda o esforço individual exigiu gastose esforços, como por exemplo a utilização de tripé para gravação das aulas, a busca por recursos tecnológicos, plataformas digitais, melhoria na internet, letramento digital e equipamento eletrônico. No segundo momento iremos abordar de que forma esse público foram afetados.

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AUTORA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE INTÉRPRETE EM MODALIDADE REMOTA**

Em face dos acontecimentos repentinos que a pandemia de Covid 19 trouxe, a rotina e toda mecânica organizacional cotidiana foi modificada de maneira emergencial. Tivemos que nos adaptar, sem tempo para preparos prévios, passamos a conhecer o ensino remoto, algumas plataformas digitais, dificuldades no *home office*, isolamento social, medo de sermos infectados por uma doença desconhecida e que está ceifando milhares de vidas. Todo esse contexto trouxe logo no início incertezas sobre o futuro.

O imprevisto fora a alternativa de muitos profissionais e alunos. O aumento do tráfego da internet aumentou no ano de 2020 conforme dados da Akamai que é uma plataforma de armazenamento de nuvem responsável em 30% pelo tráfego *online* no mundo. Registrou no Brasil um aumento de 112% em relação ao ano de 2019.

Em contrapartida, de acordo com uma pesquisa realizada pela CNN Brasil em 26/03/2021 informa que, "apenas 33% dos internautas realizaram atividades de trabalho na internet e 40% estudaram por conta própria por meio da Web. Quando o recorte é por classe, a diferença é significativa: 66% de membros da

classe A realizaram atividades de trabalho pela internet, enquanto esse número caiu para 18% nas classes D e E. O mesmo vale para estudos: 60% para a classe A e 27% para D e E.”

O loco dessas reflexões foi observado no Instituto Federal do Maranhão IFMA- Monte Castelo cuja autora contemplará suas experiências durante o ensino remoto. A priori a maioria dos alunos do instituto se enquadram nessa porcentagem de acesso à *internet*. As dificuldades eram quantidades de dados para suportar demandas de atividades diárias via pdf, sistema e aplicativos para assistirem aula como *meet*, *google classerom*, carência de aparelhos digitais. Alunos que moram em bairros da zona rural apresentavam problemas na conectividade, queda de internet, inviabilizando um bom aproveitamento das aulas. As estratégias encontradas pelos professores a princípio foi enviar material via *WhatsApp*, alguns alunostiveram que se deslocar até o instituto porque preferiam pagar uma passagem de ônibus do que imprimir o material que sairia mais caro. Quanto às aulas quem não podia assistir recorria à ajuda de colegas e alguns professores que se sensibilizaram com a situação mantinha um maior contato via aplicativos com esse público.

Com os alunos surdos foco da nossa pesquisa a situação era bem mais desafiadora. Com um aluno em específico a família vinha passando por problemas financeiros e adquirir uma internet de qualidade foi muito difícil. Mas para que o aluno não tivesse prejuízo no ensino, os membros se reuniram e adquiriram uma internet para tentar minimizar a situação. Outros tiveram também ajuda dos seus familiares para adquirir aparelhos celulares com melhor capacidade tecnológica. Não houve tutorial de como utilizar os aplicativos. No inícioo esforço conjunto com o intérprete de libras em acessar as plataformas e explicar o seu funcionamento foi imprescindível. Essa questão de acesso à internet e utilização de aparelhos eletrônicos também se estendeu aos intérpretes.

Portanto, para que o trabalho não perdesse a qualidade, tivemos que enfrentar alguns desafios. Com a redução de tradutores intérpretesa quantidade de profissionais era insuficiente. A atividade gerou uma demanda de 6 horas diárias sem acompanhamento de outro profissional. Esse profissional sozinho teve que lidar com as oscilações e estabilidade de rede, não perder a qualidade da interpretação, link de aplicativo de aula que não funcionavam, alunos Surdos



**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

reclusos, entaves no *home office*. A interação professor com esse público era insuficiente, resultando em alunos confusos e com muitos questionamentos acerca do conteúdo abordado. Os alunos surdos não se sentiam confortáveis em aparecer no vídeo. A participação desses discentes nas aulas era quase nula. O aluno Surdo não tinha tempo de tirar dúvidas com o professor, pois o cronograma e salas de ensino tinham horários e salas pré-definidas. Diferente do ensino presencial em que o professor conseguia interagir com esses alunos e tinham um tempo maior para sanar dúvidas.

Os profissionais tradutores intérpretes de LIBRAS, buscaram informações sobre o novo modelo de ensino e as estratégias adequadas para melhor atender esse alunado. Dentre essas pesquisas está a Federação brasileira das associações dos profissionais tradutores e intérpretes, e Guias-intérpretes de Língua de Sinais-Febrapils, que fornece uma carta de prevenção e orientações para o trabalho dos tradutores intérpretes de LIBRAS diante do Covid 19 aqui no Brasil.

Muitos materiais foram compartilhados em grupo de *Whatsapp*, mesmo de forma empírica, experiências e leituras são compartilhados por colegas para auxiliar nesse processo de adaptação. Desde o início da pandemia a Febrapils tentou contribuir de maneira efetiva com alternativas para orientar o trabalho desses profissionais. O recorte do documento a seguir consolida às orientações do Ministério da Saúde e Secretarias Municipais e Estaduais, também pela OMS. Informa que:

“1. Os serviços de interpretação sejam prestados por videoconferência através de softwares de vídeo-chamada, ou ainda, por aplicativos de dispositivos móveis com acesso à *internet*.

2. Nos casos em que o atendimento presencial for imprescindível, que haja diminuição do efetivo, através de uma escala e revezamento de pessoal, evitando a exposição desnecessária dos profissionais a ambientes/pessoas potencialmente contaminados.

3. Aos profissionais que estiverem em situação de interpretação/tradução fora de seus domicílios, recomendamos que, antes de iniciar e ao final da sua produção em língua de sinais, higienizem suas mãos lavando-as com água e sabão, ou caso não seja possível, com álcool em gel 70%, principalmente, em situações de guia-interpretação.

4. Durante a produção em língua de sinais, evitem tocar com as mãos em pontos de articulação localizados nas regiões da face. Mas que, preferencialmente, desloquem os sinais para que sejam realizados em pontos de articulação próximos, mas sem o contato direto com a boca, nariz, testa, ou a região dos olhos.

5. Aos profissionais tradutores Português/Libras da área midiática, recomendamos que, em comum acordo com as empresas contratantes, realizem a preparação para interpretação ou tradução (estudo prévio dos textos e vídeos) em seus domicílios, via sistema, sendo necessário o deslocamento apenas para gravação do conteúdo, reduzindo assim o tempo de exposição a ambientes de estúdios ou similares. Ressaltamos ainda a importância da negociação na autorização da empresa contratante e formalização do contrato de confidencialidade.

6. Aos profissionais que estiverem em situação de interpretação em unidades de saúde/hospitalares, reiteramos que se torna imprescindível a higienização com lavagem das mãos, utilizando sabão, antes de iniciar sua produção em língua de sinais e posteriormente, ao término da produção, evitar tocar com as mãos na região da face, como boca, nariz, ou a região dos olhos, bem como evitar tocar superfícies como mobiliários hospitalares, papéis ou aparelhos.

7. Em ambientes hospitalares, cabe à instituição fornecer ao TILS ou GI os mesmos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs ofertados aos profissionais da saúde, em conformidade com a NR6[1]: máscaras, luvas, óculos. No caso da medição linguística com pessoas com surdo cegueira, faz-se necessário o uso do avental ou capote, visto a presença de contato físico direto, a exposição às gotículas de saliva, e outros fluidos corpóreos. ” Essa leitura possibilitou que os cuidados necessários fossem executados nos seus diversos âmbitos.

No entanto, durante a execução das nossas atividades observamos as dificuldades de alguns professores em utilizar os aplicativos disponíveis. O tempo gasto durante a aula para tentar recorrer da melhor forma alguma plataforma acabava tirando o foco dos alunos. Com base em uma pesquisa feita por um grupo de estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

(Gestrado/UFG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), divulgada pela G1, mostrou que 89% dos professores não tinham experiência com aulas *online*, 42% dos professores entrevistados informaram que estavam realizando treinamento e buscando por conta própria aprender. Outros 21% relataram que era difícil de utilizar esses recursos. Com base nessas informações:

Em meio à angústia de cumprir o currículo escolar, as escolas privadas e públicas tentam, de alguma forma, enviar os conteúdos e as atividades se utilizando, como já dito, de *e-mails* e/ou redes sociais, como *Facebook* e *WhatsApp*, bem como aulas ao vivo por meio de videoconferência no horário das aulas presenciais. Outra alternativa tem sido a curadoria, ou seja, a seleção de conteúdos escolares em *sites*, uma forma de atenuar a evasão escolar que já possuía números elevados mesmo antes da pandemia tanto no ensino presencial quanto a distância. (Joye, Maia, Rocha (2020, p.13).

Essa dificuldade de acesso podemos salientar que seja devido a falta de formação e também a tecnologia aqui no Brasil é muito cara. Fazendo com que os brasileiros das classes C e D tenham dificuldades de adquirir. Diante da nova realidade, os efeitos no período de pandemia foram notados no IFMA Monte Castelo, profissionais infectados com o vírus, alguns infelizmente perderam a vida e outros tiveram sérias sequelas. Inclusive dificultando a atividade de interpretação, pois alguns profissionais tradutores intérpretes foram afastados por motivo de saúde.

Nesse ínterim, outras mudanças que geraram impacto foi o tempo livre dos profissionais no *home office*. O trabalho remoto na realidade irrompeu espaços do trabalho interferindo na vida privada, gerando uma sobrecarga, maior tempo nas demandas e pouco tempo nas atividades sociais.

O grande desafio é manter a educação através dessa nova modalidade de ensino. Trouxe à tona a importância e urgência das mídias como estratégia para que a educação aconteça. Nesse contexto mostrou o quanto estamos excluindo. As condições em que muitos alunos se encontram hoje, principalmente com a crise econômica, mostram que nem todos terão acesso a um ensino de qualidade.

Voltando o nosso olhar para a atividade de interpretação, o preparo prévio é imprescindível. Antes de começarmos às aulas é necessário avaliar alguns pontos. Por exemplo, verificar se a rede de internet está estável, testar o *link* de

acesso e logar antecipadamente no aplicativo, testar a câmera e deixar a posição enquadrada no vídeo, iluminar o ambiente, ter cuidado com a vestimenta, deixar os aparelhos conectados evitando atraso na entrada. Ao término ainda permanecemos ajudando os alunos surdos com interpretações de palavras para a realização de uma grande demanda de atividades. Todo esse trabalho que vai além da carga horária gera uma grande exaustão.

Percebemos também com a nossa experiência que por meio do aplicativo *google meet* o contato visual com os alunos surdos era mínimo, a maioria dos alunos ouvintes com câmera desligada influenciou de forma indireta que esses discentes se sentissem desconfortáveis em deixar a câmera ligada. Também o tempo de aula dos professores era muito curto impossibilitando momentos de tirar dúvidas que por vezes era realizado em outros horários, incluindo horas livres. Os educandos surdos apresentavam muitas dificuldades na realização de tarefa, tendo que se esforçar, pedindo ajuda às colegas que estavam sobrecarregados, a família que apresentava um déficit com relação à língua de sinais e aos intérpretes que estavam com uma extensa carga horária, realizando a interpretação sozinhos devido à falta de profissionais.

Os quatro alunos Surdos atendidos pela intérprete citada na experiência precisaram de um esforço maior do que se estivessem no ensino presencial, onde poderiam tirar dúvidas com os professores e rapidamente entender o contexto interpretativo com os intérpretes. Outro ponto a considerar, é o acesso prévio do material enviado pelo professor. Em várias ocasiões essa falta trouxe insuficiência comunicativa. Previamente os professores são cientes dessa demanda e do papel de atuação desse profissional. O profissional quando tem acesso ao conteúdo faz as melhores escolhas linguísticas, organiza o tempo, faz com que a aula flua da melhor maneira. Nesse relato de experiência estamos apontando a maior dificuldade que é a junção professor e intérprete. Nessa concepção (Quadros 2003) destaca que:

A perspectiva da interação é de uma atividade interativa dinâmica. As questões nesse sentido são: como todos os participantes estão elaborando o sentido sobre o que estão falando? O que eles estão fazendo ao falar? Esta interação é uma atividade em que os participantes determinam a cada minuto o significado de alguma coisa que é dita. Essa atividade envolve um ato interpretativo

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

baseado na experiência dos participantes em situações similares, bem como o conhecimento gramatical e lexical(Quadros, 2003: 80).

É imprescindível que o profissional intérprete tenha condições de acesso prévio para organizar as informações e garantir uma melhor competência comunicativa. Na interpretação simultânea que é a utilizada pela profissional do relato, tem um peso maior e uma preocupação que é de garantir os melhores meios linguísticos e garantir aos alunos a melhor compreensão do conteúdo repassado pelo professor. Quando o intérprete no ato interpretativo tem conhecimento do conteúdo a informação pode chegar ao surdo com déficit.

Na realidade, para alguns profissionais docentes não é o que ocorre. Por vezes os professores direcionaram a demanda dos alunos Surdos aos intérpretes. Portanto, vale salientar que o profissional intérprete de libras tem como principal função mediar o conhecimento do professor com o aluno surdo, realizando a tradução e interpretação do que está sendo repassado pelo professor. As dificuldades citadas foram oportunidades de aprendizado e mostrou o quão o ensino está despreparado para enfrentar o novo, nos levando a reflexão e ação para aprendermos a nos adaptar sem sermos pegos de surpresa.

## **CONSIDERAÇÕES**

O presente trabalho teve como objetivo mostrar a realidade de muitos colegas intérpretes e de alunos surdos na atual situação da pandemia Covid 19 crescentes no Brasil. As adequações nas nossas vidas devido à pandemia, o novo modelo de ensino, o desafio de trabalhar em *home office*, ansiedades, infectados pelos vírus e isolamento social. Todos esses apontamentos devem nos levar para uma reflexão sobre onde estamos no ensino e de que forma podemos aprender com a emergência de adaptação que fomos obrigados a realizar.

Os apontamentos na experiência citada mostram a realidade de muitos trabalhadores independente da função que ocupam, pois todos estão aprendendo ainda com as novas regras e adaptações que estão sendo impostas pela pandemia de Covid 19. Esperamos por meio deste contexto, aprender com esses relatos e oportunizar reflexões da atual condição do ensino. E que no futuro consigamos

recuperar a lacuna que ficou devido ao tempo que passamos por esse processo e transformá-las em aprendizados.

Buscamos dar ouvidos a todos envolvidos no processo de ensino, professores, família, corpo docente, escola com intuito de mostrar essa nova realidade e encontrarmos juntos, um rumo e uma unidade no que se refere ao ensino e aprendizagem, quando nos depararmos com situações emergenciais deste tipo, que nos instigaram a nos desafiaram, possamos estar melhor preparados e, com isso, evitar surpresa. Alguns foram forçados a aprender a usar a tecnologia, conhecer mídias sociais, ensino que já estavam inseridas no mercado, mas que por algum motivo foram deixadas para segundo plano.

Outros tiveram que abrir a porta das suas casas como, por exemplo, os professores antes não tínhamos tanto acesso da vida particular, hoje muitos alunos conhecem os filhos, talvez algum membro da família. A relação professor e aluno nesse contexto ficou mais leve, mais fácil, e com uma conexão mais unificada.

Todo cenário apresentou defasagem e lacunas concernentes à exclusão digital, oportunidade na acessibilidade para com os alunos surdos, políticas públicas, não cumprimento de leis já estabelecidas, desigualdade social, falta de investimento na educação, entre outros.

O contexto até aqui apresentado traz preocupações, pois o processo de ensino no modelo remoto se tornou excludente, estressante para os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Os alunos Surdos têm dificuldades no que se refere a acessibilidade, nesse novo ensino ficou mais evidente, com todas as variantes apontadas no trabalho.

Todo esse contexto apresentou uma incógnita e pode trazer muitas consequências na inserção do alunado na volta pós-pandemia, relação professor/aluno e aluno com a escola. As respostas a esse questionamento ainda não há uma direção, porém, todo esse contexto apresentou oportunidades para juntos refletirmos por meio de debates, lives, grupos de estudos, fóruns.

Para os alunos apontados na experiência em conversas informais que forneceu base para produção deste trabalho citam que o ensino remoto não fornece base para tirar dúvidas, entender melhor o conteúdo, interagir com os colegas, ter maior contato com o professor e trocar informações.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Com isso, conseguimos entender melhor o processo em que o ensino se encontra no Instituto Federal do Maranhão-Campus Monte Castelo, também conseguimos visualizar de forma geral todo o contexto em que o ensino se encontra nesse momento de pandemia em que vivemos. Estamos numa pandemia mundial que afetou as nossas vidas e o ensino. Neste momento não podemos inferir questões assertivas que sanem tais dificuldades, pois ainda estamos vivenciando o processo e nos adequando às necessidades que ainda estão surgindo, nesse momento só temos incertezas, porém, com muita esperança de que logo todo esse cenário mude, trazendo de volta o que tínhamos antes.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Lynn. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade.

**Interfaces Científicas.** v.

8, n.3, 2020. Disponível em:<

<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>> .Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em: 18 mar. 2021.

\_. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.** Acesso em 20 de abril de 2019. Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Libras. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> . Acesso em: 19 mar. 2021.

\_. **LEI Nº 12.319, DE 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm)> . Acesso em: 19 mar. 2021.

MARCON, Andréia Mendiola. O papel do tradutor/intérprete de libras na compreensão de conceitos pelo surdo. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em:

<<http://www.revel.inf.br/files/644681b81f2cb7f90f93b613729ef637.pdf>> . Acesso em: 19 mar. 2021.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Educação de surdos:** comportamentos,

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: **Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras** escolarização e o mercado de trabalho. Recife: Eddo autor, 2015.

HONORA, Márcia: **inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sínara Socorro Duarte. Educação à distância ou atividade educacional remota emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de Covid-19. **Research, Society and Development**. v. 9. n. 7, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299/3757>>. Acesso em 19 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ana Beatriz. Educação em tempos de pandemia: o uso da tecnologia como recurso educacional. **Revista Pedagogia em Ação**. PUC-Minas Gerais. V. 13. N.1. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23770>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SALVUCCI, M.; LISBOA, M. J. A.; MENDES, N. C. Educação a distância no Brasil: fundamentos legais e implementação. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 11, n. 2012, p. 21-33, 1º dez. 2012. Anual. Disponível em: <<http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/239/117>>. Acesso em: 19 mar.2021.

STROBEL, Karin. **A história da educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC,2009.

<https://blog.febrapils.org.br/carta-aberta-com-recomendacoes-aos-tils-e-gis-sobre-covid-19-o-novo-coronavirusrta/>. Acesso em: 07/04/2021.

<http://camaradecultura.org/o-que-e-ensino-hibrido-artigo-de-mariane-kraviski/> Acesso em: 07/04/02021.



## INCLUSÃO CINEMATOGRAFICA: LIBRAS COMO QUEBRA DE BARREIRAS

FRANÇA, Cássia Gabrielle Miranda<sup>1</sup>  
CARMO, Fernanda da Rocha<sup>2</sup>  
GONÇALVES, Geycyane Araújo<sup>3</sup>  
VIEIRA, Keuly Ribeiro<sup>4</sup>  
RODRIGUES, Lúcio Márcio<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como propósito a contemplação e análise do acesso de pessoas com deficiência auditiva aos espaços cinematográficos, de forma que não haja obstruções. Objetiva-se ainda, proporcionar debates e análises críticas sobre este tema, necessários para um cinema acessível. Tendo em vista a carência de discussões sobre esse assunto, firmamos a importância do nosso artigo, destacando a relevância do cinema inclusivo para a formação cultural e crítica do ser humano. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, onde são desenvolvidas as categorias de deficiência auditiva e acessibilidade ao cinema. Dentre os teóricos citados neste artigo encontram-se Fischer (1987), Biesdorf & Wandscheer (2011), entre outros.

**Palavras-chave:** Inclusão; Acessibilidade; Cinema; Deficiência auditiva.

**ABSTRACT:** This study aims to contemplate and analyze the access of people with hearing impairment to cinematographic spaces, so that there are no obstructions. It also aims to provide debates and critical analyses on this subject, necessary routes for an accessible cinema. In view of the lack of discussions on this subject, we have established the importance of our article, highlighting the relevance of

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras-Francês da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
cassia.gabrielle@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Letras-Francês da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
fernanda.carmo@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
geycyane.araujo@discente.ufma.br

<sup>4</sup> Graduanda do curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
keuly.ribeiro@discente.ufma.br

<sup>5</sup> Graduando do curso de Letras-Inglês da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
lucio.marcio@discente.ufma.br

inclusive cinema for the cultural and critical formation of the human being. This is a bibliographic research, where the categories of hearingloss and accessibility to cinema are developed. Among the theorists cited in this article are Fischer (1987), Biesdorf & Wandscheer (2011), among others.

**Keywords:** Inclusion; Accessibility; Cinema; Hearing impairment.

## INTRODUÇÃO

"A arte existe porque a vida não basta.

Ferreira Gullar.

O presente artigo tem como objetivo contemplar e analisar o tema transversal acerca da deficiência auditiva e o acesso sem barreiras aos espaços cinematográficos, com interesse de possibilitar debates e análises críticas, propiciando percursos de acessibilidade comunicativa nesse ambiente essencial para a formação cultural do ser humano: o cinema. Pensar em arte e nas variadas significâncias que apresentam para a vida do ser humano nos levam à discussão da sua importância na construção cultural, política e social. Analisando a frase do escritor maranhense Ferreira Gullar, mergulhamos na imensidão artística e compreendemos a arte como uma inerente necessidade humana.

Há uma carência de discussões sobre esse assunto, o que torna um desafio tanto para nós autores abordarmos sobre essa problemática quanto para as pessoas que necessitam dessa iniciativa. Essa pesquisa dispõe neste argumento a base para a justificação desse conceito, uma vez que, ao ser produzida, pode desenvolver com o apoio de outros autores o assunto, na esperança de que haja mais visibilidade ao tema. Segundo Fischer (1987), "A arte é quase tão

antiga quanto o homem", assumindo em sua declaração a estreita relação entre ambos, o que apoia o pensamento de Gullar. Apesar do vasto universo artístico, sintetizamos nosso campo de pesquisa com enfoque na produção cinematográfica, esta que veio pela primeira vez público em 28 de dezembro de 1895 no Gland Café, em Paris. Criado pelo francês Léon Bouly e patenteado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, o cinematógrafo tinha expectativas de exclusividade científica, desenvolvido para pesquisas e sem nenhuma intenção de espetáculo, embora vejamos que na atualidade a máquina inclusive tem como seu sumo encargo o entretenimento.

Como palco de representação, construção, desconstrução, análise crítica e educação, o cinema como um artefato cultural é um direito de todos, visto que se enquadra em uma forma de expressão artística, este é o recurso com o qual o homem representa seu meio social (BIESDORF e WANDSCHEER, 2011). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu Artigo XXVII 1, expõe: "Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios."

Portanto, o direito da liberdade na vida cultural deve atingir todos os públicos, sem exceções, para que a Declaração Universal dos Direitos Humanos possa ser efetuada com integridade nesta tese. A Constituição Federal de 1988 em seu Art.23. § V, aponta ainda que: (...) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) V- proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

A Carta Magna complementa ao apresentar de forma clara o dever dos órgãos competentes em proporcionar o dito, este que precisa estar acessível a todos. Em reflexão a respeito da arte e cinematografia percorridas e com apoio na Declaração de 1948 e na Constituição Federal de 1988, alicerçamos o conteúdo que objetivamos desenvolver neste artigo — **Inclusão cinematográfica: libras como quebra de barreiras**. Entretanto, embora haja diversos respaldos legais, a acessibilidade em salas de cinema está em um processo lento ou inexistente de desenvolvimento.

Conforme o Censo Demográfico de 2010, produzido pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,1% da população possui deficiência auditiva, além da porcentagem de 5,1% que possuem diferentes graus de dificuldades em ouvir. Esses números implicam em cerca de 9.717.318,00 milhões de pessoas. Em 2016, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) torna por obrigatório que as redes de cinema (com exceção de micro empresas e empresas de pequeno porte com capital insuficiente para tal investimento) adaptem até o prazo de 1º de janeiro de 2020 suas salas para receberem o público com deficiência auditiva e visual. Com foco na deficiência auditiva, como parte de materiais necessários como recurso de acessibilidade, estaria o visor portátil feito para surdos, com tradução feita em libras.

As categorias trabalhadas nesse artigo serão a deficiência auditiva e acessibilidade em cinemas, à luz de artigos e materiais desenvolvidos por portais oficiais do Estado da União. Portanto, como arcabouço teórico, conversaremos principalmente com as pesquisas desenvolvidas por Fischer (1987) e Biesdorf & Wandscheer (2011).

## **METODOLOGIA**

Para a realização deste artigo foi utilizada a pesquisa de abordagem explicativa com a finalidade de analisar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um recurso de inclusão cinematográfica para pessoas com deficiência auditiva. Partindo deste ponto, utilizamos o método de estudo de documentos acerca do assunto e suas subdivisões, tendo como base autores como Bernadet (2017), Biesdorf e Wandscheer (2011), Fischer (1987), entre outros pensadores e materiais que colaboraram para a realização deste estudo e que estão disponíveis na rede de dados do Google Acadêmico.

Em consequência das averiguações, o corpus de resultados da pesquisa apresentou-se como quali-quantitativa, que segundo KNECHTEL (2014) trata-se de:

A modalidade de pesquisa quali-quantitativa interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras  
e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica).

Nesse sentido, ao expormos a ideia com seus significados e dados numéricos com objetivo empírico, tivemos resultados que se encaixam no tipo de estudo quali-quantitativa. Ainda para o desenvolvimento deste trabalho, foi elaborado um formulário eletrônico através da plataforma *Google Forms* e que sucedeu-se no dia 06 de setembro de 2021, direcionado a um ex-funcionário da empresa de cinema Moviecom e à equipe da companhia Cinépolis. O formulário possuiu as seguintes perguntas:

1. Nome do entrevistado
2. Empresa em que é/foi representante
3. O cinema disponibiliza salas com acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva?

A compreensão e inquirição deste formulário tiveram como meta responder aos objetivos desta pesquisa, tendo em vista a necessidade de selecionar informações de um ambiente concreto em que é o espaço de estudo.

## **EMBASAMENTO TEÓRICO**

Buscando entender a necessidade de implantar acessibilidade nas salas de cinema, podemos aplicar a ideia de que a arte, de modo geral, tem suas significâncias para o público alvo. De acordo com Biesdorf e Wandscheer (2011): “Frequentemente o artista se utiliza da arte para fazer uma crítica a um fato; sua obra somente será compreendida se o espectador estiver preparado para esta leitura.”

Nesse sentido, ressaltamos a importância de incluir e abrir espaço a todos os cidadãos, a fim de conduzir conhecimento e entretenimento. Seguindo igualmente a linha de raciocínio, a inclusão cinematográfica oportuniza múltiplas experiências.

Poderão entender as diversas linguagens da arte, como a dança, a

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

música, o teatro, as artes visuais (e) que cadauma delas poderá revelar algo, um sentido, um sentimento (Biesdorf e Wandscheer, 2011).

Para tanto, na perspectiva de Fischer (1987) é necessário entender que cinema e cultura estão interligados, o que suscita novamente a importância da ação:

A arte é a própria realidade social, é a representação do momento, e ao menos que ela queira ser infiel à sua função social, precisa mostrar o mundo como passível de ser mudado, e fazer a sua função para ajudar a mudá-lo a sociedade precisa do artista, e ele deve ser fiel e consciente de sua função.

## RESULTADOS

Com base nos dados coletados e nos documentos analisados, delineamos os resultados de âmbito nacional em duas partes com o objetivo de esclarecer as ideias apresentadas. Sendo elas:

### **Análises da população com deficiência auditiva de acordo com Censo Demográfico de 2010 e a importância da acessibilidade cinematográfica**

**Descrição do Gráfico de Barra:** População Nacional com deficiência auditiva em 2010. População: 190.792.694. População que possui deficiência em dificuldade de escuta: 9.717.318.

Gráfico 1 – População Nacional com deficiência em 2010.



Fonte: IBGE.

Produção do gráfico: composição dos autores.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

De acordo com o gráfico acima baseado no Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que aproximadamente 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência auditiva. Esta porcentagem convertida resulta em mais de 9 milhões de indivíduos, aparentemente insignificante comparado à estatística geral de habitantes brasileiros que contabilizava mais de 190 milhões na mesma época, mas que são além de números estatísticos, indivíduos, que possuem assim como os outros cidadãos, o direito de acesso ao cinema.

"A audiodescrição é como se fosse os meus olhos. Através dela eu consigo ter sensações, rir ou chorar. Quando isso é tirado da gente é um desrespeito. É muito bom ter esse acesso, aprender e se divertir como qualquer pessoa". (SANTOS, 2019).

Embora a audiodescrição não seja o tema proposto neste artigo, o relato da estudante universitária Viviane Santos se encaixa no parâmetro de inclusão e relaciona-se estreitamente com a causa de acessibilidade por libras, uma vez que, o recurso pode ser o caminho para a apreciação de filmes, capaz de produzir sensações.

### **Verificações da pesquisa realizada pela Ancine acerca da quantidade de cinemas com recursos inclusivos e as consequências da falta de integração**

**Descrição do gráfico de Pizza:** Porcentagem Nacional de salas de cinema com algum tipo de Acessibilidade:

Salas com Acessibilidade: 8% Salas sem Acessibilidade: 92% Salas: 3300

3031 Salas – Cinemas que oferecem ao menos um dos recursos de legendas descritiva, audiodescrição ou Libras nas sessões;

269 Salas – Cinemas que não possuem esses recursos nas sessões. Fim da descrição.

Gráfico 2 – Porcentagem nacional de salas de cinema com algum tipo de acessibilidade.

## I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

### PORCENTAGEM NACIONAL DE SALAS DE CINEMA COM ALGUM TIPO DE ACESSIBILIDADE



Fonte: Ancine. Produção do gráfico: composição dos autores.

Referente ao segundo gráfico realizado conforme a pesquisa de 2019 da Agência Nacional de Cinema, Ancine, nota-se que embora explicitada à importância do acesso inclusivo, uma parcela mínima das salas de cinema do Brasil possui algum tipo de acessibilidade em libras e outras categorias.

Se não há dificuldade técnica para legendas e audiodescrição, por que não as tornar obrigatórias a partir de já? E quando a solução técnica para língua de sinais estiver disponível, aí se torna obrigatória também". (ROMEY, 2019)

Nesse sentido, a declaração de Paulo Romey destaca um tema pertinente: a obrigatoriedade desse artifício. De acordo com o formulário eletrônico realizado no dia 06 de setembro de 2021 pelo auxiliar administrativo Jeffrey Silva, foi constatado que a empresa em que ele era funcionário na capital de São Luís do Maranhão, não possuía visor portátil de libras. Por outro lado, a empresa Cinépolis também possui uma filial na capital maranhense, conta com esse tipo de recurso em sessões especiais de algumas cidades.

Conforme a entrevista da assessoria da Cinépolis, esta é uma maneira de permitir —ao cliente acompanhar a sessão, proporcionando um momento único e memorável aos mesmos. Condizente com o que já foi mencionado, as legislações e declarações oficiais apontam que o lazer e cultura é direito de todos, portanto, a não integração fere e segrega as pessoas com deficiência no meio social, implicando negativamente na construção pessoal, crítica e cultural.



## CONCLUSÃO

A partir do levantamento bibliográfico e compreensão da temática, averiguamos que a incorporação da libras nos cinemas contribui para o sentimento de pertencimento social e promove o acolhimento das pessoas que necessitam desse meio. Favorecendo a formação e conscientização cultural através do setor cinematográfico e fomentando ainda o desenvolvimento de novos cinemas que tenham acessibilidade.

A pesquisa expôs ainda que, o Brasil possui um número diminuto referente às salas de cinema com alcance inclusivo, alertando para a necessidade de um avanço mais rápido e considerável na produção desses meios, objetivando o pleno exercício dos direitos culturais de todos o mais breve possível.

## BIBLIOGRAFIA

BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema.** – 1. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2017.

BIESDORF, Rosane Kloh e WANDSCHEER, Marli Ferreira. **Arte, uma necessidade humana:** função social e educativa. ItinerariusReflectionis, Goiás, vol.2, n.11, p. 1-11, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.**

**Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte.** – 9. Ed. – Rio de Janeiro: Guanabara

Koogan, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

**Censo**

**Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

**Censo**

**Demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, p.1-215, 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

NORMATIVA, Instrução, nº 128, de 13 de setembro de 2016. **Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. 2016.** Ministério da Cultura/AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA/DIRETORIA COLEGIADA.

ONU, Assembleia Geral. (1948). **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"**

(217 [III] A). Paris.

**Pessoas com deficiência.** IBGE Educa Jovens.

RUFINO, Luana. **Acessibilidade e Ancine:** Marcos legais e o avanço para a sociedade. Agência Nacional do Cinema, 2019.

SERPA, Rodrigo. **Menos de 10% das salas de cinema no Brasil têm recursos de acessibilidade.** CBN, 2019.

XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema (antologia) /organização Ismail Xavier.** - 1. Ed. – Rio de Janeiro/São Paulo:Paz e Terra, 2018.

## O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM ESCOLAS REGULARES

Geovanna Barros Campos<sup>1</sup>  
Renata de Cassia Costa Fonseca<sup>2</sup>

**Resumo:** Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de pessoas têm algum problema relacionado à surdez, ou seja, 5% da população é surda. Entre essas pessoas, 2,7 milhões não ouvem nada. Diante disto, estima-se que grande parte dessa população necessitará do auxílio de um intérprete ao longo da vida escolar. O intérprete de libras é um dos principais caminhos para a inclusão desses alunos no ambiente escolar regular, visto que esses profissionais têm como objetivo ser o canal comunicativo entre aluno, professor, colegas e funcionários da instituição de ensino. O presente artigo objetiva falar sobre o papel do profissional intérprete de libras na inclusão de alunos surdos ao longo da vida estudantil, bem como sua importância e os desafios enfrentados, através de consulta bibliográfica e pesquisas. A justificativa do trabalho se apresenta a partir da necessidade de uma maior inclusão da comunidade surda nos ambientes escolares, além do entendimento da importância da acessibilidade comunicativa a todos os grupos da sociedade. Os resultados apontam para a necessidade latente de mais profissionais intérpretes dentro das escolas regulares, principalmente na educação básica, e que sua falta tem trazido grandes prejuízos aos alunos surdos que necessitam de uma busca muito maior e mais enfadonha para conseguir a matrícula. Conclui-se que há urgência na conscientização das escolas e poderes públicos para a capacitação e contratação de intérpretes que auxiliem aos alunos durante suas aulas, tornando o espaço de aprendizado mais justo e inclusivo.

Palavras chave: Inclusão; Libras; Intérprete; Educação Básica.

---

1 Acadêmica do curso de Letras – Inglês pela Universidade Federal do Maranhão – geovanna.campos@discente.ufma.br.

2 Acadêmica do curso de Letras - Francês pela Universidade Federal do Maranhão - rcc.fonseca@discente.ufma.br.

## THE PROFESSIONAL LIBRAS INTERPRETER IN THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN REGULAR SCHOOLS

**Abstract:** According to the Brazilian Institute of Statistical Geography (IBGE), more than 10 million people have a problem related to deafness, that is, 5% of the population is deaf. Among these people, 2.7 million hear nothing. Given this, it is estimated that a large part of this population will need the help of an interpreter throughout their school life. The Libras interpreter is one of the main ways to include these students in regular school environment, as these professionals aim to be the communication channel between students, professors and employees of the educational institution. This article aims to talk about the role of the professional Libras interpreter in the inclusion of deaf students throughout their student life, as well as its importance and the challenges faced, through bibliographic consultation and research. The justification for the work is presented from the need for better inclusion of the deaf community in school environments, in addition to the understanding of the importance of communicative accessibility to all groups in society. The results point to the latent need for more interpreting professionals within regular schools, especially in basic education, and that their lack has brought great harm to deaf students who need a much bigger and more difficult search to get their enrollment. It is concluded that there is an urgent need to raise awareness in schools and public authorities for the training and hiring of interpreters to help students during their classes, making the learning space fairer and more inclusive.

**Keywords:** Professional Libras; Inclusion; Deaf Students; Regular Schools.

### INTRODUÇÃO

As escolas detêm um importante papel na vida de cada ser humano. Durante os seus anos de percurso, ela é responsável por integrar uma parte da vida de seus alunos, para além do aprendizado de conhecimentos gerais do mundo adquiridos, a escola exerce o papel de desenvolvimento de convivência em grupo, a troca de experiências possibilita o crescimento intelectual e social da criança e do jovem. Dessa maneira, a passagem por este ambiente é uma importante

experiência para o engajamento das pessoas na sociedade. Mas, o que ocorre quando o ambiente escolar não oferece os suportes necessários para a integração de todos a diversidade de alunos atendendo suas necessidades especiais?

Nosso intuito, com este trabalho, em um primeiro momento é a realização de um panorama geral da surdez no Brasil, em especial na educação. Em seguida apresentamos as principais questões debatidas quando se fala de inclusão de alunos surdos com a inserção dos intérpretes nas salas de aulas regulares e evidenciar seus desafios na profissão. A elaboração deste trabalho neste modelo tem como fim, a partir da contextualização atual da educação de surdos no Brasil, indicar a realidade vivida pelos intérpretes, no que diz respeito a sua atuação nas salas de aulas, o seu percurso histórico e as conquistas da comunidade surda para uma educação de qualidade. Em suma, o papel do intérprete em escolas regulares se representa de forma indispensável para atendimento das exigências legais de uma escola inclusiva, oferecendo o suporte necessário para a conclusão e aproveitamento de alunos surdos em todos os níveis de ensino.

## **O SURDO NO BRASIL E OS DESAFIOS DESSES ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR**

O início da história da educação dos surdos no Brasil remete a criação da primeira instituição para surdos em 1857. Seu fundador, um francês chamado Eduard Huet, emigrou para o Brasil com o propósito de fundar uma casa de ensino e abrigo para surdos. Naquela época, o Brasil ainda não trabalhava a educação de surdos de forma sistemática, e em muitas famílias existia uma relutância em educá-los. Apenas como apoio de D. Pedro II a primeira escola de surdos no país foi criada.

Contudo, o método de ensino empregado na instituição não apresentava inclinação para a integração desses alunos em uma comunidade com a criação de uma identidade surda. Seus métodos de ensino passaram pelo método de L'Épée e pela concepção oralista, este último perdurando por muitos anos. Apesar disso, a criação do "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos" foi uma importante etapa para a instauração de um ensino voltado para a população surda. Em 1957, o instituto

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

passou a ser denominado “Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)”.

O começo sutil de um desenvolvimento de integração permitiu acriação de uma história de luta que acompanha desde a instauração da primeira instituição de ensino de surdos até as mudanças e os direitos conquistados nestes últimos anos.

Atualmente, no Brasil, segundo dados de 2020 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), aproximadamente 10 milhões de brasileiros apresentam algum problema relacionado com a surdez, sendo 2,7 milhões com surdez profunda. Estes dados apresentados só evidenciam ainda mais a necessidade do Estado trabalhar uma inclusão de forma mais efetiva para proporcionar a essas pessoas uma qualidade de vida na mesma proporção do resto da população.

Tarefas do cotidiano, como ir ao hospital, fazer compras no shopping, utilizar o transporte público, conseguir um emprego, parecem simples em um primeiro momento, mas podem se tornar um verdadeiro desafio quando esses lugares não oferecem o devido acolhimento como resultado da inclusão.

Além de todas essas tarefas essenciais, os surdos também encontram obstáculos na própria educação. Mesmo se tratando de um direito a todos os brasileiros, segundo estudos realizados pelo Instituto Locomotiva em 2019, apenas 15% dos surdos conseguem concluir o ensino médio, e 7% o ensino superior, enquanto a média para a população brasileira em geral é de 14%. Alguns dos relatos dos participantes da pesquisa apontam que a falta de acessibilidade, como o oferecimento de um intérprete, é a razão da falta de conclusão nos níveis de ensino.

“Como instituição, além de garantir o acesso do indivíduo aos conhecimentos construtores, a escola se encerra na autoridade de proporcionar a internalização de deveres e regras que constituem a sociedade mais ampla” (DECHICHI, VECTORE & FERREIRA, 2012, p. 71). Dessa forma, para a educação, em especial no nível de ensino básico, cabe um papel de extrema importância para a formação de indivíduos que devem contribuir em uma sociedade para o seu crescimento e desenvolvimento global. Por essa razão, deve ser garantida a essa criança e jovens o acesso e as condições necessárias para a sua permanência

em ambiente escolar. Realidade esta que na maioria das vezes não atende as crianças e jovens surdas.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser assegurada como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. Mas foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que a educação inclusiva recebeu o nome de educação especial. No artigo 58 é designado como educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Na alteração realizada em 2013 pela lei nº 12.796, os parágrafos 1º, 2º e 3º declaram:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (MEC, 2013)

Nesse âmbito, a inclusão escolar desses alunos veio da necessidade observada durante todo o percurso da história da educação surda, e configura-se como uma evolução no acolhimento que o Estado proporciona na vida educacional das pessoas com necessidades especiais. *Mas o que se sabe sobre educação inclusiva?*

Para escolas de ensino regular, o papel de inclusão educacional se define, segundo Mantoan (2003):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais das maiorias das nossas escolas (especialmente as de níveis básicos), a assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte, de modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003)

À vista disso, uma educação inclusiva vai utilizar-se da mesma estrutura

oferecida pela escola regular para todos os seus alunos, mas este ambiente escolar deve estar preparado para atender os alunos com suas necessidades especiais, conseqüentemente, as medidas adotadas pelas escolas vão desde sua estrutura física, passando pelos materiais didáticos e até em acréscimos no quadro de docentes da instituição. Ao contrário das escolas inclusivas, as escolas bilíngües apresentam uma estrutura completamente voltada para a alfabetização na língua materna (Libras) e a segunda língua obrigatória, o português.

O cumprimento dessas medidas de forma efetiva é a garantia do acesso e permanência de alunos surdos nas escolas regulares, porém, infelizmente, na maioria das vezes fica apenas no papel. O sucateamento da educação brasileira com o constante corte de verbas é refletido visivelmente nas infraestruturas e nível de ensino apresentadas pela maioria das escolas brasileiras. A situação se torna ainda mais grave quando voltamos os olhos para o processo de inclusão que deveria ser oferecido por essas escolas. Os problemas de falta de materiais didáticos em libras, falta de professores com a formação voltada para educação inclusiva, além da implantação de uma política inclusiva de forma despreparada, com a inclusão de crianças surdas em salas regulares sem o devido cuidado, abalam a proposta de um oferecimento de uma escola digna para todos.

Nesse ponto encontramos um importante fator na inclusão desses alunos em escolas regulares, o intérprete de Libras, na busca de soluções nos problemas de comunicação entre a comunidade surda e os ouvintes.

## **O PAPEL DO INTÉRPRETE NO AMBIENTE ESCOLAR**

Sobre esse profissional, "O intérprete sempre faz uma ponte entre duas pessoas, mediando o conhecimento de uma cultura a outra, e vice-versa, numa relação dialógica entre alunos surdos e professores ouvintes e também na direção inversa." (MAGALHÃES, 2013). É nesse contexto que ele está inserido na sala de aula, como mediador/ transportador de comunicação e conhecimento entre dois grupos que são divididos por barreiras linguísticas.

No Brasil, o surgimento da profissão foi caracterizado por atividades voluntárias, sem formação profissional. A atividade de interpretação foi exercida principalmente por pessoas que já tinham contato com familiares ou amigos



surdos. O principal acontecimento para a saída de um modelo de informalidade para a formalidade ocorreu no ano de 2002, com a homologação da Lei Federal 10.436 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda brasileira.

Com a implementação da Libras como segunda língua oficial do Brasil e as políticas de escola inclusiva, foi verificada a necessidade de intérpretes para a acessibilidade de comunicação em diversos ambientes sociais. Em 2010 houve a regulamentação da profissão de intérprete, através da lei nº 12.319/10, o surgimento dessa lei não viria beneficiar apenas os surdos no contexto escolar, mas também em diversos outros âmbitos sociais, além do mais aumentou a qualificação que um intérprete deve ter com a criação de cursos superiores, estabelecendo assim um perfil profissional do intérprete da Libras.

Aqueles intérpretes da Língua de Sinais na área da educação são chamados de intérpretes educacionais. Para eles cabe o papel de “mediar as relações entre os professores e os alunos, bem como entre colegas surdos e os colegas ouvintes” (QUADROS, 2007). Durante o processo de mediação entre o professor-intérprete-aluno, é de responsabilidade do intérprete garantir que o conteúdo chegue aos alunos surdos na mesma qualidade que chega aos outros alunos ouvintes. Para isso, os intérpretes devem seguir o código de ética de veracidade e fidelidade das informações transmitidas.

## **OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS INTÉRPRETES**

Mesmo com a evidente importância do papel do intérprete de libras dentro do contexto educacional, principalmente durante a educação básica, fase de desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, ainda são muitos os desafios enfrentados por esses profissionais.

Dentro das escolas regulares, a presença de um intérprete sempre que houver um aluno surdo passou a ser obrigatória desde 2016. No entanto, ainda é comum que escolas não aceitem matricular os alunos surdos pela falta desse profissional. A escassez de pessoas hábeis causa, em muitos estados, uma sobrecarga naqueles que são capacitados para exercer tal profissão. Estima-se, por exemplo, que até 2011 houvesse apenas 19 intérpretes para atender a

demanda de cerca de 300 alunos surdos na rede municipal de São Paulo, principal cidade do país. Em todo o Brasil seriam cerca de apenas 230 intérpretes.

De acordo com o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, está estabelecido que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares. Isso quer dizer que esses alunos precisam aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua. Da mesma maneira, a proposta que torna obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas de aula dos ensinos básico e superior, viabilizando o acesso à comunicação, à informação e à educação para os alunos surdos (PL1690/15) foi aprovada desde 2016 pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Nesse sentido, é incabível pensar que ainda hoje, é possível encontrar escolas que carecem desse profissional e que possuem alunos surdos não amparados durante o seu processo de aprendizagem e que saem da educação básica sem o mínimo de base exigido por lei.

Quando pensamos em possíveis soluções para esse problema, mais incentivo por parte do governo e das próprias instituições de ensino aos programas de formação como o Prolibras (Programa Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais), realizado pelo MEC e responsável pela certificação de milhares de intérpretes em todo o Brasil são uma boa iniciativa.

O ensino de Libras como segunda língua aos alunos ouvintes dentro das escolas desde as primeiras séries criaria, também, um ambiente muito mais inclusivo para os alunos surdos, uma vez que os seus colegas e professores já seriam capazes de se comunicar com facilidade por meio das duas línguas.

Infelizmente, embora haja a obrigatoriedade da disciplina de Libras em todos os cursos superiores de licenciatura em Pedagogia em todo o país, ter um número de intérpretes suficiente para atender a grande demanda que cerca a nossa educação ainda é um sonho distante.

## **CONCLUSÃO**

Diante do que aqui foi exposto, nota-se uma história de descaso e

necessidade por parte dos alunos surdos durante anos de reclusão e abandono educacional. Com o crescimento da informação e o reconhecimento da profissão de Intérprete e Tradutor de Língua de Sinais como oficial, chegou junto do avanço mais uma parcela de descaso. Atualmente, são muitos os desafios enfrentados por esse profissional tão necessário no processo de formação dos alunos com algum tipo de deficiência auditiva, e seu papel dentro das instituições de ensino têm sido muitas vezes negligenciados e deixados de lado, como uma ferida aberta que não se quer expor ou tentar curar.

Para que haja real mudança neste cenário lamentável, é necessária união das iniciativas públicas e privadas, bem como uma mudança de pensamento por parte da sociedade exclusiva em que vivemos, para que se enxergue a gritante demanda por mais profissionais capacitados dentro do ambiente escolar, proporcionando ambiente minimamente aceitável no que se refere à inclusão dos alunos surdos: poder aprender com a mesma qualidade dos alunos ouvintes, em sua própria língua.

## REFERÊNCIAS

**AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS:** Educação aprova obrigatoriedade de tradutor de Libras em sala de aula. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/498588-educacao-aprova-obrigatoriedade-de-tradutor-de-libras-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

CASSIANO, Paulo Victor. **O Papel do Interlocutor de LIBRAS nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo.** CENTRO VIRTUAL DE CULTURA SURDA REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA. Edição N<sup>o</sup> 19 / Setembro de 2016 – ISSN 1982-6842.

KLIMSA, Severina S. B. de F. MENEZES, Márcia Sá Rodrigues de. **Inclusão do Aluno Surdo na Escola Regular: Na Perspectiva do Gestor e de Docentes.** Universidade Federal de Pernambuco.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.** In: LODI, A C B. (et al.) Letramento e minorias. 2<sup>a</sup> edição. Mediação, Porto Alegre: 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** — São Paulo : Moderna , 2003.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. **O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva. Revista Brasileira de Educação e Cultura.** Nº 7. Jan-jun, 2013. Pg. 73-86.

MARTINS, Lourival José; VALSECHI, Geisielen Santana. **Discussão Acerca da Educação de Surdos no Momento Atual: Uma Visão Concreta Sobre a Educação Inclusiva Versus a Educação Bilíngue.** Comunicações Piracicaba | v. 27 | n. 2 | p. 105-119 | maio-ago. 2020.

PECHI, Daniele. As escolas são obrigadas a manter um tradutor delibras nas salas de aula para os alunos com deficiência auditiva? O que fazer se a escola não tiver esse profissional?. Nova escola. Disponível em:  
<https://novaescola.org.br/conteudo/1588/as-escolas-sao-obrigadas-a-manter-um-tradutor-de-libras-nas-salas-de-aula-para-os-alunos-com-deficiencia-auditiva-o-que-fazer-se-a-escola-nao-tiver-esse-profissional>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

PERLIN, Gladis T. T. **História dos Surdos**; Colaboradores Antônio Campos de Abreu ... [et. al] - Florianópolis: UDESC/ CEAD, 2002.

QUADROS, Ronice Muller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** 2. ed. Secretária de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Intérprete de LIBRAS.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2011.

## **INCLUSÃO, APRENDIZAGEM E SURDEZ – UM ESTADO DO CONHECIMENTO**

Pedro Luiz do Nascimento Neto <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho se trata de um estado do conhecimento no qual objetivamos contribuir para elaboração de um arcabouço de constructos teórico-metodológicos difundidos por artigos acadêmicos, o que pode resultar em subsídio para futuras pesquisas. A metodologia se valeu fundamentalmente da pesquisa bibliográfica a partir da procura de produções científicas na área da Educação Especial, no entanto, a busca não ocorreu de forma aleatória, mas seguindo um percurso metodológico definido. Para fins de coleta de dados, decidimos buscar por teses, dissertações e artigos, disponíveis em grandes sítios eletrônicos indexadores de produções acadêmicas. Dentre eles escolhemos a Plataforma CAPES, que pode ser acessada por qualquer pessoa que tenha internet disponível utilizando PC, *tablet* ou celular, pois nela há um catálogo de trabalhos acadêmicos que inclui grande parte dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Estipulando-se para isso os critérios de busca: inclusão, aprendizagem e surdez. Na primeira busca, os resultados foram de 108.689 teses e dissertações sobre a temática especificada. Mas ao aplicarmos todos os critérios de seleção acima relacionados, obtivemos 20 trabalhos científicos, dos quais 7 foram enquadrados nos objetivos desta pesquisa. Esta pesquisa demandou bastante atenção na leitura dos resumos, levando em consideração o cerne dos artigos científicos, seu caráter teórico e suas conclusões. Por conseguinte, conclui-se que, a mesma constituiu um importante para levantamento de bibliografia para aproveitamento em nossa prática docente.

**Palavras-Chave:** Estado do Conhecimento; Inclusão; Aprendizagem e Surdez.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UEG (2004-2007). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela FAPAF (2012). Mestre em História pela UFMA (2013-2015). E-mail: pedroluizneto@hotmail.com

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

A inclusão de alunos com necessidades especiais tem sido uma temática cada vez mais pesquisada no Brasil. O conhecimento científico sobre Educação Especial tem avançado com a criação de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* por universidades/institutos federais, universidades estaduais e universidades privadas.

Desta feita, na década de 1990 eram raras as teses, dissertações e artigos, já nas décadas de 2000 houve considerável recrudescimento de publicações, mas foi nas décadas de 2010 que os estudos sobre educação inclusiva em suas diversas vertentes se proliferaram, tornando o campo de estudos uma realidade amplamente perceptível. Muito provavelmente tenha contribuído para este fim – além da LDB 9.394/1996 e das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a resultou em reestruturação do AEE, pela implantação das SRMs (Salas de Recursos Multifuncionais) nas escolas em detrimento de centros especializados em deficiências específicas.

Neste trabalho procuramos contribuir para a elaboração de um arcabouço de constructos teórico-metodológicos difundidos por artigos acadêmicos, porém, não entraremos no cerne de cada estudo, mas faremos uma análise do conjunto destas publicações. O que pode resultar em subsídio para futuras pesquisas.

### **Recurso metodológico: Estado do Conhecimento.**

A pesquisa, realizada por discentes do Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, para a disciplina de *Libras e pedagogia bilíngue: fundamentos da educação de surdos*, ministrada pelo prof. Dr. Walber Chistiano Lima da Costa, docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, se trata de um artigo que visa investigar temas ligados à Libras e Educação de Surdos – constituindo requisito para aprovação, além de promover a investigação acadêmica na pós-graduação *lato sensu*, constituída sobretudo por professores da educação básica, o que deve refletir também no ensino público.

Ressalta-se a importância deste assunto para aquisição de conhecimentos necessários sobre a educação de alunos surdos, valorização da Libras como meio de comunicação no ambiente escolar e diversificação das práticas didático-

pedagógica das escolas situadas nos municípios sul e sudeste do Pará, dos quais os pós-graduandos são discentes, entre eles: Marabá, Canaã dos Carajás, São João do Araguaia, Itupiranga, Rondon do Pará, e outros.

O estudo diz respeito à pesquisa de caráter qualitativo, onde se pratica procedimentos dialéticos de leitura e reflexão crítica acerca do material selecionado (PRAÇA, 2015), bem como, aplica-se análise interpretativa de embasamentos teóricos elaborados sobre o tema em estudo.

A metodologia se valeu fundamentalmente da pesquisa bibliográfica, que constitui, segundo Telma Lima e Regina Miotto: “Um dos procedimentos mais visados pelos investigadores na atualidade” (LIMA; MIOTTO, 2007 p.38). Mas deve ser efetuada mediante critérios previamente apresentados, com o fim de alcançar os objetivos propostos.

A propósito os objetivos que norteiam este estudo são divididos em Geral:

- Verificar publicação de trabalhos acadêmicos na área da Educação Especial.

E Objetivos Específicos:

- Selecionar revistas científicas destinadas à Educação Especial.
- Selecionar teses, dissertações e monografias sobre educação inclusiva de alunos surdos.
- Examinar, por meio de critérios estruturadores, as características das produções.

Por conseguinte, lançamos mão do tipo de proposta exploratória conhecida como Estado da Arte ou Estado do Conhecimento – as quais apresentam variações, se aproximam ou se distanciam dependendo dos autores dedicados a sua explicitação. Para dirimir controvérsias e fornecer parâmetro para o que entendemos por Estado do Conhecimento, recorreremos a afirmação de Varília Morosini e Cleoni Fernandes (2015) que caracterizam este procedimento como a caracterização da produção científica de determinada área do conhecimento com base em periódicos entre tecidos por uma temática específica.

Nesse sentido, o primeiro passo se deu a partir da procura de produções científicas na área da Educação Especial, no entanto, a busca não ocorreu de forma aleatória, mas seguindo um percurso metodológico definido.

Para fins de coleta de dados, decidimos buscar por teses, dissertações e monografias disponíveis em grandes sítios eletrônicos indexadores de produções

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

acadêmicas como: Scopus, PubMed, Scielo, FAPESP, CAPES, DOAJ, Redalyc, ORCID, REDIB, Dialnet, Educabase, Latindex, *Google Scholar*, e outros. Apesar de reconhecer que “a indexação passou a ser um processo muito importante nos últimos tempos” (SANTOS, 2018 p.1), tivemos que escolher apenas um indexador que foi a plataforma da CAPES.

Em seguida, desenvolveu-se a pesquisa exploratória do estado da arte nos artigos nas revistas, tendo em vista que:

sua contribuição é ímpar porque nos dá uma visão do que já foi/está sendo produzido em relação ao objeto de estudo que selecionamos como tema da pesquisa; decorre que é possível construir uma avaliação do grau de relevância e da pertinência do tema inicialmente selecionado situando-o em um campo de produção de conhecimento” (MOROSINI, FERNANDES, 2014 p.161).

Estipulando-se para isso os critérios de busca: ter sido publicado a partir do ano de 2010, “idioma português e pertinência do conteúdo proposto” (TEIXEIRA; SILVA; DRAGANOV, 2018 p.3). Para delimitação do tema, utilizou-se de descritores (também conhecidos como palavras-chave) para identificar os artigos inseridos nas bases de dados que formariam o referencial da pesquisa. Os descritores foram: *inclusão, aprendizagem e surdez*. Para ser selecionado o artigo teve de conter pelo menos dois dos três indicadores em sua descrição, o último sendo obrigatório. Quando não encontrado o termo *surdez*, o mesmo foi substituído pela palavra *surdo*.

Após obter-se o número de artigos pré-selecionados por revista, elaborou-se uma planilha contendo: instituição, título, autoria, ano de publicação, objetivo, e método – critérios estes sugeridos pelo prof. Dr. Walber Chistiano Lima da Costa, ministrante da disciplina.

Entretanto, ao submetê-los a um exame mais detalhado alguns deles foram excluídos por não se enquadrarem nos objetivos da investigação. A seguir apresentamos os artigos selecionados por revista, os quais servem como fontes subsidiárias para a pesquisa.

### **Apontamentos da pesquisa na plataforma da CAPES.**

A plataforma da CAPES pode ser acessada por qualquer pessoa que tenha internet disponível utilizando PC, *tablet* ou celular. Nela há um catálogo de teses



**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

e dissertações que inclui grande parte dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

Por meio das opções de seleção e filtragem se torna possível buscar produções acadêmicas relacionadas a temas específicos. E, na primeira busca, os resultados foram de 108.689 teses e dissertações sobre a temática especificada. Mas ao aplicarmos todos os critérios de seleção acima relacionados, obtivemos 20 trabalhos científicos, dos quais 7 foram enquadrados nos objetivos desta pesquisa.

O Quadro 1 apresenta os resultados tabulados conforme os critérios sugeridos pelo professor da disciplina para fins de comparação e possível utilização em trabalhos posteriores.

**Quadro 1:** Estado do Conhecimento dos termos inclusão, aprendizagem e surdez.

<b>Instituição</b>	Universidade Federal Fluminense. Universidade Metropolitana de Santos. Instituto Federal de Goiás. Universidade Federal do Acre. Faculdade Vale do Cricaré. Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
<b>Autor(es)</b>	Daniela da Conceição da Silva. Samanta Cassuriaga Carvalho Noronha. Kenia Reis de Souza. Josenilson da Silva Costa. Luana dos Santos Pinheiro. Erika Winagraski. Juliana Pegas Costa.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

<b>Ano de publicação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 2016.</li> <li>2. 2017.</li> <li>3. 2016.</li> <li>4. 2016.</li> <li>5. 2015.</li> <li>6. 2017.</li> <li>7. 2015.</li> </ol>
--------------------------	--

<b>Título</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resinificando as práticas didáticas utilizadas na salade recursos multifuncionais para a inclusão de alunos surdos no ensino fundamental.</li> <li>2. A inclusão do aluno surdo – necessidades formais doprofessor da rede municipal de Santos.</li> <li>3. Biblioteca escolar e surdez: um estudo para a inclusão.</li> <li>4. O ensino para estudantes surdos: da identificação de dificuldades à indicação de uma estratégia mediadora para promover a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.</li> <li>5. Processo de inclusão na educação de jovens e adultos: estudo de caso com uma aluna com deficiência auditiva.</li> <li>6. O ensino de Ciências para surdos: criação e divulgação de sinais em Libras.</li> <li>7. A prática docente na inclusão educacional de um aluno surdo com implante coclear.</li> </ol>
---------------	--

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

<b>Objetivo</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Analisar os elementos didáticos e as possíveis condições pedagógicas para que os alunos surdos construam seus conhecimentos</li><li>2. Conhecer as práticas docentes de professores do ensino fundamental, do ensino regular, que lidam com alunos surdos e/ou deficientes auditivos.</li><li>3. Compreender como a biblioteca escolar contribui para o cumprimento da sua função pedagógica de auxiliar no processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva</li></ol> <p>Propor um modelo alternativo de aula, que contemple as especificidades do atendimento aos</p>
	<p>Surdos, de forma a garantir maior qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.</p> <ol style="list-style-type: none"><li>5. Analisar o processo de inclusão na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental.</li><li>6. Fomentar a criação e divulgação de sinais em Libras envolvendo o tema Doenças relacionadas aos Invertebrados</li><li>7. Discutir e refletir sobre algumas tensões que envolvem a inclusão de alunos surdos em classes comuns, principalmente alunos com implante coclear.</li></ol>

**Metodologia**

1. O caminho metodológico utilizado foi a Pesquisa-ação onde se pôde reunir informações acerca das práticas didáticas que mais favorecem a aprendizagensignificativa do aluno surdo, através de observação participante com registros em Diário de Campo eentrevistas semiestruturadas as duas professoras.
2. A metodologia escolhida para o estudo foi a pesquisa-ação, desenvolvida com cinquenta docentes da rede fundamental do município de Santos.
3. A abordagem metodológica usada foi a qualitativa, utilizando-se como estratégia de pesquisa o estudo decaso. Realizou-se a coleta de dados por meio de observação, entrevistas e conversa informal com a mãe do aluno surdo, além de um levantamento da legislação sobre a temática.
4. Constitui-se de uma investigação com a abordagem qualitativa de pesquisa, sendo que a coleta de dados deu-se por meio de observação e realização de um questionário semiestruturado. Estes questionários

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

foram aplicados a 21 estudantes Surdos, de seis Escolas Públicas de Ensino Médio de Rio Branco/AC.

5. Empreendeu-se pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo na modalidade estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, foram participantes onze profissionais que trabalhavam na Educação de Jovens e Adultos da escola no segundo semestre de 2014.

6. Através de oficinas, criaram sinais para os seguintes helmintos: Fasciola hepatica, Anisakis simplex, Taenia solium e Taenia saginata e para doenças relacionadas a insetos: Malária, Febre Amarela, Leishmaniose e Doença de Chagas. Também foi iniciada a série de eventos científicos intitulada Sinais em Foco, que objetivou a aproximação de pessoas envolvidas no estudo da Libras, da criação e da divulgação de sinais.

7. Foram realizadas observações das aulas dos professores das disciplinas Ciências, Matemática, Inglês e Português, acompanhamento de algumas atividades com a professora da sala de recursos e realização de entrevistas com alguns desses professores e com a coordenadora pedagógica.

**FONTE:** Catálogo de teses e dissertações CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acessado em: 30 de junho de 2021, às 14:50.

Esta pesquisa demandou bastante atenção na leitura dos resumos, porém, não levou em consideração o cerne dos artigos científicos, seu caráter teórico e suas conclusões. Porém, foi importante para levantamento de bibliografia para aproveitamento em nossa prática de pesquisa pela utilização de uma metodologia

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras até então, por nós desconhecida, a saber, o estado do conhecimento.

## CONCLUSÕES

Entre as principais noções aprendidas está o procedimento de estabelecer critérios para busca dos trabalhos acadêmicos em sites de compartilhamento de teses, dissertações e monografias. Pois, o resultado depende especificamente daquilo que se tem como objetivo principal, para que o pesquisador não fique desorientado em meio ao imenso volume de informações disponíveis.

### Referências:

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial/MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Edições Técnicas, 2002.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis – SC, v. 10, p.37-45, 2007.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. – **Educação Por Escrito**: Porto Alegre, v.5, n.2, p. 154-164, jul.-dez., 2014.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da Pesquisa Científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**, v.8, nº 1, p.72-87, jan-jul. 2015.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

PRIGOL, Edna Liz. Pesquisa Estado do Conhecimento: uma visão para a prática pedagógica e a formação de professores. 23 a 26 de setembro de 2013 – **Anais do II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação (SIRSSE)**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, p. 11518-11531, 2013.

SANTOS, Gildeir Carolino. Fontes de indexação importantes para pesquisa. Blog PPEC (online). 28/02/2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/blog/index.php/2018/02/28/indexacao/>. Acesso em 29 de junho de 2021, às 13:20.

TEIXEIRA, Natália Longati; SILVA, Milena Muniz; DRAGANOV, Patrícia Bover. Desafios do enfermeiro no gerenciamento de conflitos dentro da equipe de enfermagem. **Revista de Administração em Saúde**, São Paulo – SP, Vol.18, Nº 73, p. 1-11, out. – dez. 2018.

## **EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)**

Claudiane Santos Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância de se discutir sobre sexualidade com os/as alunos/as com deficiência nos diversos níveis e modalidades educacionais que compõem a educação. O interesse por essa temática se deu a partir da observação das experiências de vida de mulheres com deficiência, principalmente surdas em diversos níveis de educação e na modalidade EJA quando fui intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na rede estadual do Maranhão. Foi possível observar a lacuna e o silenciamento de discussões sobre sexualidade e educação sexual na vida dessas mulheres no currículo e nas discussões em sala e esta ausência aponta impactos para a vida delas.

**Palavras-Chave:** Educação; Sexualidade; Pessoas com Deficiência; Mulheres Surdas;

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância de se discutir sobre sexualidade com os/as alunos/as com deficiência nos diversos níveis e modalidades educacionais que compõem a educação. O interesse por essa temática se deu a partir da observação das experiências de vida de mulheres deficientes, principalmente mulheres surdas em diversos níveis de educação e na modalidade EJA quando fui intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na rede estadual do Maranhão.

Foi possível observar a lacuna e o silenciamento de discussões sobre sexualidade e educação sexual na vida dessas mulheres no currículo e nas discussões em sala e esta ausência trouxe impactos para a vida dessas mulheres. A análise que proponho aqui, portanto, será se destacar a importância e os desafios para os docentes no ensino da educação sexual, discussões sobre sexualidade e relações de gênero.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Letras e do curso de Licenciatura em Letras e Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)



Sabe-se que discutir sobre sexualidade ainda é uma temática com paradigmas a serem desconstruídos que estão enraizados no imaginário social e se naturalizam na sociedade e também na escola. A interseção entre deficiência, gênero e sexualidade é complexa e existem poucas pesquisas científicas nos âmbitos nacional e internacional com este foco, por isso a necessidade de investigação.

No que tange à educação inclusiva, há uma reprodução de conceitos pré-estabelecidos, e que se reforçam com a falta de formação dos professores que ainda tem uma concepção segregacionista de educação. Na contramão disso a inclusão, garante que as pessoas com deficiência tenham direitos próprios justamente para que as igualem perante a sociedade e as deixem no mesmo nível de convívio, por isso abordar as questões de gêneros nos componentes curriculares e de forma acessível para a ser o direito do/a aluno/a especial.

Partindo do pressuposto que a educação, e principalmente a educação inclusiva é transformadora, há a necessidade de se discutir sobre as temáticas que abordam a diversidade, e sobretudo, as temáticas relacionadas à sexualidade e gênero com os/as alunos/as especiais.

Muitos/as alunos/as com deficiência desconhecem a importância dessa discussão, pois não tiveram acesso às informações sobre os temas transversais, do respeito, equidade e tolerância, que inclusive estão dispostos na Constituição Federal.

Não por acaso essa discussão é silenciada até mesmo no campo de pesquisa científica, existem leis específicas para a acessibilidade (inclusive na escola) e por vezes são descumpridas, analisar, portanto, temáticas relacionadas ao gênero e sexualidade numa perspectiva interdisciplinar e acessível seria como ultrapassar uma barreira quase intransponível.

Com o desenvolvimento dos estudos relacionados à interseccionalidade se observa a ressignificação de práticas educativas que contemplem o acesso das pessoas com deficiência a essas problematizações. Quando pensamos no verdadeiro sentido da educação, o de conduzir o sujeito ao descobrimento de si e do mundo, percebemos que a Educação Inclusiva não é tão complexa, e muito

menos se discute sobre gênero e sexualidade.

Para tanto, como arcabouço teórico-metodológico, recorreremos às reflexões teóricas de gênero, de deficiência, documentos e leis que norteiam e respaldam a compreensão das interfaces dessas categorias e as estratégias a serem utilizadas pelos professores na perspectiva inclusiva para entendimento destes conceitos na educação básica.

### **GÊNERO, SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: uma ciranda de conceitos**

O conceito de gênero compreende diferenças construídas entre homens e mulheres, os papéis assumidos na sociedade e as relações hierárquicas, de opressão, submissão, subordinação, além das relações de poder estabelecidas entre eles. Assim, a discussão sobre o conceito de gênero não é um conceito fixo, tampouco unânime, está em constante mutação de acordo com as regras de convívio social de cada cultura.

Sobre o conceito de deficiência se construiu a partir da dicotomia plenitude e falta, normalidade e anormalidade, que perpassam sobretudo sobre o ideal de corpo se imperfeições, que remontam inclusive concepções renascentistas da noção de *belo*. Historicamente, a questão da sexualidade e deficiência passaram a compor no imaginário social a noção antagônica, e/ou atípica para quaisquer relações seja afetiva, homoafetiva ou sexual.

Desta forma, pensar na discussão da sexualidade na educação básica no âmbito da deficiência, a partir dos conceitos expostos, é como desconstruir paradigmas enraizados desde tempos mais antigos, pois “o julgamento das diferenças está relacionado à grupos ideologicamente representativos e socialmente dominantes e que a diferença está próxima da minoria social” (MAIA, 2002).

Sexualidade e educação, sobretudo a inclusiva, demanda atenção, pois a partir da ótica dos Direitos Humanos Universais (1948) são direitos básicos de todos os seres humanos, independente de sexo, racionalidade, idioma ou qualquer outra condição.

O arcabouço teórico disponível indica que a sexualidade se configura como

um assunto que causa resistência, e quando é discutido acaba sendo de forma “rasa”, pelos pais, e professores (as) como demonstra (SILVA; SANTOS; LICCIARDI; PAIVA, 2008). Observa-se então, um ciclo onde há uma fuga da família na abordagem de tais temáticas e o silenciamento da escola no aprofundamento dessas discussões.

Não por acaso esta lacuna ganha proporções cada vez maiores, pois para que se discuta sobre sexualidade é necessário que se tenha acessibilidade, como por exemplos no caso dos/as surdos/as, como o/a professor/a discutir sexualidade com seus/suas alunos/as sem que haja minimamente compreensão do que está sendo dito? O que se percebe, portanto, é que no caso das Pessoas com Deficiência (PCD's) há uma série de desafios a serem superados, que perpassam por direitos básicos, a saber o direito do acesso às informações, e para que esse acesso ocorra é necessária uma resignificação didático-metodológica, como por exemplo no caso dos/as alunos/as surdos/as a exploração de recursos que acontece no campo visual.

Tais temas reforçam a concepção simplista sobre a pessoa com deficiência que traz como consequência vê-la como um ser que requer cuidados permanentes mesmo quando adulto, onde pensar em educação sexual significa trazer “máculas” para a vida destas pessoas, conforme Pinheiro (2004); Dantas, Silva e Carvalho (2014).

Ademais, o tratamento de “eterna criança” pode desencadear diversas alterações no comportamento, como o isolamento social, auto estima baixa, sensação de incapacidade, e em casos mais graves evoluir para a depressão.

A sexualidade é tabu para pessoas com e sem deficiências, no entanto, estas têm outras possibilidades, inclusive culturais, de se expressarem e experimentarem suas sexualidades. É papel da escola reconhecer a sexualidade, o desenvolvimento amplo dos educandos na perspectiva inclusiva, a formação humana, a tolerância, a equidade e o respeito.

Os dispositivos legais legitimam a escola como um ambiente promotor de igualdade, desenvolvimento de identidades, de protagonismos, de empoderamento e de posicionamentos críticos, a partir dessa conscientização

torna-se mais fácil discutir sobre sexualidade. Refletir sobre sexualidade, permite o reconhecimento de si, e este reconhecimento por sua vez requer pensar na identidade. Sobre a identidade da pessoa com deficiência é possível destacar que:

A formação da identidade da pessoas com deficiência está ligada com sua noção de sociedade, cidadania entre outros. Essa formação passa necessariamente pela identificação que lhe é atribuída pelo meio social. Uma vez construída essa identidade, ela passa à reflexão e a ação. Para exercer sua cidadania, precisa superar as limitações impostas pelo físico, pela família, que carregam os preconceitos sociais e os seus próprios preconceitos adquiridos no convívio social. Ainda assim, precisa de uma larga dose de compreensão dos seus mecanismos de identificação para formar sua identidade e participar plenamente da sociedade. (NASCIMENTO, 2001)

Sendo assim, exercer a cidadania é ter direito ao acesso de informações que fazem parte dos pilares da formação humana e, que assim possibilitam o conhecimento de si. A escola é um campo fértil para essas análises, e o professor (a) e a comunidade escolar tem um lugar estratégico nesse processo.

## **ASPECTOS LEGAIS QUE LEGITIMAM A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Além da conscientização de direitos das pessoas com deficiência discutidos até aqui, existem documentos normativos que orientam essas práticas educacionais com uma abordagem inclusiva, flexível e adaptativa.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), por exemplo, apregoa que a Educação Inclusiva é definida como “um paradigma educacional fundamentado na concepção de Direitos Humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”. Nessa perspectiva, a indissociabilidade de igualdade e diferença devem ser marcadores de equidade nas diversas instituições sociais, e principalmente na escola.

A UNESCO (1994) preconiza que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou

diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos/as através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (UNESCO, 1994, p. 5).

Sendo considerada uma necessidade, o ensino da educação sexual deste aluno/a, então passa a ser um direito que precisa ser atendido. O capacitismo que é uma forma de limitar a capacidade das pessoas com deficiência, reproduz o preconceito na tentativa de perpetuar e naturalizar as várias formas de discriminação. Na contramão disso, as políticas públicas e a legislação direcionam para transformação social e para o rompimento de paradigmas.

Sabe-se que a negligência na efetivação do direito a esta dimensão educativa está ligada à falta de informações dos/as professores/as e da família que, como já foi mencionado aqui, que silencia ou delega seu papel para a escola, para instituições religiosas ou até mesmo para a mídia que são aparelhos ideológicos.

Nessa guerrilha, a construção do conhecimento na educação sexual persiste no senso comum o qual tem favorecido a naturalização de mitos, tais como, o de que pessoas com deficiência são assexuadas (MAIA; CAMOSSA, 2003), sendo tais cidadãos (ãs) comparados(as) a anjos ou feras (GIAMI, 2004). Para Gesser e Nuernberg (2014, p. 2), também está presente o mito de que pessoas com deficiência são estéreis, geram filhos/as com deficiência ou não têm condições de cuidar deles; outro é o de que pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, diz que “a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade”. Assim, as atitudes ou a ausência delas na escola, podem definir uma trajetória de dor, intimidação e isolamento.

Outro viés importante é que se discutir sobre sexualidade e educação

sexual na escola é fundamental, pois conforme veremos a seguir a violência de gênero acontece significativamente de forma cruel quando a vítima é uma mulher com deficiência.

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA**

A escola como um espaço acolhedor, afetivo e democrático se torna um local de segurança, por vezes inclusive de abrigo. Pode causar estranheza discorrer sobre isto, mas quando a vítima de violência doméstica, sobretudo a mulher deficiente encontra na escola o único local de partilha de angústias, se torna mais compreensível esta assertiva. Como nos lembra Paulo Freire, “não existe educação sem amor”, o/a professor/a inclusiva precisa ter o olhar sensível quando tem uma aluna com deficiência. No caso da mulher surda, que precisa de uma mediação para se comunicar, isto se torna um pouco mais complexo, pois em nossa realidade o\la intérprete não está em todos os espaços que a mulher surda está. Isto implica afirmar que em casos de violência, uma “simples” queixa pode ser um impeditivo para se que resguardar a segurança dessa mulher.

Muitas mulheres com deficiência sobretudo as surdas, não conhecem seus direitos, outras não conhecem a Libras, e quando estão na escola, principalmente na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), utilizam mímicas para se comunicarem. Essas mulheres não conhecem de forma profunda políticas públicas para mulheres, a Lei Maria da Penha e quando estão no contexto escolar temáticas como “sexualidade”, “educação sexual”, “políticas públicas para mulheres”, “violência de gênero” são sempre exceção e nunca uma regra.

A ausência da Educação Sexual para jovens com deficiência desencadeia riscos para essas pessoas que se tornam vulneráveis ao abuso sexual. Tal violência, frequentemente, é perpetrada por pessoas próximas das vítimas, os quais tem a confiança da vítima e/ou de seus familiares/responsáveis, inclusive pessoas que prestam “assistência” a pessoas com deficiência, intimidando uma possível denúncia, também obstaculizada pela dificuldade para identificar o crime, em virtude da falta de conhecimento sobre o incidente (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014).

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

A importância do papel da escola para o esclarecimento de dúvidas de mulheres e homens com deficiência é destacada para as autoras, em virtude de que: Quando pessoas com deficiência assumem sua vida sexual, geralmente as pessoas reagem com surpresa ou medo, uma vez que, principalmente mulheres com deficiência, são vistas como pessoas fragilizadas. Sobre a violência contra mulheres temos os seguintes dados dos anos de 2018 a 2021:

Segundo o Atlas da Violência 2018, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos 22.918 casos de estupro apurados em 2016, 10,3% das vítimas tinham alguma deficiência.

- 31,1% tinham deficiência intelectual
- 29,6% possuíam transtorno mental.
- O estupro tende a aumentar quando a vítima é uma pessoa com deficiência.
- Para se ter ideia, a Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006, mas as mulheres com deficiência só foram incluídas depois de 13 anos de sua existência, com a criação da Lei 13.836, de junho de 2019.
- Março de 2021: no período pandêmico os casos de lesões corporais contra a mulher com deficiência aumentaram 68% e os boletins de ocorrência caíram 33%.

Dessa forma, envolver a escola nas questões de gênero e sexualidade das pessoas com deficiência significa quebrar estereótipos e mitos quanto à identidade de homens e mulheres com deficiência e sua vida sexual, assim como esclarecer para a sociedade e para as próprias pessoas com deficiência os sinais de abuso sexual, para a prevenção, identificação, denúncia e busca por punição dos/as acusados/as (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 7).

A educação sexual, portanto, neste estudo, a partir de um conjunto de programas, projetos, ações e ressignificações que possibilitam o acesso às informações sobre sexualidade (MENEZES; SANTOS, 2001).

A Educação Sexual abrange toda a complexidade de manifestações da sexualidade tanto no que diz respeito às relações do sujeito com o prazer, o cuidado e a proteção de seu próprio corpo, como a dimensão ética e estética de seus encontros e negociações com os corpos dos outros, considerando-se todos os

desdobramentos históricos, psicológicos, culturais, antropológicos, políticos, econômicos, jurídicos, biológicos, entre outros saberes, aspectos e categorias que dão sentido a essas experiências. Sendo assim, a sexualidade tem sido compreendida como um conceito amplo que abrange práticas sexuais, afetos e subjetivações, os quais dialogam com processos históricos e sociais (MAIA, 2010).

A sexualidade humana refere-se aos sentimentos, atitudes e percepções relacionadas à vida sexual e afetiva das pessoas; implica expressões de valores, gênero, afetos e práticas sexuais, as quais têm centralidade tanto histórica como cultural (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Neste cenário, a sexualidade em Foucault (1988) contempla uma reflexão sobre a forma pela qual a sexualidade veio a ser compreendida e de como os sujeitos se subjetivam em sua dimensão sexual. Pois para o autor “O importante nessa história é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele, um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento” (Foucault, 1988, p. 12).

Na sociedade, a sexualidade constitui-se, de um lado, pela atuação de instituições, sejam escolares, familiares ou religiosas, e de outro, pelos lugares de veiculação acadêmica e produtiva, todos sendo co-responsáveis pela produção dos saberes e práticas vivenciados historicamente (LOURO, 2013).

Sendo assim, o papel da escola é o de discutir, informar, refletir, ressignificar práticas inclusivas, é responsável por estimular a socialização dos indivíduos e democratizar o acesso ao conhecimento e este ensino perpassa também pela discussão da sexualidade. A escola é parte integrante do seu processo de desenvolvimento, principalmente quando se trata de uma pessoa com deficiência. A ampla formação, a formação humana.

Os caminhos da inclusão perpassam pelos pilares da transformação do futuro cidadão com a utilização de atividades e de linguagem apropriadas para a compreensão da sexualidade. Para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem é fundamental o envolvimento dos professores/as e de toda comunidade escolar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas direcionam para a conscientização da importância das problematizações e discussões sobre sexualidade e educação sexual para o ensino das pessoas com deficiência.

Deficiência é uma categoria que está entrelaçada às relações de gênero, no entanto, o silenciamento e a escassez de pesquisas marcam a necessidade de mais estudos sobre temática. Tal lacuna causa o desconhecimento de modo contínuo das PCD, pois não há na escola que é um espaço de transformação, discussão, problematizações e questionamentos “vez” e nem voz para que esses indivíduos compartilhem das suas experiências, sentimentos, angústias e conflitos.

Os familiares possuem papel fundamental na construção da sexualidade dos seus membros. O diálogo entre professor/a e aluno/a com acessibilidade e como pilares temáticas que emancipem libertem seus/as alunos/as é que se espera com o fomento dessas discussões. Como vimos no decorrer do texto, muitas pessoas com deficiências se sentem aprisionadas/os por não conhecerem seus direitos e quando conhecem não sabem como exigí-lo.

Nessa direção, pouco efeito tem uma Educação Sexual emancipadora e integradora na escola, quando em casa vive-se em contexto de silêncio e opressão. Isto se demonstra ainda mais acentuado quando se trata da sexualidade de pessoas com deficiência que, como foi visto, é, frequentemente, percebida com preconceitos e cerceamentos da sua liberdade.

A discussão dos temas transversais e o incentivo dessas reflexões desde o início da educação básica são de grande importância para que se construa uma sociedade mais igualitária e acessível.

O investimento na formação inicial e continuada dos/as professores/as, como também, particularmente, de uma educação que dialogue fortemente com essas famílias e dê condições de possibilidade para que a famílias e comunidades tenham acesso a tais saberes. Em virtude disso, se demonstra urgente que os/as profissionais da educação tomem consciência de sua responsabilidade como

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

educadores/as sexuais. Para tanto, cabe o fomento às políticas públicas que garantam que este tema seja abordado em cursos de formação e capacitação de professores/as e que reflexões acerca da sexualidade comprometidas com os Direitos Humanos se façam presentes no ambiente escolar.

## **REFERÊNCIAS**

CRUZ, M. H. S. Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma História feminina de rupturas e empoderamento. Rev. bras. educ. espec., Dez 2014, v.20, n.4, p.555-568. ISSN 1413-6538.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**". "Nações Unidas", 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1, Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> acesso em 10 de julho de 2021 às 21:58.

FOUCAULT, Michel. A História da sexualidade I: a vontade de saber. 13ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 34, n. 4, p. 850-863, dez. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NASCIMENTO, Rui Bianchi. A visão parcial da deficiência na revista Veja (1989-1999). São Paulo, 119f., Dissertação (mestrado em jornalismo e editoração) ECA/USP. 2001

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escola. Interação em Psicologia, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2002.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. Revista Brasileira de Educação Especial, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, ago. 2010.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Ministério da **Educação**. Secretaria de **Educação Especial** (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Educação Sexual. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Dez 2004, vol.8, no.2, p.199-206. ISSN 1413-855

SILVA, Cristiane Gonçalves da; SANTOS, Alessandro Oliveira; LICCIARDI, Daniele Carli; PAIVA, Vera. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. *Psicol. estud.* vol.13, n.4, 2008. ISSN 1413-7372.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.

I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras  
**A MÚSICA COMO UM DOS FUNDAMENTOS ESSENCIAIS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA**

Maíra Silva Alves<sup>1</sup>  
Silvia Cleide Piquiá<sup>2</sup>  
João Costa Gouveia Neto<sup>3</sup>

**RESUMO:** A música é uma fonte imensurável de alegria e prazer para o ser humano, presente nos momentos de felicidade e nos momentos de tristeza, possibilitando sensações inexplicáveis. As sensações trazidas pela música podem ser apreciadas pelo surdo e ensinadas desde a educação básica. A inclusão da música no currículo da educação básica traz benefícios individuais e coletivos para as pessoas em geral. Então, resolvemos analisar os efeitos das políticas de inclusão musical na educação básica, focando no ensino de pessoas surdas e nos benefícios da música para o desenvolvimento da capacidade motora, raciocínio e socialização das crianças. A metodologia usada foi revisão de literatura com exploração bibliográfica em dispositivos legais de inclusão: Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 13.146/2015, a Lei nº 11.769/2008 e a Lei nº 13.278/2016, e em autores como Moura (2000), Hagiara- Cervellini (2003), Castro (2011), Kuntze (2014) e Oliveira (2014). A pesquisa é um recorte do TCC ainda não finalizado. Até o momento os resultados demonstram a relevância da inclusão da disciplina música para formação do ser humano pois contribui para reflexão, respeito e sensações das crianças surdas desde a mais tenra idade, bem como para o conhecimento cultural e social de acordo com os autores pesquisados. Dessa forma, o ensino de música deve ser ministrado de forma inclusiva, pois contribui para compreensão e formação integral do surdo, auxiliando na eliminação de barreiras comunicacionais e atitudinais existentes.

**Palavras-chave:** Educação musical; Surdos; Inclusão; Políticas públicas.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, as discussões acerca do assunto “Música e Surdez” vêm se ampliando bastante na academia e vários autores vêm se empenhando a entender melhor este campo, visando principalmente a relevância da música na vida do sujeito surdo. Essas discussões perpassam por políticas públicas de inclusão que buscam eliminar as barreiras de comunicação e atitudinais, promovendo a acessibilidade linguística para os sujeitos surdos.

A criação de legislações específicas fortalece a importância da temática e

demonstra a relação de forças entre saberes e poderes que se atravessam nas legislações: Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Libras como “disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores” (BRASIL, 2005); Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, que trata sobre como eliminar as barreiras e promover a acessibilidade em diversos ambientes; Lei nº 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica; e Lei nº 13.278/2016, que determina o ensino de arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica.

Entretanto, é necessário salientar que o objetivo desta pesquisa não é criar paradigmas de crianças surdas musicistas. Nosso objetivo é analisar os efeitos da inclusão da música na vida dos sujeitos surdos, verificando as diferentes emoções que a música os transmite como prazer, admiração, alegria, energia, e outras sensações, como as vivências musicais proporcionam a criança surda um mundo mais completo e como elas as desfrutam. Por muito tempo, esse privilégio foi apenas para os ouvintes e considerado algo inacessível para elas. Estas experiências musicais possibilitam que a criança surda desenvolva sua capacidade motora, raciocínio e socialização, além de lhe mostrar um mundo com mais beleza, pois a música proporciona isto, nos traz aconchego e calma. Tudo isso pode ser sentido também pelo sujeito surdo. Portanto, ao longo da pesquisa será possível entender como é importante o ensino da música para o processo de desenvolvimento da criança surda.

O processo de construção desta pesquisa baseia-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, em que utilizamos a pesquisa bibliográfica. Não há registros de trabalhos acadêmicos relacionados a esse tema nos cursos de Música da Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís – MA. Dessa forma, a pesquisa é relevante por contribuir para reflexão da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão da música na vida de crianças surdas, eliminando os estigmas criados na sociedade. Ao longo do trabalho refletiremos sobre a questão: é possível que o sujeito surdo consiga expressar suas emoções, se manifestar e desenvolver capacidades artísticas por meio da música?

## **ESTIGMA ENTRE O SUJEITO SURDO E A MÚSICA**

A história da humanidade aponta que a sociedade sempre tratou as pessoas com deficiência de forma desigual, negligenciando suas habilidades e impossibilitando seus desenvolvimentos como ser humano. “Quando um indivíduo é rotulado de Deficiente Auditivo, ou mais comumente chamado de surdo, várias condições de existência lhe são atribuídas. A sociedade já determina o que ele será ou não capaz de fazer” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 14). Ao ausentar o indivíduo surdo de atividades que um ouvinte faria, se está, de fato, eliminando a desenvoltura de sua capacidade cognitiva e consciência corporal.

De acordo com Ilari (2003), a música ajuda no desenvolvimento geral e em várias áreas do cérebro, afirmando que há diferenças entre um cérebro de um músico e um não músico. Além disso, proporciona benefícios na coordenação motora e por isso é defendido o ensino da música nas escolas de educação básica, de modo que faça parte do cotidiano dos alunos. “As crianças quando brincam ou interagem com o universo sonoro, acabam descobrindo, mesmo que de maneira simples, formas diferentes de fazer música” (SOUZA, 2010, p. 98). Essa brincadeira que desperta para as diferentes formas de fazer música também é direito do surdo. Então, é preciso retirar o estigma que marginaliza esse sujeito de que ele é incapaz de apreciar a música de forma prazerosa.

“A sociedade, assim como o próprio surdo, vê a surdez como um estigma” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 59) onde desaprovam, desacreditam e/ou marginalizam o sujeito surdo, levando-o a um tipo de crença de ser incapaz de efetuar grandes coisas e isento de apreciar atividades prazerosas”.

Esse direito é garantido pela Lei nº 13.146/2015 que trata sobre a eliminação de barreiras atitudinais e o direito à acessibilidade em todos os ambientes, sendo assim o ensino de música deve atender essa prerrogativa por ser uma forma de linguagem e manifestação cultural inerente a qualquer ser humano. A aprovação da Lei nº 11.769/08 também foi uma grande vitória para a educação musical no país, todavia, enfrenta diversos desafios em sua implementação, sendo um deles ensinar música para alunos surdos. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM vem se posicionando

em relação a esses desafios encontrados por meio de publicações científicas, fóruns e congressos a fim de contribuir para a execução e realização dessas práticas musicais nas escolas de educação básica. Mas, não basta atender apenas alunos ouvintes, é preciso que os professores de música conheçam a língua de sinais para ensinar o surdo ou que as aulas sejam mediadas com a presença de intérpretes de Libras para que a música esteja acessível para o surdo aprender.

## **EXPERIÊNCIAS MUSICAIS NA VIDA DA CRIANÇA SURDA**

A infância é uma fase onde os pais devem enriquecer seus filhos de atividades prazerosas e meios de realização humana. A criança surda não deve se ausentar do “sentir”, é preciso que os pais ensinem o sentido da música, formas de como expressar suas emoções, para que assim, a criança possa se sentir capaz de superar os estigmas criados pela sociedade e desenvolver por intermédio da música, seu corpo e mente.

Deve-se salientar, também, a importância de que essa vivência musical ocorra desde sua tenra infância para que o desenvolvimento da musicalidade desses sujeitos se dê de modo contínuo e crescente, contribuindo para a sua autorrealização e seu desenvolvimento pleno como ser humano (HAGUIARA-CERVellini, 2003, p. 85).

Os surdos conseguem sentir a música, vivenciá-la e percebê-la, tudo isso através da vibração. Porque a música é mais que escutar com o ouvido. Não basta escutar é preciso sentir. “O escutar através do próprio corpo é uma ação mais profunda e envolvente do que apenas uma questão fisiológica com a qual os ouvintes estão acostumados a lidar constantemente” (KUNTZE, 2014, p. 48). Então, o surdo pode ouvir com o aparelho auditivo, colocando a mão sobre uma caixa de som, até mesmo sem os dois. Segundo Haguiara-Cervellini (2003), o uso de aparelhos de amplificação sonora facilita a percepção do mundo sonoro, porém, é possível perceber as vibrações por todo o seu corpo, pele e ossos. Nesse sentido,

Pode-se dizer que é, realmente, possível “sentir” o ritmo das canções e esse ritmo é capaz de emocionar até mesmo àqueles que não escutam a melodia, mas a percebem, por suas vibrações. Por outro lado, as letras das

No livro “A musicalidade do surdo: representação e estigma”, Hagiara-Cervellini relata um caso de uma jovem surda que teve contato com a música desde criança. Os pais sempre apoiaram e incentivaram o gosto da filha pela música. A autora relata o quanto a garota gosta de cantar, ouvir rádio o dia todo e até mesmo de dançar.

A representação que ela tem de si, como ser musical, evidencia-se nas diversas manifestações, como ouvir músicas de sua preferência no cotidiano, dançar e cantar. Os pais, da mesma forma, têm a imagem de uma filha extremamente musical, valorizando-a, incentivando-a nas suas ações e mostrando-se orgulhos dela (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 204).

O sujeito surdo como ser musical destrói os estigmas criados e colocados dentro da sociedade. Castro (2011) afirma que a música não deve ser apresentada a eles como algo negativo que evidencie sua incapacidade nem tampouco como meio de transformá-lo em um ouvinte, mas como algo que possibilite a desenvolver-se, bem como algo prazeroso. A criança surda pode se desenvolver em sua integralidade tendo em sua vida a presença da música. A música como uma das fontes mais prazerosas já conhecidas pelo homem, poderá possibilitar à criança surda momentos musicais, contribuindo no desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e consciência corporal, além de proporcionar à criança momentos de prazer e realização humana.

## **AS LEGISLAÇÕES E A INCLUSÃO DA MÚSICA PARA SURDOS**

No Brasil, a língua de sinais é reconhecida como a segunda língua oficial do país, contudo, a taxa de profissionais licenciados que sabem a Libras é diminuta, mesmo após o Decreto Presidencial nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que insere a Libras como “disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior” (BRASIL, 2005). Esse decreto implica diretamente na capacitação adequada de novos profissionais formados em licenciaturas a terem boas desenvolturas e exercer bem sua profissão sem grandes problemas, tendo em vista a inclusão no meio escolar.



**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Não basta os professores ter intérprete de Libras em sala de aula e não usar metodologia adequada para atender surdos e ouvintes, é preciso buscar entender o mundo do surdo, identidade e cultura surda, participando da comunidade surda. O ideal é que o professor domine a Libras, preparando as aulas mais visuais possíveis com o uso de imagens, o que tornaria as aulas mais interessante para surdos, melhorando sua interação nas aulas e seu aprendizado.

A inclusão de pessoas surdas pela música perpassa a metodologia de ensino que precisa para alcançar as crianças surdas de forma que as façam sentir apreço pela música. A criança surda, assim como a ouvinte, pode demonstrar suas capacidades cognitiva e corporal aprendendo a música. Além disso, a música também poderá auxiliar na integração entre corpo e mente, a sensibilidade e a razão, a técnica e a criatividade.

## **METODOLOGIA**

Realizamos a pesquisa científica por meio de procedimentos bibliográficos e abordagem qualitativa. Para fundamentar nossa pesquisa utilizamos autores como Moura (2000), Hagiara-Cervellini (2003), Castro (2011), Kuntze (2014) e Oliveira (2014), referências na temática música e surdez. Estes pesquisadores abordam a música na vida do sujeito surdo e como as experiências musicais fazem diferença no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo e corporal e na formação integral como ser humano. Eles corroboram para um diagnóstico de informações e observações dos sujeitos surdos afim de ratificar as capacidades que podem ser desenvolvidas na criança surda por meio da música.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebemos com a pesquisa que o ensino de música é possível e como é fundamental nos primeiros anos de vida da criança surda. Segundo Hagiara-Cervellini (2003), a falta de audição não impede a criança surda de apreciar a música, porque ela pode sentir. Sendo assim, ele não pode ser excluído de aprender e compreender a música.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Esse trabalho também nos fez refletir sobre a importância de respeitar a comunidade surda, usando a língua de sinais para se comunicar com o surdo e sobre os mitos que estigmatizam o ensino da música para crianças surdas. A música é um dos fundamentos essenciais para vida do ser humano e contribui com o conhecimento das crianças surdas, agregando criatividade e coordenação motora na realização das atividades do cotidiano.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em: 03 Fev. 2021.

BRASIL. **Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm)> Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 13.278, DE 2 DE MAIO DE 2016.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm)>. Acesso em: 11 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> Acesso em: 01 fev. 2021.

**CASTRO, Alexandre Ferreira.** Musicalidade em libras: como encantar e aprender. In: **Revista eficaz - Revista Científica Online**, Maringá, 2011.

CHAER, Geraldino. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v.7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_artigos/pesquisa\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** *Educ. rev.* [online]. 2004, n.24, p.213-225.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir da Glória. **A musicalidade do Surdo: representação e estigma.** São Paulo: Fecho Editora 2003.

ILARI, Beatriz. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical. **Revista da ABEM**. Departamento de Artes – UFPR, setembro de 2003.

KUNTZE, Vívian Leichsenring. **A relação do surdo com a música**: representações sociais. Dissertação (Mestrado em música), Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MOURA, Maria C. de. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

OLIVEIRA, Hilka Cibelle da Cruz. O desenvolvimento do sujeito surdo a partir da música. **Revista de Cultura Surda**. Edição nº 14, p. 1-19, 2014.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira De. **O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas**. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA13\\_ID8319\\_03082016000937.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf)> Acesso em: 31 Mar. 2021.

Queiroz, Danielle Teixeira; Vall, Janaina; Souza, Ângela Maria Alves e; Vieira, Neiva Francenely Cunha. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. *Rev. enferm. UERJ*, p.276-283, 2007.  
SOUZA, Carlos Eduardo de; JOLY, Maria Carolina Leme. **A Importância do Ensino Musical na Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/180/106>. Acesso em: 10 set. 2021.

## INVESTIGAÇÃO DE BARREIRAS INSTITUCIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DISCIPLINA DE LIBRAS

Maria Carla Reilde Silva Ferreira<sup>1</sup>  
Sílvia Cleide Piquiá dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua de comunicação e expressão da comunidade surda, e foi reconhecida pela Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. Esses dois dispositivos legais são resultado de uma luta do movimento surdo por inclusão e acessibilidade linguística em todos os espaços, principalmente no ambiente escolar. Essas legislações garantem a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação docente e atravessam os saberes políticos e linguísticos. O objetivo foi investigar as barreiras institucionais que os alunos enfrentam para se matricular na disciplina de Libras na Universidade Estadual do Maranhão. A pesquisa surgiu dos questionamentos do pesquisador e de sua experiência ao tentar cursar a disciplina. A metodologia quanti-qualitativa foi por meio da coleta de dados na forma de questionário na plataforma *Google Forms*, aplicado com 55 alunos de 5 campi, todos alunos de licenciatura. O levantamento dos dados foi fundamentado em (PAIVA; MELO, 2021) e (COSTA; LACERDA, 2015). Os resultados demonstraram que a maior dificuldade em cursar a disciplina foi o indeferimento. Outro dado relevante foi que 43% dos entrevistados não conseguiram cursar a disciplina dentro do semestre programado de sua grade curricular. Os dados comprovaram a necessidade de mais oferta da disciplina para atender a formação dos discentes, por entenderem que a Libras facilita a comunicação, a acessibilidade e inclusão dos alunos surdos.

**Palavras-chave:** Barreiras; Libras; Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar as barreiras institucionais que os alunos enfrentam para se matricular na disciplina de Libras na Universidade Estadual do Maranhão durante a graduação em licenciatura. O interesse por estudar essa temática justifica-se pelos questionamentos do pesquisador e de sua experiência ao tentar cursar a disciplina. Dessa forma, a pesquisa consiste em investigar as barreiras institucionais de inteirar-se da experiência e as possíveis barreiras enfrentadas pelos alunos da graduação, a pesquisa propôs-se em conhecer a realidade de outros alunos da instituição de

ensino, considerando a importância desse componente curricular na formação de professores e a relevância de se combater as barreiras na comunicação.

De acordo com Paiva e Melo (2021), a história da educação dos surdos passou por vários avanços e transformações consideráveis. No Brasil, por exemplo, há políticas linguísticas que assistem os direitos sociais, culturais, educacionais e linguísticos dos surdos. Podendo-se ressaltar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), e a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei de Libras) regulamentadas pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Portanto, vários estudos vêm sendo realizados acerca da implementação da Libras no ensino superior, especialmente nos cursos de licenciatura, por ser obrigatório. Nesse contexto, há um movimento para o reconhecimento da Libras no processo de educação dos surdos, visando-se levar os futuros professores a ter uma noção da Libras, conhecendo-a em alguma medida, procurando favorecer o entendimento educacional que prestarão aos alunos em sua profissão e principalmente na educação de alunos surdos. Portanto, a implementação da disciplina de libras nos cursos de licenciatura pode fortalecer de maneira significativa a inclusão escolar desses alunos (COSTA; LACERDA, 2015).

## **A DISCIPLINA DE LIBRAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

O processo de ensino aprendizagem exige do professor profissionalismo e conhecimentos necessários para melhor conduzir os conteúdos e saber como posicionar-se diante da individualidade de cada aluno, em prol do êxito no processo pedagógico. No que tange a formação profissional, faz-se necessária a qualificação especializada e inclusiva para melhor atender a realidade do mercado de trabalho.

A formação de professores atravessa saberes e poderes legais, linguísticos e inclusivos que disputam forças entre si. Dentre as legislações estudadas estão a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como língua de comunicação e expressão da comunidade surda, o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei de Libras e a Lei nº 13.146/2015, que institui

a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esses dispositivos estabelecem mudanças significativas para inclusão das pessoas surdas em todos os ambientes e, principalmente, a permanência delas no âmbito educacional com a mediação da Libras pela presença de intérprete de Libras e a inclusão da disciplina de Libras no currículo dos cursos de licenciatura.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Com a inclusão da Libras na formação de professores, pretende-se eliminar as barreiras comunicativas e atitudinais existentes na atuação desses futuros profissionais. O dispositivo não trata sobre carga horária mínima, então cada instituição decide o tempo, que às vezes não é suficiente. Mas que contribui para a atuação do professor e inclusão do surdo. A Universidade Estadual do Maranhão oferece a disciplina com 60 horas, podendo ser cursada por qualquer aluno da instituição. Sendo obrigatória para os cursos de licenciatura e pedagogia e optativa para os demais cursos.

### **Barreiras institucionais na formação de professores**

De acordo com Oliva (2016), muitos desafios enfrentados pelos alunos nas escolas regulares podem ser amenizados ou eliminados se as barreiras durante o processo de aprendizagem e de participação forem identificadas para assim trabalhar em prol de reduzi-las. Enquanto, Rossi (2010), aponta que a pessoa com deficiência auditiva precisa estar plenamente inserida na sociedade, exercendo o seu papel como cidadão. Para isso, é necessário o reconhecimento das limitações dos alunos surdos e a sensibilização de professores para compreenderem a importância da inclusão em diferentes níveis de ensino.

Entretanto, os graduandos as vezes encontram barreiras em sua formação para adquirir conhecimentos de inclusão como cursar a disciplina de Libras.

Algumas dessas barreiras são profissionais qualificados para ministrar a disciplina de Libras, o indeferimento da disciplina e a oferta tardia dessa componente curricular que podem tanto prejudicar a formação desse profissional como sua atuação profissional (SOARES, 2014).

A eliminação dessas barreiras está prevista na Lei 13.146/2015, intitulada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este dispositivo é destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). No artigo 3º, capítulo IV, a lei conceitua o que são barreiras e os tipos.

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, existem vários tipos de barreiras que precisam ser eliminadas, sendo que a barreira nas comunicações e na informação é a que se refere ao aluno surdo, por tratar da “forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), [...] meios alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações” (BRASIL, 2015). O artigo 3º também conceitua o que é acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal, comunicação, adaptação razoável, profissional de apoio escolar.

Vale destacar que é necessário que esse futuro professor domine ou tenha noções básicas de Libras para que saiba preparar um conteúdo de forma adequada e compreensível para seus educandos, fazendo as aulas mais visuais possíveis utilizando imagens, bem como formas de se comunicar diretamente com o surdo sem o auxílio do intérprete de Libras, quando não houver. Os

conhecimentos sobre a língua de sinais, a cultura e identidade surda eliminaria a barreira atitudinal e poderia tornar as aulas mais interessante para os estudantes surdos, melhorando sua interação nas aulas e seu aprendizado.

A eliminação de barreiras é um fator positivo tanto para o aluno surdo quanto para o professor, pois proporciona ao professor aperfeiçoar seus conhecimentos aprendendo a trabalhar com as tecnologias assistivas e aos alunos surdos a desenvolverem autonomia e independência.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho foi executado no primeiro semestre de 2021, durante a pandemia da covid-19. Uma pesquisa quali-quantitativa, realizada com 55 alunos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Utilizamos como ferramenta de coleta de dados o questionário on-line, *Google Forms*. O formulário tinha 9 questões (abertas e fechadas), o *link* foi disponibilizado em grupos de *Whatsapp* e no *instagram*.

Todos os dados coletados ficaram armazenados no banco de dados da plataforma *Google Forms*, que fornece análises de gráficos os quais utilizamos para o reconhecimento dos padrões quanti-qualitativos das respostas e apresentamos neste trabalho. Utilizamos o *Google Forms* para aplicação dos questionários em virtude da pandemia e também por estudos apontarem que a utilização de questionários *on-line* tornar-se uma realidade na pesquisa científica, tanto por facilitar a obtenção de dados de forma rápida, impessoal ou não, como também por ser uma ferramenta que reduz custos financeiros e no meio ambiente. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, aponta que o custo de uma pesquisa desenvolvida com o uso de questionário da *Web* foi 4 vezes menor comparado à uma pesquisa realizada com questionários de papel (RUSSUEIL et al., 2010; FALEIROS et al., 2016).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O questionário foi respondido por 55 entrevistados, de 7 cursos diferentes,



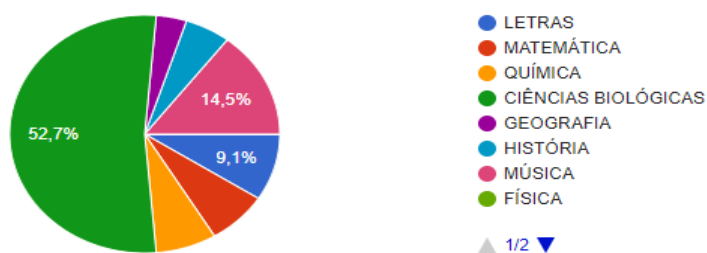
**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

sendo que 83,6% foram do Campus Paulo IV, na cidade de São Luís – MA, onde surgiu a pesquisa. Os participantes eram de vários semestres, sendo a maioria do sétimo semestre (23,6%) e mais de 50% pertencentes ao curso de Ciências Biológicas.

**Descrição da Figura 1**- Figura: Representação gráfica, circular (formato de pizza), dos Cursos que participaram da pesquisa: Ao lado do gráfico, à direita, descrição dos Cursos com bolinhas coloridas à esquerda dos nomes, correspondentes às encontradas no círculo. Cursos: Letras, Matemática, Química, Ciências Biológicas, Geografia, História, Música, Física. No círculo os percentuais registrados foram para as cores verde, rosa e azul, cujos Cursos são: Ciência Biológicas, Música e Letras. Respectivamente: 52,7% - Cinquenta e dois inteiros e sete décimos por cento. 14,5% - Quatorze inteiros e cinco décimos por cento. 9,1% - Nove inteiros e um décimo por cento.

**Figura 1.** Representação gráfica dos cursos que participaram da pesquisa



Fonte: Googleforms

Ao serem questionados acerca das dificuldades para cursar a disciplina de Libras na UEMA, 41,8% dos alunos relataram o indeferimento como um dos principais motivos; outros motivos foram a não oferta da disciplina, 21,8%, e o cancelamento da disciplina pelo departamento, 20%. Como a maioria dos entrevistados cursaram o sétimo semestre, esperava-se que já tivessem cursado a disciplina. Uma amostragem pequena de alunos não tiveram problemas, considerando ter sido “sorte”, pois outros colegas de sua turma não haviam conseguido, assim relatou um aluno:

“Eu por sorte não tive problema no período de me matricular, mas isso não ocorreu com todos da minha turma, e eu fiz a disciplina em um prédio diferente do meu pois o meu curso não estava ofertando”

Esses dados nos mostram barreiras institucionais que precisam ser superadas, em favor de contribuir sobretudo para a inclusão do sujeito surdo no

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

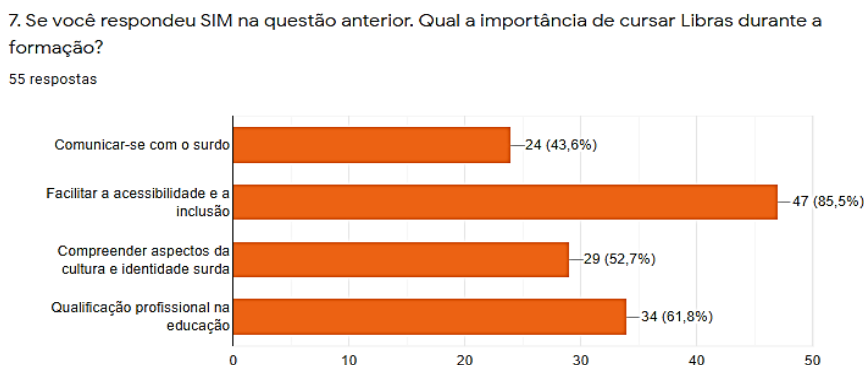
**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

ambiente educacional. A disciplina de Libras poderia ser ofertada antes das disciplinas de estágio, para que quando os estudantes fossem ao estágio já tivessem noções de como seria sua prática caso tivessem um aluno surdo. Um dos grandes eixos necessários para a construção de uma educação que prime pelo incluir, pelo respeito à diversidade e à diferença é priorizar a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva (KUHN, 2011).

Conhecimentos em Libras, além de ser uma forma de inclusão social e comunicativa é uma necessidade do mercado de trabalho que os estudantes reconhecem como relevante, porque 100% respondeu Sim, a pergunta número 6. Na questão seguinte, o entrevistado deveria justificar um dos motivos da importância de cursar a disciplina. Ele poderia marcar mais de uma opção, não sendo obrigatório responder essa pergunta no questionário, mas todos responderam.

**Descrição da Figura 2** - Figura: Gráfico de barra horizontal de uma pesquisa realizada com 55 alunos, no qual constam respostas quanto à importância de cursar Libras durante a formação. No eixo das ordenadas (eixo vertical), perguntas; no das abscissas (horizontal) os percentuais das respostas: 1. Comunicar-se com o surdo – 43,6% (Quarenta e três inteiros e seis décimos por cento); 2. Facilitar a acessibilidade e a inclusão – 85,5% (Oitenta e cinco inteiros e cinco décimos por cento); 3. Compreender aspectos da cultura e identidade surda – 52,7% (Cinquenta e dois inteiros e sete décimos por cento) 4. Qualificação profissional na educação – 61,8% (Sessenta e um inteiros e oito décimos por cento) Observação: As faixas do gráfico estão na cor laranja.

**Figura 2.** Resposta dos alunos sobre a importância de cursar Libras durante a graduação.



Fonte: GoogleForms.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

A maioria dos entrevistados marcaram “facilitar a acessibilidade e a inclusão”, (85,5%), evidenciando a eliminação da barreira atitudinal com a consciência da língua de sinais para inclusão do surdo e acessibilidade comunicacional. Os dados também mostram que a aquisição da Libras torna o profissional mais qualificado e diferenciado para o mercado de trabalho (61,8%). A existência da inclusão no âmbito escolar, de acordo com Mendes (2006), é uma estratégia potencial que promove a participação persistente do aluno com deficiência na realização das atividades escolares, dentro ou fora da escola. Possibilitando a socialização de alunos, amenizando as desigualdades existentes no contexto geral da acessibilidade no país.

Dentre os entrevistados 43,6% interpretam que a Libras é importante para comunicação com o surdo, todavia para obter uma comunicação com um surdo, é preciso de mais tempo de contato com a Língua de Sinais, não sendo suficiente uma disciplina de 60 horas. Sobretudo, a disciplina é apenas um dos passos para a comunicação com o surdo.

A pesquisa também mostra que 89,1% dos entrevistados consideraram relevante a disciplina de Libras ser ofertada para todos os cursos, não só para os de licenciatura, por reconhecerem que as pessoas surdas precisam ter acesso a todos os setores da sociedade. Portanto, conhecer a cultura, a vivência, as barreiras e as dificuldades enfrentadas pela pessoa surda é, segundo Carvalho e Silva (2014), essencial para produção de um trabalho inclusivo que realmente ajude o aluno surdo a desenvolver suas habilidades.

## **CONCLUSÃO**

Os resultados obtidos na pesquisa nos mostram o olhar dos licenciandos sobre a relevância da Libras para sua formação e os problemas enfrentados para cursar a disciplina. Esperava-se que após mais de 15 anos do Decreto 5.626/05, 100% dos cursos de formação de professores não tivessem problemas em ofertar a disciplina de Libras, ocorrendo falta de professores para atender às demandas acadêmicas que causasse cancelamento de disciplinas ou turmas lotadas.

O conhecimento da cultura do surdo, suas lutas e dificuldades fazem-se fundamentais para se comunicar e interagir com pessoas surdas, pois auxilia na

eliminação da barreira atitudinal que também prejudica a comunicação entre surdos e ouvintes. Com as conquistas da comunidade surda, historicamente, pode-se perceber um grande avanço, o que ajuda a desmistificar o estereótipo equivocados, de que as pessoas surdas eram imbecis e ineducáveis (LACERDA, 1998; GIROTO, et al., 2016). Não obstante, ainda há muito a se trabalhar a fim da valorização e prática das legislações e conquistas da comunidade surda.

## REFERÊNCIA

BRASIL. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 2 Jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 Ago. 2021.

COSTA, O. S.; LACERDA, C. B. F. de. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 759–772, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7923>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

FALEIROS, Fabiana et al. Use of virtual questionnaire and dissemination as a data collection strategy in scientific studies. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxx7LT78W3JBTdpjf/?lang=en>; Acesso em: 20 Jun. 2021.

GIROTO, C. R. M.; MARTINS, S. E. S. de O.; LIMA, J. M. R. de. Formação de professores e inserção da disciplina Libras no ensino superior: perspectivas atuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 741–758, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7922>. Acesso em: 3 Ago. 2021.

GIROTO, C. R. M.; MARTINS, S. E. S. de O.; LIMA, J. M. R. de. Inserção da disciplina libras no ensino superior. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, p. 662-665, 2016. Disponível em: <https://nasenjournalsonline.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12327>. Acesso em: 12 Ago. 2021.

KUHN, C. **Educação inclusiva: das ações institucionais à formação inicial**

**dos professores na UFPR.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2011/m2011\\_Cleuza%20Kuhn.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2011/m2011_Cleuza%20Kuhn.pdf)>. Acesso em: 20 Jul. 2021.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfR68rsh4FkNNKyr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 387-405, 2006. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

OLIVA, D. V. Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. **Psicologia USP**, v. 27, n. 3, p. 492-502, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/nRttR45rzJXc5D8NWNQCKMx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 Jun. 2021.

PAIVA, G. da S.; MELO, F. R. L. V. de. Acessibilidade linguística de surdos no ensino superior: reflexões sobre o curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio Grande do Norte, v. 27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/WvvByDwr9hGGtgZnJZfKTjG/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 Jun. 2021.

ROSSI, R. A. A Libras como disciplina no ensino superior. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 15, 2010. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/libras/leitura1.pdf>. Acesso: 20 Ago. 2021.

RUSSELL, C. W. et al. Use of a web-based questionnaire in the Black Women's Health Study. **American journal of epidemiology**, v. 172, n. 11, p. 1286-1291, 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/aje/article/172/11/1286/194631?login=true>. Acesso em: 22 Jun. 2021.

SOARES, C. H. R. A implementação da disciplina de Libras no ensino superior: questões para reflexão. **X ANPED Sul, Florianópolis**, 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/442-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/442-0.pdf). Acesso em: 26 Jun. 2021.

## **A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM CONTEXTO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

Jeovana Nunes Ribeiro  
Carlos Felipe do Nascimento Cardoso  
Joyce Erica Amaral Sousa

**RESUMO:** A pessoa com deficiência tem direito de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade na rede regular de ensino e, caso necessário, os meios devem ser adaptados às suas necessidades específicas visando reduzir as barreiras que impossibilitem a igualdade no processo educativo. Deste modo, este estudo objetiva analisar as medidas implementadas pelas instituições públicas de ensino superior na cidade de São Luís, mediante contexto pandêmico da COVID-19, com enfoque no ensino remoto de caráter emergencial e seus desdobramentos na educação inclusiva, bem como nas dificuldades de comunicação e acessibilidade no ensino por meio digital. Para tal, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a análise dos documentos disponibilizados nos portais eletrônicos das Universidades Estadual e Federal do Maranhão e do Instituto Federal. O recorte temporal da pesquisa foram os anos 2020 e 2021, período de elaboração e vigência do método de ensino em questão. Os resultados atestam que a UFMA, UEMA e o IFMA vêm praticando medidas para a implementação de um método de educação de caráter emergencial e não-presencial, o enfrentamento das barreiras que dificultam o rendimento acadêmico durante o ensino a distância, bem como os esforços para capacitação dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem destes alunos. Conclui-se que a preocupação com a questão da pessoa com deficiência e a devida inclusão da mesma no planejamento das instituições é a melhor forma de garantir o acesso à educação a esta parcela da comunidade acadêmica.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Ensino Remoto; Ensino Superior; Pessoa com Deficiência; Acessibilidade Digital.

## INTRODUÇÃO

A universalização da educação pressupõe a garantia do acesso ao ensino a todo cidadão brasileiro, incluindo, portanto, os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). O Decreto Federal Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 apresenta como pessoa com deficiência “[...] a que possui limitação ou incapacidade para o desenvolvimento de atividades[...]” (BRASIL, 2004), além de elencar e enumerar:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...];
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais [...];
- c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica [...];
- d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média [...]. (BRASIL, 2004).

Esta parcela do alunado já vinha enfrentando barreiras que dificultam sua permanência nas salas de aula nos cursos das universidades públicas da cidade de São Luís/MA no contexto anterior a pandemia da COVID-19, tais como dificuldades de acesso aos campi e polos universitários por meio do transporte público não adaptado às suas necessidades específicas, barreiras físicas e arquitetônicas nos prédios e instalações das instituições, bem como as barreiras atitudinais e limitações na formação profissional dos docentes e corpo técnico atuantes nestas universidades.

Com o agravamento da pandemia ocasionada pelo Sars-CoV-2 a partir do primeiro semestre do ano de 2020, as universidades suspenderam temporariamente todas e quaisquer atividades acadêmicas de forma temporária, e logo após divulga a interrupção do calendário acadêmico por tempo indeterminado, uma vez que até então pouco se sabia acerca do novo vírus, além de que as pesquisas referentes aos modos de prevenção e combate ao mesmo ainda possuíam caráter rudimentar. Com o objetivo de evitar total perda do ano letivo de 2020 as universidades públicas preveem a retomada do

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
calendário acadêmico. Foram divulgados nos portais eletrônicos da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, atos normativos e notas públicas que estabelecem a adoção do sistema nomeado de Ensino Remoto Emergencial.

O novo meio de ensino adotado em caráter emergencial, se assemelha em sua conceituação e modo de execução com o modelo de Ensino a Distância - EAD, no entanto, a principal diferença se dá no fato de que os discentes matriculados são em sua totalidade provenientes de instituições e cursos de caráter presencial. Deste modo, tanto os alunos quanto o corpo docente e técnico-administrativo não estão, em sua maioria, habituados com o EAD, sendo este um grande desafio para a adaptação dos envolvidos. O Ensino Remoto Emergencial consiste:

O ensino remoto é aquele prioritariamente mediado somente por tecnologias da educação, de forma síncrona ou assíncrona em que: a) são consideradas atividades síncronas aquelas nas quais a interação entre os participantes se dá simultaneamente no espaço virtual no qual elas se desenvolvem; b) são atividades assíncronas aquelas nas quais a interação entre os participantes não se dá simultaneamente. (UFMA, 2020)

No entanto, mesmo após o estabelecimento de uma nova modalidade de ensino que objetiva a retomada dos estudos por todos os discentes ativos nas instituições, algumas minorias acabaram por ser excluídas ou negligenciadas no planejamento inicial deste modelo educativo, uma vez que, o Estado do Maranhão figura entre os estados no topo da classificação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, além de ser o segundo estado com o menor percentual de residências com acesso à rede de internet (IBGE, 2019), o que dificulta o acesso de grande parte dos estudantes aos meios de ensino remoto e às tecnologias digitais de informação e comunicação – TDICs. Além de que, a baixa capacitação dos profissionais da educação na questão da educação inclusiva, acaba por dificultar a acessibilidade no contexto digital e a comunicação entre professores e alunos.

## **A EDUCAÇÃO DAS PCDs E O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS**



A presença ainda incipiente das pessoas com deficiência no ensino superior está estreitamente ligada às dificuldades enfrentadas no processo de escolarização desde a educação básica até o ensino superior. Pinheiro (2003, p. 102) versa sobre os estigmas e estereótipos criados socialmente para subjugar a pessoa com deficiência na sociedade, assim as pessoas com deficiências “[...] têm sido definidas, classificadas e rotuladas por suas diferenças restritivas específicas que as fazem desviar dos padrões culturais criados e adotados como naturais ou normais”.

Complementar a isso, OLIVEIRA (2011) comenta que historicamente foi negada à uma parcela da população e em particular a pessoa com deficiência, o acesso a uma educação que lhe propusesse a ascensão social, e que com a Constituição Federal de 1988 e demais normativas, declarações e tratados dos quais o Brasil é signatário, começa um movimento no qual as políticas públicas educacionais se propusessem a uma educação includente, que afirma e respeita a diversidade humana, para tal, deveria haver uma readequação dos currículos para essa nova realidade educacional.

Nessa perspectiva, o Brasil é signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área da Necessidades Educativas Especiais (1994). Tais documentos afirmam a necessidade de um compromisso ético e político por parte dos governos nacionais no qual se propõe assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças individuais no processo de ensino-aprendizagem.

Em cumprimento com as declarações universais, o governo federal brasileiro formulou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – PNEEPI onde é estabelecida a elaboração de uma pedagogia fundamentada nos princípios constitucionais de igualdade que leva em conta as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. O Governo Federal reitera o compromisso com a educação inclusiva, postulando ajustes nas instituições de ensino para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios, disponibilização de salas de recursos e a formação de docentes

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
capacitados para responder às necessidades específicas dos alunos com deficiência (BRASIL, 2008)

A democratização para oportunizar o ensino adequado e de qualidade a esses indivíduos deve ter íntima interligação em todos os níveis e etapas de escolarização. As políticas educacionais inclusivas são significativas nesse processo, no que tange a operacionalização de mudanças e revolução de paradigmas, no entanto a inclusão perpassa a transformação de toda sociedade que elimine as formas de desigualdades socioeconômica e culturais existentes na particularidade brasileira, tal como expresso na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, Acesso e Qualidade, em Salamanca no ano de 1994. Dessa forma, a eliminação de barreiras, físicas, atitudinais e infocomunicacionais devem ser pauta de lutas diárias para a desconstrução de conceitos e preceitos que segregam as pessoas com deficiências no âmbito da sociedade e em particular no ensino superior.

No que tange ao uso de tecnologias digitais específicas para as PcD's é possível considerar como primeiro marco o Decreto de Nº 3.298, que define a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, datada do ano de 1999 onde conceitua-se ajudas técnicas como "elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade" (BRASIL, 1999). Além de elucidar que as mesmas são:

[...] Elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa com deficiência. [...] Equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa com deficiência. [...] Equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência (BRASIL, 1999).

Deste modo, é possível inferir que, desde o estabelecimento das primeiras normativas nacionais referentes à questão da pessoa com deficiência, a tecnologia é vista como grande aliada no enfrentamento de barreiras que dificultem os mais variados aspectos da vida da PcD.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
**DIFICULDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO**

As informações aqui apresentadas são pautadas nos relatos pessoais de estudantes que, por meio de resposta ao formulário eletrônico, se disponibilizaram a participar da presente pesquisa. Mais precisamente as respostas dadas ao questionamento “No atual cenário de ensino remoto por conta da pandemia da COVID-19, você vem enfrentando dificuldades ou obstáculos que possam atrapalhar sua permanência no curso e na futura conclusão do mesmo?”

O ambiente digital, inicialmente se apresenta como excelente alternativa para o ensino presencial, já que, além de dar continuidade ao calendário acadêmico das entidades de ensino cumprindo as recomendações da OMS para combate e prevenção do Coronavírus, possibilita também a leitura de textos e arquivos nos dispositivos eletrônicos de uso corriqueiro, assim como torna possível a participação, daqueles que possuem o acesso aos meios, de aulas síncronas no conforto da residência; algo interessante principalmente para os que têm dificuldades de mobilidade. No entanto, nem tudo pode ser considerado de todo benéfico. No contexto do ensino remoto emergencial, existem algumas dificuldades enfrentadas pelos discentes com deficiência, em especial as deficiências sensoriais como, por exemplo, surdez, cegueira e surdocegueira, no que tange ao uso tecnológico para a educação.

Quanto à leitura de textos, realizada essencialmente em leitores digitais como tabletes, smartphones, computadores e notebooks, a principal dificuldade é sentida por parte das pessoas com baixa visual ou cegueira: os textos disponibilizados pelos docentes, em sua maioria, possuem pouco ou quase nenhum contraste entre a cor de fundo e cor do texto principal; as imagens e gráficos, em geral, não apresentam descrição em texto; os métodos de destaque de informações importantes no texto geralmente são o destaque por cor, tipo de fonte ou texto em caixa alta e negrito. Deste modo, ao utilizar-se de aplicativos para conversão de texto em voz, algumas informações podem ser perdidas ou não ser compreendidas da forma adequada. Para as pessoas surdas, a principal dificuldade em relação à leitura de textos pode ser a ausência de

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
sentenças em linguagem clara e de fácil compreensão para aqueles que possuem a LIBRAS como primeira língua.

No que tange às aulas síncronas por meio de vídeos e as aulas assíncronas que utilizam gravações e vídeos complementares aos assuntos abordados, as pessoas com deficiências visuais, auditivas e intelectuais são prejudicadas na baixa qualidade de áudio e vídeo, ocasionada principalmente por queda ou baixa na conexão com a rede de internet; os canais utilizados para transmissões como o *Google Meet*, *Zoom* e *YouTube*, possuem legendas com pouca precisão e sincronicidade, ausência de legendas descritivas, além das dificuldades para fixar a janela do intérprete/tradutor de LIBRAS junto à do docente/palestrante e abas de apresentações de conteúdos como slides e imagens; além de ser preciso levar em conta o período de tempo extenuante que os discentes precisam se encontrar fixados a uma tela., tarefa um tanto dificultosa para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA ou, mesmo que não se enquadre no Estatuto da Pessoa com Deficiência, pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.

Uma outra questão importante de ser frisada é a falta de preparo para o trato com a PcD em sala de aula regular, ou mesmo de interesse pessoal para melhoramento profissional dos docentes atuantes. No contexto presencial, a PcD se encontrava em contato com outros discentes, além dos intérpretes e cuidadores.

Em contexto remoto a relação de ensino-aprendizagem se dá quase que exclusivamente entre professor e aluno, o que requer capacitação do profissional, para assim possibilitar um bom aproveitamento pedagógico e uma boa comunicação entre as partes envolvidas. O que, no campo da prática, não chega a se efetivar, uma vez que, apenas um pequeno número dos professores atualmente ativos possuem fluência ou capacitação mínima em LIBRAS e os materiais didáticos elaborados pelos profissionais da docência não levam em conta as especificidades de cada aluno participante da turma.

## **AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS LUDOVICENSES E O ENSINO REMOTO**

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, existem três instituições públicas ofertantes de cursos de nível superior. Como *locus* para levantamento de dados para a presente pesquisa, foram tomados os seguintes *campi*: Cidade Universitária Dom Delgado/ UFMA, Cidade Universitária Paulo VI/ UEMA e o Campus Monte Castelo/ IFMA.

Todas estas entidades, ao retomarem as atividades acadêmicas de forma digital e adotarem o modelo de Ensino Remoto Emergencial, comprometeram-se em realizar adequações em seus sites, portais, sistemas de gestão interna e redes sociais, bem como o treinamento de seu corpo docente e administrativo, visando além de um melhor aproveitamento do método educacional não-presencial, a possibilidade de inclusão de todos os discentes matriculados em seus polos universitários na capital maranhense.

Para aquela parcela dos estudantes que não possuem acesso aos equipamentos eletrônicos, às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) e à rede de internet, as três entidades de ensino realizaram seleções, por meio de editais, tendo por objetivo a distribuição de recursos físicos ou financeiros que suprissem as necessidades dos mesmos.

O IFMA adotou o repasse financeiro como meio de inclusão digital, realizando a seleção dos alunos regularmente matriculados que estivessem em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os alunos selecionados que se encaixam nos critérios de elegibilidade, receberam auxílio financeiro individual no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) em uma única parcela, por meio de depósito em conta bancária com titularidade dos discentes e/ou responsáveis legais, visando a aquisição de equipamentos eletrônicos, como celulares e tablets, que possibilitem o processo de aprendizagem em contexto remoto. Além da transferência mensal, durante o prazo inicial de quatro meses, do valor de R\$80,00 (oitenta reais), destinados à contratação de rede de internet ou compra de chip para conexão de dados. E, por meio do programa “Aluno Conectado”, distribuiu chips de rede de dados para os discentes enquadrados nos critérios de seleção do programa. Fora desenvolvido, também, um aplicativo nomeado *IncluIFMA*, onde se encontram informações acerca da questão da PcD e conceitos básicos sobre a temática.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

Já a UFMA, bem como a UEMA, adotou o método de empréstimo de equipamentos e a concessão de chips de dados. Por meio dos programas “Auxílio Inclusão Digital”, a UFMA e a UEMA realizaram a seletiva de discentes vulneráveis socioeconomicamente, o mesmo título fora adotado por ambas as instituições para nomear seus programas de auxílio e assistência estudantil digital. Na Universidade Federal o programa fora dividido em duas modalidades, uma intitulada “Empréstimo de Tablet” e a outra “Pacote de Dados”, a partir das quais foi feito o empréstimo de tablets e a distribuição de chips com conexão de dados móveis para os discentes selecionados.

Em todos os referidos programas de assistência estudantil para a inclusão digital, os critérios de avaliação levam em conta a renda familiar e o enquadramento destes nos grupos prioritários (pessoa com deficiência, indígena ou quilombola).

No que diz respeito às adequações e treinamentos internos, o IFMA, UFMA e UEMA realizaram a disponibilização, em seus canais e redes sociais oficiais, tutoriais e informes com o objetivo de disseminação de informações acerca do uso dos meios educacionais e plataformas digitais, bem como dos sistemas de gestão internos utilizados por cada uma das academias. Estes tutoriais são de acesso aberto e livre para docentes, discentes e comunidade em geral. Nota-se, também, nas publicações e informes disponíveis nos portais das três instituições, a preocupação com a descrição em texto das imagens, além de legendas nos vídeos.

A atuação dos núcleos de acessibilidade, como o Núcleo de Acessibilidade da UEMA – NAU, o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas do IFMA – NAPNE e a Diretoria de Acessibilidade da UFMA – DACES tem se mostrado imprescindível para o auxílio no desenvolvimento institucional de modo a permitir uma acessibilidade minimamente satisfatória no meio digital. Estes núcleos têm realizado, durante o período de vigência do Ensino Remoto, eventos, rodas de conversas e debates acerca da temática da PcD, por meio de transmissões em seus canais do *YouTube* e redes sociais.

Para melhor capacitar o quadro de professores e reduzir as dificuldades individuais dos alunos, às instituições elaboraram materiais didáticos, nos quais

constam informações necessárias para a atuação docente frente às demandas das pessoas com deficiência. A UEMA elaborou duas edições de Guias Práticos Para o Ensino Remoto, nos quais constam noções básicas acerca das tecnologias digitais e assistivas para uso nas disciplinas de modo on-line/offline, divididos em dois módulos, sendo um voltado para os estudantes e o outro para os professores (UEMA, 2020).

O IFMA adotou o modelo de minicursos para a realização desta capacitação. Em seu *site* está disponível o que foi chamado de Trilha Formativa, na qual encontram-se cursos *on-line*, acessível a alunos e servidores, com o objetivo de preparo no uso das ferramentas e plataformas digitais, elaboração de conteúdos e materiais didáticos-pedagógicos, além de concepções de conceitos como acessibilidade e inclusão, atendimento educacional especializado e uso de tecnologias assistivas.

Já a UFMA, ciente das limitações dos profissionais atuantes no que diz respeito a um ensino *on-line*, elaborou o portal nomeado “EaD para Você”, através do qual faz o treinamento nas questões referentes ao ensino de modo remoto, a elaboração e preparação de conteúdos e materiais digitais, bem como a própria interação e comunicação entre alunos e professores.

## CONCLUSÃO

O modelo de ensino remoto em caráter emergencial adotados pelas instituições ludovicenses públicas de ensino superior, tem se mostrado uma alternativa viável ao ensino presencial, pois o mesmo torna possível a continuidade da caminhada formativa dos estudantes, sem que haja o prejuízo ou perda dos anos letivos e garantindo a segurança e saúde dos docentes, técnicos e alunos. Porém, por se tratar de um cenário completamente novo e desafiador para todos os envolvidos, precisa estar em constante transformação e adequação.

A pessoa com deficiência enfrenta diariamente diversas barreiras no ensino em contexto presencial, sejam elas físicas, financeiras, arquitetônicas e/ou atitudinais. Estas barreiras se mostraram muito mais rigorosas e limitantes

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:**

**Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

em um cenário pandêmico e de educação única e exclusivamente por meio digital. No entanto, os esforços das entidades de ensino e de seus núcleos internos de acessibilidade tem se mostrado de extrema importância; por meio de informes, tutoriais, materiais didáticos, cursos e webnários, as instituições vêm realizando a tentativa de capacitação de seu corpo docente e administrativo, o que possibilita a superação das barreiras atitudinais. E por meio de programas de auxílio e assistência estudantil, é possível transportar as barreiras que dificultam o acesso e permanência dos alunos em seus respectivos cursos. A preocupação com a questão da PcD e a devida inclusão da mesma no planejamento das instituições é a melhor forma de garantir o acesso à educação a esta parcela da comunidade acadêmica já tão negligenciada.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, A. Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. Agência IBGE Notícias, São Paulo: 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CONIF. **Trilha Formativa**. Disponível em: <<https://padlet.com/certecformacao1/t4ud4nije8soefyv>> Acesso em: 20 jan. 2021.

OLIVEIRA, Antonia Soares Silveira e. **Alunos Com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES**. Tese (doutorado), 174 f.—São Carlos: UFSCAR, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2876>. Acesso em junho de 2021.

PINHEIRO, Humberto Lippo. **As políticas públicas e as pessoas portadoras deficiência**. In: Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. VIZIM, Shirley Silva; VIZIM, Marli (Org.). Campinas: Mercado de Letras, 2003.



I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:

Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras

UEMA. Uema lança o edital de inclusão digital. **Portal de Notícias UEMA**, São Luis: 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.uema.br/2020/07/uema-lanca-o-auxilio-emergencial-de-inclusao-digital/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UEMA. Uema desenvolve guias práticos para o ensino remoto. **Portal de Notícias UEMA**, São Luis: 2 de set. de 2020. Disponível em: < <https://www.uema.br/2020/09/uema-desenvolve-guias-praticos-para-o-ensino-remoto/>. Acesso em: 10 ago. 2021

UFMA. **Resolução Nº 2.185**, de 22 de março de 2021. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/noticias/noticia.jsf?id=58028>. Acesso em: 11 ago. 2021.

UFMA. Portal Ead Pra Você disponibiliza treinamento para o ensino remoto. **Portais Ufma**, São Luis: 28 de out. de 2020. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=57390>. Acesso em: 11 ago. 2021

## COMUNICAÇÃO COM SURDOS E SEUS FAMILIARES OUVINTES QUE NÃO SABEM LIBRAS

Ana Cristina S. Silva<sup>2</sup>  
Gleiciane Amorim Pimenta<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho visa à importância da comunicação dos surdos com seus familiares para que todos os seus (familiares, amigos e demais) possam interagir de maneira harmoniosa. Tendo como objetivo analisar a importância da língua de sinais no contexto familiar, a fim de possibilitar melhor comunicação entre os membros da família. Desta forma, a comunicação com o surdo e seus familiares surdos nunca foi fácil, principalmente porque muitos familiares não sabem a língua de Sinais. Desta forma sabemos que é na família que ocorre a comunicação e o uso da linguagem na interação familiar podem ser considerados as bases da formação de um sujeito. Por não partilharem de uma mesma língua, em geral, lares ouvintes com filhos surdos têm passado por diversas dificuldades nas comunicações linguísticas. Fundamentado na visão bakhtiniana de linguagem, como o eixo da relação do homem consigo mesmo e que considera os interlocutores ativos nas interações linguísticas. A metodologia adotada é a qualitativa sociohistórica do círculo bakhtiniano. Este trabalho tem como objetivo refletir a Comunicação com o surdo e seus familiares ouvintes que não sabem libras. Ressalte-se que esses discursos foram produzidos durante os encontros *online* via *google meet* com um grupo de familiares de surdos. Como resultado, a pesquisa apontou dificuldades dos familiares diante das possibilidades de compreender e de serem compreendidos pelas crianças surdas.

**Palavras-chave:** Comunicação; Surdez; Família.

### 1 INTRODUÇÃO

É na família que a criança adquire a linguagem e a capacidade de se comunicar com os outros, onde os valores socioculturais são constituídos e têm grande repercussão na formação das crianças, pois contribuem na formação do caráter do sujeito. Desta forma, ao analisar a comunicação com o surdo e seus familiares ouvintes que não sabem Libras, é preciso procurar compreender em quais processos sociohistóricos essa família foi constituída; como as

---

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Libras; E-mail: estrelaarte@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Libras; E-mail: cleidiane.libras@gmail.com

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
representações da surdez que circulam na sociedade são refletidas na dinâmica familiar, e quais destas concepções sobre a surdez aparecem nas falas dos familiares.

Nesse sentido, a formação subjetiva desse filho surdo depende de uma série de fatores que irão ao longo da vida se configurando, desde o ambiente social, a escolha da comunicação pela família, à educação, a sua opção pessoal de comunicação, entre outros.

Portanto, se é a família a instituição social onde a criança se desenvolve, passa a maior parte do tempo, é acolhida e cuidada, será dentro dela que o sujeito irá se constituir emocional, subjetiva e socialmente. Em vista do que foi problematizado até então, o presente *paper* visa refletir sobre a Comunicação com o surdo e seus familiares ouvintes que não sabem libras.

## **2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Sabe-se que, o maior obstáculo existente entre as pessoas surdas e os seus familiares ouvintes é a falta de comunicação, vivenciadas pelos familiares de surdos, constituindo-se o principal empecilho no relacionamento entre os filhos surdos e seus genitores ouvintes, podendo resultar em problemas emocionais, falta de um contato e dificuldades para o estabelecimento dos vínculos de afeto.

A família é o primeiro núcleo social de interação da criança com a sociedade. É nela que aprendemos valores e princípios; onde construímos a base de nossa personalidade. Desta forma, é evidente a importância da família no desenvolvimento e formação de crianças e adolescentes. Analisando o convívio entre a família e a criança surda, de forma enunciativa-discursiva (BAKHTIN, 1992).

Contudo a dificuldade de comunicação com a criança surda passa a ser um fator preocupante para os pais, resultando na insegurança e na dúvida. A questão da língua a ser usada é imprecisa e esta insegurança culmina na utilização de uma mescla entre a língua portuguesa e gestos ou mímicas, tornando extremamente pobre a comunicação entre os sujeitos.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

“a garantia do domínio de uma língua desde os primeiros meses de idade é fator fundamental para o desenvolvimento natural do indivíduo”. Assim, entendemos a luta que há em defesa pela aquisição da língua de sinais como a língua materna do surdo (Fernandes, 2003 p.38).

Conforme afirma Quadros (2004), as línguas de sinais, por serem visual-espaciais, mostram uma fortuna de expressividade diversa das línguas orais. Desta forma é necessário realizar uma intervenção às necessidades deste membro da família sendo uma vez que o surdo apresenta-se em desvantagem diante da comunicação, fazendo necessário, outra língua natural: a Libras – Língua Brasileira de Sinais onde a família exerce um papel importantíssimo como intermediadora buscando condições que os levem a entender a língua de seus filhos, buscando o acesso e a aprendizagem da primeira língua, a sua língua natural que dará a ele a capacidade de assumir sua identidade surda, utilizando a língua de sinais.

“A participação da família na comunicação do surdo, por meio dos sinais, possibilitará a esse indivíduo a interação com o mundo e tornará o convívio mais agradável e feliz. Igualmente essa língua, na educação e nas escolas, vai proporcionar a vivência de uma realidade bilíngue das relações culturais, institucionais e sociais” (Negrelli; Marcom, 2006, p.103).

Desta forma o trabalho analisa a linguagem como fator de vital importância para o desenvolvimento de processos mentais, da personalidade e da integração social do surdo. Para FERNANDES 1990: “A ação da surdez sobre o ser humano aponta atributos bastante específicos do seu desenvolvimento físico e mental até seu desempenho como ser social”.

Corroborando com o autor acima citado a comunicação é a base da vida do indivíduo, em todas as suas expressões, exteriorização e demonstração como indivíduo social. É necessário ampliarmos as pesquisas sobre o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças, disponibilizando a comunidade surda melhores condições de exercerem seus direitos e deveres como verdadeiros cidadãos.

Ainda de acordo com Dámazio (2007, p. 21) “A Língua de Sinais é, certamente, o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez”.

Portanto faz-se indispensável o uso da Libras – Língua Brasileira de Sinais, assim como adaptar às necessidades de comunicação e concomitante a sua inserção na vida social deste membro da família. Estreitando as relações entre ele e os outros membros da família com o mundo:

“A participação da família na comunicação do surdo, por meio dos sinais, possibilitará a esse indivíduo a interação com o mundo e tornará o convívio mais agradável e feliz. Igualmente essa língua, na educação e nas escolas, vai proporcionar a vivência de uma realidade bilíngue das relações culturais, institucionais e sociais”. (Negrelli; Marcom, 2006, p.103 ).

Com isso, é necessário compreendermos que para termos o aprendizado eficiente em LIBRAS e a comunicação fluente por meio dela é necessário que os surdos encontre-se preparados para o ensino da Libras com o devido estímulo dos pais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificamos que a Libras é fundamental para a aprendizagem e comunicação dos surdos com seus familiares. A pesquisa foi muito importante para a reflexão sobre a formação acadêmica através do uso da Libras e da importância de vincular a família a aprendizagem da Língua de Sinais focando na importância dela na vida da pessoa surda, como símbolo da identidade social do surdo e de pertencimento desvelando toda a complexidade presente em uma comunicação. Corroborando com a trilha de aprendizagem de todos envolvidos na pesquisa formulamos uma Cartilha com instruções sobre Comunicação com o surdo e seus familiares ouvintes que não sabem Libras. Desta forma esperamos ter contribuído com a sociedade científica.

### **REFERÊNCIAS**

Batista, S. M., & França, R. M.. Família de pessoas com deficiência – desafios e superação. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, 2007, 3(10), 117-121.

Bakhtin, M.. Marxismo e filosofia da linguagem. (6a ed.) São Paulo: Hucitec,

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB: Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**  
1992. (Trabalho original publicado em 1929)

Bergmann, L.. Repercussões da surdez na criança, nos pais e suas implicações no tratamento. Espaço: Informativo Técnico Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2001. 16. 3-8.

DÁMAZIO Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERNÁNDEZ, Alicia. Os idiomas do aprendente: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PERLIN, Gladis TT. Alternativas metodológicas para o aluno surdo. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância em Educação Especial, 2003.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. Família e Criança Surda. Revista Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá, v.5, n.1, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ciencCuidadSaude/article/view/5146>. Acesso em: 8 ago. 2012.

**I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade  
Comunicativa – I SENILAC & I Festival Artes sem Barreiras – I FASB:  
Linguagem e Artes, Acessibilizando Conhecimento e Superando Barreiras**

*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

<b>TÍTULO</b>	Anais do I Seminário Nacional Interdisciplinar de Linguagem e Acessibilidade Comunicativa e I Festival Artes sem Barreiras.
<b>ORGANIZADORES</b>	Maria Nilza Oliveira Quixaba [et al]
<b>PROJETO GRÁFICO, CAPA</b>	Daiane de Sousa Rodrigues Rubens Ramos de Almeida
<b>FORMATO</b>	297mm x 210mm
<b>PÁGINAS</b>	302
<b>PAPEL</b>	-
<b>EDIÇÃO</b>	-
<b>TIRAGEM</b>	-
<b>IMPRESSÃO</b>	-